

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ANDRÉ SANTORO FERNANDES**

**“O APÓSTOLO DA ANARQUIA”:  
QUATRO DÉCADAS DE MILITÂNCIA DE JOSÉ OITICICA**

**GUARULHOS**

**2020**

**ANDRÉ SANTORO FERNANDES**

**“O APÓSTOLO DA ANARQUIA”:  
QUATRO DÉCADAS DE MILITÂNCIA DE JOSÉ OTICICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em História  
Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: História e Historiografia

**GUARULHOS**

**2020**

FERNANDES, André Santoro.

“O apóstolo da Anarquia”: quatro décadas de militância de José Oiticica / André Santoro Fernandes. - 2020.

239 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2020.

Orientador: Edilene Teresinha Toledo

Título em outro idioma: “The apostle of Anarchy”: four decades of militancy by José Oiticica.

1. José Oiticica. 2. Anarquismo. 3. Imprensa militante. 4. Mundos do trabalho. I. Toledo, Edilene Teresinha. II. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III. “O apóstolo da Anarquia”: quatro décadas de militância de José Oiticica.

**ANDRÉ SANTORO FERNANDES**  
**"O APÓSTOLO DA ANARQUIA": QUATRO DÉCADAS DE MILITÂNCIA DE JOSÉ**  
**OITICICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em História  
Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: Instituições, Vida  
Material e Conflito

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dra. Edilene Teresinha Toledo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro (suplente externo)  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

A todas e a todos que, apesar dos percalços do cotidiano, lutaram, lutam e lutarão pela construção uma sociedade mais justa, livre e igualitária. O sangue derramado e os esforços dedicados não foram e jamais serão em vão.

## AGRADECIMENTOS

Considero uma vitória pessoal escrever esse texto. Trata-se, afinal, da conclusão de uma jornada relativamente extensa, iniciada em 2017. Não podemos nos furtar da realidade: no Brasil, ser pesquisador tem sido um desafio cada vez maior. As adversidades se estendem, sem dúvidas, aos demais segmentos dos trabalhadores, como os da área da educação. Por sinal, integro ambos os grupos: sou tanto um professor do Ensino Básico quanto um pesquisador de questões relacionadas ao mundo do trabalho e aos seus agentes.

Negar as dificuldades seria hipocrisia. Nesse meio tempo, tive de me defrontar com diversas questões importantes: a constante ameaça de aprofundamento da precarização das condições trabalho; a jornada estafante; a construção de mobilizações em prol das necessárias melhorias e mesmo pela preservação de direitos... Se somos os “filhos do nosso tempo”, precisamos admitir que a atual conjuntura não é das mais promissoras. Ademais, oportuno lembrar que as condições materiais de existência impactam diretamente em nossa produção cotidiana – e o trabalho do historiador não foge à regra. Não foram poucas as ocasiões em que duvidei se chegaria até essa etapa. O trabalho de pesquisa que apresentarei, portanto, não é o ideal, mas o possível dentro das condições que estavam postas.

Em todo o processo, porém, preciso destacar que não estive sozinho: contei com a solidariedade, com o apoio e com o amparo de pessoas que se dispuseram a me acompanhar nos bons e nos maus momentos. A elas, não poderia negar nem o reconhecimento, nem os agradecimentos.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Mara e Juares por todo o apoio e suporte nos momentos mais intensos. Sou grato, também, pelo respeito às escolhas que fiz, mesmo sabendo que discordâncias existem. Agradeço aos meus irmãos, Bruno e Giovanna, pelos momentos de leveza e de incentivo no decorrer dessa trajetória. Não foi fácil, sabemos disso! Gostaria de lembrar, ainda, dos tios e tias que se propuseram a colaborar sempre que possível.

Agradeço às amigas que fizeram parte dessa jornada. À Sabrina Sam, sou grato pela confiança, pelo incentivo, pela escuta e por colaborar nos necessários momentos de abstração. Seu companheirismo ajudou bastante. À Juliana Marques (Tchu), agradeço pelos conselhos e pela colaboração – inclusive, tanto na revisão atenta quanto me auxiliando na obtenção das fontes quando o aspecto geográfico não me favorecia. À Olívia Yumi, que se fez presente nos “rolês” providenciais. Não poderia deixar de mencionar, ainda, Bruna Pitteri e Emerson Dylan. A presença de ambos foi um diferencial positivo em diversos momentos dessa trajetória.

Reservo também meus agradecimentos aos amigos/colegas da pós-graduação: Samuel Rocha, também companheiro na docência, pela parceria desde a graduação. Lorrane Campos e Felipe Garcia, pelos diálogos sempre interessantes. Otávio Gentil e Rafael Conti pela proximidade, colaboração e pela sintonia – para o bem e para o mal. Otávio, aliás, fez jus ao sobrenome e foi um dos maiores parceiros com quem pude contar.

Sou grato ao famigerado grupo de amigos ora intitulado “Festa no Ap. do Neto”, em especial: Amanda Brito, que também compartilhou dúvidas e agruras; Gustavo Mier, por possibilitar bons momentos de lazer; Carolina Muller, por ter sido tão acessível e disposta ao diálogo quando necessário; Gabriela Demutti, pelas interessantes conversas sobre educação, viagens e tatuagens; Ilda Barros, uma pessoa inspiradora e Victor Cedro, que prossegue sendo um parceiro de “Dead Kennedys”. Devo destacar, ainda, meu obrigado outras pessoas que fizeram parte dessa empreitada: à Andressa Comar, pelas conversas nos momentos de persistente dúvida; à Viviane Alvarez e à Michele Dias, pelo incentivo constante que proporcionaram; aos meus camaradas de trabalho Marcos Longo e “Pssor Luís”, pelo apoio, escuta e troca de experiências. Não poderia deixar de mencionar, ainda, Rafael Cruz, Guilherme Manzoni, Caio do Valle, Lucas “Catatau” e Thamires Neves pelos providenciais encontros no “El Kabron”.

À Edilene Toledo, minha orientadora desde a graduação, agradeço pela gentileza habitual, pela solicitude, pelos incentivos, pela paciência e pelos providenciais empréstimos de materiais. Sem dúvidas, seu olhar atento e parceria que muito contribuiu para a minha formação enquanto pesquisador. A Luigi Biondi, sou grato pelas críticas pertinentes que me acompanharam desde a graduação. A Clifford Welch, pela gentil acolhida durante o PAD. Recordo, também, os demais professores e professoras do Departamento de História da EFLCH por contribuírem, cada qual a seu modo, para a minha formação enquanto historiador. A Denilson Botelho, Tiago B. de Oliveira e Glauca Fraccaro, agradeço por se disporem a participar da banca de avaliação.

Devo mencionar minha gratidão a Kauan Willian pelas discussões e pela colaboração desde a graduação. Agradeço também a Felipe Corrêa, pela acessibilidade constante e pela disposição em emprestar materiais, quando necessário. A Rafael Vianna da Silva, meu agradecimento por se dispor a auxiliar nos momentos em que a ele recorri.

Por fim, agradeço à CAPES pelo fornecimento da bolsa de pesquisa e aos trabalhadores do AEL-Unicamp, do APESP e do CEDEM-Unesp, sempre atenciosos e prestativos no atendimento.

“Só a ação direta abala tronos,  
ameaça tiranias, convulsiona  
mundos. Só ela educa e fortifica o  
povo espoliado na sua luta milenar  
contra as forças escravizadoras.”  
(José Oiticica)



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a militância do anarquista José Rodrigues Leite e Oiticica entre as décadas de 1910 e 1940. Além de professor e intelectual respeitado, ele dedicou a maior parte da sua vida à atuação política, participando de diversos eventos relacionados à classe trabalhadora (no geral) e aos anarquistas (em particular). Enquanto militante, procurou direcionar sua atuação a diferentes segmentos, destacando-se, também, por seu anticlericalismo. Nesse processo, Oiticica se dedicou à propaganda social de maneira ampla, publicando textos em periódicos diversificados e ministrando conferências sobre temas relacionados à realidade dos trabalhadores. A partir de sua trajetória de vida e de sua vasta produção textual, analisamos alguns aspectos de sua atuação política: seus objetivos enquanto militante; o anarquismo que reivindicava; suas propostas para uma organização social de base comunista anárquica. Além disso, procurou analisar os problemas de seu tempo, elaborando críticas à organização social vigente a partir de um ferramental analítico próprio. As fontes que embasam esta pesquisa são diversificadas, incluindo periódicos tanto da imprensa militante quanto da grande imprensa; prontuários policiais; correspondências e o opúsculo “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Elaborado por Oiticica, esta obra sintetiza parte de suas concepções e propostas políticas, incluindo, por exemplo, sua Teoria de Estado.

**Palavras-chave:** José Oiticica. Anarquismo. Militância política.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the militancy of the anarchist José Rodrigues Leite and Oiticica between 1910s and 1940s. In addition to being a respected professor and intellectual, he dedicated most of his life to political practice, participating in various events related to the working class (in general) and anarchists (in particular). As a militant, tried to direct his actions towards different segments, also highlighting his anti-clericalism. In this process, Oiticica dedicated himself to social advertising in a broad way, publishing papers in different journals and giving interviews on topics related to the reality of workers. Based on his life trajectory and his vast textual production, this study analyzes some aspects of his political performance: his goals as a militant; the anarchism he demanded; his proposals for an anarchic communist-based social organization. In addition, he tried to examine his time's problems, elaborating critics of the social surveillance organization using his own analytical instrument. The sources that support this research are diversified, including periodicals from both the militant press and the mainstream press; police records; correspondences and the booklet "The Anarchist Doctrine within the reach of all". Written by Oiticica, this work synthesizes part of his conceptions and policies, including, for example, his Theory of State.

**Keywords:** José Oiticica. Anarchism. Political militancy.

## LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACAT	Associação Continental Americana de Trabalhadores
ADS	Aliança da Democracia Socialista
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAPs	Caixa Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBT	Confederação Brasileira do Trabalho
CCS	Centro de Cultura Social
CEPJO	Centro de Estudos Professor José Oiticica
CES	Centro de Estudos Sociais
CGT	Confédération Générale du Travail (Confederação Geral do Trabalho)
CDP	Comitê de Defesa Proletária
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPEL	Coligação Nacional Pró-Estado Leigo
CNT	Confederación Nacional do Trabalho (Confederação Nacional do Trabalho)
COB	Confederação Operária Brasileira
CRIA	Comissão de Relações da Internacional Anarquista
CSCB	Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FOB	Federação Operária Brasileira
FORA	Federación Obrera Regional Argentina (Federação Operária Regional da Argentina)
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro
FOSP	Federação Operária de São Paulo
FTRJ	Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
IC	Internacional Comunista
ISV	Internacional Sindical Vermelha
IWW	International Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo)
JARJ	Juventude Anarquista do Rio de Janeiro

MOS	Movimento de Orientação Sindical
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista do Brasil
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SIA	Solidariedade Internacional Antifascista
UARJ	União Anarquista do Rio de Janeiro
UASP	União Anarquista de São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UJLB	União da Juventude Libertária Brasileira
UOCC	União dos Operários em Construção Civil
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: PARADOXO HUMANO? OS CONTATOS INICIAIS DE JOSÉ OITICICA COM O ANARQUISMO .....</b>	<b>39</b>
1.1 OS PRIMEIROS ANOS DE JOSÉ OITICICA .....	41
1.2 “ANARQUISMO COISA NENHUMA”: OS CONTATOS INICIAIS DE JOSÉ OITICICA COM O ANARQUISMO .....	50
1.3 A INSERÇÃO SINDICAL DE JOSÉ OITICICA .....	63
1.4 JOSÉ OITICICA, OS ANARQUISTAS E A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 1910.....	72
<b>CAPÍTULO 2: A DEFESA DA ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA: A ATUAÇÃO DE JOSÉ OITICICA FRENTE AOS DESAFIOS IMPOSTOS NAS DÉCADAS DE 1920..</b>	<b>86</b>
2.1 A CONTURBADA DÉCADA DE 1920.....	86
2.2 O PCB E A RUPTURA COM OS COMUNISTAS.....	92
2.3 O ESTADO DE SÍTIO E AS PRISÕES NO GOVERNO DE ARTUR BERNARDES	99
2.4 O ACIRRAMENTO DAS TENSÕES COM OS COMUNISTAS E O SURGIMENTO DO JORNAL <i>AÇÃO DIRETA</i> .....	113
<b>CAPÍTULO 3: A MILITÂNCIA PERSISTENTE: DA ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS À RETOMADA DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>122</b>
3.1 UM MILITANTE VIGIADO: JOSÉ OITICICA EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DO PERÍODO .....	122
3.2 “O DIA DE IRA SE AVIZINHA”: A MILITÂNCIA ANTICLERICAL DE JOSÉ OITICICA.....	132
3.3 “SOU ANARQUISTA, NÃO COMUNISTA!”: A PRISÃO DE JOSÉ OITICICA DURANTE O ESTADO NOVO .....	137
3.4 A “RETOMADA DEMOCRÁTICA” E A REORGANIZAÇÃO DA MILITÂNCIA ANARQUISTA .....	144
<b>CAPÍTULO 4: A DOCTRINA ANARQUISTA AO ALCANCE DE TODOS”: O “CATECISMO ANÁRQUICO” DE JOSÉ OITICICA.....</b>	<b>159</b>
4.1 “AÇÃO DIRETA RESSURGE”: CARACTERIZAÇÃO DE UM JORNAL ASSUMIDAMENTE ANARQUISTA.....	159
4.2 “O LIVRO DO PROFESSOR OITICICA”: PROPOSIÇÕES E CONCEPÇÕES LIBERTÁRIAS DE JOSÉ OITICICA .....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>218</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>225</b>
FONTES .....	225
LINKOGRAFIA .....	227
BIBLIOGRAFIA .....	227
VERBETES .....	236

## INTRODUÇÃO

Assim como outras ideias que circularam pelo mundo afora, a imagem de uma sociedade de livres e iguais, em que o Estado, as Igrejas e o capitalismo tivessem desaparecido, povoou corações e mentes também no Brasil, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Eram professores, médicos, advogados, mas também muitos operários que viram no anarquismo uma possibilidade efetiva de transformação de si mesmos e da sociedade em que viviam<sup>1</sup>.

O trecho apresentado, de autoria da historiadora Edilene Toledo, sintetiza importantes elementos que balizam esse trabalho de pesquisa. Como fica evidente, o anarquismo constituiu uma ideologia significativa para a classe trabalhadora brasileira, principalmente – mas não exclusivamente, como apresentaremos – durante a Primeira República. Radicais opositores da estrutura social vigente, os anarquistas vislumbravam a concretização de profundas transformações sociais, que se consolidariam por meio de um processo revolucionário. O “Estado, as Igrejas e o capitalismo” representavam, na perspectiva da militância libertária<sup>2</sup>, instrumentos de manutenção das relações de exploração. Em uma sociedade pautada pela precariedade da vida dos trabalhadores se comparada à situação dos detentores dos meios de produção, propostas de luta com perspectivas de se construir uma nova organização social soavam atrativas a uma gama dos explorados. Suas reivindicações, também, mas não só, sob influência dos anarquistas, tinham como propósito mais do que conquistas materiais: ambicionavam tanto o reconhecimento de sua organização enquanto trabalhadores quanto condições mínimas de “civildade” em uma sociedade marcada pela exclusão<sup>3</sup>.

Professores, médicos, advogados, operários: quaisquer que fossem as categorias a que pertencessem, os anarquistas procuraram participar ativamente nos processos de luta protagonizados pelos trabalhadores. Se o objetivo final era a subversão da estrutura social capitalista, os militantes não ignoraram, porém, a necessidade de obtenção de conquistas imediatas, diretamente relacionadas com as questões materiais dos trabalhadores – como a carestia de vida e as condições de trabalho, por exemplo. Para tanto, fortaleceram e fomentaram distintas possibilidades organizativas e mesmo de atuação política. A militância libertária considerava diferentes possibilidades e espaços para ação: os sindicatos, a educação,

---

<sup>1</sup>TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1890-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1., p. 56.

<sup>2</sup> Ao longo do trabalho, não será incomum a utilização dos termos “anarquistas” e “libertários” (e suas variações) como sinônimos. A motivação, para tal, parte dos próprios escritos presentes nas fontes: os anarquistas reivindicavam, para si, também o epíteto de “libertários”, uma vez que defendiam uma proposta por eles considerada “libertária”, isto é, que tem na liberdade um princípio fundamental.

<sup>3</sup> TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 55-58.

manifestações artísticas e a imprensa militante são elementos ilustrativos. Os anarquistas buscavam construir, junto aos trabalhadores, a necessária “consciência revolucionária”<sup>4</sup> para operar as transformações sociais.

O estudo das questões relacionadas ao anarquismo no Brasil, portanto, está bastante associado ao estudo da própria classe operária, da qual muitos dos militantes se originaram. O elo com a História do Trabalho é fundamental. Se, nas décadas de 1960 e 1970, a classe operária era abordada como um sujeito em estado de subordinação, “sem dinâmica própria que emergisse de suas práticas” e determinada por “condições exteriores à sua experiência concreta”, na década de 1980 surgiu uma produção acadêmica empenhada em “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas”<sup>5</sup>. Emília Viotti da Costa discorreu sobre as substanciais alterações no que constituiria a “nova historiografia do trabalho”, pontuando que:

A nova historiografia reavalia as relações entre as lideranças operárias e as bases, privilegiando estas e subestimando aquelas, ao mesmo tempo em que acentua o caráter espontâneo dos movimentos operários. Rejeita também as abordagens que identificam etapas no desenvolvimento econômico e repudia o conceito de falsa consciência. Ao mesmo tempo, valoriza o papel dos anarquistas no movimento operário e acentua a importância das condições subjetivas, da ideologia e da cultura política no movimento operário<sup>6</sup>.

Essas alterações, qualificadas pela autora como "revisão", trouxeram novos elementos para o campo da historiografia, incrementando, por exemplo, temáticas a serem problematizadas pelos historiadores. Questões de gênero, étnicas e etárias entre os trabalhadores, além de outras vinculadas a uma “cultura política operária”, são patentes. Basicamente, o revisionismo trouxe à baila aspectos negligenciados pela historiografia de abordagem mais tradicional, focando no “agenciamento humano” e em uma escrita da história “sob o ponto de vista daqueles que foram silenciados ou esquecidos”<sup>7</sup>.

A abordagem revisionista, entretanto, estabeleceu uma relação antidualética com a abordagem tradicional, resultando na oposição entre subjetividade e objetividade. Por certo,

---

<sup>4</sup>TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 71.

<sup>5</sup>CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 14 (26), 2010: pp. 25-26. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558>>. Acesso em 25 jan. 2020.

<sup>6</sup>COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 29, 1990, p. 5. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-29/412-estruturas-versus-experiencia-novas-tendencias-da-historia-do-movimento-operario-edas-classes-trabalhadoras-na-america-latina-o-que-se-perde-e-o-que-se-ganha/file>>. Acesso em 25 jan. 2020.

<sup>7</sup>COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural. **Anos 90**, vol 6, n. 10, 1998. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6211/3702>>. Acesso em 25 jan. 2020.

uma abordagem eminentemente subjetivista incorre num perigoso reducionismo cultural e linguístico; uma linha de estudo pautada pelo estruturalismo da perspectiva mais tradicional, por sua vez, coloca em evidência o reducionismo econômico, mecanicista, sendo incapaz de abranger de maneira adequada a problemática da agência histórica<sup>8</sup>. Mediante tais pontos, é fundamental salientar nossa concordância com uma abordagem que prime pela síntese entre os pressupostos da historiografia tradicional e da nova. Basicamente, essa relação pode ser sintetizada pela expressão, baseada na perspectiva thompsoniana e cunhada por Costa, de que os trabalhadores são sujeitos da sua própria história, ainda que limitados por condições que não escolheram<sup>9</sup>.

Considerando a variedade de possibilidades que a análise da classe trabalhadora e da militância política a ela relacionada enseja, elegemos, como objeto de estudo desse trabalho de pesquisa, um sujeito histórico que, seguindo o que foi anteriormente exposto, foi capaz de construir caminhos dentro das possibilidades que teve, estando estas limitadas aos elementos estruturais: o militante José Oiticica. Mais precisamente, investigar suas concepções a respeito da ideologia que reivindicava, propostas para a construção de uma nova organização social e, ainda, possíveis contribuições para se pensar criticamente a sociedade capitalista e a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores de seu tempo.

Afinal, por que direcionar esforços a esse objeto de estudo? Qual a sua relevância entre os anarquistas? Façamos uma breve apresentação do sujeito histórico em questão, baseado em depoimentos de pessoas que com ele conviveram.

\*\*\*

Na edição do mês de junho de 1957, o jornal *Ação Direta*, situado no Rio de Janeiro, em sua terceira página, publicou a breve nota:

Faleceu José Oiticica

Profundamente consternados, comunicamos aos n/leitores, o falecimento do nosso querido comp. e diretor deste jornal; vitimado por um derrame cerebral na madrugada do dia 30-6-57. Já em máquina este n.º seremos mais extensos no próximo número<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 10. É fundamental assinalar que um dos aspectos mais problemáticos das novas abordagens historiográficas, ainda segundo Costa, remete ao desuso do conceito de classe como categoria interpretativa, sendo priorizadas categorias outras como gênero e afins – não menos legítimas. Para a pesquisa histórica, trata-se de uma perda significativa, uma vez que tal conceito é de assaz utilidade para se pensar, dentre outras coisas, a dinâmica dos conflitos que pautam as sociedades no decorrer do tempo.

<sup>9</sup> Id., op. cit., 1990, p. 4.

<sup>10</sup> “Faleceu José Oiticica”. *Ação Direta*, n. 118, jun. 1957, p. 3.



Constituindo um imprevisto, a morte de José Rodrigues Leite e Oiticica, um “querido companheiro” e diretor do jornal, não pôde receber o devido destaque, no “calor do momento”, pelo periódico anarquista, uma vez que não haveria tempo hábil para refazer o conteúdo da edição. Ainda assim, a nota ocupou o centro da página, estando destacada em relação aos demais textos. Não é inoportuno lembrar que os jornais voltados à classe trabalhadora possuíam uma dinâmica própria de publicação, utilizando-se primordialmente do formato tabloide e com diagramação textual, muitas vezes, dispersa, com textos ocupando os espaços que eram possíveis<sup>11</sup>. O *Ação Direta*, apesar de distar temporalmente da Primeira República – período em que publicações operárias e militantes proliferaram, ainda que tivessem, na maior parte dos casos, trajetórias efêmeras –, seguia esse mesmo padrão.

Tomando essa edição isoladamente, ela pouco diria sobre o sujeito histórico em questão. Afinal, por que os redatores se sentiam “profundamente consternados” pela morte de Oiticica? Além do laço emocional e do fato de ocupar o cargo de diretor do periódico, qual sua importância tanto para a proposta quanto para a militância anarquista – sobretudo a do período em análise?

Cumprindo o divulgado ao final da nota de pesar, a edição de julho foi muito mais extensa sobre o falecimento. Tratando-se, de certa maneira, de uma “edição especial”, o periódico se utilizou de um expediente pouco comum do observado em edições anteriores: estampou, em tamanho considerável, uma foto do envelhecido militante, que transmitia um ar de “serenidade” ao leitor. Ademais, no cabeçalho, uma mudança significativa: a direção do jornal foi assumida por Sônia Oiticica, sua filha. José Oiticica, porém, não deixou de ter destaque: a partir dessa edição, passou a figurar como “diretor fundador”<sup>12</sup>. Os textos foram diversificados: artigos de militantes, carta de leitor, transcrição de nota publicada no *Correio da Manhã* (pertencente à chamada “grande imprensa” do período), poema autoral de Oiticica e uma nota de pesar mais extensa do próprio jornal, que não foi assinada. Cada qual com sua especificidade, os textos procuraram transmitir uma memória positiva de José Oiticica, destacando diferentes atributos. Começamos pela nota de pesar:

#### ÊLE SE FOI

Foi-se-nos o mestre. Foi-se-nos o que animava, alentava e despertava a harmonia em todos nós, o companheiro José Oiticica.

---

<sup>11</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, p. 21.

<sup>12</sup> Após a morte de Oiticica, o *Ação Direta* vigorou, com dificuldades, por mais dois anos, tendo sua derradeira edição, de n. 137, em novembro de 1959. Da edição de julho de 1957 até a última, seu nome foi mencionado como “fundador” do jornal.

Foi um dos apóstolos da Anarquia. Batalhador infatigável, que em contínuo combate pela justiça e pela verdade, enfrentando castigos e ultrajes, converteu sua vida num sulco lavrado de onde nasce e fertiliza o futuro.

Sua obra é luminosa e extensa orientada em dois sentidos [sic]: a parte social e a parte cultural. Exatamente o de que mais se necessita neste trágico, doloroso século XX: a defesa dos direitos humanos vilipendiados e a propagação da cultura entre os homens a fim de poder alcançar o cimo de um Ideal.

[...]

O companheiro Oiticica foi um dos raros mestres, contados em nossas fileiras, diante dos quais temos que nos inclinar, porque harmonizado pela tolerância, em tudo o que fazia, sabia fazer-se compreender. Esse dom de sentimentos profundos necessário para chamar-se Anarquista, êle os possuía e os arrastavam, não diminuindo, antes crescendo pelos anos afora, a esse ímpeto revolucionário que tanto possuía, em prol das grandes obras que a Anarquia profetiza.

[...]

O companheiro Oiticica lutou continuamente toda sua vida com a cultura e a ação contra os impérios, contra os estados, contra os políticos, contra os militares e contra as religiões para alcançar uma sociedade melhor. Sua memória merece o respeito, não só dos Anarquistas, mas de todos os homens livres.<sup>13</sup>

Os excertos selecionados da nota apresentam, além do esforço de transmissão de uma memória positiva de Oiticica, pontos relacionados diretamente à sua trajetória política enquanto militante libertário. Esses pontos serão aprofundados posteriormente ao indicarmos momentos fundamentais de sua vasta atuação política, investigando sua conformação enquanto militante; por ora, foquemos nos aspectos concernentes à sua morte e às repercussões disso.

A construção da imagem de Oiticica, no texto, foi permeada da exaltação de algumas características que constituiriam seus atributos. Do início ao fim, o militante foi qualificado como um “mestre” um “batalhador infatigável” cuja memória mereceria o “respeito, não só dos Anarquistas, mas de todos os homens livres”. Há uma expressão que nos chama ainda mais a atenção: Oiticica teria sido um dos “apóstolos da Anarquia”. Os termos e expressões laudatórias parecem indicar que José Oiticica não teria sido um simples militante, mas um sujeito merecedor de respeito a ponto de estar inserido no rol de libertários que tiveram expressiva atuação e capacidade de divulgação de sua ideologia. Não podemos ignorar a pertinência da palavra “apóstolos” na sentença: retomando a tradição cristã, foram os seguidores de Cristo que, após sua morte, tiveram a responsabilidade de difundir suas propostas e converter mais pessoas para as seguirem. Nesse sentido, a qualificação de Oiticica como um dos “apóstolos da Anarquia” sugere remeter à sua vasta atuação em prol da divulgação do anarquismo e da consecução de seus objetivos: atuou na imprensa operária e libertária, ministrou conferências, escreveu peças teatrais com temáticas sociais e elaborou, ainda, uma obra teórica sobre o anarquismo – “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, a ser analisada posteriormente.

---

<sup>13</sup> “Êle se foi”. **Ação Direta**, n. 119, jul. 1957, p. 1.

Ainda que a nota apresente elementos interessantes, o texto que mais se destaca, ocupando significativa parcela da primeira página da edição de n. 119, é uma homenagem, assinada por Manuel Perez<sup>14</sup>, intitulada “Uma página de saudade”. “Administrador” do jornal, com quem colaborava desde 1946<sup>15</sup>, Perez se propôs a “fazer uma biografia do fiel, do querido e inesquecível companheiro”, ainda que admitisse a dificuldade da empreitada, “tal a grandiosidade e o humanismo da sua obra de idealista, sempre em luta tirânica pela conquista de um mundo melhor”<sup>16</sup>. Para tanto, seu marco temporal inicial foi o ano de 1917 – simbólico pela deflagração de um dos movimentos de greve mais importantes da chamada “Primeira República” –, quando teriam se conhecido. Alguns momentos da trajetória de Oiticica foram lembrados, como sua oposição à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República (1919) e sua atuação em benefício da reorganização e da propaganda entre anarquistas (1942), sendo solidário aos exilados espanhóis, que escaparam do franquismo. Perez também não deixou de enfatizar passagens da vida de Oiticica em que estivera presente, como o reencontro, em 1941 (após regressar da Espanha) e a colaboração para a construção do *Ação Direta*<sup>17</sup>. Sobre o falecido militante, aliás, destacou exemplos que evidenciariam sua bondade:

UM GRANDE CORAÇÃO — Para os companheiros, Oiticica foi sempre, mais que um amigo, um verdadeiro irmão, o que tinha e o que valia era de todos e para todos, e qualquer apelo à solidariedade, do Brasil ou do exterior contava sempre com a sua imediata colaboração.

Com seus alunos era de uma dedicação extrema, mais de uma vez tenho escutado de alguns jovens alunos e alunas, ao falar do jornal e do bom Oiticica, estas palavras, pronunciadas sempre com respeito e admiração: — Êlefoi meu professor.

Um dia, quando ainda estava na Rua Buenos Aires e fui visitá-lo pela manhã, justamente à hora em que devia seguir para o Pedro II, vi sobre a sua mesa dois pacotes de livros, ao perguntar-lhe para que eram, respondeu com a sua simplicidade habitual: "São métodos de Análise Gramatical que levo para distribuir gratuitamente entre alunos pobres que não podem adquiri-los, pois tú sabes que o Estado dificilmente dá escolas aos que carecem de meios (para freqüentar cursos particulares) e muito menos facilitará livros a esses mesmos alunos".<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> Manuel Perez Fernandez (1887-1964) foi um destacado militante anarquista, atuando também no âmbito sindical. Nascido na cidade de Santos (SP) e de origem espanhola, foi expulso do Brasil em 1919, no contexto de recrudescimento da repressão devido à Greve Geral de 1917 e à malfadada insurreição anarquista de 1918. Ao se estabelecer na Espanha, auxiliou na fundação da Federação Anarquista Ibérica (1927) e atuou decisivamente no movimento operário espanhol, participando da Confederação Nacional do Trabalho e da Guerra Civil entre 1936 e 1939. Encarcerado em 1939 e sob risco de execução, recebeu uma ordem de expulsão para o Brasil, regressando em 1941. Para mais, recomenda-se: RODRIGUES, Edgar. “Os pedreiros da anarquia”. *Verve*, São Paulo, n. 7, pp. 178-193, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5025>> Acesso em 5 mai. 2019.

<sup>15</sup> Manuel Perez assumiu a administração do jornal na edição de n. 38 (jul 1947), permanecendo no cargo até o n. 123 (dez 1957), sendo substituído por Ideal Peres após o grupo editor optar por um revezamento de funções. Interessante pontuar que Manuel Perez assumiu a função quando do afastamento de José Oiticica do cargo de diretor do jornal (razões não esclarecidas), sendo substituído na função por Serafim Porto. Oiticica só retornaria à função em 1949, permanecendo até sua morte.

<sup>16</sup> PEREZ, Manuel. “Uma página de saudade”. *Ação Direta*, n. 119, jul. 1957, p. 1.

<sup>17</sup> PEREZ, Manuel. “Uma página de saudade”. *Ação Direta*, n. 119, jul. 1957, p. 1.

<sup>18</sup> PEREZ, Manuel. “Uma página de saudade”. *Ação Direta*, n. 119, jul. 1957, p. 1.

Uma das características mais persistentes no esforço de se construir a memória do falecido José Oiticica remete à exaltação de sua “bondade”. No excerto em questão, por exemplo, Perez não deixou de enfatizar que Oiticica era um “verdadeiro irmão”, um homem com grande senso de coletividade (“o que tinha e o que valia era de todos e para todos”) e bastante solidário – aspecto evidenciado por sua colaboração para com os exilados espanhóis e por sua disposição em distribuir materiais de estudos “entre alunos pobres que não podem adquiri-los”. Edgar Rodrigues, que também conviveu com Oiticica, escreveu, anos depois, uma reduzida biografia dele, sem deixar de sublinhar pontos semelhantes:

Como figura humana, era inconfundível!

Dir-se-ia que sua humildade e sua bondade eram tão grandes quanto o seu talento e o seu saber.

Ninguém se sentia constrangido diante de Oiticica, sempre pronto para fazer alguma coisa pelos outros, ensinar, dar jornais, livros, enfim ajudar todos os que o procuravam para falar de anarquismo ou colher ensinamentos.

Como todo sábio, era um homem bom e ingênuo. Aproveitando-se dessa “fraqueza”, muita gente explorou seus conhecimentos, sua cultura e ganhou sua ajuda, em nome das idéias, para abandoná-las logo que se sentiam servidos<sup>19</sup>.

Ainda que Rodrigues tenha feito ressalvas a ponto de dizer que a bondade de Oiticica poderia configurar sua “fraqueza”, novamente foram marcadas características semelhantes às elencadas por Manuel Perez, como a solidariedade. Em comum em ambos os textos, também, está a “autoridade” e a “admiração” que Oiticica despertava por sua sabedoria.

A persistência de tais características, nos textos, parece denotar algo mais profundo do que a homenagem a um sujeito com quem os autores mantiveram laços pessoais. Sem ignorar o fator das relações interpessoais, a montagem do perfil de Oiticica nos faz supor, além da homenagem, outra intencionalidade: a utilização de sua memória com teor propagandístico, utilizando-o como síntese do que seria uma espécie de “modelo” de militante anarquista. Ao reunir as características citadas, Oiticica estaria em consonância com a proposta libertária, sendo um “tipo ideal” de militante. Ademais, em seu texto, Perez, ao tratar do ato de solidariedade de Oiticica para com os “alunos pobres”, não deixou de enaltecer, como se citasse diretamente o falecido, uma crítica política: a de que o Estado era incapaz de prover meios de estudo àqueles que apresentassem dificuldades materiais. Nesse sentido, o autor, ao prestar seu “tributo” na construção da memória de Oiticica, aproveitou para destacar a crítica a um dos principais alvos do anarquismo: o Estado.

A morte de Oiticica, entretanto, não foi lembrada apenas com textos laudatórios e que afirmavam qualidades que seriam propícias a um militante anarquista. Embora tenha

---

<sup>19</sup> RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários**: ideias e experiências anárquicas. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p. 223.

alcançado a grande imprensa do período graças à inserção que Oiticica possuía em diferentes segmentos (enquanto professor, poeta e intelectual, por exemplo), nem sempre sua memória enquanto militante político era transmitida de maneira positiva. No início de julho, por exemplo, Manuel Bandeira<sup>20</sup> publicou o texto “Oiticica” no *Jornal do Brasil*, de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente divagando sobre a longevidade, o poeta afirmou ter de “bater continência ao batalhador que desaparece tão inesperadamente”, não sem deixar de destacar, porém, como Oiticica o teria ridicularizado por não aceitar sua adesão ao Modernismo. Uma “força lógica delirante”, como afirmou Bandeira, Oiticica em sua perspectiva, “errou muito”<sup>21</sup>. Ao concluir seu texto, o poeta argumentou

Que Vida cheia de esforço, de formidáveis energias mal orientadas! As suas complicadas terminologias gramaticais vão desaparecer; os seus versos parnasianamente altissonantes já estão mortos; a sua generosa ação anarquista não produziu a mais leve repercussão na massa do seu bairro sequer. Mas sua bravura de batalhador, a sua solidão de sonhador merece que todos nós lhe batamos a última continência e eu o faço de grand coeur<sup>22</sup>.

Manuel Bandeira, portanto, oferece ao leitor outra perspectiva de Oiticica, elencando aspectos mais críticos do que elogiosos. Sua menção à “generosa ação anarquista” é particularmente incisiva: Oiticica, apesar dos seus esforços, não teria imprimido uma ação política de relevância ao longo de sua trajetória. Esse texto foi prontamente contestado ainda na edição de julho do jornal *Ação Direta*. Em “Uma página de saudade”, Manuel Perez protestou contra o argumento de que Oiticica teria errado, assinalando que Bandeira seria um “poeta vaidoso, que até agora nada fez de útil em benefício da humanidade que sofre, procurando apenas elogios e a conquista de títulos acadêmicos”<sup>23</sup>. Além disso, outro “alguém”, não identificado pelo autor, teria reverberado as palavras de Bandeira<sup>24</sup>. O então “administrador” do jornal afirmou que

---

<sup>20</sup> Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho (1886-1968) foi um escritor que obteve significativa repercussão na chamada “Semana de Arte Moderna”, ocorrida em 1922. Publicou textos diversificados tanto em poesia quanto em prosa. Em 1938, tornou-se catedrático de literatura do Colégio Pedro II, trabalhando com José Oiticica. Para mais, consultar o verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV): MANUEL BANDEIRA (Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/manuel\\_bandeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/manuel_bandeira)>. Acesso em 5 mai. 2019.

<sup>21</sup> BANDEIRA, Manuel. “Oiticica”. *Jornal do Brasil*, n. 152, 3 jul. 1957, p. 5.

<sup>22</sup> BANDEIRA, Manuel. “Oiticica”. *Jornal do Brasil*, n. 152, 3 jul. 1957, p. 5.

<sup>23</sup> PEREZ, Manuel. “Uma página de saudade”. *Ação Direta*, n. 119, jul. 1957, p. 1.

<sup>24</sup> Segundo Perez, a pessoa não identificada teria corroborado as palavras de Manuel Bandeira e ido além ao declarar, “à beira do túmulo”, que “perdoava” os erros de Oiticica. De acordo com Sônia Oiticica, em entrevista para Cristina Figueira, Oiticica havia criticado outro poeta: Lêdo Ivo. Bandeira, então, teria procurado defender Ivo das críticas do falecido anarquista, também poeta. Apesar de Perez apresentar uma “segunda pessoa” em seu texto e Oiticica ter polemizado com outro escritor além de Bandeira, é prematuro, pela falta de elementos e fontes, supor que o “alguém” seria Lêdo Ivo – ou mesmo alguém proveniente da militância. Poderíamos até questionar a existência desse “alguém”, embora Perez tenha se utilizado de um exemplo concreto ao tratar de Bandeira. Essa dificuldade é bastante ilustrativa do trabalho do historiador que se propõe, em maior ou menor grau, a analisar a

[...] Oiticica não estava errado, pelo contrário, viveu e sofreu lutando sempre, sem medir sacrifícios para combater os erros de uma sociedade cruel e egoísta, que vive para o mal, semeando por todo o mundo com as suas injustiças, a dor, a morte e a desesperação. Contra esta sociedade ele lutou até a morte, deixando-lhe como herança a sua obra prima no terreno social “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” na qual o grande mestre da gramática e grande lutador pela conquista de um mundo mais justo e mais humano demonstra que o Anarquismo, que muitos consideram como uma utopia, será em dias não muito distantes<sup>25</sup>.

Dialogando diretamente com o texto de Bandeira, Perez afirmou categoricamente que Oiticica “não estava errado”, tendo lutado e sofrido arduamente durante a sua trajetória em combate contra “os erros de uma sociedade cruel e egoísta”, deixando, como legado, entre outras coisas, a obra “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, que demonstraria que o anarquismo, em vez de uma utopia, constituiria uma possibilidade crível e um fato não muito distante. O perfil que ele estabeleceu de Oiticica no excerto em questão é diametralmente oposto ao que descreveu de Bandeira, o “poeta vaidoso” que nada teria contribuído em benefício da humanidade.

Manuel Perez, aliás, não foi o único militante a contestar Manuel Bandeira na edição de julho de 1957 do jornal *Ação Direta*. Em “Bandeira e Oiticica”, o militante libertário Serafim Porto<sup>26</sup> criticou a maneira como o poeta discorreu sobre a morte de José Oiticica, estabelecendo, para tanto, uma comparação entre ambos – sempre defendendo o legado do anarquista, enaltecendo-o ante a figura do poeta. Procurando justificar as críticas de Oiticica em relação a Bandeira, Porto finalizou o texto contestando a alegação de que a militância do falecido não tivera repercussão, destacando que

Oiticica se impôs pelo seu valor, em ambiente hostil, que jamais o fêz dobrar a espinha, e sem precisar de agentes, que dele fizessem propaganda. Manuel Bandeira deve saber como conquistou Oiticica, a Cátedra que sempre honrou, no Colégio Pedro II.

Quanto a sua “generosa ação anarquista”, servem de resposta, as prisões, o desemprego, a calúnia, o boicote, sofridos pelo mestre.

---

trajetória de um sujeito histórico: as frequentes lacunas que surgem fomentam o “espaço da conjectura”, como Luigi Biondi pontuou ao delinear a trajetória do anarquista italiano Gigi Damiani. Para ter acesso à entrevista de Oiticica, recomenda-se a leitura de FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira**. 2008. 284 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008, p. 18 [anexos]. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=7264](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7264)>. Acesso em: 10 mai. 2019; sobre o “espaço da conjectura”, BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF: Mauad, 2006, p. 160.

<sup>25</sup> PEREZ, Manuel. “Uma página de saudade”. *Ação Direta*, n. 119, jul. 1957, p. 1.

<sup>26</sup> Serafim Porto foi um professor e militante anarquista. Um “assíduo participante das assembleias do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro”, lutou por melhorias das condições de vida e de trabalho de sua categoria. Colaborou publicando em periódicos anarquistas, como o *Ação Direta*. Para mais, recomenda-se: SILVA, Rafael Viana da. A Pedra e a Alavanca: organizações anarquistas e o sindicalismo no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). *Revista Espaço Acadêmico*, n. 196, set 2017, pp. 28-40. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39313>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Vaticinou o santificado poeta, que, com a morte de mestre Oiticica, desaparecerá a obra dele!

É possível... Mas, muito mais depressa desaparecerá a obra de “locos” e de “borrachos”<sup>27</sup>, por sua própria essência<sup>28</sup>.

Como resposta a Bandeira, Porto enfatizou diversos obstáculos enfrentados por Oiticica no decorrer de sua trajetória militante – como as prisões<sup>29</sup>, o desemprego e a calúnia –, aspectos que evidenciariam a relevância e a repercussão de sua atuação política. Podemos considerar a possibilidade de Bandeira “diminuir” a importância da ação política de Oiticica enquanto anarquista devido, entre outras coisas, a razões pessoais – por exemplo, como reação às críticas supracitadas que sofrera do falecido. No entanto, outros intelectuais que discorreram ou prestaram homenagens a Oiticica, em alguma medida, procuravam atenuar sua atuação enquanto anarquista ou lhe atribuir ressalvas, como se fosse um ponto negativo em sua trajetória. A repercussão de sua morte entre intelectuais, vale frisar, não é estranha, uma vez que Oiticica foi, além de militante, um destacado filólogo, teatrólogo e professor do tradicional Colégio Pedro II. Na edição de 07 de julho de 1957, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro publicou a notícia “Homenagem póstuma prestada ao Professor José Oiticica”, realizada pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Proposta por Viriato Correia<sup>30</sup>, foi acompanhada por

---

<sup>27</sup> Os termos “locos” e “borrachos” fazem referência ao poema “Poética”, de autoria de Manuel Bandeira.

<sup>28</sup> PORTO, Serafim. “Bandeira e Oiticica”. *Ação Direta*, n. 119, jul. 1957, p. 2.

<sup>29</sup> Oiticica, devido à sua militância política em prol do anarquismo, foi preso em algumas ocasiões, como em 1918 (malfadada insurreição anarquista no Rio de Janeiro), 1924 (levante tenentista), 1933 (propaganda anarquista) e 1937 (consequência do “Plano Cohen”, pouco antes da instauração do Estado Novo). Além das prisões, foi constantemente monitorado pela polícia, tendo prontuários a seu respeito, por exemplo, no fundo Departamento de Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro (DESPPS-RJ) e no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Tais fatos serão mais bem abordados posteriormente ao detalharmos mais elementos de sua configuração enquanto militante.

<sup>30</sup> Manuel Viriato Correia Bayma do Lago Filho (1884-1967) foi um jornalista, escritor e dramaturgo maranhense. Colaborou com diversos jornais e publicou obra vasta e de gêneros variados, contemplando crônicas, romances e até literatura infantil. Também foi professor da Escola Dramática do Rio de Janeiro, onde José Oiticica também lecionou. Além de intelectual, seguiu carreira política, elegendo-se deputado estadual em seu estado natal e, posteriormente, deputado federal pelo Maranhão. Teve seu mandato interrompido após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder a partir de 1930. Para mais: VIRIATO CORREIA (Manuel Viriato Correia Bayma do Lago Filho). In: *Verbetes CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Viriato.pdf>>. Acesso em 5 mai. 2019.

Alvaro Lins<sup>31</sup>, Levi Carneiro<sup>32</sup> e Peregrino Junior<sup>33</sup>, então presidente da instituição. Manuel Bandeira, então integrante da ABL e presente na ocasião, não é mencionado, no jornal, como um dos artífices da homenagem<sup>34</sup>.

Entre os que se manifestaram a respeito de Oiticica, os aspectos mais recorrentes, de forma positiva, nos discursos, fazem referência à importância de seu trabalho acadêmico enquanto filólogo e à sua atuação enquanto docente do Colégio Pedro II. Viriato Correia, por exemplo, mantinha relação próxima de Oiticica a ponto de ser padrinho de uma de suas filhas, Selma. Ao traçar um perfil do falecido, destacou alguns atributos, como sua dedicação ao ensino e seu interesse em múltiplos segmentos, tendo conhecimento em medicina e música, além de ser um “ensaísta, cronista, crítico de arte, poeta, teatrólogo”. Alvaro Lins, também integrante do Colégio Pedro II, corroborou com Viriato Correia ao destacar que Oiticica fora um “professor exemplar”, além de um homem pouco afeito a “honrarias”. Levi Carneiro, que fora colega de Oiticica na Faculdade de Direito, focou em suas contribuições enquanto poeta, lembrando, também, seu “idealismo” e “destituído de cabotismo e de espírito de autopropaganda”. Peregrino Junior, por fim, assinalou sua admiração pelo falecido<sup>35</sup>.

A presença do anarquismo na vida de Oiticica, no entanto, quando tratada pelos oradores, foi abordada como se constituísse algo “exótico” em sua trajetória ou como se ele fosse uma “exceção” se comparado aos demais anarquistas e ao que se vislumbrava como objetivos e formas de atuação política. O discurso de Viriato Correia, ao tratar do assunto, aparenta consonância com a perspectiva de Manuel Bandeira:

---

<sup>31</sup>Alvaro de Barros Lins (1912-1970) foi professor, jornalista e crítico literário pernambucano. Inicialmente entusiasta da Aliança Liberal e da ascensão de Getúlio Vargas, já no início da década de 1930 passou a defender a constitucionalização do país. Por meio de seus artigos jornalísticos, demonstrou resistência à ditadura do Estado Novo, instaurada por Vargas a partir de 1937. Em meados de 1941, ingressou na cátedra de literatura do Colégio Pedro II. Atuou como enviado do Itamaraty a Lisboa, lecionando, inclusive, na universidade local. Para mais: ALVARO LINS (Alvaro de Barros Lins). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/ACervo/dicionarios/verbeta-biografico/alvaro-de-barros-lins>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

<sup>32</sup> Levi Fernandes Carneiro (1882-1971) foi um advogado e escritor fluminense, nascido em Niterói (RJ). Representando os profissionais liberais, foi eleito “deputado classista” da Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Foi um representante do Brasil em eventos internacionais relacionados à área do Direito. Presidiu a ABL em 1941. Para mais: LEVI CARNEIRO (Levi Fernandes Carneiro). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbeta-biografico/levi-fernandes-carneiro>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

<sup>33</sup> João Peregrino Júnior da Rocha Fagundes (1898-1983) foi um jornalista, médico, contista e ensaísta oriundo do de Natal (RN). Colaborou com jornais como a *Gazeta de Notícias*, sediada no Rio de Janeiro. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, lecionou tanto na Faculdade Nacional de Medicina quanto na Faculdade Fluminense de Medicina. Ingressou na ABL em 1945, presidindo-a entre 1956 e 1957. Para mais: PEREGRINO JÚNIOR (João Peregrino Júnior da Rocha Fagundes). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/peregrino-junior/biografia>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

<sup>34</sup>“Homenagem póstuma prestada ao Professor José Oiticica”. **Jornal do Commercio**, n. 231, 7 jul. 1957, p. 14.

<sup>35</sup>“Homenagem póstuma prestada ao Professor José Oiticica”. **Jornal do Commercio**, n. 231, 7 jul. 1957, p. 14.



O professor José Oiticica foi talvez o mais pacífico, o mais cândido dos anarquistas do mundo. Era um anarquismo branco, azul ou côr de rosa, enfim de uma dessas cores que simbolizam doçura, paz, tranqüilidade.

[...]

As suas idéias tiveram sempre um feitiço revolucionário. Mas esse feitiço revolucionário nunca prejudicou as instituições do país<sup>36</sup>.

O “feitiço revolucionário” das ideias de Oiticica, portanto, na perspectiva de Correia, não teve grande repercussão no sentido de constituir uma ameaça às “instituições do país”. Caracterizado como “pacífico” e “cândido”, seu anarquismo teria um viés diferenciado, sendo relacionado à “doçura, paz, tranquilidade”. Tais características são apontadas como qualidades em contraposição ao imaginário negativo que era associado ao anarquismo desde o início do século XX, recorrentemente vinculado à irracionalidade e à violência<sup>37</sup>. O anarquismo de Oiticica não seria “preto” ou “vermelho e preto” – cores frequentemente associadas à ideologia –, tendo um caráter pacífico e matizes que lhe confeririam peculiaridade ante o histórico que era associado à militância libertária em geral.

As palavras atribuídas a Peregrino Junior também trazem uma caracterização negativa do anarquismo, colocando-o como uma espécie de “ressalva” na trajetória de Oiticica e conferindo ao falecido, novamente, um papel de “exceção à regra” do que constituiria o militante anarquista. Ressaltando sua “crescente admiração” por Oiticica, afirmou que ele “apesar de se dizer anarquista, era um dos homens mais corretos e dignos que conhecera, chefe de família exemplar”<sup>38</sup>.

As considerações *post mortem* publicadas sobre Oiticica na imprensa de maior tiragem foram analisadas pelo jornal *Ação Direta*. Mais do que mapear os elogios, o texto atendia o propósito de contestar alegações de que José Oiticica fora um militante “pacífico”, de um anarquismo “inofensivo”. Em “Ecos da morte de Oiticica”, Serafim Porto não deixou de demonstrar a satisfação por José Oiticica ter sido homenageado pela ABL. As palavras de Viriato Correia e de Peregrino Junior a respeito da militância política do falecido – expostas

---

<sup>36</sup>“Homenagem póstuma prestada ao Professor José Oiticica”. **Jornal do Commercio**, n. 231, 7 jul. 1957, p. 14.

<sup>37</sup> O imaginário do anarquista “irracional e violento”, de acordo com Alexandre Samis, remete à adoção, por parte de alguns militantes, em meados da década de 1890, da “propaganda pelo fato”, que configuraria um instrumento de persuasão por meio da “violência política”. Nessa época, segundo Eric Hobsbawm, os libertários se utilizaram da violência tanto em monarquias quanto em repúblicas, assassinando o rei Umberto I da Itália; a imperatriz Elizabeth da Áustria; os presidentes Sadi Carnot (França) e William McKinley (EUA) e o primeiro-ministro espanhol Cánovas. Constatemos posteriormente, no entanto, que a “propaganda pelo fato” não foi instrumento hegemônico de atuação entre os anarquistas. Para mais, recomenda-se: SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: \_\_\_\_\_ et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004 e HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

<sup>38</sup>“Homenagem póstuma prestada ao Professor José Oiticica”. **Jornal do Commercio**, n. 231, 7 jul. 1957, p. 14.

acima –, entretanto, foram questionadas. Sobre o suposto caráter “pacífico” de Oiticica, mencionado por Correia, Porto enfatizou que

Estas palavras mutilam a personalidade do mestre. Viva êle, na memória dos amigos, como foi realmente: — um grande coração! Pacífico, não! Cândido, jamais! Era partidário da revolução e só não pegou em armas, porque, descobertos os planos, lhe fugiram as oportunidades. [...] Pacífico e cândido, quem dera uma bofetada em Chefe de Polícia, por tentar desrespeitá-lo?!<sup>39</sup>

Embora fosse visto como uma pessoa de “grande coração” entre pares anarquistas, a militância política de Oiticica, em contraposição aos discursos dos intelectuais, por eles não era considerada pacífica. Baseado em sua trajetória, podemos considerar que um exemplo concreto de sua atuação política enquanto “partidário da revolução” remete ao episódio da chamada “Insurreição anarquista”, ocorrida em 18 de novembro de 1918 no então Distrito Federal. De acordo com os planos, os trabalhadores da cidade, após a deflagração de greves, pegariam em armas com o objetivo de transformar a cidade do Rio de Janeiro em um “soviete” – havendo, portanto, evidente inspiração da Revolução Russa. A infiltração de um agente policial entre os insurretos, no entanto, fez com que os planos fossem frustrados antes mesmo de atingirem seu ápice. Considerado um dos líderes do movimento, Oiticica foi preso logo no início, sendo, posteriormente, degredado para Alagoas, terra natal de seu pai<sup>40</sup>. Verificamos, de forma prática, uma intencionalidade revolucionária de Oiticica que foge ao imaginário, estabelecido por Correia, do “anarquista pacífico”. Porto, ainda, questionou o “anarquismo cor de rosa” que o intelectual atribuiu a Oiticica, assinalando que esse argumento teria o sentido de expressar “que êle se fingia revolucionário, que se dizia revolucionário por vaidade ou por tirar proveito, mas, que, de coração, não desejava transformação alguma!”<sup>41</sup>.

A ressalva que Peregrino Junior fez em relação ao anarquismo de Oiticica foi criticada por Serafim Porto por meio da menção a autores associados de forma recorrente à ideologia anarquista, estabelecendo um elemento comparativo. Para ilustrar que o falecido militante não seria uma “exceção à regra” entre os libertários, ressaltou que o presidente da ABL parecia

ignorar que a História do Anarquismo pode fazer desfilar diante dos seus olhos, inúmeros vultos não só corretos e dignos senão que de vastíssimo saber, como o genial Proudhon, o romancista Tolstói, o ex-príncipe, sábio Kropotkin, o grande geógrafo Elisée Reclus<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. **Ação Direta**, n. 120, ago. 1957, p. 2.

<sup>40</sup> O episódio da “Insurreição anarquista” foi estudado de maneira mais aprofundada pelo historiador Carlos Augusto Addor. Recomenda-se o terceiro capítulo de ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda, 1986.

<sup>41</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. **Ação Direta**, n. 120, ago. 1957, p. 2.

<sup>42</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. **Ação Direta**, n. 120, ago. 1957, p. 2.

Sobre a alegação de que Oiticica, ainda “apesar de se dizer anarquista”, era um “chefe de família exemplar”, Porto constatou que

Quanto à [sic] ser chefe de família exemplar, *apesar* de muitos não o serem, embora não sejam anarquistas, só todos não o são, porque, quase todos, acadêmicos ou não, ainda ignoram que só o anarquismo poderá remover as múltiplas causas sociais, que fazem a humanidade infeliz.

Oiticica, anarquista, era coerente, sendo exemplar chefe de família<sup>43</sup>.

Além de defender a memória de Oiticica enquanto devotado militante político à causa libertária no decorrer de sua trajetória, o texto de Serafim Porto também parece adquirir, assim como o artigo de Manuel Perez na edição anterior, uma segunda intencionalidade: publicizar e esclarecer, ao público leitor, questões pertinentes à ideologia anarquista. Explorando os elementos que julgara questionáveis nos discursos dos intelectuais, o autor procurou enfatizar sujeitos importantes, sob sua perspectiva, em seus respectivos períodos, para o anarquismo. Pierre-Joseph Proudhon, Liev Tolstói, Piotr Kropotkin e Élisée Reclus – que, ainda, tal qual Oiticica, seriam “corretos, “dignos” e relevantes do ponto de vista intelectual – assumem, nesse trecho, um papel simbólico. No que diz respeito ao caráter exemplar de José Oiticica enquanto “chefe de família”, Porto argumentou que somente o anarquismo seria capaz de “remover as múltiplas causas sociais” que trariam infelicidade à humanidade. O anarquismo, portanto, foi colocado, nessa perspectiva, não apenas como uma ideologia superior, mas redentora.

Serafim Porto prosseguiu com os esclarecimentos a respeito da ideologia anarquista contestando, também, outro intelectual que escreveu sobre a morte de Oiticica: Osório Borba<sup>44</sup>, jornalista pernambucano e integrante do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em publicação no jornal *Correio da Manhã*, Borba definiu José Oiticica como uma “personalidade antitética”, pois seu anarquismo convivera, enquanto poeta, com o apreço pelos “rígidos cânones do parnasianismo” e, enquanto filólogo, com a devoção da “disciplina gramatical”. Borba destacou a dedicação de Oiticica em elaborar um livro sobre o pronome “se” enquanto amargava o cárcere “como anarquista, participante ou envolvido na repressão de um movimento subversivo”. A convivência simultânea entre as convicções anarquistas de Oiticica e sua inserção na “seita espiritualista Fraternidade Rosa Cruz” constituiria mais um elemento contraditório de sua personalidade, pois, para Borba, pareciam “antitéticas as qualidades

---

<sup>43</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. **Ação Direta**, n. 120, ago. 1957, p. 2.

<sup>44</sup> José Osório de Moraes Borba (1900-1960) foi um jornalista e deputado federal por Pernambuco. Ao transferir-se para o Rio de Janeiro em 1925, iniciou sua carreira jornalística, colaborando com diversos periódicos. Foi eleito deputado na Constituinte de 1933. Em 1947, já no contexto da redemocratização do Brasil após o fim do Estado Novo, foi o único vereador eleito do Distrito Federal pela chamada Esquerda Democrática, que posteriormente se tornou o PSB. Para mais: OSÓRIO BORBA (José Osório de Moraes Borba). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-osorio-de-morais-borba>>. Acesso em: 13 mai. 2019..

simultâneas de anarquistas e espiritualistas”<sup>45</sup>. O falecido militante, no entanto, a despeito das contradições atribuídas pelo autor do texto, manteve-se “fiel à sua doutrina política” mesmo depois de o anarquismo “ter desaparecido de todo o mundo como um movimento político viável”, sendo o “último sinal de vida” a participação “dessa facção” na Guerra Civil Espanhola<sup>46</sup>. De acordo com Antonio Arnoni Prado, Borba aparentava considerar a “pregação anarquista de Oiticica mais como um gesto de generosidade intelectual do que como uma atitude amadurecida de consciência política” – aspecto que estaria relacionado à sua “autenticidade”<sup>47</sup>.

Ao responder os comentários de Osório Borba, Serafim Porto adotou uma estratégia pautada por um duplo movimento: apresentar esclarecimentos em defesa do anarquismo por meio de comparações críticas ao socialismo, corrente política na qual Borba se inseria. Para replicar o argumento da “personalidade antitética” de Oiticica, Porto focou na relação entre o anarquismo e o espiritualismo. Reivindicando a figura de Liev Tolstói, o autor o apresentou como um “anarquista cristão”, estabelecendo, entretanto, uma distinção “com o cristianismo daqueles cristãos, que engrossam as fileiras do Partido Socialista Brasileiro e que juram cega obediência a cardeais e papas”<sup>48</sup>. Após iniciar a crítica ao PSB, acrescentou:

De modo geral, são os anarquistas, no campo filosófico, ateus. Uns e outros, porém, na esfera política, olham todos os Governos, quaisquer que eles sejam, tenham os apelidos que tiverem, como instrumento de opressão.

E tu Osório, tão inteligente, tão honesto, tão bravo, ainda acreditas nas boas intenções dos governos!<sup>49</sup>

Para Porto, a conciliação entre o anarquismo e o espiritualismo rosacruziano, portanto, não refletia um aspecto contraditório. Segundo Cristina Figueira, a Fraternidade Rosa Cruz não se reivindicava enquanto religião, tendo como proposta transcender “sectarismos religioso, filosófico, ou político”. Diferente da maçonaria – com quem manteve entrecruzamentos desde o século XVII, quando eclodiu –, aceitava mulheres e demandava “irrestrita tolerância” como forma de ingresso. Oiticica teria começado a frequentá-la na década de 1930, chegando ao posto de grão-mestre ao fim da vida<sup>50</sup>. No excerto em questão, rebatendo a “antítese” que pautaria Oiticica, Serafim Porto questionou a “crença” de Borba nas “boas intenções do governo”, uma

---

<sup>45</sup> BORBA, Osório. “Notas sobre uma personalidade”. **Correio da Manhã**, n. 19735, 27 jul. 1957, p. 9.

<sup>46</sup> BORBA, Osório. “Notas sobre uma personalidade”. **Correio da Manhã**, n. 19735, 27 jul. 1957, p. 9.

<sup>47</sup> PRADO, Antonio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 40, v. 14, pp. 267-297, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a21.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2019.

<sup>48</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. **Ação Direta**, n. 120, ago. 1957, p. 2.

<sup>49</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. **Ação Direta**, n. 120, ago. 1957, p. 2.

<sup>50</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 107.

vez que os socialistas têm como estratégia a participação política no Estado, aspecto rejeitado pelos anarquistas, que o veem como um instrumento de opressão.

Quanto à referência à participação dos anarquistas durante a Guerra Civil Espanhola, Porto procurou enfatizar o papel desempenhado pelos militantes no combate ao “exército espanhol” – no caso, a “falange” de Francisco Franco. Borba tratou tal fato como um dos últimos eventos significativos do anarquismo em perspectiva global, “desaparecendo enquanto movimento político viável”<sup>51</sup>. Tratando o socialismo do PSB jocosamente como um “Socialismo à [João] Mangabeira”<sup>52</sup> devido ao partido supostamente ter negado suas relações internacionais com outros partidos do mesmo segmento, Porto defendeu a exequibilidade do anarquismo por meio de suas experiências historicamente construídas, afirmando que sua proposta se difundiria ao vencer a resistência à propaganda<sup>53</sup>. O trecho a seguir delimita os fatores considerados cruciais pelo autor:

[...] É preciso desmascarar o mito da Rússia, que traz o trabalhador iludido e esperançoso. É preciso mostrar que, enquanto houver Governo, há apressão [sic], seja êle de Atlee [sic] ou de Leon Blum. É preciso mais lealdade no processo da luta, principalmente, por parte dos socialistas, afim [sic] de não transformarem em movimentos eleitoralistas, os movimentos que se criem, para esclarecimento honesto do proletariado. Há bem pouco tempo foi boicotado o M. O. S. (Movimento de Orientação Sindical), por elementos que estavam mais interessados na caça do voto, do que no esclarecimento dos trabalhadores. O M. O. S. não se prestava para ninho de eleitores. É preciso mostrar aos trabalhadores que não basta lutar por mais salário e menos horas de trabalho, porque a burguesia vai, na mesma proporção, aumentando o custo da vida, mas, que urge transformar a organização social, para sairmos deste círculo vicioso.

Hoje, no Brasil, somos poucos os anarquistas; a nossa ação nos sindicatos não é sentida, como o foi até 1918; por isso, os políticos têm acesso a eles, mentem aos trabalhadores e são carregados em triunfo ridículo!<sup>54</sup>

Para refletirmos de maneira mais aprofundada acerca da publicização do anarquismo, estabelecida de maneira estratégica a partir da repercussão da morte de José Oiticica e de respostas aos textos *post mortem*, é fundamental ponderarmos sobre a conjuntura que o Brasil atravessava no momento das publicações. Em 1957, o país já estava no segundo ano do governo Juscelino Kubitschek (JK). Por meio de um projeto econômico nacional-desenvolvimentista e de uma sustentação política e partidária através de uma aliança entre o seu partido, o Partido

---

<sup>51</sup> BORBA, Osório. “Notas sobre uma personalidade”. *Correio da Manhã*, n. 19735, 27 jul. 1957, p. 9.

<sup>52</sup> A menção a João Mangabeira se deve ao fato de que, à época, o político baiano era um dos principais expoentes do PSB, do qual foi presidente. Com 9.466 votos, perdeu a eleição presidencial de 1950 para Getúlio Vargas, encabeçando a chapa que seu partido lançou. No momento de publicação do texto de Serafim Porto, era membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas, durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Para outras informações: JOÃO MANGABEIRA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao\\_mangabeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao_mangabeira)>. Acesso em 13 mai. 2019.

<sup>53</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. *Ação Direta*, n. 120, ago. 1957, p. 2.

<sup>54</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. *Ação Direta*, n. 120, ago. 1957, p. 2.

Social Democrático (PSD) – de caráter conservador e ruralista – e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do então vice-presidente João Goulart – mais inserido no meio urbano e ligado aos interesses trabalhistas –, JK “conciliou o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista” em meio a “um quadro social e político tenso e com interesses bastante divergentes”<sup>55</sup>. O planejamento econômico de caráter centralizado propiciou o aprofundamento das transformações econômicas que o Brasil já atravessava. O governo JK se utilizou de subsídios governamentais que contemplaram setores estratégicos da economia, como o de energia, o de transporte e o de indústria de base. A atração de capital estrangeiro também desempenhou importante papel, proporcionando “um incremento da produção de bens econômicos duráveis, com destaque para o setor automobilístico”<sup>56</sup>.

Entretanto, ainda que o crescimento econômico tenha sido exponencial, não foi o suficiente para aplacar as desigualdades sociais e, paulatinamente, as contradições do modelo econômico de JK se tornavam evidentes, como a queda do salário mínimo e partir de 1960 – decorrente, sobretudo, da inflação ocasionada pelo endividamento do Estado para sustentar os investimentos previstos no “Plano de Metas” do governo<sup>57</sup>.

Segundo Marcelo Badaró Mattos, o período que abrange meados da década de 1950 até o golpe de 1964 correspondeu à ascensão do movimento sindical, fato ilustrado por elementos como o crescimento do número de greves; o aumento da quantidade de sindicatos criados, bem como do número de filiados; a participação ativa dos sindicatos na formulação de políticas para o Brasil; a visibilidade das associações de resistência junto à opinião pública e a constituição de organismos intersindicais<sup>58</sup>. É nesse contexto que o Movimento de Orientação Sindical (MOS), mencionado por Serafim Porto, se insere. O MOS foi criado em 1953 por anarquistas de São Paulo, “inconformados” com a estrutura de interferência ministerialista na organização e no cotidiano dos sindicatos, herança do Estado Novo que foi mantida por Eurico Gaspar Dutra, sucedido por Getúlio Vargas, que retomou a presidência por meio da participação eleitoral. A organização visava à libertação dos “sindicatos da tutela do Governo e dos políticos”<sup>59</sup>. Sua constituição se insere em um ano emblemático para o movimento dos

---

<sup>55</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Coleção Brasil Republicano, v. 3, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 158-165.

<sup>56</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 90.

<sup>57</sup> *Ibid.*, pp. 90-91.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>59</sup> RODRIGUES, Edgar. **Entre ditaduras (1948-1962)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993a, p. 97.

trabalhadores: em 1953, ocorreu, em São Paulo, a chamada “greve dos 300 mil”, que “representou um marco na retomada das mobilizações operárias após o descenso iniciado no governo Dutra”. A resposta para o movimento, encampada pelo Estado e pelo patronato, foi uma violenta repressão<sup>60</sup>.

Durante o processo de retomada das mobilizações sindicais, o jornal *Ação Direta*, que representava os anarquistas do Rio de Janeiro, “apoiou desde a primeira hora o MOS”<sup>61</sup>, publicando, posteriormente, seu manifesto na edição de n. 91 (janeiro/fevereiro de 1954). Os anarquistas, portanto, vislumbravam no MOS um instrumento de combate à interferência estatal nos sindicatos, associações de resistência consideradas estratégicas na perspectiva de atuação dos militantes.

A menção ao boicote que o MOS teria sofrido por “elementos que estavam mais interessados na caça do voto” em vez de focar no “esclarecimento dos trabalhadores” constituiu uma estratégia de Serafim Porto no sentido de tensionar com os socialistas do PSB, que, conforme anteriormente explicitado, se utilizam da disputa política pelo aparelho do Estado como elemento estratégico para atingir suas finalidades. O autor anarquista procurou ressaltar que apenas a “transformação social” seria satisfatória para interromper a relação de dominação entre o trabalhador e a burguesia, uma vez que a luta por melhores salários ou redução da jornada de trabalho seria insuficiente: a burguesia, proporcionalmente, aumentaria o custo de vida. Há, portanto, uma tentativa de inverter o argumento de Osório Borba a respeito da inviabilidade do anarquismo, apresentando que, na verdade, a proposta socialista seria incapaz de promover as reais transformações que os trabalhadores necessitavam. O repúdio à disputa pela inserção no Estado é reforçado por Porto ao caracterizar o governo como um instrumento de “opressão”, mesmo quando o governo possui um caráter à esquerda, como a citada Rússia – alusão à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – ou os governos de França e Inglaterra, que estiveram sob comando, respectivamente, do primeiro-ministro socialista León Blum (1936-1937; 1938; 1946-1947) e de sua contraparte trabalhista Clement Attlee (1945-1951)<sup>62</sup>.

O parágrafo final do excerto apresentado indica a tentativa, por parte dos anarquistas, de retomar o espaço sindical, privilegiado durante a Primeira República. Porto evidencia, no entanto, as dificuldades dos militantes em combater a interferência estatal nos sindicatos, uma vez que os anarquistas eram minoritários. Nesse sentido, o MOS reflete uma tentativa da

---

<sup>60</sup> MATTOS, Marcelo Badaró, op. cit., p. 87.

<sup>61</sup> RODRIGUES, Edgar, op. cit., 1993a, p. 99.

<sup>62</sup> PORTO, Serafim. “Ecos da morte de Oiticica”. *Ação Direta*, n. 120, ago. 1957, p. 2.

militância libertária em retomar determinados espaços na década de 1950, tendo que lidar com obstáculos como o ministerialismo e disputas com outras forças políticas, como os trabalhistas, os socialistas e os comunistas – estes últimos capitaneados pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

A morte de José Oiticica e sua repercussão, portanto, teve um caráter simbólico e estratégico para os anarquistas que se expressavam por meio do periódico *Ação Direta*. Não podemos, certamente, desconsiderar os laços afetivos que os militantes possuíam em relação a Oiticica: mesmo entre os textos *post mortem* contestados, fica evidente sua dedicação e seu entusiasmo em prol da ideologia libertária. Todavia, não se pode descartar que os textos publicados no jornal anarquista configuraram não apenas uma resposta a dados que atentariam contra a memória de Oiticica, mas sim um instrumento de esclarecimento e de publicização do anarquismo – contestando, inclusive, perspectivas políticas de outras ideologias à esquerda, como o socialismo, simbolizado pelo PSB de Borba e de Mangabeira.

Apesar de as edições 119 e 120 do *Ação Direta* abordarem de maneira mais constante a morte de José Oiticica e sua repercussão, textos sobre o falecido anarquista ou mesmo produzidos por ele foram publicados, de maneira mais esparsa, durante a trajetória restante do jornal. Na edição de n. 126, datada de abril de 1958, por exemplo, foi publicado o texto “O 1º de Maio na opinião de José Oiticica”. Sua importância pode ainda ser verificada após um momento de “crise” entre os anarquistas do Rio de Janeiro, que, ao alterarem os rumos de suas orientações, criaram dois grupos: o “Grupo Anarquista José Oiticica” – que publicou seu manifesto nos jornais *Ação Direta* e *Tierra y Libertad*, do México – e o “Ação Libertária”, que, em conjunto com libertários de São Paulo, assumiu a responsabilidade de prosseguir publicando o *Ação Direta* e fundou o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO)<sup>63</sup>. Vale mencionar, ainda, o alcance internacional da morte de Oiticica: na edição de n. 122 (novembro de 1957), o *Ação Direta* publicou o texto “Morreu um Anarquista”, remetido da França e assinado por Joaquim Morente, um dos correspondentes europeus do grupo editor do jornal<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> RODRIGUES, Edgar, op. cit., 1993a, p. 164.

<sup>64</sup> A relação entre o grupo editor do *Ação Direta* com publicações de outros países reflete um dos aspectos mais persistentes da história da militância anarquista: o estabelecimento de redes de comunicação e solidariedade em nível local, regional e internacional. Coerente com a proposta internacionalista de sua ideologia, os anarquistas procuraram construir vínculos com grupos de outras regiões no sentido de fortalecer laços entre a militância. O estudo sobre as redes transnacionais desenvolvidas pelos militantes, portanto, é bastante contributivo para se pensar a respeito das relações construídas em perspectiva global e como se configuraram no cotidiano da militância. Trata-se de um útil recurso proposto por Marcelo van der Linden, um dos expoentes da “História Global do Trabalho”, e aplicado por historiadores brasileiros, como Kauan William dos Santos. Para mais, sugere-se VAN DER LINDEN, Marcelo. “História do Trabalho: o velho, o novo e o global”. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, pp. 11-26. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p11>>. Acesso em 14



Morente, tal qual Manuel Perez e Serafim Porto, enfatizou a importância de Oiticica inserindo-o no rol dos anarquistas considerados mais simbólicos, afirmando que seu “exemplo, como o dos Kropotkin, dos Eliseu Reclus, Salvochea, malatesta [sic], Bacunin [sic], [Fernando] Tarrida Del Marmol e tantos outros vive para o presente e para o futuro”<sup>65</sup>. Na edição de n. 124 (janeiro/fevereiro de 1958), um breve excerto destacou que o falecimento do “saudosos companheiro” repercutiu nos círculos libertários internacionalmente, com trabalhos sobre ele sendo publicados nos jornais e revistas recebidos – ainda que não explicitem quais são tais periódicos<sup>66</sup>. Mesmo após seu falecimento, portanto, Oiticica ainda configurava uma importante referência para a militância anarquista do Rio de Janeiro – além de ser conhecido fora do Brasil.

\*\*\*

Tradicionalmente, ao se abordar aspectos biográficos ou pertinentes à trajetória de um sujeito histórico, o texto pode incorrer em um padrão linear, teleológico, no qual o escritor procura dar sentido aos fatos relacionados à vida do sujeito. Geralmente, o ponto de partida, a depender do recorte temporal, são os aspectos mais antigos na trajetória do sujeito histórico abordado. A proposta desse tópico, que apresenta uma “quebra” da ordem narrativa ao iniciar pela morte, repercussão e apropriações, reflete não a tentativa de desenvolver uma “biografia” de Oiticica, mas sim de delinear um perfil político enquanto militante libertário. Investigar, inicialmente, a dimensão que sua morte adquiriu e como ela foi apropriada por determinados grupos ou indivíduos nos serve para refletir sobre os seguintes pontos: por que José Oiticica adquiriu importância entre a militância anarquista? Como se configurou sua adesão ao anarquismo? Quais as contribuições que ele trouxe para círculos e espaços em que atuou? Tais problemáticas serão melhor abordadas no decorrer dos capítulos.

Esta pesquisa não pretende se constituir, propriamente, em uma biografia, embora a dimensão biográfica seja inegável como parte da construção da investigação<sup>67</sup>. Seu principal

---

mai. 2019; SANTOS, Kauan Willian dos. **“Paz entre nós, guerra aos senhores”**: anarquistas em São Paulo diante a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Editora Prismas, 2017.

<sup>65</sup> MORENTE, Joaquim. “Morreu um Anarquista”. **Ação Direta**, n. 122, Nov. 1957, p. 4. É oportuno lembrar que, entre os anarquistas citados, apenas José Oiticica e Fernando Tarrida Del Marmól provêm da América Latina – este nasceu em Cuba quando a ilha ainda era colônia espanhola. Os demais são europeus: Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, da Rússia; Élisée Reclus, da França; Fermín Salvochea, da Espanha; Errico Malatesta, da Itália.

<sup>66</sup> “Militantes que desaparecem”. **Ação Direta**, n. 124, jan. 1958, p. 3.

<sup>67</sup> Pierre Bourdieu foi um crítico da abordagem biográfica, qualificando-a como uma “ilusão”. Um dos riscos que apontou foi a “essencialização” do sujeito em estudo por meio de uma “sucessão cronológica” com a pretensão de se organizar em sequências “ordenadas segundo relações inteligíveis”. Compreendemos, no entanto, que, conforme Philippe Levillain, a abordagem da trajetória de indivíduos pode constituir um interessante meio de “mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo

propósito é explorar a trajetória política do militante anarquista em questão em busca da compreensão de aspectos mais amplos da história política do Brasil<sup>68</sup> durante o recorte temporal proposto: quatro décadas que pautaram sua militância. Oiticica, por exemplo, iniciou sua adesão ao anarquismo em meados de 1912, participando da organização do Segundo Congresso Operário Brasileiro (1913) e contribuindo com a imprensa militante; entre 1917 e 1919, integrou as grandes mobilizações grevistas; combateu adversários políticos do campo da esquerda, como os comunistas – que disputaram com os anarquistas, de maneira eficaz, a influência sobre os trabalhadores; foi crítico do autoritarismo governamental na década de 1920; impulsionou a reorganização dos anarquistas a partir de 1945, com o fim do Estado Novo.

É fundamental salientar que a análise da trajetória de alguns sujeitos históricos é recurso usual nas reflexões historiográficas acerca de temáticas vinculadas ao movimento operário (brasileiro ou internacional) e para se pensar a historiografia do trabalho. O historiador Luigi Biondi construiu a biografia do anarquista italiano Gigi Damiani, ativo militante que viveu anos no Brasil. Alexandre Samis, por sua vez, abordou a trajetória do anarquista luso-brasileiro Neno Vasco nas primeiras décadas do século XX. Edilene Toledo discorreu acerca da trajetória do

---

como prova de vida”. Nesse sentido, por mais que não tenhamos, conforme já explicitado, a pretensão de desenvolver a biografia do militante, é necessário pontuar que o estudo de sua trajetória é útil para compreender tanto a sua configuração enquanto um sujeito histórico e político quanto questões mais amplas que permeavam os contextos nos quais estava inserido, como as tensões com o poder político representado pelo Estado, a participação de espaços de atuação política como os sindicatos, as disputas com correntes adversárias e afins. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 184; LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 176.

<sup>68</sup> Não obstante a importância da bibliografia relacionada à História do Trabalho, não podemos deixar de destacar nossa inserção na Nova História Política, reabilitada com a Nova História. A “Nova História Política”, distintamente da História Política que a antecedeu, não tem como preocupação somente o “fato” e os “grandes feitos” ou “personagens influentes” da história. Segundo Douglas Angeli e Rodrigo Simões, existe, na Nova História Política, uma preocupação, entre outras coisas, de refletir sobre as relações estabelecidas entre os indivíduos e “a sociedade global política”, considerando “comportamentos, escolhas, convicções, lembranças, memória, cultura”, uma vez que o político tangencia diversas questões. As investigações não se restringem, por exemplo, apenas ao Estado, podendo abarcar “organizações que reúnem forças singulares” e com capacidade de influenciar politicamente a “opinião pública”, como os sindicatos. As possibilidades de investigação se multiplicam graças à variedade de fontes a serem analisadas, como jornais, prontuários, legislação, correspondências – fontes que, inclusive, pautam este trabalho de pesquisa. Ademais, a análise de questões políticas tendo como base a construção da trajetória de um sujeito histórico dialoga com os propósitos da Nova História Política, uma vez que, mais do que compreender apenas o sujeito, é possível tangenciar questões “de um determinado período ou até mesmo de um lugar social”, como destacou Rafael Gomes. ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A Nova História Política e a questão das fontes históricas. *Revista Cippus - Unisalle*, v. 1, n. 2, nov/2012, pp. 112-129. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/324>>. Acesso em 25 jan. 2020; GOMES, Rafael Nascimento. A importância da biografia histórica para a História Política: as relações Brasil-Uruguai por meio das biografias de Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938). *Revista Latino-Americana de História - UNISINOS*, v. 4, n. 14, jan/jul. 2015, pp. 87-100. Disponível em: <<http://projeto.unisinis.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/640>>. Acesso em 25 jan. 2020.

militante italiano Edmondo Rossoni e sua paulatina adesão ao fascismo. Carlo Romani, por fim, pesquisou a “aventura anarquista” do militante Oreste Ristori, italiano que emigrou para a América do Sul, atuando, de maneira destacada, em países como Argentina, Brasil e Uruguai<sup>69</sup>.

Esta pesquisa não é “pioneira” em analisar a trajetória de José Oiticica: podemos citar pelo menos quatro outros textos que, inclusive, nos servem de referência. “A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira”, tese de Cristina Reis Figueira, é um amplo trabalho que fornece elementos de diferentes passagens da trajetória do anarquista, ainda que seu foco recaia prioritariamente sobre a educação. Teve acesso privilegiado a determinadas fontes, como o arquivo pessoal de José Oiticica – cedido por sua família. Seu recorte é amplo, abrangendo do nascimento até a morte do autor. A autora procurou explorar distintos lugares sociais nos quais Oiticica se inseria, como os debates engendrados com intelectuais como Silvio Romero e a interlocução mantida nas “rodas literárias”<sup>70</sup>.

As dissertações “José Oiticica: itinerários de formação de um anarquista (1912-1919)”, de Aden Lamounier, e “José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista”, de Lauris Junior, são, também, significativas contribuições. A primeira remete a uma reflexão acerca da configuração e da atuação de Oiticica enquanto anarquista na segunda década do século XX, tendo, como marcos temporais, o ano em que o autor se reivindicou publicamente anarquista pela primeira vez e o período de sua primeira prisão, decorrente da atuação na “insurreição anarquista” de 1918<sup>71</sup>. O segundo trabalho é mais abrangente, procurando abordar José Oiticica em diferentes lugares sociais – desde o ambiente familiar até a atuação na propaganda libertária

---

<sup>69</sup> Consultar, respectivamente, BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF: Mauad, 2006; SAMIS, Alexandre. “**Minha pátria é o mundo inteiro**”: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009; TOLEDO, Edilene. Imigração, sindicalismo revolucionário e fascismo na trajetória de Edmondo Rossoni. In: **Cadernos AEL**, Campinas, v. 15, n. 29, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2574>>. Acesso em: 16 jul. 2019; ROMANI, Carlo. Oreste Ristori: uma aventura anarquista. 1998. 208f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281157>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

<sup>70</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit.

<sup>71</sup> LAMOUNIER, Aden Assunção. **José Oiticica: Itinerários de um militante anarquista (1912-1919)**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000166673>>. Acesso em: 25 jan. 2020. Vale destacar que, no momento da elaboração da nossa pesquisa, Lamounier está desenvolvendo a tese “José Oiticica e as tentativas de preservação e desenvolvimento da Ideologia Anarquista: resistência libertária entre 1920 e 1945”, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação de Daniel Aarão Reis. A julgar pelas características, sua pesquisa seria de grande valia para estabelecer um diálogo com este trabalho, o que foi inviabilizado devido à simultaneidade.

e nas instituições de ensino<sup>72</sup>. Por fim, o artigo “Elucubrações dramáticas do professor Oiticica”, de Antonio Arnoni Prado, compreende um interessante estudo sobre o uso que o professor anarquista fazia do teatro, utilizando-se tanto das peças do grego Aristófanes quanto produzindo suas próprias peças teatrais com o objetivo de tecer críticas à estrutura social em voga<sup>73</sup>.

Considerando esses dados, melhor delimitamos a proposta da pesquisa: analisar a construção da trajetória do sujeito histórico José Oiticica tendo, como foco, sua configuração enquanto anarquista e sua militância política. Ele foi uma figura de destaque em diferentes segmentos; como anteriormente apresentado, também desenvolveu atividades enquanto professor, filólogo e mesmo poeta. Por questões de recorte, o cerne da pesquisa não envolve, propriamente, tais inserções, mas exclusivamente como José Oiticica se inseriu na militância anarquista, participando de maneira ativa e desenvolvendo análises tanto de questões de seu tempo quanto propostas políticas no sentido de intervir na realidade. Questionamos, por exemplo, como sua formação teórica foi determinante para engendrar determinados posicionamentos defendidos em artigos e demais textos de divulgação, podendo manifestar tanto coerência com a tradição anarquista quanto novas contribuições. O que justifica o recorte temporal em quatro décadas é o propósito de abranger, sobretudo, sua paulatina adesão ao anarquismo – processo que culmina a partir de 1912 – e a publicação de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” (1946-1947). Trata-se de uma obra vasta e complexa: podemos analisar o aporte teórico utilizado por Oiticica para analisar a sociedade e, a partir disso, pensar em propostas e soluções. Há, ainda, considerações sobre os adversários do campo político da esquerda – como os comunistas –, sua leitura acerca do Estado e o rascunho de um modelo de organização social futura. O recorte espacial engloba, principalmente, o Rio de Janeiro, cidade a qual o anarquista adotou e permaneceu a maior parte da vida.

Pretendemos, portanto, contribuir atentando para aspectos mais específicos e não tão aprofundados nos demais trabalhos. Uma das possibilidades que a ciência histórica oferta a quem nela se engaja é analisar objetos de estudo por diferentes perspectivas e problemáticas. Nosso foco remete à configuração de José Oiticica enquanto anarquista e sua militância,

---

<sup>72</sup> LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. **José Oiticica**: reflexões e vivências de um anarquista. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2009. Disponível em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93380/laurisjunior\\_rl\\_me\\_assis.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93380/laurisjunior_rl_me_assis.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>73</sup> PRADO, Antonio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 40, v. 14, pp. 267-297, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a21.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2020.

explorando como se organizou politicamente, parte dos debates em que se inseriu e suas contribuições conceituais tanto para o entendimento do anarquismo como para sua divulgação, conforme realizou em diferentes artigos e na obra “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Esta obra, inclusive, embora presente nas referências mencionadas, ainda carece de uma análise aprofundada em determinados pontos. Nela, por questões de recorte, nossa proposta abrange a análise, prioritariamente, das concepções de Estado de José Oiticica, além de suas elaborações a respeito de uma nova organização social após o processo revolucionário, caso o anarquismo triunfasse.

Ademais, munidos de outras fontes, temos, como objetivo, investigar qual o entendimento que Oiticica possuía sobre o anarquismo. Em outras palavras: o que ele considerava anarquismo? A qual corrente se alinhava? Por que considerava determinada proposta ideal? Como, a partir dessa definição, procurou intervir na realidade em prol do projeto político ao qual integrava? Para tanto, a dimensão biográfica tem relevante papel: com base na trajetória de Oiticica, podemos analisar as transformações pelas quais passou em diferentes segmentos, como em suas concepções políticas. De maneira mais ampla, há a necessidade de considerar as experiências que vivenciou no decorrer do tempo e do espaço, como as interlocuções que estabeleceu, estratégias de militância e afins. A experiência, portanto, é uma útil ferramenta de reflexão<sup>74</sup>. Não se trata, apenas, de um olhar para a vida do militante, mas de procurar entender as questões políticas e sociais que também influenciavam o seu tempo.

As fontes consultadas são de procedências distintas<sup>75</sup>. Os jornais e as revistas – tanto da imprensa militante quanto da grande imprensa – constituíram importantes ferramentas para o desenvolvimento das análises<sup>76</sup>. Para Oiticica, a imprensa foi um instrumento privilegiado de

---

<sup>74</sup>Segundo Edward Thompson, a experiência constitui uma categoria indispensável, ainda que imprecisa, ao trabalho do historiador, compreendendo a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 15.

<sup>75</sup>Ao discorrermos sobre a diversidade das fontes, recorremos a Ginzburg e ao “paradigma indiciário”. No ofício de historiador, frequentemente nos deparamos com lacunas em relação a nossos objetos de estudo. Para suprir essa contingência, uma alternativa fundamental é a conjectura, isto é, formular hipóteses com base nas fontes e mesmo na bibliografia. Os indícios, portanto, podem preencher as lacunas da pesquisa histórica. Ao tratarmos da trajetória de um sujeito histórico, por exemplo, a ausência de determinadas informações persistem, uma vez que as fontes – quando existem – podem estar esparsas. Especificamente no caso de Oiticica, por exemplo, frequentemente nos valem de informações escritas por outros autores, como artigos em jornais, os prontuários produzidos pelo Estado e mesmo cartas. Ainda de acordo com Ginzburg, o “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 157.

<sup>76</sup>A imprensa desempenhou relevante papel na propaganda libertária. Utilizada pela militância, as imprensas anarquista e operária constituíram ferramentas de politização, informação e organização da classe trabalhadora, pautando-se por uma variedade de periódicos que se caracterizaram, em parte, pela efemeridade – principalmente devido às dificuldades econômicas e à repressão estatal. Os jornais produzidos por anarquistas e/ou operários

sua atuação propagandística. Reivindicando-se anarquista pela primeira vez em artigo publicado, em 1912, no jornal anticlerical *A Lanterna*, colaborou e fundou diferentes jornais no decorrer do tempo. Podemos citar, como exemplos de contribuições: a revista *A Vida* (1914-1915), voltada à difusão do anarquismo; o jornal *Spártacus* (1919-1920), órgão de comunicação oficial da seção carioca do partido comunista-anarquista fundado em 1919, no qual Oiticica participou entusiasticamente; o jornal *Ação Direta*, fundado em 1928, interrompido pouco depois e retomado somente em 1946, vigorando até 1959. Além dos artigos publicados em jornais e folhetos, o militante libertário produziu, enquanto esteve preso entre 1924 e 1925 durante a instabilidade política do governo de Artur Bernardes, a já citada obra “A doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, publicada entre 1946 e 1947, como folhetim, no jornal *Ação Direta*.

É fundamental considerar que os textos publicados nos jornais são pautados por distintas intencionalidades – conscientes ou não. Ao analisar aspectos do cotidiano sob a perspectiva libertária, José Oiticica, por exemplo, além de apresentar sua criticidade, procurava apresentar o anarquismo como uma alternativa factível ao público leitor. Havia, portanto, uma intencionalidade propagandística, de divulgação ideológica. Ademais, é preciso considerar as características próprias dos jornais libertários e operários: as dificuldades financeiras e a repressão sistemática frequentemente eram denunciadas pelos grupos editores no sentido de angariarem maior apoio junto ao público leitor.

Os prontuários, por sua vez, foram de grande valia para compreendermos a vigilância e o controle que o Estado tentava estabelecer sobre José Oiticica e demais militantes que foram seus contemporâneos. Obtidos tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, possuem uma quantidade significativa de material que atestam tanto a trajetória prisional do anarquista quanto o monitoramento constante a que foi submetido após o paulatino recrudescimento da repressão a partir da década de 1920. O prontuário n. 9897 (DESPS-RJ), por exemplo, elenca os episódios que resultaram nas prisões de Oiticica nos anos de 1919, 1924, 1933 e 1937 – todas na cidade do Rio de Janeiro –, além do monitoramento constante. Há, na documentação oficial, descrições a respeito de como os agentes abordavam o anarquista, suas reações, queixas e protestos. Um

---

mantinham relações de colaboração entre si, transcendendo as fronteiras regionais e nacionais. Sobre a imprensa: RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. “Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009; FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, p. 14; BARTZ, Frederico Duarte. Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves. In: **IX Encontro Estadual de História**, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Porto Alegre, Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul, 2008.

dos aspectos mais curiosos, por exemplo, era a frequente associação de Oiticica ao comunismo – sobretudo na década de 1930, após o episódio conhecido como “Intentona Comunista”, caracterização que ele descartava de forma decisiva graças à rivalidade entre anarquistas e comunistas.

O prontuário n. 860 (DEOPS-SP) é relativamente inferior na quantidade de documentos à disposição, tendo, como foco, as atividades de José Oiticica em São Paulo no decorrer da década de 1930, quando as organizações anarquistas do Rio de Janeiro se defrontavam com o paulatino autoritarismo do governo Getúlio Vargas. Há descrições minuciosas, realizadas por agentes infiltrados, a respeito de conferências ministradas por José Oiticica nos anos de 1931 e 1933. É importante considerar que as informações presentes nos prontuários devem ser analisadas com cautela, uma vez que nem sempre se encontram fontes capazes de propiciar o cruzamento de dados adequados no sentido de confirmar a veracidade do que estava descrito.

As correspondências também constituíram fontes fundamentais para mapearmos alguns aspectos da trajetória de José Oiticica. Embora minoritárias se comparadas às demais, possibilitaram investigar o período em que o professor anarquista e outros militantes estiveram sob tutela do Estado quando da instituição do estado de sítio por Artur Bernardes, evidenciando alguns dos contornos que pautavam a lógica repressiva no período.

O primeiro capítulo apresenta os primeiros anos de José Oiticica, seus contatos iniciais com o anarquismo e sua militância a partir da década de 1910. São analisados episódios como sua aproximação com a militância anarquista e anticlerical; o envolvimento na propaganda libertária e na realização de congressos operários; a construção de organizações especificamente anarquistas; o planejamento de uma insurreição de caráter libertário no Rio de Janeiro; as influências exercidas pela Revolução Russa.

O segundo capítulo tem como cerne explorar a atuação de José Oiticica nas décadas de 1920 e, abrangendo a conturbada conjuntura que, entre outras coisas, resultou no fim da chamada “Primeira República” e na ascensão de um governo com perspectivas outras no que tangia à classe trabalhadora. A defesa do estabelecimento de uma organização especificamente anarquista; o recrudescimento da repressão; o estado de sítio; a prisão; as disputas políticas com comunistas e cooperativistas são pontos fundamentais.

O terceiro capítulo engloba, mais precisamente, o período entre 1930 e o final da década de 1940. Devido ao paulatino acirramento do autoritarismo – culminando, em 1937, no Estado Novo de Getúlio Vargas –, José Oiticica e os anarquistas do Rio de Janeiro lidaram com dificuldades nos seus tradicionais espaços de militância, optando, estrategicamente, pela

inserção em espaços anticlericais. O ministerialismo, que atrelou os sindicatos à órbita do Estado, também foi pontuado. Na década de 1940, mais precisamente com o fim do Estado Novo, os anarquistas iniciaram o processo de retomada da militância, criando novas organizações políticas e retomando periódicos, como o *Ação Direta*.

No último capítulo, analisamos questões pertinentes ao texto “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Primeiramente, apresentamos informações referentes ao jornal *Ação Direta*, do qual Oiticica integrou, por extenso período, seu grupo editor – além de publicar artigos. Entre 1946 e 1947, “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” foi publicada no referido jornal. Posteriormente, discorreremos especificamente sobre três temas da obra: 1) As ferramentas de análise de José Oiticica; 2) Sua concepção de Estado; 3) Propostas para uma organização social comunista anárquica. Devido à extensão da obra, optamos pela primazia dos três tópicos para melhor nos aprofundarmos a respeito de suas perspectivas tanto no que tangia à análise da sociedade quanto da própria ideologia que reivindicava.

## **CAPÍTULO 1: PARADOXO HUMANO? OS CONTATOS INICIAIS DE JOSÉ OITICICA COM O ANARQUISMO**

Paradoxo Humano



Tendo sido professor do Estado por 35 anos, José Oiticica não acredita no Estado, que por sua vez nem sempre acredita no platonismo dêsse anarquista. E foi assim que em diversas ocasiões o Professor Oiticica tirou férias forçadas nas cadeias do Estado<sup>77</sup>.

Em maio de 1953, José Oiticica figurou como um dos entrevistados da revista *O Cruzeiro*. Intitulada “Confissões de um anarquista emérito”, um dos destaques da matéria é o texto, acima transcrito, que acompanha uma foto de Oiticica lecionando para um grupo de mulheres. Seria ele um “Paradoxo Humano”? No que consistiria esse paradoxo?

Conforme abordado na introdução, não era de todo incomum qualificarem José Oiticica como uma personalidade antitética, permeada de contradições. O texto selecionado possui elementos importantes. O militante anarquista foi apresentado como um “professor do Estado”, desempenhando tal função por um período relativamente longo (35 anos); essa atuação iria de encontro a um dos preceitos primordiais do anarquismo: a rejeição ao Estado e sua consequente superação pela via revolucionária. Nessa relação supostamente contraditória, o Estado não constituía um “sujeito passivo” para com o militante: desconfiado de sua atuação política, não se furtou de encarcerá-lo quando julgou oportuno. Eis, portanto, os pontos que levaram os redatores a considerarem Oiticica um “paradoxo humano”: era, em suma, o militante anarquista que, embora descrente do Estado e atuando enfaticamente, há décadas, por sua supressão, vendia sua força de trabalho para esse mesmo Estado para sobreviver.

Ao introduzir a matéria, Mario Caminha elencou alguns depoimentos a respeito do “Professor José Oiticica”, destacando que, graças a “sua obra e a dignidade com que, durante 35 anos, exerceu a cátedra” de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II, foi homenageado com o “título máximo da Casa: Professor Emérito”<sup>78</sup>. Otacílio Pereira, então secretário do Colégio Pedro II, afirmou que

— Oiticica foi realmente um grande Professor, de acôrdo com as tradições desta casa [o Colégio Pedro II]. Sua dedicação só tinha paralelo na sua severidade. Não faltava, não chegava atrasado, não saía da matéria. Um grande Professor, apesar do anarquismo...<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 72.

<sup>78</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 72.

<sup>79</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 72.

Relacionado ao anarquismo de Oiticica, o depoimento de Theophilo de Andrade<sup>80</sup>, apontado por Camarinha como proponente da reportagem, teria ressaltado, “em tom malicioso”, que Oiticica talvez fosse “o único anarquista existente” no Brasil<sup>81</sup>.

O depoimento de Otacílio Pereira apresentou o anarquismo de José Oiticica como uma ressalva em sua trajetória. Theophilo de Andrade, por sua vez, procurou reduzir a efetividade do próprio anarquismo no período, qualificando Oiticica como “único” militante no Brasil, como se fosse algo exótico. Tais depoimentos, situados quatro anos antes da morte do militante libertário, em alguma medida se assemelham a textos *post mortem* publicados sobre Oiticica, como apresentamos na introdução.

O anarquismo de Oiticica, portanto, despertava opiniões distintas. Entre os militantes libertários, como o grupo que compunha o jornal *Ação Direta*, constituía um importante marco, inclusive, por sua destacada atuação ao longo de décadas. Para indivíduos não vinculados diretamente à militância anarquista, porém, tratava-se de um aspecto negativo em sua trajetória ou mesmo de menor importância, uma vez que não teria o impacto necessário para a consecução de seus objetivos. Apesar de perspectivas tão contraditórias, podemos questionar: como se configurou o anarquismo de Oiticica? As contradições eram tão evidentes como críticos de sua militância afirmavam? Para traçarmos de maneira aprofundada a constituição do seu perfil político, é importante que analisemos aspectos relacionados à trajetória de Oiticica.

## 1.1 OS PRIMEIROS ANOS DE JOSÉ OITICICA

Quando concedeu a entrevista para a revista carioca *O Cruzeiro*, em 1953, a cidade do Rio de Janeiro já não era estranha para José Oiticica. Estabelecido, à época, em um imóvel no bairro da Urca<sup>82</sup>, próximo ao Pão de Açúcar, cotidianamente seguia para o Centro da cidade para exercer a profissão a que há décadas se dedicava: professor de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II. Um “grande Professor”, retomando as palavras de Otacílio Pereira<sup>83</sup>. O

---

<sup>80</sup>Teophilo Ribeiro de Andrade Filho (1922-2015) foi um advogado e político paulista. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), ocupou diferentes postos relacionados à seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre 1963 e 1967, exerceu mandato de deputado federal por seu estado natal, integrando o Partido Democrata Cristão (PDC). Para mais: THEOPHILO DE ANDRADE (Teophilo Ribeiro de Andrade Filho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-biografico/teofilo-ribeiro-de-andrade-filho>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

<sup>81</sup>CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 72.

<sup>82</sup>Mais precisamente, na R. Osório de Almeida, 67. RODRIGUES, Edgar, op. cit., 1993a, 12º anexo. Posteriormente, no final da década de 1930, de acordo com o prontuário n. 9897 da polícia civil da cidade, Oiticica ainda residia no bairro da Urca, mas na Av. São Sebastião, 135.

<sup>83</sup>CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 72.

Colégio Pedro II, porém, não era sua única motivação para frequentar, de maneira assídua, a região central da cidade: lá também se situava seu escritório, onde a redação do jornal *Ação Direta* funcionou por anos – mais especificamente, no 2º andar do número 147-A da R. Buenos Aires<sup>84</sup>.

Local de trabalho, de militância, de convivência familiar, de construção de laços pessoais, de conflitos e de prisões: a cidade do Rio de Janeiro foi, sem dúvidas, o espaço geográfico privilegiado da trajetória de José Oiticica. Tamanha ligação com a cidade não o tornava, contudo, um “carioca da gema”, como estabelecido no dito popular: sua origem remonta, na verdade, à cidade de Oliveira, localizada no vizinho estado de Minas Gerais.

Nascido na cidade mineira em 22 de julho de 1882, José Rodrigues Leite e Oiticica era o quarto dos sete filhos do casal Ana Adélia Leite Pitanga e Francisco de Paula Leite e Oiticica. De origem alagoana, a família se situava, no período, em Oliveira (MG) porque Francisco de Paula Leite e Oiticica, formado em Direito, exercia o cargo de juiz municipal. A convivência de Oiticica com seu local de origem, entretanto, foi relativamente breve: a partir de 1885, a família retornou para o estado de Alagoas. Na cidade de Rio Largo, sua família possuía, desde meados do século XIX, uma grande propriedade rural, denominada “Engenho Riachão”<sup>85</sup>.

Poucos anos após o retorno a Alagoas, Francisco de Paula Leite e Oiticica assumiu cargos políticos de grande relevância no início do período republicano, representando seu estado natal como deputado federal (1891-1893) e senador (1894-1900)<sup>86</sup>. Características como a inserção paterna na política e formação no tradicional curso de Direito, além da grande propriedade rural, indicam que a família de José Oiticica pertencia à elite política e econômica

---

<sup>84</sup> No decorrer de 13 anos de publicação do jornal, a redação passou por três endereços diferentes, permanecendo por mais tempo no escritório situado na R. Buenos Aires – mais precisamente, entre a primeira edição (1946) e o n. 91 (1954). A partir do n. 92 (1954), num prazo relativamente curto, a redação se estabeleceu no 5º andar do n. 227 da Av. Erasmo Braga, onde permaneceu até a edição de n. 97 (1955). O terceiro endereço, abrangendo a edição de n. 98 (1955) até a derradeira, em 1959, remete à Av. Treze de Maio, 23 – 9º andar. Todos os endereços se situavam no centro do Rio de Janeiro. O grupo editor não forneceu maiores explicações sobre as trocas durante a publicação do periódico, mas, a julgar pelas difíceis condições da imprensa militante, podemos supor que seja por dificuldades financeiras e pela repressão.

<sup>85</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 23.

<sup>86</sup> A atuação parlamentar de Leite e Oiticica, inclusive, destaca-se pela participação na ratificação da Constituição Federal promulgada em 24 de fevereiro de 1891, sendo a primeira do período republicano. Está disponível para consulta em BRASIL. Constituição Federal de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

de Alagoas<sup>87</sup>. É possível conjecturar, portanto, que José Oiticica não conviveu com dificuldades financeiras em sua infância, mantendo, inclusive, desde jovem, contato com a área política<sup>88</sup>.

A atuação de Leite e Oiticica enquanto deputado federal constituinte resultou na transferência da família para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A mudança reflete o primeiro contato contínuo de José Oiticica com a cidade que adotou até o final de sua vida, constituindo palco de sua atuação militante. No Rio de Janeiro, iniciou seus estudos em instituições religiosas, sendo aluno interno do Colégio São Luiz Gonzaga (Teresópolis) e, posteriormente, ingressando no Colégio Arquidiocesano São José. O rígido e disciplinador ambiente do São José, inclusive, foi de encontro à “rebelia” do jovem Oiticica: ao se rebelar contra “a mão à palmatória” que lhe seria aplicada, foi expulso da instituição. Na entrevista concedida à revista *O Cruzeiro*, ele naturalizou sua oposição ao castigo físico como um traço “meio rebelde” que, de maneira coerente, estaria relacionado à sua configuração enquanto anarquista<sup>89</sup>.

Posteriormente, ingressou no Colégio Paulo de Freitas, instituição de ensino laica na qual concluiu os cursos preparatórios aos 15 anos de idade, o que lhe possibilitava acesso ao ensino superior. É importante destacar que, no início do período republicano, o ensino secundário ainda não estava institucionalizado em todo o território nacional, resultando em duas opções para ingressar no ensino superior: a conclusão dos exames preparatórios ou estudar no Colégio Pedro II<sup>90</sup>.

Oiticica ingressou na Faculdade de Direito de Recife, concluindo o curso, em 1902, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro<sup>91</sup>, tendo sido “Aprovado com distinção em todo o curso”, segundo Edgar Rodrigues<sup>92</sup>. Possuía, à época, uma forte “crença”

---

<sup>87</sup> A tradição política de Leite e Oiticica, vale frisar, data do Império: entre 1874 e 1875, ocupou o posto de deputado provincial. Ademais, formado pela Faculdade de Direito do Recife, aos 19 anos, exerceu, também, o cargo de promotor público da comarca da Anadia. Consultar: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA.%20Francisco%20de%20Paula%20Leite%20e.pdf>. Acesso em 31 mai 2019.

<sup>88</sup> É importante lembrar, como já apontado por Lamounier, que as fontes sobre a infância de José Oiticica são bastante escassas, fato que demanda o estabelecimento de algumas conjecturas. Lamounier, Aden Assunção. **José Oiticica: Itinerários de um militante anarquista (1912-1919)**. 2011. 24 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000166673>>. Acesso em 31 mai 2019.

<sup>89</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>90</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 27.

<sup>91</sup> Baseado nas fontes disponíveis e na bibliografia, não foi possível precisar quando Oiticica iniciou seus estudos em Recife e nem o porquê de ter retornado ao Rio de Janeiro antes de sua conclusão. Como já citado, ele ingressou na Faculdade de Direito de Recife após ter concluído, aos 15 anos, os exames preparatórios do Colégio Paulo de Freitas. Poderíamos supor, portanto, que seu ingresso se deu em meados de 1898, já no final do século XIX.

<sup>92</sup> RODRIGUES, Edgar. “José Oiticica: sua vida, suas obras, suas ideias”. In: OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Econômica Ed., 2ª Ed., 1983, p. II.

no Direito, disputando “sempre os primeiros lugares” com o já citado Levi Carneiro<sup>93</sup>. A crença no Direito aparenta estar relacionada, entre outras coisas, à influência do núcleo familiar: seu pai, Leite e Oiticica, fizera o mesmo curso em Recife. Ademais, não era incomum, à época, que os filhos das elites se formassem “homens de letras”, posição que denotava “signo de poder” e de prestígio na “hierarquia social”<sup>94</sup>. Seus interesses intelectuais se expandiram: ao cursar, no quarto ano de Direito, a disciplina de “medicina legal”, passou a se interessar pelas ciências naturais, ingressando, posteriormente, no curso de Medicina – não o concluiu, entretanto<sup>95</sup>. Os interesses diversificados de Oiticica poderiam ser explicados pelo fato de que, em seu tempo, vislumbrava-se a concepção de uma “ciência única”, “síntese da humanidade”<sup>96</sup>. A “medicina legal”, por exemplo, sintetizava a aproximação entre Direito e Medicina.

Além da influência familiar e da posição de prestígio que a formação em Direito poderia conferir, outro fator a ser considerado é a escassez de cursos superiores no período. As ofertas estavam restritas, basicamente, a três áreas: os seminários episcopais; o segmento militar e os “cursos das carreiras liberais” – Direito, Engenharia e Medicina. Oiticica manifestou declarado interesse por dois dos três cursos citados<sup>97</sup>. A formação de bacharel em Direito, além do exercício profissional, era um elemento de acesso à carreira política – caminho percorrido por seu pai, Leite e Oiticica.

Apesar das possibilidades que sua condição social, formação e época poderiam lhe proporcionar, José Oiticica, talvez pela “rebeldia” que afirmou no episódio da recusa à palmatória, cultivava um elemento que seria fundamental para sua configuração enquanto anarquista: a dúvida. Sua crença no Direito foi paulatinamente abalada, conforme expôs em alguns momentos de sua vida. Em texto publicado no jornal *Na Barricada* em 1915, por exemplo, afirmou que ainda como “estudante de leis”, no quarto ano, passou a “duvidar da lei” da mesma forma que duvidou, anos antes, enquanto “filho espiritual do Seminário de S. José”,

---

<sup>93</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>94</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., pp. 27-29.

<sup>95</sup> De acordo com Figueira, apesar de Oiticica não ter concluído o curso de Medicina, algumas características dessa experiência poderiam ser visualizadas em suas atitudes, como o vegetarianismo; a reprovação ao alcoolismo e ao tabagismo (compartilhada pelo movimento operário, que procurava combater os “vícios provocados pelo capitalismo”, que entorpeceriam os trabalhadores) e o entusiasmo em relação à homeopatia. A atmosfera de “regeneração social” do período, ainda, incentivou que os intelectuais aderissem às teorias de higienismo, op. cit., pp. 28-29.

<sup>96</sup> SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 92.

<sup>97</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., pp. 27-28.

da Igreja<sup>98</sup>. Ainda na entrevista para a revista *O Cruzeiro*, Oiticica relatou um episódio que contributivo para sua dúvida:

[...] com uma crença sagrada no Direito, fui ao Fôro levar um alvará para registro. O oficial do registro me cobrou 13\$600, quando o Regimento de custas marcava para o caso apenas 3\$600. Protestei. O homenzinho foi peremptório: —Não me interessa o que o Regimento diz. Eu preciso viver<sup>99</sup>.

A desilusão de Oiticica com o Direito impactou alguns aspectos de sua trajetória. Diferente do pai, não enveredou para a política parlamentar – algo que seu bacharelado poderia propiciar. A percepção dos limites da carreira também contribuiu para que paulatinamente aprofundasse uma concepção crítica a respeito das leis e do papel do Estado, que se tornará decisiva em suas publicações já como anarquista. Ademais, passou a se dedicar ao segmento profissional que o pautaria até o final da sua vida: a educação. Retomando o vínculo com o Colégio Paulo de Freitas, onde se formara aos 15 anos, passou a lecionar História<sup>100</sup>. Sua atuação na educação, inclusive, seria de grande valia para suas publicações e conferências quando de sua adesão ao anarquismo e o contato com o movimento operário.

A inserção e o interesse de Oiticica no segmento educacional não se deram abruptamente, após se desiludir com o Direito, mas de forma gradual. No início do século XX, encontramos algumas evidências de seu envolvimento com a área da educação. Em publicação do *Jornal do Brasil*, datada de 1903, foi mencionado como o representante da Federação Brasileira de Estudantes a entregar, em evento solene, mensagem da organização a Santos Dumont<sup>101</sup>. No mesmo ano, o jornal *Correio da Manhã* divulgou sua participação como membro da “comissão encarregada de dar parecer sobre o Código de Ensino”, que abordava as disposições comuns das instituições de ensino superior submetidas ao então Ministério da Justiça e Negócios do Interior e estava em debate no início do século XX<sup>102</sup>.

O interesse de Oiticica pela educação o estimulou a fundar, em 1905, na cidade do Rio de Janeiro, o Colégio Latino-Americano. Já estabelecido no Distrito Federal, ele se casou, em 1904, com Francisca Bulhões, sua prima. “Zinha”, como foi carinhosamente apelidada pelo

---

<sup>98</sup> OITICICA, José. “As causas do crime – carta aberta ao dr. Silva Marques”. Na *Barricada*, n. 13, 2 set. 1915, p. 2.

<sup>99</sup> CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

<sup>100</sup> NEVES, Roberto das. José Oiticica – um anarquista exemplar e uma figura ímpar na História do Brasil. In: OITICICA, José. *Ação Direta* (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, p. 10.

<sup>101</sup> “Notas diversas”. *Jornal do Brasil*, n. 256, 13 set. 1903, p. 5.

<sup>102</sup> “Vida acadêmica”. *Correio da Manhã*, n. 768, 19 jul. 1903, p. 4.

esposo, foi sua leal companheira até o final da vida<sup>103</sup>. Ela o apoiou na empreitada de seu Colégio – que, em termos materiais, também contou com o apoio do pai, Leite e Oiticica. Anúncios sobre a nova instituição de ensino estampavam jornais do período, como o *Jornal do Brasil*

Esta capital acaba de ser dotada de mais um estabelecimento de instrução, o Collegio Latino Americano, fundado pelo senhor dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica e por seu filho o sr. dr. José Oiticica.

[...]

O programma de ensino do Collegio Latino Americano será o mesmo adoptado no Collegio des Roches, da França<sup>104</sup>.

Para José Oiticica, o atraso da educação constituiria o principal elemento da “incapacidade do cidadão nacional”. Foi um crítico do modelo de tradição portuguesa (à época, alimentado por perspectivas pedagógicas francesas), tendo, como referência positiva, os estadunidenses. O modelo de instituição escolar do período, portanto, seria um dos obstáculos para o desenvolvimento do brasileiro, uma vez que a disciplina excessiva e os castigos representariam limitações à sua “criatividade”<sup>105</sup>. Sua experiência à frente do Colégio Latino-Americano, no entanto, foi efêmera: dificuldades financeiras, em parte relacionadas à opção pela oferta de gratuidade destinada a crianças sem condições econômicas de custear os estudos contribuíram para o fim da instituição<sup>106</sup>.

A oferta de gratuidade para determinadas crianças, mais do que uma ação de caridade, remete ao fato de que, para José Oiticica, a educação constituía uma possibilidade de ascensão social. A emancipação do sujeito estaria diretamente relacionada à sua formação escolar, que poderia impedir, em tese, que as classes baixas se mantivessem estáticas e subalternas ante as aspirações das classes dominantes<sup>107</sup>. No início do século XX, a educação adquirira centralidade no sentido de se formular um projeto modernizador<sup>108</sup> para o Brasil, tendo como expoentes

---

<sup>103</sup> É importante destacar o papel desempenhado por Francisca Bulhões na trajetória de Oiticica. Em depoimento concedido à historiadora Cristina Aparecida Reis Figueira, Sonia Oiticica afirmou que sua mãe também participava do orçamento familiar: além de trabalhar no Colégio Latino-Americano, também costurava, teceu rendas de bilro e cozinhava, vendendo biscoitos a amigos e à Confeitaria Colombo. Durante as prisões de Oiticica – que, entre outras coisas, podiam gerar dificuldades financeiras quando havia corte de pagamento –, “Zinha” era responsável por zelar pelo bem-estar da família, auxiliando o anarquista sempre que possível. Edgar Rodrigues publicou, em livro, exemplos de correspondências entre “Zinha” e “Cajusa” – como Oiticica foi apelidado por sua esposa –, evidenciando o profundo afeto e colaboração existente entre ambos. Para mais: FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., pp. 57; 9-29 [anexos] e RODRIGUES, Edgar. **Os libertários**: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco e Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR Editores associados, 1993b, pp. 58-64.

<sup>104</sup> **Jornal do Brasil**, n. 126, 6 mai. 1905, p. 2.

<sup>105</sup> Importante lembrar que, na infância, o próprio Oiticica se insurgiu contra o castigo físico a que seria submetido em uma instituição religiosa.

<sup>106</sup> SAMIS, Alexandre, op. cit., 2007, p. 93.

<sup>107</sup> LAMOUNIER, Aden Assunção, op. cit., p. 30.

<sup>108</sup> Inspirados na *Belle Époque* europeia, o projeto modernizador também atingiu o ambiente urbano. Segundo Jaime Benchimol, no Rio de Janeiro, então capital do país, o prefeito Pereira Passos (1902-1906) realizou obras

sujeitos pertencentes às elites intelectuais, como Manuel Bonfim e Silvio Romero. A centralidade desse projeto, no discurso político, foi elaborada com base no “ideário iluminista e liberal”, atribuindo à instrução escolar o papel de possibilitar a obtenção da “igualdade” e da “liberdade” – que seriam fundamentais para o desenvolvimento e a consolidação da então jovem República<sup>109</sup>. José Oiticica, ainda pautado em perspectivas políticas de cunho liberal, portanto, estava inserido em um amplo debate.

Em seu Colégio Latino-Americano, o programa de ensino foi baseado em leituras da obra de Edmond Demolins, sobretudo “L’education nouvelle: L’École des Roches”, um dos diversos projetos da chamada “Escola Nova”<sup>110</sup>. Desde 1886, Demolins mantinha o periódico *La Science Sociale*, espaço de reflexões e debates. José Oiticica participou das discussões presentes no periódico, mantendo interlocução e estabelecendo uma rede colaborativa com intelectuais de distintas nacionalidades, inclusive brasileiros. Silvio Romero, entusiasta das propostas de Demolins, foi um dos intelectuais com quem manteve correspondência<sup>111</sup>. As proposições abordadas pelo periódico francês se inserem no amplo debate escolanovista, que pautou intelectuais de diferentes países. A articulação dessas ideias, difundidas por diferentes meios (jornais, revistas e livros), acompanhava os “vieses das ciências naturais e sociais”, dialogando com a sociedade por meio “das vertentes da biologia evolucionista de Darwin, do racionalismo e do materialismo histórico”. Trata-se de um debate que também influenciou a imprensa operária, na qual Oiticica se engajou na década de 1910<sup>112</sup>.

---

relacionadas à “higiene”, à “salubridade” e ao “embelezamento” do espaço urbano. Para tal, Nicolau Sevcenko argumentou que o prefeito se valeu de “poderes tirânicos” e sem “qualquer direito de defesa da comunidade” graças à Lei n. 1101 (19 nov. 1903), que alterou a Lei Orgânica do Distrito Federal. Em meio a esse processo, particularmente difícil para as classes baixas – deslocadas da área central da cidade –, o governo procurou vacinar compulsoriamente os habitantes, processo que resultou na “Revolta da Vacina” (1904). Recomenda-se a leitura de BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical — A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 131 e SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Scipione, 1993, pp. 45-46.

<sup>109</sup>PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares na Paraíba.** 2001. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 263 f., p. 101. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000218787&fd=y>>. Acesso em 01 jun 2019.

<sup>110</sup> A *École des Roches*, fundada em 1899, foi um dos diversos projetos da *Escola Nova*. Edmond Demolins, geógrafo de formação, procurou problematizar, em sua trajetória acadêmica, questões relacionadas ao âmbito educacional. Era discípulo de Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play, que forneceu as bases da metodologia empregada pela escola em questão. FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., pp. 44-45.

<sup>111</sup> Em 1906, Silvio Romero produziu uma carta-resposta endereçada a José Oiticica, que, no ano anterior, havia lhe sugerido um estudo sobre o Sergipe por meio da metodologia de Le Play, bem como a enquête proposta por Demolins. Apesar da aparente “boa vontade” de Oiticica, Romero foi crítico, afirmando que os processos pedagógicos da “École des Roches” foram aplicados no Colégio Latino-Americano de maneira equivocada. A carta foi publicada no livro *Provocações e debates*, que reúne diversos textos de Romero, publicado em 1910 em Portugal. Para mais informações sobre o debate, sugere-se FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., pp. 47-49.

<sup>112</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 54.



Após o fim do Colégio Latino-Americano, José Oiticica foi para Laguna (SC), assumindo o cargo de diretor do Colégio Municipal. Após dois ou três anos<sup>113</sup>, retornou ao Rio de Janeiro “com mulher, três filhos e três mil-réis no bolso”<sup>114</sup> em 1909. No mesmo ano, prestou concurso público para ingressar no cargo de relator dos debates da Câmara dos Deputados, mas, apesar de ter ficado à frente de 16 candidatos, não teve sua nomeação consumada<sup>115</sup>. Os concursos públicos, aliás, eram particularmente desafiadores para Oiticica: mesmo frequentemente terminando na primeira colocação, só conseguiu ser de fato nomeado no último concurso, em 1916, quando iniciou sua carreira como professor do Colégio Pedro II. Este último, inclusive, foi descrito, na literatura anarquista, como uma “batalha memorável”<sup>116</sup>: para garantir a possibilidade de ser devidamente nomeado, convidou Carlos Maximiliano<sup>117</sup>, ministro responsável pelas questões pertinentes à educação, para assistir à avaliação. O próprio Oiticica, mais contido, procurou reduzir uma perspectiva de contenda, explicando como, enfim, sua nomeação se deu:

---

<sup>113</sup> A imprecisão cronológica dessa passagem se explica por divergências tanto nas fontes quanto na bibliografia. Na entrevista para *O Cruzeiro*, José Oiticica afirmou que viveu dois anos em Laguna (SC); em um manuscrito analisado por Cristina Figueira, de autoria do próprio anarquista – que o teria escrito, possivelmente, entre 1937 e 1948 –, o prazo de “cerca de três anos” é mencionado. Aden Lamounier, Cristina Figueira e Lauris Junior se utilizam dos “dois anos”, embora atribuam datas distintas para o retorno de Oiticica: os dois primeiros, 1909; o último, 1911. Edgar Rodrigues, que muito escreveu sobre anarquismo e anarquistas do Brasil, também ressalta o ano de 1909, tendo, como referência, a tentativa de José Oiticica de ingressar, via concurso público, no cargo de relator de debates da Câmara dos Deputados. Essa passagem é bastante ilustrativa da “permanente evolução” da memória, segundo Pierre Nora, e dos desafios, para o historiador, ao analisar a trajetória de um sujeito histórico – deparando-se, constantemente, com “lacunas” que possibilitam a formulação de hipóteses por meio de indícios. Optamos, sem prejuízo para a narrativa histórica, pela ênfase na imprecisão cronológica e em situar seu retorno em 1909, uma vez que é mais importante entender os processos envolvendo o sujeito histórico em questão do que precisar propriamente seu ano de retorno ao Rio de Janeiro – seguramente, ocorrido na virada da década. Sobre a memória, ler NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Em relação às opções cronológicas citadas: FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 21; LAMOUNIER, Aden Assunção, op. cit., p. 31; LAURIS JUNIOR, Renato Luiz, op. cit., p. 35; RODRIGUES, Edgar. José Oiticica: sua vida, suas obras, suas ideias. In: OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Econômica Ed., 1983, p. II.

<sup>114</sup> CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

<sup>115</sup> NEVES, Roberto das, op. cit., p. 11.

<sup>116</sup> Roberto das Neves e Edgar Rodrigues se utilizam da palavra “batalha” para descrever o episódio que resultou na nomeação de José Oiticica como professor do Colégio Pedro II. Além das já mencionadas frustrações ocasionadas nos concursos anteriores, é válido destacar que Neves e Rodrigues, ao discorrerem sobre a trajetória de Oiticica, o fazem de maneira laudatória, construindo uma imagem positiva do anarquista. Os textos de Neves e Rodrigues foram publicados, respectivamente, em 1970 e 1983, anos depois da morte de Oiticica. Consultar: NEVES, Roberto das, op. cit., p. 11 e RODRIGUES, Edgar, op. cit., 1983, p. II.

<sup>117</sup> Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1873-1960) foi um jurista, político, jornalista e professor. Nascido no Rio Grande do Sul, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Escola de Direito de Belo Horizonte. Esteve à frente do Ministério da Justiça a partir de 1914, permanecendo no cargo até 1918. Também foi deputado da Constituinte de 1933, defendendo os interesses do governo provisório. Para mais: CARLOS MAXIMILIANO (Carlos Maximiliano Pereira dos Santos) In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/carlos-maximiliano-pereira-dos-santos>>. Acesso em 2 jun. 2019.

Não foi bem assim. O caso é que eu andava mesmo escarmentado com concursos. Fizera um para Redator de Debates da Câmara, tirara primeiro lugar e nem com o desdobramento da vaga fui nomeado. O do Pedro II ia ser o sétimo e, para ver se evitava qualquer dúvida futura, fui ao Carlos Maximiliano e, após contar-lhe a história dos meus concursos, pedi-lhe que comparecesse às provas: assim eu estaria garantido. "Como?" – perguntou-me. "Ora, V. Ex<sup>a</sup> estando presente, não haverá arranjos" – respondi. Ele sorriu e me despediu. Mas não perdeu uma só das provas. Ganhei o concurso. E fui, finalmente, nomeado<sup>118</sup>.

Antes de finalmente ser aprovado no concurso público do Colégio Pedro II, entretanto, as condições econômicas da família de Oiticica, após o retorno ao Rio de Janeiro a partir de 1909, foram se deteriorando gradativamente; para contornar a situação, ele passou a lecionar História no Colégio Batista da cidade, ao passo que sua esposa, Francisca Bulhões, também trabalhava para propiciar sustento à família. Como forma de complementar sua renda, Oiticica passou a colaborar com a “grande imprensa”. A remuneração por contribuições literárias não aplacava totalmente as dificuldades<sup>119</sup>.

José Oiticica não era um “desconhecido” dos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro. Além de colaborar por meio de artigos e outras publicações, eventualmente era mencionado em alguma notícia ou anúncio. Como representante da Federação Brasileira de Estudantes (no início do século XX), em anúncios do Colégio Latino-Americano ou por meio de suas obras enquanto poeta parnasiano, ele se fez presente na imprensa. Em 1910, o *Correio da Manhã* o mencionou como um dos colaboradores da “Revista Americana”<sup>120</sup>. Ademais, em 1911, recebeu, pelo mesmo jornal, uma elogiosa resenha de seus “Sonetos”<sup>121</sup>. Ao escrever para os jornais da grande imprensa, ocupava-se de temas diversos, abordando, de maneira recorrente, questões pertinentes ao estudo da língua portuguesa e da filologia.

---

<sup>118</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

<sup>119</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 57.

<sup>120</sup> Editada no Rio de Janeiro a partir de 1909, a *Revista Americana* tinha como propósito aglutinar intelectuais diversos para discutir temáticas relacionadas às “Ciências – Artes – Letras – Política – Philosophia – História – Religiões”, como consta no cabeçalho de sua primeira edição. Tratava-se de uma publicação mensal, publicando contribuições de intelectuais como Araújo Jorge (fundador), Joaquim Nabuco e Silvio Romero. José Oiticica passou a colaborar a partir de 1910, publicando textos relacionados à construção da história do Brasil e de temáticas ligadas à poesia e à filologia. Vigorou até o final de década de 1910.

<sup>121</sup> Além de trabalhar como professor e sua inserção na filologia, José Oiticica se destacou na literatura e no teatro, sendo um entusiasta do Parnasianismo. “Sonetos”, publicada em 2011, reunia poemas produzidos entre 1905 e 1911. Ele ainda publicou, enquanto poeta, “Ode ao Sol” (1912-1913), “Sonetos - 2ª Série”(1919), “Fonte Perene”, “As 7 preces” e “Os 7 instrumentos de suplício”(os três últimos em 1954). A variedade de sua produção intelectual poderia ser explicada pelo fato de que, diferente de militantes anarquistas oriundos das classes baixas, José Oiticica teve acesso facilitado a determinados espaços e conhecimentos por ser oriundo de uma família pertencente à elite política, intelectual e econômica, o que lhe garantia maior estabilidade e uma condição mais confortável. Sua atuação enquanto intelectual, entretanto, não era desprezada pela militância anarquista, que o estimulava a publicar textos e a realizar conferências para os operários.

Durante a década de 1910, as contribuições textuais de Oiticica extravasaram a grande imprensa, com sua inserção entre publicações operárias e anticlericais. Ademais, as experiências vivenciadas nesses primeiros anos foram contributivas para sua adesão ao anarquismo.

## 1.2 “ANARQUISMO COISA NENHUMA”: OS CONTATOS INICIAIS DE JOSÉ OITICICA COM O ANARQUISMO

O retorno de José Oiticica à ensolarada capital do país após a breve experiência em Laguna (SC) trouxe muito mais do que um sujeito preocupado com as dificuldades financeiras da família e em busca da retomada da rotina: em sua mente, havia “uma nova Teoria do Estado”<sup>122</sup>. Desejoso por partilhar suas perspectivas, engatou diálogo com o primo, Ildefonso Falcão, que argumentou que sua “teoria” não era inédita:

A primeira pessoa a quem tentei explicá-la [Teoria do Estado] foi o Ildefonso Falcão, que vem a ser meu primo. "Mas isso é anarquismo" - declarou-me êle. "Anarquismo coisa nenhuma - retruquei. Para mim, anarquismo era ainda aquela história de jogar bombas..."<sup>123</sup>

Ildefonso Falcão não se fez de rogado e levou a José Oiticica alguns exemplares do periódico anarquista francês “Les Temps Nouveaux”. Tendo contato direto com as publicações de cunho libertário, ele passou a reconhecer similaridades entre suas concepções políticas e a proposta anarquista. Depois dessa constatação, seus próximos passos envolveram o contato com outros indivíduos que compartilhavam de perspectivas semelhantes:

Entre em contato com outros anarquistas aqui no Rio por causa de um romance do Sr. Elói Pontes. Era mau mesmo, mas tinha ideias que julguei anarquistas. Procurei o autor. Ele e o Elísio de Carvalho, publicista então muito popular, me apresentaram ao grupo<sup>124</sup>.

Ainda que o romance anarquista de Elói Pontes não satisfizesse, do ponto de vista literário, o exigente intelectual, José Oiticica encontrou méritos nas ideias que julgou libertárias, próximas às suas. A partir do contato com Pontes e Elísio de Carvalho, inseriu-se paulatinamente na militância anarquista do Rio de Janeiro.

---

<sup>122</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

<sup>123</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

<sup>124</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

A “teoria do Estado” que Oiticica amadureceu devido às suas experiências foi de grande valia para sua identificação com o anarquismo. Sua posição em relação ao Estado foi se tornando cada vez mais crítica com o passar do tempo, envolvendo, inclusive, percepções relacionadas à sua decepção com o Direito, que o fizera perder sua “crença” no trabalho com as leis. No início do século XX, orientado por uma perspectiva política liberal, em artigo publicado no jornal *Cidade do Rio*, ele defendeu que

Por um instinto natural, que na alma dos governados se acende, a visão do Estado aparece como uma entidade absoluta, como um protetor infalível, em cujas funções variadas se conta de auxiliar os indivíduos e as corporações naquilo que cada qual empreende por si.

[...]

O Estado não é um protetor sem limites, pronto a satisfazer as lamúrias dos pobres, nem os gemidos dos fracos. A propaganda socialista, incerta e imprudente, não conseguiu firmar ainda êsse desiderato fantástico, em que se arrebatava a fortuna dos ousados para amaciar a vida dos incapazes. A sua função é, em teoria política, uma função civilizadora, no amplo sentido do vocábulo: em lugar de um papel mesquinho de guarda dos imbecis, a sua atribuição capital é a de reviver nos espíritos desalentados o vigor e a robustez, não pela distribuição larga de auxílios, mas justamente pela sua supressão.

[...]

A conclusão a tirar é que à iniciativa do Estado, sempre nociva, cumpre substituir a iniciativa particular, sempre reveladora. Na escola das necessidades, a tenacidade e o reconhecimento do próprio valor, a fé e a coragem na atividade de cada um são os incentivos mais poderosos e mais fecundos que um homem pode encontrar.

[...]

Cada qual deve ficar entregue a si mesmo, para se habituar a sofrer com resignação e valentia as tempestades do mundo<sup>125</sup>.

O jovem Oiticica, portanto, desenvolveu uma incisiva crítica ao papel desempenhado pelo Estado enquanto ente absoluto e “protetor”, julgando sua intervenção como “sempre nociva” – por exemplo, por meio da “larga distribuição de auxílios”. Seus argumentos se direcionam em defesa da “iniciativa particular”, ou seja, da necessidade do protagonismo individual no sentido de reduzir a dependência do Estado. Sua crítica à “incerta e imprudente” propaganda socialista se relaciona ao fato de que, em sua perspectiva, o Estado não deveria transferir riquezas para amenizar a pobreza, mas estimular, entre os “espíritos desalentados, o vigor e a robustez”. O esforço individual, basicamente, seria o instrumento necessário para superação das dificuldades.

Apesar da evidente oposição de José Oiticica, no início do século XX, às funções atribuídas ao Estado, cumpre ressaltar que sua perspectiva difere da crítica que os anarquistas historicamente desenvolveram sobre o Estado Moderno ainda no século XIX. Em seu texto, intitulado “Iniciativa particular”, ele procurou destacar que a atuação individual deveria se

---

<sup>125</sup> OITICICA, José. “Iniciativa particular”. *Cidade do Rio*, 1901. apud OITICA, José. **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, pp. 42-43.

sobrepôr à ação estatal, que se configuraria sempre como nociva e desestimulante. Não demonstra, no entanto, nenhuma oposição ao capitalismo, sendo, aliás, crítico à propaganda socialista de então. A perspectiva anarquista, por sua vez, caracteriza o Estado como a “instituição política das classes dominantes”, sendo interdependente do capitalismo, promovendo “poderes dominadores” e sustentando “sistemas de dominação”<sup>126</sup>. Exponentes do anarquismo como os russos Mikhail Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921), por exemplo, desenvolveram críticas ao papel desempenhado pelo Estado enquanto instrumento político na manutenção de desigualdades entre dominantes e dominados. José Oiticica, após sua adesão ao anarquismo, paulatinamente procurou amadurecer sua teoria de Estado, aliando suas concepções críticas ao que historicamente era defendido pela militância libertária<sup>127</sup>.

O estranhamento inicial de Oiticica em associar sua “teoria do Estado” ao anarquismo se justifica pelo imaginário difundido, inclusive no Brasil, de que a militância libertária se utilizava prioritariamente de instrumentos violentos em sua prática política. A adoção da “propaganda pelo fato”, por parte de alguns anarquistas, durante a década de 1890, contribuiu de maneira significativa para a construção do persistente estereótipo do anarquista violento. Na grande imprensa do Rio de Janeiro do início do século XX, constantemente o notório anarquista francês Ravachol e outros expoentes adeptos dos atentados à bomba como forma de estimular uma insurreição popular foram citados de maneira negativa. Em 1906, por exemplo, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou o artigo “Os explosivos modernos”, que procurou analisar os materiais explosivos utilizados pelos anarquistas em suas ações, afirmando que, “com raras exceções”, os “propagandistas pela acção” eram “ignorantes, fabricando mal seus aparelhos”<sup>128</sup>.

A aproximação de José Oiticica do anarquismo no início da segunda década do século XX não se concretizou propriamente por meio do contato direto com a propaganda libertária ou com o movimento operário, mas a partir de suas experiências e de transformações de suas concepções sobre o papel do Estado. Ele, inclusive, manifestava, aparentemente com surpresa, essa característica da sua inserção no anarquismo após um passado liberal. Em 1915, em carta

---

<sup>126</sup> CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra**: discutindo o anarquismo. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 149.

<sup>127</sup> Segundo Alexandre Samis, as circunstâncias e as experiências vivenciadas por Oiticica foram cruciais para as transformações de sua perspectiva política, enunciando, como momentos conjunturais importantes, a crise do civilismo de Rui Barbosa, a vitória do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República (1910) e as ações deste no campo operário. , op. cit., 2007, pp. 94-95.

<sup>128</sup> “Os explosivos modernos”. **Gazeta de Notícias**, n. 154, 3 jun. 1906, p. 3. Em 1912, o mesmo jornal ainda publicou, a partir de Paris, o texto “Os bandidos em 100 anos”, que destacou, entre os considerados criminosos, as ações de Ravachol, capturado e condenado à morte após uma explosão com vítimas – apresentando, inclusive, foto da condução do anarquista à sua execução. **Gazeta de Notícias**, n. 157, 16 jun. 1912, p. 2.

aberta a Silva Marques, que criticara a viabilidade do anarquismo, afirmou que sua descrença em relação ao Direito

Foi o ponto de partida para o meu caminho rápido ao anarquismo, a que cheguei sem ter lido um só livro anarquista. O maior assombro da minha vida foi haver descoberto que era anarquista, quando supunha as minhas ideias novas. Meu illustre confrade é anarquista de alma. Falta-lhe assentir intelectualmente e praticamente aos assomos de revolta consciente do seu ser nobre às oppressões de toda especie a todos os horríveis jugos a que nos submettemos, sem meios de libertação<sup>129</sup>.

Para José Oiticica, a teoria de Estado que elaborou a partir de suas experiências era original; entretanto, teve o “maior assombro” de sua trajetória ao saber que, na verdade, pensava de maneira coerente com o anarquismo. Em sua perspectiva, a desilusão com a carreira no Direito foi o ponto de partida de um “caminho rápido” rumo à militância libertária. O diálogo com Ildelfonso Falcão e o contato com Elói Pontes e Elísio de Carvalho foram fundamentais<sup>130</sup>.

Conforme enunciado por José Oiticica em sua entrevista para *O Cruzeiro*, Elói Pontes e Elísio de Carvalho<sup>131</sup> foram os responsáveis por apresentá-lo ao “grupo”. Em 1912, ele estava inserido em dois grupos de militância: o Grupo Libertário “Guerra Social” Janeiro e a Liga Anticlerical (fundada em 1911)<sup>132</sup>, ambos do Rio de Janeiro. A Liga Anticlerical não era composta exclusivamente por libertários, aglutinando maçons e outros grupos críticos à Igreja. O periódico anticlerical *A Lanterna*, situado em São Paulo, publicou a respeito da participação de Oiticica no grupo “Guerra Social”, ministrando curso gratuito de sociologia nas noites de quinta-feira<sup>133</sup>. Sua atuação nos grupos parecia, sobretudo, voltada à educação dos participantes. Pela Liga Anticlerical, ele chegou a ministrar conferências<sup>134</sup>.

A colaboração de Oiticica com os grupos de militância pouco a pouco se fortalecia entre cursos e conferências. O mês de outubro de 1912, entretanto, pode ser considerado de significativa importância para sua inserção no segmento libertário: foi publicado, no jornal *A Lanterna*, o seu artigo “Francisco Ferrer e a humanidade nova”, no qual, além de homenagear

---

<sup>129</sup> OITICICA, José. “As causas do crime – carta aberta ao dr. Silva Marques”. Na *Barricada*, n. 13, 02 set. 1915, p. 2.

<sup>130</sup> CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>131</sup> Elísio de Carvalho (1880-1925) foi um ensaísta, poeta, crítico literário, tradutor e jornalista alagoano. Anarquista, contribuiu com algumas publicações de cunho libertário. Para mais: ELÍSIO DE CARVALHO. In: *Literatura Brasileira*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=7880>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

<sup>132</sup> “A repercussão fora de S. Paulo”. *A Lanterna*, 4 mar. 1911, p. 2.

<sup>133</sup> “Grupo Libertário ‘Guerra Social’ do Rio de Janeiro”. *A Lanterna*, n. 146, 6 jul. 1912, p. 2.

<sup>134</sup> Podemos citar, como exemplo, a conferência “O desperdício da energia feminina”, cujo tema será sistematizado ao longo dos anos por Oiticica para se pensar a respeito da submissão da mulher em relação ao homem e como isso está diretamente relacionado à ideia de “propriedade privada”. Essa perspectiva estará presente na obra “A doutrina anarquista ao alcance de todos”, que analisaremos de maneira mais pormenorizada posteriormente. A referência à conferência mencionada pode ser encontrada em *A Lanterna*, n. 158, 28 set. 1912, p. 2.

Francisco Ferrer y Guardia<sup>135</sup>, se posicionou publicamente, pela primeira vez, como militante anarquista. Sua concepção a respeito da importância da educação como instrumento de emancipação dos trabalhadores é patente:

A ação libertaria se havia concentrado na luta contra o capital. Era demasiadamente econômica. De todo o problema humano cogitava tão somente da questão operária, embora os chefes da cruzada assinalassem a deficiência intelectual da massa e os inconvenientes dela.

Pensavam, porém, que, livre o trabalhador da tirania do capital, poderia então cuidar da sua cultura e melhorar o cérebro.

[...]

A escravidão dos braços só se faz pela escravidão da inteligência. A escravização da inteligência se efetiva pela educação do Estado e da Igreja. Essa educação consiste no infiltramento de preconceitos e regras tendentes todas a firmar no animo das turmas a obediência aos mandões.

Exige a Igreja o respeito aos dogmas; exige o Estado o respeito às leis.

Dogmas e leis revertem a favor dos seus promulgadores e mantenedores em prejuízo dos dirigidos: trabalhadores e crentes<sup>136</sup>.

Em sua primeira manifestação textual pública enquanto anarquista, José Oiticica se mostrou crítico a uma abordagem excessivamente economicista que pautaria a “ação libertária”. Ao argumentar que “a escravidão dos braços só se faz pela escravidão da inteligência”, aparenta, inclusive, inverter a polaridade, conferindo maior importância ao processo de instrução. A educação praticada pelo Estado e pela Igreja não interessava: efetivando a “escravidão da inteligência”, inculcava, entre os trabalhadores, a “obediência aos mandões”. A Igreja demandaria o respeito aos “dogmas”; o Estado, às “leis”. Tanto a Igreja quanto o Estado, portanto, atuariam no sentido de submeter “trabalhadores e crentes”, mantendo as relações de desigualdade que pautam a sociedade. Por essa razão, Oiticica considerava equivocada a concepção de que a libertação dos trabalhadores da “tirania do capital” seria suficiente para o desenvolvimento intelectual. Para solucionar essa questão, propôs, no artigo, que a alternativa educacional deveria se pautar nos moldes racionalistas da Escola Moderna de Francisco Ferrer y Guardia.

Como resolver o problema? Destruindo os preconceitos, aclarando a inteligência da multidão obscurecida, apontando-lhe os erros, os desatinos, as imoralidades das doutrinas que lhe dão substituindo-as pela verdade científica assentada exclusivamente na razão observadora.

---

<sup>135</sup> Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), fuzilado em 1909 sob acusação de instigar revoltas, foi fundador da Escola Moderna de Barcelona, em 1901. Denominou sua proposta pedagógica como “pedagogia racional”, baseada nas ciências naturais e atenta aos problemas sociais. Suas perspectivas pedagógicas foram de grande influência para as propostas educacionais defendidas pelos anarquistas brasileiros. Entre outros motivos, podemos conjecturar que José Oiticica se inspirou nos preceitos de Ferrer possivelmente porque sua trajetória de formação intelectual contou com paradigmas das ciências naturais, sobretudo, a partir do período em que ingressara no curso de Medicina. Para mais informações sobre a proposta pedagógica de Ferrer, recomenda-se GALLO, Silvío. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Pró-posições**, v. 24, n. 2 (71), mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n2/v24n2a15.pdf>>. Acesso em 5 jul. 2019.

<sup>136</sup> “Francisco Ferrer e a humanidade nova”. **A Lanterna**, n. 160, 12 out. 1912, p. 1.

A missão da Escola Moderna é esta: esfolinhar o cérebro do povo, elevar, como disse Ferrer, o nível da mentalidade humana, pela disseminação dos conhecimentos bons, banindo de vez a atabafante aluvião de lendas, cultos, superstições, milagres, com que se atulham hoje as consciências para dominá-las<sup>137</sup>.

As experiências enquanto educador, os debates em que esteve envolvido, o início de sua militância ministrando cursos e conferências possivelmente contribuíram de maneira decisiva para que José Oiticica enfatizasse a educação como instrumento de propaganda e de emancipação dos trabalhadores. É necessário ponderar, entretanto, que não se tratava de uma concepção exclusiva. Entre os anarquistas de maneira ampla, a educação era considerada imprescindível como meio capaz de possibilitar o “acesso a uma consciência revolucionária”, fundamental para a transformação da mentalidade dos trabalhadores<sup>138</sup>. A “revolução social” defendida pelos anarquistas, portanto, dependia, entre outras coisas, do exercício de esclarecimento da classe trabalhadora, prejudicada pela educação ofertada pelo Estado e pela Igreja. Para tal, a imprensa operária desempenhava papel significativo, uma vez que possuía relativo alcance<sup>139</sup>. Tratava-se de um instrumento que agia no sentido de politizar, de informar e de organizar os trabalhadores<sup>140</sup>.

Ainda que a militância anarquista, historicamente, tenha conferido importância às estratégias de atuação no campo sindical, a educação integrou de maneira decisiva seu arcabouço estratégico. A preocupação dos libertários com questões relacionadas à instrução dos trabalhadores foi um incentivo para abordagens “educacionistas” e “culturalistas”<sup>141</sup>. As perspectivas apresentadas por Oiticica em seu “debute” no jornal *A Lanterna*; a variedade de textos publicados ao longo dos anos na imprensa militante; sua atuação ministrando cursos, participando de conferências e produzindo peças teatrais<sup>142</sup> com temáticas de cunho social são indícios de sua predileção por um viés “educacionista”.

Hábil orador e preocupado em “educar e elevar moralmente o operariado”<sup>143</sup> em suas conferências e palestras, José Oiticica expandiu seus propósitos “educacionistas” atuando no

---

<sup>137</sup> “Francisco Ferrer e a humanidade nova”. *A Lanterna*, n. 160, 12 out. 1912, p. 1.

<sup>138</sup> TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1890-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1., p. 71.

<sup>139</sup> TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 72.

<sup>140</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988, p. 14.

<sup>141</sup> CORRÊA, Felipe, op. cit., p. 242.

<sup>142</sup> A partir de 1914, a convite do escritor e amigo Coelho Netto, Oiticica passou a integrar a Escola Dramática Municipal do Rio de Janeiro, ministrando aulas de prosódia por quatro décadas. Utilizando, frequentemente, textos do grego Aristófanes para suscitar reflexões entre os alunos, procurava abordar temáticas sociais. Entre 1919 e 1936, criou quatro peças: “Azalan!”, “Pedra que rola”, “Quem os salva?”, “Não é crime” e “Pó de Pirlimpimpim”. PRADO, Antonio Arnoni, op. cit., pp. 273-277.

<sup>143</sup> ROMERO, José. “José Oiticica – Recordando alguma coisa de sua trajetória no movimento libertário”. **Ação Direta**, n. 120, ago/set. 1957, p. 4.



Centro de Estudos Sociais (CES), criado em 1913<sup>144</sup>. O CES não configurava um espaço propriamente libertário, contando, também, com a presença de militantes socialistas. As divergências teóricas, estratégicas e de objetivos não passava incólume: havia um tensionamento entre anarquistas e socialistas, resultando em uma série de debates<sup>145</sup>. O jornal anarquista *Na Barricada*<sup>146</sup>, que também publicava textos de socialistas, foi palco de algumas manifestações referentes a esses debates. Um dos mais longevos, no decorrer de 1915, envolveu Oiticica e um socialista que também frequentava o CES, Silva Marques – que, assim como o militante libertário, também era formado em Direito. Os textos transparecem a tentativa de se estabelecer uma discussão fraterna, com os autores procurando demonstrar consistência em suas posições. Ao todo, José Oiticica chegou a endereçar seis “cartas abertas” a Silva Marques, que o respondeu em três ocasiões<sup>147</sup>. O debate por meio das páginas do jornal foi inaugurado pelo socialista, que enfatizou a necessidade de não se confundir os anarquistas com os “dinamitistas” – aludindo ao estereótipo formulado a partir da “propaganda pelo fato”. Em sua perspectiva, os anarquistas, “os mais sinceros sonhadores dos tempos modernos”, estavam equivocados ao demandarem a supressão de todas as formas de governo e da propriedade privada, que seria um dos fatores responsáveis pela desigualdade entre as classes sociais<sup>148</sup>. Ele afirmou que:

Eu, que tenho tratado com todas as classes, que conheço um bom número de povos, que tenho, por isso mesmo, alguma experiência dos homens e das cousas, não vejo entre os homens das minhas relações senão um pequeno número de indivíduos capazes de poderem dispensar, na maioria dos casos, o funcionamento irritante das várias molas desse machinismo escravizador que se chama governo.

[...]

Naturalmente os anarchistas contam com o aperfeiçoamento pela evolução, mas estão muito e muito enganados, como aconteceu com Christo, que, mal tinha pregado a doutrina redemptora, viu-se cercado por phariseus de todas as categorias, que o levaram desapiedadamente ao supplicio da cruz. [...] <sup>149</sup>

---

<sup>144</sup> O jornal *A Lanterna* noticiou a fundação do CES, que se dedicaria “à propaganda doutrinária dos ideais de renovação social por meio de biblioteca, conferências, palestras, folhetos etc.”. “Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, n. 187, 19 abr. 1913, p. 3.

<sup>145</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973, pp. 35-36.

<sup>146</sup> É interessante notar que, em 1915, o subtítulo do jornal, “jornal de combate e de crítica social”, não fazia alusão direta à perspectiva política libertária. A partir do primeiro número do ano de 1916, porém, o *Na Barricada* assumiu, como subtítulo, “Periódico anarquista”, tornando explícito o vínculo com o anarquismo.

<sup>147</sup> Para fins didáticos, não serão analisados todos os pormenores do debate em questão, desenvolvido em sua longa série de textos. Sua importância é assinalada por evidenciar parte da configuração de Oiticica enquanto anarquista, utilizando a imprensa militante como um dos principais espaços de divulgação das perspectivas políticas libertárias e tensionando com outras forças políticas. Como o debate não é propriamente o foco desse capítulo, no entanto, serão apresentadas características gerais.

<sup>148</sup> MARQUES, Silva. “A gente odiosa”. *Na Barricada*, n. 11, 19 ago. 1915, p. 01.

<sup>149</sup> MARQUES, Silva. “A gente odiosa”. *Na Barricada*, n. 11, 19 ago. 1915, p. 01.

Recorrendo, inclusive, à comparação com Cristo, Silva Marques argumentou que os anarquistas se enganavam com a possibilidade de a humanidade “evoluir” a ponto de não depender do Estado, tratando essa concepção como uma espécie de utopia. Utilizando-se do argumento da “experiência” no sentido de lhe conferir maior validade, o socialista ponderou que o governo, ainda que constituindo um “machinismo escravizador”, seria um instrumento necessário como forma de evitar a barbárie. Posteriormente, ao se referir a Immanuel Kant, afirmou que o filósofo prussiano estava correto ao sustentar que “a moral aplicada à esfera social não é uma lei de ‘amor’, mas uma lei de ‘respeito’”<sup>150</sup>. Prosseguindo o artigo, demonstrou especial desprezo pela forma republicana, que consistiria na “negação cínica e afrontosa dos princípios que dizem representar”<sup>151</sup>.

Não se fazendo de rogado, José Oiticica respondeu Silva Marques já no número seguinte. Ainda que elogie o “rasgo de justiça rara” pelo socialista ter rejeitado a confusão entre “anarquistas” e “dinamitistas”, demonstrou, já de início, seu desapontamento com o artigo. Retomou a referência a Kant, enfatizando que sua “lei do respeito” seria mantida “pelo cárcere, pelas baionetas, pela educação cívica”. Um dos principais argumentos remete à desconstrução da “experiência” de Marques enquanto jurista, cuja “cultura jurídica lhe turba a visão”. Oiticica rejeitou a perspectiva de que os crimes são cometidos, simplesmente, por uma degenerescência moral, que reduziria o homem a um “mal congênito”<sup>152</sup>. Em sua concepção, os males sociais seriam consequências de uma organização social com base na propriedade privada, resultando, entre outras coisas, na desigualdade social. Ao sugerir que Marques examinasse o código penal, argumentou que:

Desse exame [do código penal], estou certo, v. s. concluiria, como concluí, que os homens, na sua grande maioria, não são maus: a *organização social baseada no regimen da propriedade particular é que os faz maus.*

[...] quase todos os crimes, afora os casos de loucura, provém de duas fontes: o *amor* e o *dinheiro*. Note bem que incluo até os chamados *crimes políticos*.

Vou mais longe. Sabe meu confrade que as males sociais não são apenas os crimes; há também o jogo, a embriaguez, os vícios anti-sexuais, a prostituição, o alcoolismo, o analfabetismo, o parasitismo, a miséria e a guerra. Todos esses males

---

<sup>150</sup> Segundo Maria Stadnick, o “sentimento de respeito” teria uma profunda relação com a moralidade kantiana. Para Kant, a “ação só terá conteúdo moral se estiver isenta de qualquer influência externa” – por exemplo, inclinações e desejos. Para que, do ponto de vista moral, as ações sejam consideradas “corretas”, deve-se eliminar “a influência das inclinações sobre nossas ações”. A “lei de respeito” citada por Silva Marques alude à concepção de que a “lei reconhecida pelo sentimento de respeito é um produto de nossa vontade”, sendo compulsória e necessária, “causando assim prejuízo ao amor de si e às inclinações”. Para mais, sugere-se: STADNICK, Maria Margareth. **O sentimento de respeito na moral kantiana**. 2007. 118f. Dissertação de mestrado em Filosofia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. pp. 14-15. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90130/243828.pdf>. Acesso em 07 jun. 2019.

<sup>151</sup> MARQUES, Silva. “A gente odiosa”. **Na Barricada**, n. 11, 19 ago. 1915, p. 01.

<sup>152</sup> OITICICA, José. “As causas do crime – carta aberta ao dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, n. 13, 02 set. 1915, p. 2.

provêm das mesmas fontes: *amor e dinheiro*, isto é, as duas formas da *propriedade particular*<sup>153</sup>.

José Oiticica, portanto, inverteu a premissa de Silva Marques: os “maus” indivíduos seriam produto direto do “regimen de propriedade particular”. Nesse sentido, o Estado não constituiria um “mal necessário”, posto que, na prática, seria o mantenedor da propriedade privada. Esta, por sua vez, estaria pautada de duas formas: pelo “amor” e pelo “dinheiro”. Esses elementos seriam responsáveis não apenas por “quase todos os crimes”, mas pela produção de degenerações de caráter social, como a jogatina, a embriaguez, a prostituição, o alcoolismo, a miséria e a guerra – tratados como meios do capitalismo para submeter os trabalhadores. Prossequindo sua argumentação, o anarquista qualificou o “amor” como um “amor-negócio”, estabelecendo um paralelo com o “ciúme”, constituindo uma forma de propriedade sobre o outro indivíduo – por exemplo, do homem sobre a mulher. O “dinheiro”, a “representação da riqueza apropriável”, por sua vez, mercantilizaria o amor – formulando os “casamentos de conveniência” – e geraria a prostituição, aspecto que perduraria enquanto houvesse “mulheres desamparadas e homens de dinheiro”. Em sua perspectiva, a “propriedade particular” extravasaria a dominação econômica, estabelecendo outras esferas de dominação, como a de gênero. Para alterar esse panorama, seria necessário transformar o “regimen econômico e social moderno”, que resultaria, também, na mudança da moral humana<sup>154</sup>.

Em suas respostas posteriores, Silva Martins demonstrou discordância para com a premissa de que a propriedade privada fosse uma das principais causas dos problemas sociais. Houve relativa convergência apenas em relação ao papel do amor na “miséria humana” – embora tenha afirmado que, sendo sinônimo de “luxúria”, constituiria algo impossível de suprimir, posto que seria uma “qualidade natural”<sup>155</sup>. Ainda que afirmasse reconhecer méritos no anarquismo, o socialista elencou o que considerava seus pontos mais problemáticos:

Penso, pois, que os pontos fracos do anarchismo são: 1º a condemnação de toda forma de governo, o que aliás não foi mais do que uma reacção exagerada contra o socialismo; 2º a condemnação da propriedade privada, que, embora combatida por Proudhon, não se me affigura princípio fundamental do anarchismo.

Esses dous pontos eu os considero impraticáveis. Basta que existam menores e loucos, para que não se possa dispensar uma direcção qualquer, e, quer queira quer não o meu illustre confrade [José Oiticica], a tutela e a curatela são formas de governo.

Aproveitemos o que ha de bom e realizavel no anarchismo, a diminuição das funcções governamentais pela expansão da iniciativa individual.

---

<sup>153</sup> OITICICA, José. “As causas do crime – carta aberta ao dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, n. 13, 02 set. 1915, p. 2.

<sup>154</sup> OITICICA, José. “As causas do crime – carta aberta ao dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, n. 13, 2 set. 1915, p. 2.

<sup>155</sup> MARQUES, Silva. “Ao Dr. José Oiticica”. **Na Barricada**, n. 17, 30 set. 1915, p. 01.

Condemno o socialismo, porque elle sacrifica o individuo ao Estado, como se fazia na republica de Sparta; applaudo o anarchismo na sua tendência opposta, isto é, porque elle quer o sacrificio do Estado ao individuo.

Mas esse sacrificio não pode ser total, absoluto, porque, na esphera humana, o absoluto não se concebe<sup>156</sup>.

Silva Marques considerava, portanto, que a perspectiva anarquista de não submeter o indivíduo ao Estado poderia ser meritória, mas não de forma absoluta: a condenação de “toda forma de governo” e da propriedade privada constituiriam pontos impraticáveis do anarquismo. Como complementação do argumento da redução das “funções governamentais pela expansão da iniciativa individual”, o socialista utiliza o exemplo da Suíça, afirmando que “lá a noção de governo está muito reduzida”<sup>157</sup>. A eliminação do Estado, porém, não lhe era desejável: como anteriormente apresentado, o governo configuraria um instrumento para evitar a barbárie, posto que, em sua concepção, “os homens, em sua maioria, são naturalmente maus”<sup>158</sup>.

Ao replicar Silva Marques, José Oiticica procurou refutar os argumentos que atribuiriam ao anarquismo uma espécie de excesso de individualismo, bem como de equívoco por se manter crítico à propriedade privada. O excerto abaixo, ainda que relativamente extenso, é bastante esclarecedor para compreendermos parte de suas concepções enquanto anarquista:

a) Diz V. [Silva Marques] que o anarchismo é uma *concepção exagerada do individualismo*. Não é exacto. Mostrei lhe que ha o *anarchismo individualista*, systema time, quase inteiramente abandonado e há o *anarchismo comunista*, que constitue a grande corrente libertaria do mundo. Neste último repele-se a *autoridade baseada na força*, o *governo firmado nas leis* feitas pelo proprio governo, o *Estado soberano* formado por exploradores.

No anarchismo, o individuo não é inteiramente livre de fazer qualquer doidice que lhe venha à cabeça, mas obriga-se a agir segundo o accordo com os demais indivíduos para o bem da communhão. Os pontos basicos desse accordo são de toda a evidencia e onde houver discordancia travar-se-á discussão e propaganda até chegar-se ao accordo definitivo. Se na communhão alguém quizer incendiar um armazem de viveres, supponhamos, está flagrantemente fugindo do natural accordo social. Esse individuo estará claramente louco e terá o tratamento conveniente nos hospitaes. Um individuo que, por qualquer circunstancia, esbordoar ou matar outro, quebrou o natural accordo e terá, como consequencia do seu acto, o repudio e a desconfiança de toda a communhão, sentirá seu isolamento, arrepender-se-á ou afastar-se-á.

Nota-se que, suprimidas as causas fundamentaes dos crimes, a propriedade accumulavel e o amor contracto, crimes como os citados serão rarissimos, senão de todo impossiveis.

Na sociedade actual, meu caro amigo, é que existe excesso de individualismo. Só não são ferozmente individualistas os explorados. Todos os ricos e os da classe media puxam a *braza para a sua sardinha*, quer dizer, tratam de se apropriar o mais possível da riqueza terrena, em detrimento dos demais. É um individualismo canibal. *Cada qual cuida de si e Deus de todos*, diz o povo.

No anarchismo, como não pode haver a preocupação de acumular, pois que q riqueza é de todos, cada qual cuida de todos e de si, não havendo mistér da intervenção de deuses que, se existem, não cuidam de ninguem<sup>159</sup>.

<sup>156</sup> MARQUES, Silva. “Ao Dr. José Oiticica”. **Na Barricada**, n. 17, 30 set. 1915, p. 01.

<sup>157</sup> MARQUES, Silva. “Ao Dr. José Oiticica”. **Na Barricada**, n. 17, 30 set. 1915, p. 01.

<sup>158</sup> MARQUES, Silva. “Resposta ao Dr. José Oiticica”. **Na Barricada**, n. 14, 09 set. 1915, p. 01.

<sup>159</sup> OITICICA, José. “Quarta carta ao Dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, 07 out. 1915, p. 01.

Segundo Oiticica, em uma sociedade anarquista o indivíduo não poderia se sobrepor à coletividade – ou “comunhão” –, uma vez que acordos deveriam ser estabelecidos como forma de regulação da convivência. A quebra de acordos não estaria isenta de sanções, a serem aplicadas de acordo com o demandado coletivamente. Na prática, portanto, embora gozasse de bastante autonomia, a individualidade estaria diretamente relacionada à coletividade, dependendo de combinados construídos entre os indivíduos. Tal forma de organização social, porém, diferiria da “autoridade baseada na força” e do “governo firmado na lei”, uma vez que se configuraria por meio de acordos discutidos diretamente pelos interessados. O individualismo seria excessivo, na verdade, no modelo social em voga, uma vez que os “ricos” e os da “classe média”, que configurariam entes exploradores, procuravam se beneficiar sempre em detrimento dos “explorados”.

Posteriormente, tais argumentos foram reforçados pelo professor libertário: o anarquismo não prescindia de uma “direção”, mas rechaçava o papel desempenhado pelo Estado, cuja finalidade era garantir a propriedade privada. Conforme afirmou:

b) Diz V. [Silva Marques] que não pode admitir *sociedade sem governo* e não vê *como se ha de prescindir de qualquer direcção*.

[...] Nunca houve anarchista comunista que declarasse, como principio de uma sociedade anarchica, a *falta de direcção*. Quando os anarquistas falam em *governo*, referem-se evidentemente ao *governo hierarchico* cujas decisões se arrimam na *força organizada* em exercito, marinha e policia, para serem em tudo obedecidos.

Esse governo não mantem a *ordem*, mantem a *compressão* exercida pelos capitalistas exploradores sobre a massa trabalhadora.

*Anarchia* significa *falta de governo*, desse governo-Estado, desse governo-trust, desse governo-patrão. Não quer dizer, porem, *falta de direcção*. Tanto não quer dizer que substitue a *autoridade* pela expressão *accordo mutuo*. *Accordo mutuo* para que? Para resolver sobre a produção, distribuição, consumo das riquezas, aperfeiçoamento do homem e do agrupamento, logo para dirigir os serviços necessários à vida commum. Se fosse para cada qual proceder como lhe viesse à telha, não seria mister o *accordo*. Eu só entro em *accordo* com alguém para um fim qualquer de proveito mutuo<sup>160</sup>.

Para os anarquistas, o Estado, conseqüentemente, era um instrumento de manutenção da “*compressão* exercida pelos capitalistas exploradores” sobre os trabalhadores, legitimando-a. Tratava-se do “governo hierarchico”, cuja autoridade se construía por meio da “*força organizada*”, isto é, os mecanismos de repressão. Em oposição a isso, o anarquismo oferecia o “*accordo mutuo*”, que configuraria o ordenamento dos fatores que compunham a vida em sociedade, como as questões de cunho produtivo, o consumo e afins. Os acordos, portanto, constituiriam a forma de “dirigir os serviços necessários à vida commum”.

---

<sup>160</sup> OITICICA, José. “Quarta carta ao Dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, 07 out. 1915, p. 01.

É importante destacar que Oiticica, ao criticar as concepções de Silva Marques a respeito de um suposto “excesso de individualismo” no anarquismo, apresentou proposições que constituiriam parte do chamado “anarquismo comunista”, reivindicando seu alinhamento a essa perspectiva. O “anarquismo individualista”, por sua vez, foi criticado pelo professor libertário, que o qualificou como algo “quase inteiramente abandonado”<sup>161</sup>. Em carta anterior, afirmou que “Os chamados anarchistas individualistas a Stirne [sic] são, no fundo, ferozes burguezes que, se pudessem reunir-se em sociedade, arranjariam um systema de ultra-capitalismo inclemente e catrastraphico [sic]”<sup>162</sup>.

Importante retomar, ainda, que as relações de dominação estabelecidas com o regime da propriedade particular e a situação da mulher na sociedade, presentes na primeira carta-resposta a Silva Marques, não eram uma novidade para José Oiticica. Sua preocupação com o assunto se manifestava em conferências, pelo menos, desde 1912, como na ocasião em que apresentou, em nome da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, uma intitulada “O desperdício da energia feminina”<sup>163</sup>. As reflexões apresentadas no evento serviram de base para a produção de um ensaio com o mesmo título, publicado entre 1914 e 1915 no mensário anarquista *A Vida*<sup>164</sup>.

O ensaio foi publicado ao longo de cinco edições da revista. Oiticica, utilizando-se da *divisão do trabalho* proposta por Adam Smith – que representaria o meio mais favorável à solidariedade e resultaria na multiplicação da força produtiva –, desenvolveu uma crítica sobre os papéis desempenhados pelo sistema capitalista e pelo Estado, responsáveis pela criação e pela manutenção da desigualdade e da exploração a que os trabalhadores se submetiam<sup>165</sup>. Para a mulher, em particular, as condições seriam ainda mais negativas: ainda que submetidas a extensas e exaustivas jornadas de trabalho como os homens, percebia um salário menor. O “desperdício da energia feminina”, entre outras maneiras, poderia ocorrer porque

a sociedade moderna, baseada no excesso de trabalho de uns, no trabalho improdutivo de outros e no não-trabalho de muitos, prejudica o desenvolvimento físico da maioria. Temos aí um dos modos de desperdício da energia humana e acentuadamente de energia feminina<sup>166</sup>.

---

<sup>161</sup> OITICICA, José. “Quarta carta ao Dr. Silva Marques”. *Na Barricada*, 07 out. 1915, p. 01.

<sup>162</sup> OITICICA, José. “Terceira carta ao Dr. Silva Marques”. *Na Barricada*, 23 set. 1915, p. 01.

<sup>163</sup> *A Lanterna*, n. 158, 28 set. 1912, p. 2.

<sup>164</sup> Fundada por Oiticica e pelo médico Emílio Viotti em novembro de 1914, a revista anarquista *A Vida* foi uma publicação que contou com a colaboração de alguns militantes libertários, como, por exemplo, Fábio Luz e Astrojildo Pereira. Constituía um instrumento de propaganda libertária, além de publicar críticas ao sistema político brasileiro, ao capitalismo, à guerra em curso na Europa e destacando a importância do ensino racionalista defendido por Francisco Ferrer y Guardia. Efêmera devido às dificuldades financeiras, vigorou por sete edições, tendo sua última publicação em maio de 1915.

<sup>165</sup> De acordo com Figueira, Oiticica se opunha à perspectiva hobbesiana de sociedade, argumentando que ela não estava em permanente estado de guerra: a divisão do trabalho poderia trazer solidariedade entre os trabalhadores. FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., p. 147.

<sup>166</sup> OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. *A Vida*, n. 1, 30 nov. 1914, p. 8.

Além da exploração material, o matrimônio forçado e a prostituição configurariam outras maneiras de desperdício da energia feminina. Ele se daria, inclusive, devido à *concorrência*: no caso do matrimônio, as relações se submeteriam à lógica comercial, num “casamento-contrato”; a prostituição, por sua vez, teria relação direta com a miséria: esta, produto da concorrência capitalista, impeliria a mulher a mercantilizar seu corpo para sobreviver<sup>167</sup>. Ademais, a Igreja também representaria um dos instrumentos que resultavam no desperdício de energia da mulher, visto que pouco apreço possuía por suas reivindicações intelectuais<sup>168</sup>. No que dizia respeito às demandas mais diversas, José Oiticica enalteceu o movimento feminista do período, que estimulava a mulher a combater por sua emancipação, ainda que cerceada pelo viés autoritário da sociedade<sup>169</sup>. O anarquista qualificou, ainda, o magistério como a “mais sublime das funções femininas, àquela para o qual todo o seu sexo se arrasta”. Fez, no entanto, uma ressalva: também poderia representar a “esterilização das energias práticas”, uma vez que a mulher deveria se restringir ao que “manda o regulamento, ao que lhe indica o inspetor, às portarias do diretor de instrução”, ficando incapaz de atuar de maneira mais autônoma – lidando com a “esterilização das energias práticas”<sup>170</sup>.

José Oiticica, portanto, esteve afeito a diferentes temáticas relativas às relações de dominação ocasionadas pelo Estado e pela propriedade particular. Procurou se utilizar de variados meios de propaganda para divulgação do anarquismo e para o esclarecimento dos trabalhadores. A imprensa militante foi uma ferramenta primordial para publicização de suas ideias, também expostas por meio de palestras e conferências em diferentes espaços, como na Liga Anticlerical do Rio de Janeiro e no Centro de Cultura Social (CES). Enquanto docente e intelectual, valorizava o papel da educação entre os trabalhadores, afirmando a necessidade de se estabelecer os preceitos racionalistas da Escola Moderna para essa finalidade. Polemista, não deixou, nos diferentes espaços que ocupou, de tensionar com adversários políticos do anarquismo – inclusive os socialistas do período, como Silva Marques. Suas concepções a

---

<sup>167</sup> OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 4, 28 fev. 1915, pp. 54-55.

<sup>168</sup> OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 5, 31 mar. 1915, pp. 73-75.

<sup>169</sup> OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 3, 31 jan. 1915, p. 5. No período em que Oiticica publicou seu ensaio, o movimento feminista estaria em sua primeira “onda”, iniciada no final do século XIX e se perpetuando até meados da década de 1940. As reivindicações centrais do movimento remeteriam à obtenção de direitos políticos (como participação eleitoral), sociais e econômicos (trabalho remunerado, herança e estudo). PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 79, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 9 jun. 2019.

<sup>170</sup> OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 3, 31 jan. 1915, p. 5.

respeito dessas temáticas serão posteriormente aprofundadas em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, sistematizando-as.

### 1.3 A INSERÇÃO SINDICAL DE JOSÉ OITICICA

Na edição de agosto/setembro de 1957 do jornal *Ação Direta*, poucos meses após a morte de José Oiticica, o libertário José Romero<sup>171</sup> publicou a seguinte passagem sobre a vida do falecido militante:

Um dia José Oiticica, com a sua inseparável pasta, subiu a escada do sobrado, entrando no recinto dos trabalhadores, que não tinham medo de ouvir falar do ideal anarquista e ler os seus pensadores e propagadores; lugar perigoso segundo os burgueses caçadores de votos e demais defensores do regime capitalista. Logo deparou com vários grupos, uns sentados e outros em pé. Ao encontro dele, por ser pessoa desconhecida dos presentes, foi um membro da comissão administrativa da Casa. Era um companheiro, carpinteiro de profissão, mulato, natural de Maceió, de quem, no momento, só recordamos o sobrenome, que era França.

— Que deseja o nosso amigo? — perguntou-lhe.

— Desejava falar com o presidente ou diretores — respondeu Oiticica.

— Aqui não temos presidentes, nem diretores — replicou por sua vez o companheiro alagoano, criatura de temperamento expansivo e alegre, agregando: Só há comissões administrativas que executam as decisões das suas assembléias.

— Muito bem, — disse Oiticica — e a seguir pronunciou mais algumas palavras que não recordamos bem, cujo sentido fora de haver encontrado alguma coisa do que desejava e lhe causava satisfação<sup>172</sup>.

O diálogo que supostamente com o carpinteiro França ilustra a aproximação de José Oiticica com a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), em meados de 1913. A partir desse contato inicial, no qual teria “encontrado alguma coisa do que desejava e lhe causava satisfação”, sua colaboração junto ao movimento sindical se tornaria constante no decorrer dos anos 1910.

Fundada em 1906, a FORJ constituiu uma importante organização do movimento operário local. Resultante das propostas do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, ocorrido no mesmo ano, representava a continuidade de uma tentativa dos trabalhadores de empreender organizações que possibilitassem seu fortalecimento enquanto classe e lhes auxiliasse na conquista de seus objetivos, como melhores condições de trabalho. Embora seguisse o

---

<sup>171</sup> José Romero foi um anarquista nascido na Espanha. Estabelecido no Brasil em meados da década de 1890, precisou trabalhar desde criança para sobreviver, exercendo funções em fábricas de tecido, armazéns, além de ser pintor e gráfico. Colaborou com anarquistas como Edgard Leuenroth e Neno Vasco. Foi expulso do Brasil em 1919, graças ao recrudescimento da repressão. Recomenda-se: RODRIGUES, Edgar. Figuras exemplares do anarquismo e/ou "escritos" pouco convencionais. *Verve*, São Paulo, n. 5, p. 107, 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/4981/3528>>. Acesso em 9 jun. 2019.

<sup>172</sup> ROMERO, José. “José Oiticica – Recordando alguma coisa de sua trajetória no movimento libertário”. *Ação Direta*, n. 120, ago/set. 1957, p. 4.



estabelecido pelo Primeiro Congresso Operário Brasileiro, a FORJ representava, na prática, a continuação da Federação das Associações de Classe<sup>173</sup>.

No sentido de aprofundarmos a relação entre Oiticica, o anarquismo e o movimento operário, importante que tracemos um breve histórico acerca da configuração da classe operária local e o papel da militância anarquista na conformação das demandas e organizações estabelecidas<sup>174</sup>. Inicialmente, vale destacar que dois dos principais centros industriais do Brasil no período, Rio de Janeiro e São Paulo, caracterizavam-se por diferenças relacionadas ao processo de industrialização, à internalização dos ideais burgueses e à própria configuração do movimento operário: o operariado carioca seria mais diversificado que o paulista, relativamente coeso<sup>175</sup>. No Rio de Janeiro, duas correntes político-ideológicas que objetivavam organizar os trabalhadores se confrontavam constantemente: os cooperativistas<sup>176</sup> e os anarquistas. Os cooperativistas não questionavam as bases da sociedade burguesa, buscando melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores aceitando a colaboração de classes e se vinculando ao governo. Os anarquistas, por sua vez, tinham como propósito não apenas as conquistas imediatas para os trabalhadores, mas transformar radicalmente a sociedade, suprimindo o Estado, o capital e a divisão por classes sociais. O socialismo, a terceira corrente político-ideológica que procurava organizar os trabalhadores urbanos no início do século XX, foi minoritário: sua proposta de transformação social a partir da participação estratégica na política institucional encontrou obstáculos, como a configuração excludente, oligárquica e anti-socialista do Estado no período<sup>177</sup>.

---

<sup>173</sup> ROMERO, José. “José Oiticica – Recordando alguma coisa de sua trajetória no movimento libertário”. **Ação Direta**, n. 120, ago/set. 1957, p. 4.

<sup>174</sup> A concepção de Edward P. Thompson é valiosa para se pensar a configuração da classe operária. Ao analisar a formação da classe operária inglesa, o historiador britânico destacou que ela “estava presente ao seu próprio fazer-se”, sendo a classe entendida como um fenômeno eminentemente histórico, que “ocorre efetivamente [...] nas relações humanas”. A classe se constituiria por meio da oposição entre grupos cujos interesses diferem e, frequentemente, conflitam. A consciência de classe seria a expressão das experiências da classe “em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. Segundo Francisco Foot Hardman, a consciência de classe dos trabalhadores deve ser apreendida “concreta e materialmente” por meio da análise de suas instituições, como os sindicatos, as ligas e os jornais. Para mais: THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, pp. 9-10 e HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense S/A, 1984, p. 29.

<sup>175</sup> CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar Libertário: o movimento operário nos anos de 1917 a 1920**. 1983. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983, p. 14. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017648&fd=y>>. Acesso em 09 jun. 2019.

<sup>176</sup> Os cooperativistas também eram chamados de “trabalhistas cariocas” e, de modo pejorativo, de “amarelos” por sua colaboração com o Estado. Para mais: ADDOR, Carlos Augusto. “Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República”. In: \_\_\_\_\_; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, p. 20.

<sup>177</sup> ADDOR, Carlos Augusto, op. cit., 2009, pp. 20-22.

A atuação do Estado, aliás, foi distinta nos dois principais centros industriais: enquanto em São Paulo violentas repressões eram comuns, no Rio de Janeiro o Estado assumiu maior papel de mediação, estabelecendo formas mais sutis de controle – sem, no entanto, deixar de se utilizar da repressão quando necessário. A composição da classe trabalhadora era diversificada: em São Paulo, houve profusão de imigrantes – sobretudo italianos; na então capital federal, por sua vez, predominou a mão de obra de origem nacional<sup>178</sup>.

A formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro configurou-se, entre outros fatores, devido ao “compartilhamento de experiências de trabalho e vida em uma cidade com forte presença da escravidão”. Essa característica impulsionou, no decorrer do século XIX, trabalhadores escravizados e livres a constituírem “formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns” que se tornariam centrais para o processo de formação de classe<sup>179</sup>. As notícias das primeiras paralisações de caráter reivindicatório, na cidade, remetem ao período imperial: a paralisação dos trabalhadores escravizados das oficinas de fundição e estaleiro da Ponta da Areia (1857) e a greve dos tipógrafos (1858)<sup>180</sup>. A recepção do anarquismo no Brasil, por sua vez, ocorreu de maneira gradual. O termo “anarquista” remonta aos discursos políticos dos primeiros anos da independência (1822): a necessidade de se instituir a “ordem” assegurou “aos segmentos representativos das elites brasileiras a primazia na desqualificação de certos termos”. A palavra “anarquismo”, durante a Revolução Francesa, já possuía a acepção de “avesso à ordem”: era utilizada pelos jacobinos como termo depreciativo dos “representantes da esquerda”. No Brasil, progressivamente foi transformada em antítese da “ordem e da tranquilidade” locais<sup>181</sup>.

---

<sup>178</sup> CAMPOS, Cristina Hebling, op. cit., p. 24.

<sup>179</sup> MATTOS, Marcelo Badaró, op. cit., 2009, pp. 51-52. Para justificar seu argumento, Mattos apresentou, por meio de “trajetórias cruzadas”, os “levantes”, ocorridos entre 1876 e 1912, organizados por trabalhadores em padarias, que paralisavam os estabelecimentos e facilitavam a fuga dos escravizados. Pouco a pouco, os trabalhadores criaram organizações como o *Bloco de Combate dos Empregados em Padarias*, cujo lema era “pelo pão e pela liberdade”, atuando de forma organizada mesmo após a abolição da escravatura (1888). Para mais sobre o levante, Ibid., p. 53.

<sup>180</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**, 2009. 267 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009, p. 43. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1142.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2019.

<sup>181</sup> SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: \_\_\_\_\_ et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, pp. 126-127. Ainda de acordo com Samis, houve, no Rio de Janeiro do período imperial, dois jornais que utilizaram o termo “anarquista” e derivados para tecer críticas políticas: *O Anarquista Fluminense* (1835) e *O Grito Anarquial* (1848). É fundamental destacar, no entanto, que não se tratava do anarquismo ideológico, mas sim da formulação de uma ideia de anarquismo enquanto crítica ao poder em voga.

A consolidação dos movimentos reivindicatórios<sup>182</sup>, no entanto, ocorreu no período republicano. Na greve generalizada de 1903 (RJ), inserida em um “contexto politicamente fechado e excludente, sem uma legislação reguladora da relação capital/trabalho ou que garantisse conquistas mínimas aos trabalhadores”<sup>183</sup>, a *ação direta*<sup>184</sup> foi difundida como principal alternativa de ação no movimento operário. Sua defesa se deu, sobretudo, após o fortalecimento da solidariedade dos trabalhadores e o fracasso do movimento – atribuído à intervenção de sujeitos exteriores à classe<sup>185</sup>. A opção pela *ação direta* constituiria um dos elementos que evidenciaram a distinção entre os trabalhadores ligados ao anarquismo – seus defensores – e os de tendência reformista, entusiastas da atuação parlamentar<sup>186</sup>.

O fortalecimento do espírito de solidariedade e a necessidade de combater os problemas cotidianos – como a exploração econômica por parte do patronato – levaram os trabalhadores a constituírem suas associações de resistência, organizações políticas voltadas à defesa dos interesses da classe, como as associações de socorro mútuo e os sindicatos. As associações de socorro mútuo, baseadas nos princípios mutualistas, tinham o propósito de fornecer assistência aos trabalhadores que estivessem enfrentando determinadas necessidades, como problemas financeiros em decorrência de demissões. O sindicato, instrumento de aglutinação dos trabalhadores para a defesa de seus interesses, por sua vez, tornou-se, ao menos até o final dos

---

<sup>182</sup> Segundo Edilene Toledo, as reivindicações dos trabalhadores, durante a Primeira República, visavam mais do que aumento de salários e redução das extenuantes jornadas de trabalho: havia a finalidade de garantir “condições de democracia e civilidade”, tendo o movimento e sua organização reconhecimento de “elemento legítimo da sociedade”. TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 55.

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, op. cit., p. 44.

<sup>184</sup> Segundo Felipe Corrêa, o princípio da ação direta, historicamente reivindicado pelos anarquistas, está diretamente relacionado à atuação das classes dominadas fora do Estado – muitas vezes, inclusive, atuando contra ele. Trata-se da recusa da participação política pela via parlamentar, rejeitando o Estado enquanto instrumento capaz de realizar profundas transformações sociais. É importante destacar que a recusa à participação política parlamentar, contudo, não é sinônimo de rejeição à atuação política – realizada em outros meios, como nas associações de resistência (sindicatos). Ademais, de acordo com Danilo Rosa Marcelino, tal princípio teria surgido em meados do final do século XIX e do início do século XX, relacionado aos marcos do movimento operário francês, sendo expandido graças ao sindicalismo revolucionário. A ação direta ensinava práticas como as greves, o boicote e a sabotagem. Recomenda-se, ainda, além do trabalho de Marcelino, o de Clayton Peron Franco de Godoy para se pensar a prática da ação direta no movimento operário de São Paulo. Para mais, CORRÊA, Felipe, op. cit., pp. 173-174; MARCELINO, Danilo Rosa. **Ação direta**: a via para a transformação social, São Paulo (1906-1919). 2018. 167 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia Letras e Ciências e Humanas, pp. 36-37. Disponível em: <<http://www.ppghistoria.sites.unifesp.br/images/dissertacoes/2018/Danillo%20Rosa%20Marcelino%2C%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2020; GODOY, Clayton Peron Franco. **Ação direta**: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908). 2013, 247 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31102013-113021/publico/2013\\_ClaytonPeronFrancoDeGodoy\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31102013-113021/publico/2013_ClaytonPeronFrancoDeGodoy_VCorr.pdf)>. Acesso em 12 jan. 2020.

<sup>185</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, op. cit., p. 44.

<sup>186</sup> SAMIS, Alexandre, op. cit., 2004, p. 135.

anos 1910, a principal alternativa de organização política e de resistência<sup>187</sup>. No Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906), foi aprovada a adoção do sindicalismo revolucionário enquanto estratégia, tendo, como referência, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) da França. Os seguintes princípios foram estabelecidos: neutralidade sindical, ação direta, federalismo, descentralização, antinacionalismo, antimilitarismo e defesa da greve geral<sup>188</sup>. A opção pela neutralidade sindical configurava uma alternativa para amenizar conflitos entre os trabalhadores, uma vez que se encontravam divididos por distintas perspectivas políticas e religiosas<sup>189</sup>. A estratégia adotada e os princípios selecionados indicam a importância dos anarquistas nos debates organizativos da classe trabalhadora de então: evitando associar diretamente as organizações à sua ideologia, pautaram, ainda assim, pontos propriamente a ela relacionados. O congresso operário resultou, ainda, na criação, em 1908, da Confederação Operária Brasileira (COB), agrupando sindicatos de ofícios diversos<sup>190</sup>. A COB possuía um jornal oficial, intitulado “A Voz do Trabalhador”.

Apesar da importância adquirida pelo sindicato enquanto espaço de atuação dos libertários, é oportuno destacar que essa posição não foi unânime entre a militância anarquista em perspectiva global. No Congresso Anarquista de Amsterdã, ocorrido em 1907, o debate entre o francês Pierre Monatte e o italiano Errico Malatesta opunha duas perspectivas distintas a respeito de possibilidades e de limites do sindicalismo enquanto elemento estratégico para os anarquistas. Monatte defendera que o movimento sindical deveria ser fortalecido sem haver um vínculo programático direto com o anarquismo, recomendando que a militância libertária aderisse ao sindicalismo<sup>191</sup>. Malatesta não negava o potencial do sindicato enquanto meio privilegiado de luta e de propaganda, mas considerava que, com o tempo, a tendência de se tornarem “corporações fechadas” poderia acirrar antagonismos com trabalhadores de outras

---

<sup>187</sup> É necessário enfatizar que a experiência mutualista, circunscrita entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, foi simultânea aos sindicatos, conformando-se como mais um instrumento de resistência contra a exploração imposta à classe trabalhadora. A historiografia mais antiga, no entanto, vislumbrava as associações de socorro mútuo como uma espécie de “proto-sindicato”, constituindo uma etapa anterior ao sindicato. O trabalho de Francisco Foot Hardman é um exemplo disso. Para consultar sua referência, HARDMAN, Francisco Foot, op. cit., pp. 31-33. Em relação à simultaneidade entre as associações de resistência dos trabalhadores, recomenda-se VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1890-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1., pp. 21-51.

<sup>188</sup> SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: \_\_\_\_\_ et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 135.

<sup>189</sup> TOLEDO, Edilene, op. cit. p. 64.

<sup>190</sup> Além da COB, que aglutinava os trabalhadores nacionalmente, vale destacar algumas das federações locais, anteriores à organização e que a integraram: a já citada FORJ; a Federação Operária de São Paulo (FOSP); a Federação Operária Local de Santos (FOLS) e a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).

<sup>191</sup> CORRÊA, Felipe, op. cit., p. 218.

categorias, “ainda mais do que com os patrões”. Sobre a greve geral, o italiano também foi crítico: ela seria incapaz de substituir a ação armada e revolucionária contra o Estado. Em franca desvantagem contra os detentores dos meios de produção e do instrumento político, os trabalhadores só conseguiriam suprimir o capitalismo por meio do uso da violência<sup>192</sup>. Ademais, o caráter eminentemente “economicista” do sindicato – lutando por melhorias imediatas – e a possibilidade de sua organização interna “degenerar em autoritarismo” são outros aspectos problemáticos ponderados por parte dos anarquistas<sup>193</sup>.

No Brasil, a tensão entre os anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário e os chamados “anarquistas comunistas” – mencionados por Oiticica em carta a Silva Marques, vale lembrar –, mais próximos das concepções de Malatesta, não era desprezível<sup>194</sup>. Para os “anarquistas comunistas”, a organização e a ação deveriam transcender os sindicatos, abrangendo as ligas, os comitês, os centros de estudos, os grupos de teatro, as escolas, a imprensa, as conferências, os debates e afins<sup>195</sup>. Tratavam-se, basicamente, de instrumentos de propaganda<sup>196</sup>. Embora concordassem com as greves, eles ainda defendiam que a prática sindical reproduziria “hierarquias, aristocracias operárias e posições de mando incompatíveis com os ideais anarquistas”<sup>197</sup>. Outro debate floresceu entre os anarquistas brasileiros: vincular os sindicatos explicitamente à ideologia libertária ou manter a estratégia que demandava a neutralidade política e religiosa das organizações<sup>198</sup>? Em termos nacionais, apesar do tensionamento, a segunda opção foi majoritária entre os libertários.

Em 1907, um ano após o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, movimentos grevistas irromperam em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Recife com o objetivo de reduzir a extensa jornada de trabalho – que atingia categorias diversas –, para oito horas. Os militantes anarquistas impulsionaram e participaram ativamente das greves. Ainda assim, a liderança dos movimentos não pode ser a eles atribuída, uma vez que as deliberações ocorriam coletivamente, abrangendo trabalhadores de perspectivas políticas outras – em suma, a estratégia do sindicalismo revolucionário posta em prática. No entanto, o Estado, por meio da

---

<sup>192</sup> MALATESTA, Errico. **Escritos revolucionários**. Edição on-line de LCC Publicações Eletrônicas. [S.I.:s.n.], [20--], pp. 48-49. Disponível em: <<http://culturabrasil.org/zip/malatesta.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>193</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 93.

<sup>194</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, op. cit., p. 30.

<sup>195</sup> CAMPOS, Cristina Hebling, op. cit., p. 124.

<sup>196</sup> Os grupos de propaganda primordialmente se caracterizaram como grupos de discussão, ainda que alguns tenham se “especializado em atividades concretas”, fundando escolas, publicando livros, folhetos e jornais; mantendo correspondência com a imprensa anarquista estrangeira e criando centros de estudos sociais e grupos de atividades teatrais, dentre outros. Para mais: TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 70.

<sup>197</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, op. cit., p. 70.

<sup>198</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 94.

polícia, relacionava as ações a determinados “líderes”, sobretudo anarquistas<sup>199</sup>. Interessante recordar, novamente, que já no período circulavam, na grande imprensa, artigos e notícias reforçando estereótipos negativos dos libertários.

O Estado não se manteve indiferente à ascensão dos movimentos dos trabalhadores. Além da repressão às greves, o governo passou a esboçar “uma tímida iniciativa no campo trabalhista”, editando medidas que almejavam a regulamentação sindical no setor econômico rural (1903) e no urbano (1907)<sup>200</sup>. Essas medidas se deram devido à pressão dos setores reformistas e ao receio com o aumento exponencial da ação revolucionária no movimento social<sup>201</sup>. No campo legislativo, as ações foram além das incipientes iniciativas de regulamentação do trabalho. Ainda em 1907 e apenas dois dias depois de instituir o decreto referente ao trabalho urbano, o governo expediu a chamada “Lei Adolfo Gordo”<sup>202</sup> – popularmente conhecida como tal graças ao deputado que se engajou em sua proposta. Determinando a deportação de imigrantes “indesejados”, alcançava, inclusive, os anarquistas<sup>203</sup>. Ambicionava, portanto, dificultar a atuação revolucionária dos trabalhadores.

Apesar de ter a repressão policial e as leis como práticas habituais, o Estado se utilizou de outras formas para tentar controlar as movimentações dos trabalhadores. Políticos, como o deputado Mario Hermes da Fonseca – filho do então presidente da República, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca – se aproximaram de setores dos trabalhadores, estimulando, inclusive, a realização de um congresso – o chamado Quarto Congresso Operário Brasileiro,

---

<sup>199</sup> TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 77.

<sup>200</sup>A regulamentação sindical do setor rural foi definida por meio do Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903, posteriormente revogado em 1933 no governo Getúlio Vargas; a regulamentação urbana, por sua vez, foi disposta no Decreto n. 1637, de 5 de janeiro de 1907. Consultar: BRASIL. Decreto n. 979, de 6 jan. 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1903. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2020.; \_\_\_\_\_. Decreto n. 1637, de 5 jan. 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1907. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/norma/599819/publicacao/15799449>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

<sup>201</sup>SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. In: \_\_\_\_\_ et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 137.

<sup>202</sup> Decreto n. 1641, de 7 de janeiro de 1907. Em 1919, ano de intensa agitação dos trabalhadores, a lei foi endurecida. Para mais: BRASIL. Decreto n. 1641, de 7 jan. 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1907. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

<sup>203</sup> Além do imaginário do anarquista violento, construído devido à mencionada estratégia da “propaganda pelo fato”, os libertários frequentemente eram associados aos imigrantes e sua ideologia, a uma “planta exótica”. O anarquista representaria “mau externo que corrói a nacionalidade”, isto é, um sujeito que importou concepções políticas distintas das do trabalhador nacional. Nesse sentido, foi considerado o “inimigo objetivo” por parte do Estado, sofrendo sanções tanto pela repressão quanto por instrumentos como a Adolfo Gordo. Para mais detalhes: GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 85.

ocorrido em novembro de 1912. Organizado pela Liga do Operariado do Distrito Federal<sup>204</sup> com o incentivo do deputado – que presidiu o evento –, o congresso aglutinou trabalhadores simpáticos à atuação parlamentar como forma de trazer ganhos para suas demandas. Na “Coluna Operária” do jornal *A Época*, o socialista Mariano Garcia publicou que

O Quarto Congresso Operario que a Liga do Operariado do Distrito Federal está preparando para breve nesta capital, indo assim ao encontro dos desejos manifestados pelo sr. deputado Mario Hermes, é um tentamen que a todos nós deve ser sympathico, porque vamos concorrer com o conhecimentos real de nossas necessidades para serem levadas ao Congresso Nacional, por quem assim ficará sabendo realmente o que somos, o que queremos, e o quanto podemos obter pelas nossas classes soffredoras no presente estado social<sup>205</sup>.

O evento reflete um contexto de disputas políticas no interior do movimento operário, além de indicar possibilidades de controle a partir do colaboracionismo com o Estado. Rivais declarados dos anarquistas, os presentes foram severos em suas críticas. Estrategicamente, defenderam, também, a criação de um partido operário de amplitude nacional – o Partido Político Operário Brasileiro – e da Confederação Brasileira do Trabalho (CBT) para tensionar com a COB. Devido à ligação do evento com o governo federal, os anarquistas denunciaram sua feição colaboracionista, apelidando-o de “Congresso Pelego” ou “Congresso Amarelo”. Almejavam, portanto, capitalizar o elemento simbólico de que suas associações e estratégias eram genuinamente operárias e revolucionárias<sup>206</sup>. O jornal *A Lanterna*, em novembro de 1912, publicou crítica ao Quarto Congresso. O texto, assinado pelo anarquista Santos Barbosa<sup>207</sup>, questionou a inserção de Mario Hermes da Fonseca entre os trabalhadores na realização de um congresso “onde não se tratasse de anarquismo, socialismo (e sindicalismo, acrescentamos nós), mas de ideias conservadoras”<sup>208</sup>. A atuação de Pinto Machado, ex-operário, jornalista e um dos participantes do Primeiro Congresso de 1906<sup>209</sup>, também foi criticada como “pretensão

---

<sup>204</sup> Fundada em 25 de maio de 1911, a Liga era “uma agremiação composta exclusivamente de operários de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade” com a finalidade de defender seus associados, lutar por sua emancipação e auxiliá-los quando necessário. Parte do seu estatuto foi publicado a partir de janeiro de 1913 no jornal *A Época*. Consultar: “Estatutos da Liga do Operariado do Distrito Federal”. *A Época*, n. 183, 29 jan. 1913, p. 6.

<sup>205</sup> GARCIA, Mariano. “O Congresso Operário”. *A Época*, n. 31, 30 ago. 1912, p. 6.

<sup>206</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, op. cit., pp. 87-89.

<sup>207</sup> Joaquim Francisco Santos Barbosa foi um operário anarquista de local e data de nascimento incertos. Dedicou parte de sua militância à arte engajada, englobando tanto o teatro social quanto a literatura. Em 1913, no Rio de Janeiro, participou da criação do Grupo Dramático Cultura Social, realizando atividade parecida, em 1914, na cidade de Pelotas (RS). Na década de 1910, colaborou nos jornais pelotenses *O Rebote* e *A Luta*, também publicando textos no jornal carioca *A Voz do Trabalhador*. Para mais: MIRANDA, Cássia Ferreira. *A voz contra a guerra na obra do operário anarquista Santos Barbosa*. Cena, Porto Alegre, n. 17, pp. --, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cena/article/viewFile/50826/35348>>. Acesso em 11 jun. 2019.

<sup>208</sup> BARBOSA, Santos. “O 4º Congresso Operario Brasileiro (contribuição para a ruina duma mistificação)”. *A Lanterna*, n. 165, 16 nov. 1912, p. 3.

<sup>209</sup> A participação de Pinto Machado como um dos delegados do Primeiro Congresso Operário Brasileiro pode ser conferida no verbete sobre o evento, publicado no CPDOC. PRIMEIRO CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em:

eleitoreira” ao contribuir com a fundação do Partido Político Operário Brasileiro. Reafirmando a posição de “apologistas da ação direta”, o anarquista repudiou a tentativa de conciliação com o Estado e encerrou o texto lembrando que

Mas... não virá trazer esse mal, um grande bem para o movimento operário do Brasil? Parece-nos que sim. E, embora protestemos, enquanto tivermos forças suficientes, pedimos a... Deus pela vitória da *troupe* Pinto Machado & Comp. e de novo recordamos que em 1913 a Confederação Operária Brasileira realizará o 2º Congresso Operário Brasileiro — Operário<sup>210</sup>.

Os libertários, portanto, não reconheceram a legitimidade do Quarto Congresso, reivindicando, para sua organização, a tarefa de realizar o Segundo Congresso Operário Brasileiro – que representaria a verdadeira continuidade do evento de 1906. Ao ressaltar a palavra “Operário”, Santos Barbosa expressou um elemento estratégico da militância libertária: seus métodos seriam a alternativa de fato necessária para os trabalhadores, recusando interferências ou mediações de agentes externos à classe. Realizado em setembro de 1913, os participantes endossaram as resoluções do Primeiro Congresso e introduziram pautas como: críticas ao cooperativismo; discussões sobre bolsas de trabalho e salário mínimo; posicionamento crítico em relação à iminente guerra a ser deflagrada na Europa e moção de apoio aos trabalhadores de Portugal – reforçando sua perspectiva internacionalista. A vinculação ao anarquismo, aliás, tornou-se mais explícita com a utilização da expressão “socialismo anarquista” em contraposição à “propriedade privada, capitalismo e autoridade”<sup>211</sup>. O Segundo Congresso representou, em grande medida, a reorganização do movimento operário em uma “conjuntura econômica recessiva”, particularmente penosa para os trabalhadores<sup>212</sup>. José Oiticica, após seu contato inicial com a FORJ, foi um ativo participante do evento, colaborando em conferências e em atividades outras como o teatro, as canções, os recitais de poesia e os bailes<sup>213</sup>. Ele não ocupou, no entanto, postos simbolicamente importantes como a presidência das sessões ou o secretariado, possivelmente por até então não possuir uma posição

---

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRIMEIRO%20CONGRESSO%20OPER%C3%81RIO%20BRASILEIRO.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

<sup>210</sup> BARBOSA, Santos. “O 4º Congresso Operário Brasileiro (contribuição para a ruína duma mistificação)”. *A Lanterna*, n. 165, 16 nov. 1912, p. 3.

<sup>211</sup> SAMIS, Alexandre. , op. cit., p. 137.

<sup>212</sup> ADDOR, Carlos Augusto. , op. cit., p. 101.

<sup>213</sup> LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. **José Oiticica**: reflexões e vivências de um anarquista. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2009, p. 101. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93380/laurisjunior\\_rl\\_me\\_assis.pdf](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93380/laurisjunior_rl_me_assis.pdf)> Acesso em 12 jun. 2019. De acordo com Francisco Foot Hardman, atividades como as citadas, frequentemente presentes nos festivais organizados pelos libertários, possuíam, para além do aspecto lúdico, propósito “doutrinário”, também arrecadando contribuições para a difusão da propaganda, como nos jornais. A concepção cultural anarquista se pautaria por um “movimento contraditório, entre o puritanismo ideológico e a necessidade de cativar o interesse popular”. Para mais: HARDMAN, Francisco Foot. , op. cit., p. 84.



de destaque entre a militância anarquista<sup>214</sup>. É fundamental destacar que a inserção de Oiticica no movimento sindical se deu, inclusive, com sua filiação ao Sindicato de Ofícios Vários, que abrangia trabalhadores “que não tinham associação de classe por falta de número suficiente para constituí-la”. A entidade sindical agregava trabalhadores braçais e intelectuais, constituindo uma forma para o trabalhador individual ou associado a uma organização não filiada à FORJ contribuir para os interesses da organização. Segundo José Romero, foi uma alternativa que aglutinou uma quantidade expressiva de militantes libertários<sup>215</sup>.

#### 1.4 JOSÉ OITICICA, OS ANARQUISTAS E A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 1910

A irrupção da Primeira Guerra Mundial, em 1914, teve significativo impacto global sobre a classe trabalhadora. Especificamente no Brasil, o aumento da carestia de vida impôs novos obstáculos aos trabalhadores. A conjuntura de então refletiu, também, em uma expansão do setor produtivo nacional, que atingiu os setores industriais de forma desigual – por exemplo, com crescimento da produção têxtil e estagnação da construção civil até meados de 1919. Essas mudanças, no entanto, não resultaram, de maneira geral, em benefícios para os trabalhadores: os salários decresceram e o desemprego aumentou<sup>216</sup>. Em meio às consequências da guerra e movidos pela perspectiva internacionalista que lhes era característica, os anarquistas insistiram na propaganda antibelicista e em ações práticas de militância, como a organização de dois Congressos em 1915: o Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul-Americano.

Realizados no Rio de Janeiro, os eventos foram organizados pelas entidades sindicais e pela militância ligada à COB, combatendo o “avanço de conflitos mundiais” por meio da garantia da “força sindical para além das fronteiras nacionais”. No entanto, possuíam propósitos distintos. O Congresso Internacional da Paz objetivava a construção de uma aliança de “grupos ideológicos (socialistas, anarquistas) sindicais (de ofício ou regionais)”, em âmbito global, no sentido de garantir maior força de origem proletária para tensionar “especialmente as decisões

---

<sup>214</sup> A partir do n. 208, o jornal *A Lanterna* publicou informações referentes ao Segundo Congresso, como os responsáveis pela organização de cada sessão, as federações e sindicatos que aderiram e as moções aprovadas. Consultar: “O Segundo Congresso Operário Brasileiro”. *A Lanterna*, n. 208, 13 set. 1913, p. 2.

<sup>215</sup> ROMERO, José. “José Oiticica – Recordando alguma coisa de sua trajetória no movimento libertário”. *Ação Direta*, n. 121, out. 1957, p. 4.

<sup>216</sup> CAMPOS, Cristina Hebling, op. cit., pp. 27-28.

dos Estados nacionais no desenrolar da Primeira Guerra Mundial”<sup>217</sup>. O Congresso Anarquista Sul-Americano, por sua vez, proposto especificamente pela militância anarquista inserida na COB, tinha como propósito “atingir outros núcleos ou grupos de propaganda libertária do continente sul-americano” para a construção de uma atuação conjunta de maneira programática. Ainda que o propósito de formação de uma Confederação Operária Sul-Americana não tenha se concretizado, uma de suas consequências foi maior aproximação de anarquistas brasileiros e argentinos, estreitando laços de teor internacionalista<sup>218</sup>.

No início de 1916, José Oiticica publicou, no jornal *Na Barricada*, artigo crítico à chamada Liga pró-Aliados, órgão que estaria fomentando que o Brasil declarasse guerra à Alemanha. O pretexto para tal seria econômico – mais precisamente, relacionado ao café paulista: “anunciaram que a Alemanha havia sequestrado, isto é, roubado o café depositado [sic] em Hamburgo e se recusara terminantemente a pagá-lo”<sup>219</sup>. Segundo o anarquista, não houve ilegalidade por parte da Alemanha, o que teria sido reconhecido pelo governo paulista. Ele não deixou de apontar, também, como a militância libertária deveria se posicionar durante o processo, retomando, inclusive, algumas das discussões do Congresso Anarquista Sul-Americano:

No ponto de vista anarquista pouco nos importam processos ou tratados, alianças ou barbaridades dos guerreiros capitalistas. Combatem pelo seu dinheiro e por dinheiro vendem a alma e o corpo, cospem na imagem do próprio deus que adoram. A ação anarquista perturbada além mar pelo sitio marcial aguarda ali o azado instante para renacer [sic] violentamente e influir na remodelação social vindoura.

No congresso anarquista sul-americano foi aventado por um grupo em maioria a idéia [sic] de aqui desenvolvermos tenaz campanha contra o patriotismo guerreiro e significarmos aos companheiros de Europa a necessidade de se prepararem de antemão para a luta **post bellum**<sup>220</sup>.

Os anarquistas deveriam, portanto, conforme resoluções de seu Congresso, desenvolver uma “tenaz campanha contra o patriotismo guerreiro” e conclamar os “companheiros da Europa” a se prepararem para a luta que viria ao fim da guerra, que representaria o renascimento

---

<sup>217</sup> SANTOS, Kauan Willian, op. cit., pp. 105-107.

<sup>218</sup> Ibid., pp. 105-107. As ações descritas são ilustrativas do posicionamento generalizado dos anarquistas latino-americanos ante a Primeira Guerra Mundial. O processo de grandes greves não se consumou apenas no Brasil e na Argentina: em Cuba e no México, movimentos grevistas irromperam. Os anarquistas participaram ativamente, construindo, também, campanhas contra a carestia de vida – que afetava, em maior e menor grau, os países da América Latina. Para os anarquistas latino-americanos, “a guerra era determinada pelo antagonismo dos interesses capitalistas e era um fator na consolidação dos estados”. No período, defendiam somente o uso da violência revolucionária no México, que passava pelo processo conhecido como “Revolução Mexicana”. Mesmo com a adesão do Brasil ao conflito bélico em 1917 – sendo o único país da América Latina a participar –, as campanhas dos anarquistas em oposição à guerra prosseguiram. Para mais, consultar verbete de TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. “Anarchism (Latin America)”. In: 1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War. Disponível em: <[https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/anarchism\\_latin\\_america?version=1.0](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/anarchism_latin_america?version=1.0)>. Acesso em 14 jan. 2020.

<sup>219</sup> OITICICA, José. “Prognósticos da Guerra”. *Na Barricada*, n. 3, 15 abr. 1916, pp. 1-2.

<sup>220</sup> OITICICA, José. “Prognósticos da Guerra”. *Na Barricada*, n. 3, 15 abr. 1916, pp. 1-2.

do anarquismo de maneira violenta. Ao tratar dos motivos espúrios da Liga pró-Aliados na procura de pretextos para a inserção do Brasil na guerra, Oiticica afirmou a inferioridade militar nacional ante o exército alemão, questionando

E quem irá combater os alemães? Os srs. aliadofilos ficarão em casa, fumando charutos, lendo revistas, bangolando na Avenida. Marcharão os oficiais dos regimentos e a soldadesca e o povo de operários e os párias brasileiros famintos e esfarrapados<sup>221</sup>.

Segundo seu argumento, a guerra seria provocada por membros das classes dominantes, que não se engajariam diretamente nela: os operários, os miseráveis e os soldados de baixa patente seriam sacrificados no conflito. Oiticica difundia em sua propaganda antibelicista, portanto, uma evidente perspectiva classista, ressaltando que os anarquistas não se manteriam alheios e saberiam “agir conforme agirem os cabeças de vento da Liga”<sup>222</sup>. Em sua concepção, os anarquistas

A ação anarquista deve agora molestrar, contraminar essa tendenciadezastrada e necia.

As resoluções do congresso anarquista sul-americano precisam reviver no espírito de nós todos e perdermos a oportunidade é mentirmos a nós mesmos, trairmos nossas próprias decisões, estadear a ineficácia do nosso esforço.

O Brasil em guerra com a Alemanha seria a mais inepta cabeçada política de todos os tempos<sup>223</sup>.

A posição publicizada por José Oiticica estava inserida em um debate internacional que pautava a militância anarquista diante da Primeira Guerra Mundial. Errico Malatesta, por exemplo, já no início se posicionou contra os envolvidos no conflito, “insistindo na tese de ser o conflito uma tragédia fratricida, que desviava os operários do caminho da solidariedade internacional em favor de uma agenda burguesa e nacionalista”<sup>224</sup>. Outros anarquistas – como Jean Grave e Piotr Kropotkin – assinaram o chamado “Manifesto dos Dezesesseis” (publicado em 14 de março de 1916), que defendia o apoio à França contra a Alemanha<sup>225</sup>. Embora admirador de Kropotkin, as concepções de Oiticica em relação à Guerra se alinhavam às defendidas pelo italiano Malatesta. Posteriormente, em 1919, ao escrever sobre o anarquista russo, embora o qualificasse como “o escritor que mais profundamente penetrou na futura organização anárquica” e que mais compreendeu “o papel do povo” na “organização de comunas livres”, não deixou de lembrar, ao ressaltar a crítica em relação ao papel

---

<sup>221</sup> OITICICA, José. “Prognósticos da Guerra”. **Na Barricada**, n. 3, 15 abr. 1916, pp. 1-2.

<sup>222</sup> OITICICA, José. “Prognósticos da Guerra”. **Na Barricada**, n. 3, 15 abr. 1916, pp. 1-2.

<sup>223</sup> OITICICA, José. “Prognósticos da Guerra”. **Na Barricada**, n. 3, 15 abr. 1916, pp. 1-2.

<sup>224</sup> SAMIS, Alexandre. “Introdução”. In: KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007, p. 26.

<sup>225</sup> Ibid.

desempenhado pela Entente, que o “próprio Kropotkine, com espanto de todos os anarquistas, aconselhou tal guerra e acreditou nessa missão sagrada”<sup>226</sup>.

As greves ocorridas entre os anos 1917 e 1919 foram produto da organização dos trabalhadores, contando com a “participação de líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país”. A carestia de vida e o trabalho de mulheres e crianças foram algumas das pautas abordadas pelos trabalhadores no movimento<sup>227</sup>. Os anarquistas e os sindicalistas estiveram à frente de diversas associações de classe durante o período que iniciou as greves, destacando-se o papel desempenhado por sua propaganda. O alto custo de vida, associado aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho revoltaram o operariado, instigando-o a aderir às perspectivas há muito defendidas pelos libertários nas entidades sindicais<sup>228</sup>. As greves que irromperam em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, porém, não foram meramente espontâneas: em janeiro de 1917, na capital federal, foi formado o “Comitê Central de Agitação e Propaganda Contra a Carestia e o Aumento de Impostos” a partir do Centro Libertário (organização de natureza política) e da FORJ. O comitê organizou manifestações e comícios simultaneamente à reorganização ou criação de sindicatos por categorias<sup>229</sup>. Houve, portanto, um trabalho prévio de organização por parte dos trabalhadores no sentido de se construir uma greve geral, uma vez que apenas a piora das condições materiais, por si só, não seria fator suficiente para incentivar o levante<sup>230</sup>. No Rio de Janeiro, a repressão não tardou: o presidente Venceslau Brás instaurou estado de sítio. O chefe de polícia local Aurelino Leal<sup>231</sup>, responsável pela repressão contra os trabalhadores,

---

<sup>226</sup> OITICICA, José. “O que são”. *Spártacus*, n. 19, 06 dez. 1919, p. 1.

<sup>227</sup> TOLEDO, Edilene, op. cit., p. 79.

<sup>228</sup> SAMIS, Alexandre, op. cit., 2004, pp. 141-142.

<sup>229</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, op. cit., p. 106.

<sup>230</sup> CAMPOS, Cristina Hebling, op. cit., p. 29. Sobre a concretização de uma greve, Marcel van der Linden argumenta que existem três critérios que contribuem com a “motivação subjetiva” para sua organização: “os problemas, o estopim e as reivindicações”. Tais fatores podem estar ou não diretamente relacionados. As greves podem ter caráter colaborativo entre diferentes categorias, como as mobilizações de 1917 parecem ilustrar: “greves em outros locais podem fazer com que os trabalhadores se deem conta de sua própria situação”, além de servirem de “gatilho”. Nesse sentido, há a possibilidade de fundir as reivindicações e mesmo as questões que afligem os trabalhadores, tornando-as mais complexas. A disposição subjetiva de participação em greves depende, em grande medida, de uma “identidade participatória” que se forma entre os trabalhadores. Basicamente, em uma ação coletiva, os trabalhadores têm de “estar convencidos de que essa ação se refere a uma coletividade identificável que merece seu apoio, e que, além disso, tem probabilidade de vir a beneficiá-los”. As redes sociais de convivência e de laços comunitários ou familiares desempenham importante papel. Podemos considerar, ainda, que a comunicação é parte significativa do processo: por meio da propaganda, por exemplo, os trabalhadores são capazes de estender a divulgação de pautas ou questões relacionadas à categoria ou mesmo à classe como um todo, tensionando no cotidiano. Para mais: VAN DER LINDEN, Marcelo. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora Unicamp, 2013, pp. 207-211.

<sup>231</sup> Aurelino de Araújo Leal (1877-1924) foi jornalista, professor, bacharel em direito. Ocupou diversos cargos públicos. Assumiu a chefia de polícia do então Distrito Federal em 1914, sendo responsável pela repressão às mobilizações locais dos trabalhadores. Em 1923, já no governo de Artur Bernardes, foi nomeado interventor do estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi eleito deputado federal pela Bahia, seu estado natal. Para mais:

ordenou o fechamento, ainda em 1917, do Centro Cosmopolita e da FORJ<sup>232</sup>. Em 1918, a FORJ foi substituída pela União Geral dos Trabalhadores (UGT). José Oiticica, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, ao mencionar o fechamento da FORJ no ano anterior, afirmou que o chefe de polícia

[...] exultou, certíssimo de haver triumphado. Apenas, enganou-se. A Federação renasce alviçareiramente, chama-se agora a União Geral dos Trabalhadores e trabalha activamente na coordenação das classes. A violência e as patranhas da policia foram adubo forte à terra escavoucada<sup>233</sup>.

Poucos dias depois, o ressurgimento da organização classista dos trabalhadores do Rio de Janeiro foi acompanhado por uma carta aberta de José Oiticica endereçada a Aurelino Leal. Sarcástico ao se referir ao chefe de polícia e às suas tentativas de criminalização dos anarquistas – utilizando a figura do “imigrante indesejado”, atingido pela Lei Adolfo Gordo –, o militante libertário reforçou o argumento de que as ações repressivas, em vez de ocasionarem desmobilização, foram responsáveis pelo crescimento da nova organização. Destacando o “protagonismo” de Leal, apontou que

[...] A Federação Operária era uma agremiação frágil, hesitante, com cinco mil sócios, mais ou menos, entre as sociedades componentes. O Ato arbitrário de V Ex.<sup>a</sup>, fechando-a, foi laço forte para a união dos trabalhadores. O inquérito ordenado por V Ex.<sup>a</sup> [contra a nova organização] é trabalho inútil. Posso informar a V. Ex.<sup>a</sup> que a atual União Geral dos Trabalhadores é a mesma antiga Federação Operária com os antigos elementos e outros muito novos. Os cinco mil trabalhadores de ontem, graças a V. Ex.<sup>a</sup>, são hoje trinta mil, solidamente arregimentados. Não constituem uma “sociedade”, mas representam a solidariedade de vários grupos operários unidos para um mesmo fim de defesa mútua. Nenhuma dessas associações, posso garantir a V. Ex.<sup>a</sup>, é anarquista. Os elementos anarquistas que entre elas há, ou são brasileiros ou estrangeiros “residentes no Brasil”, que se fizeram anarquistas no Brasil.

V. Ex.<sup>a</sup> pode dormir tranqüilo. Ninguém pensa em assassinar V. Ex.<sup>a</sup> nem assassinar nenhum representante da autoridade<sup>234</sup>.

Além de ressaltar a força da UGT, composta por trinta mil trabalhadores “solidamente arregimentados”, José Oiticica pontuou que os sindicatos a ela vinculados não eram ideologicamente anarquistas, embora contassem com “elementos anarquistas” como quadros. No momento de rearticulação devido às consequências da repressão às greves do ano anterior, podemos observar, conforme argumentado pelo militante libertário, o esforço de se manter em voga alguns tópicos deliberados nos congressos operários anteriores, como a neutralidade dos

---

AURELINO LEAL (Aurelino de Araújo Leal). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Aurelino.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

<sup>232</sup> SAMIS, Alexandre. “A greve de 1917 no Rio de Janeiro”. In: GODOY, Clayton Peron Franco de; MARCHEZIN, Lucas Tadeu; SILVA, Rodrigo Rosa da. **A greve geral de 1917: perspectivas anarquistas**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017, p. 239.

<sup>233</sup> OITICICA, José. “O que não se fez”. **Correio da Manhã**, n. 6984, 10 abr. 1918, p. 2.

<sup>234</sup> OITICICA, José. “Carta aberta de José Oiticica ao Sr. Dr. Aurelino Leal”. **A Rua**, n. 106, 19 abr. 1918, p. 4.

sindicatos – defendida, no geral, pelos anarquistas. Na carta, ainda, Oiticica, interpelando Leal, procurou combater quatro estigmas que o chefe de polícia teria colocado sobre os anarquistas. O primeiro ponto se refere à família, afirmando que os libertários não a desprezavam, opondo-se, na verdade, a interferências religiosas e do Estado no que deveria ser pautado pelo afeto:

Diz V. Ex<sup>a</sup> que nessa Federação “se pregou a dissolução da família”. Posso asseverar a V. Ex<sup>a</sup> que isso é absolutamente falso, pois o anarquismo não prega semelhante cousa. Os anarquistas também são pais, têm, muitos deles, numerosa prole. Não podiam, por isso, pregar a dissolução da família. O que eles acham, e eu também acho, é que, para amar a companheira e os filhos, não há mister a benzedura do batismo ou aquela comédia com que o Código Civil, meio anarquista nesse ponto, acabou serenamente<sup>235</sup>.

O segundo tópico, relacionado à “negação da pátria”, foi criticado por Oiticica por meio da contraposição do que seria o “patriotismo” de um anarquista e o patriotismo corrente, “jacobino”, “nativista” ou “xenófobo” de Aurelino Leal:

“Pregou a negação da pátria” — afirma V. Ex<sup>a</sup>. Se V. Ex<sup>a</sup> houvesse um dia descido da alta posição que ocupa, a ouvir os anarquistas na Federação, acabaria concordando com eles no referente à noção de pátria. V. Ex<sup>a</sup> é patriota, e eu também sou, mas eu sou diferentemente de V. Ex<sup>a</sup>, eis tudo. Amo estremecidamente êste Brasil, terra admirável, péssimamente aproveitada; amo a sua natureza esplêndida, e procuro, em prosa e verso, exaltá-la, cantá-la, glorificá-la. Sinto-me grande em ser brasileiro, porém maior em ser homem. Amo o povo desta terra, a infeliz raça desprezada, amargurada na escravidão, despedaçada nas bandeiras e entradas, escorraçada por quanto explorador nacional ou estrangeiro a avilta, deprime e calunia, vítima da politicagem miserável que a destroça nas revoluções, a escorcha com os tributos, a esfacela com expedições militares mais custosas que as escolas que lhe negam. Não sou todavia jacobino, não sou nativista, não sou xenófobo. Vejo, em qualquer trabalhador, em qualquer homem digno, um compatriota. Entre um brasileiro ruim e um estrangeiro bom, dou preferência ao último. Penso que a minha terra pode ser mais amada e melhor servida por muitos estrangeiros honrados que por muitos brasileiros negociastas, paspalhões e devassos<sup>236</sup>.

O terceiro ponto, a acusação de que a “Federação Operária” subverteria a “ordem jurídica e legal”, por sua vez, foi questionado pelo professor libertário por meio da reafirmação de que o anarquismo não estava oficialmente vinculado às organizações dos trabalhadores, que assumiam uma postura de “neutralidade ideológica”:

Assevera V. Ex<sup>a</sup> que se pregou, na Federação Operária, “a subversão de ordem jurídica e legal”. Êsse é realmente o fulcro da revolução social moderna. Mas, note V. Ex<sup>a</sup>, não é a Federação que a prega. V. Ex<sup>a</sup> ignora que a Federação não é uma “sociedade”, mas a “agremiação de várias sociedades operárias”, nenhuma delas, veja bem V. Ex<sup>a</sup>, “nenhuma delas” anarquista. V. Ex<sup>a</sup> teria o direito de fechar a Federação, se a Federação incluísse nos seus estatutos e pregasse sistematicamente a subversão social. Ora, isso nunca se deu. V. Ex<sup>a</sup> teria tal direito, se a Constituição o permitisse, de enclausurar apenas os pregadores das tais doutrinas. Por isso o ato de V. Ex<sup>a</sup>, extinguindo uma associação a que se achavam filiadas sociedades legalmente constituídas, como a dos marmoraristas, foi uma arbitrariedade, aliás muito comum entre os homens do poder<sup>237</sup>.

<sup>235</sup> OITICICA, José. “Carta aberta de José Oiticica ao Sr. Dr. Aurelino Leal”. **A Rua**, n. 106, 19 abr. 1918, p. 4.

<sup>236</sup> OITICICA, José. “Carta aberta de José Oiticica ao Sr. Dr. Aurelino Leal”. **A Rua**, n. 106, 19 abr. 1918, p. 4.

<sup>237</sup> OITICICA, José. “Carta aberta de José Oiticica ao Sr. Dr. Aurelino Leal”. **A Rua**, n. 106, 19 abr. 1918, p. 4.

O derradeiro estigma está vinculado ao imaginário do “anarquista violento”, anteriormente mencionado. Aurelino Leal acusara a “Federação Operária” de objetivar o assassinato “da autoridade”; Oiticica, por sua vez, contestou tal argumento, afirmando, inclusive, que ele refletia “três ingenuidades” do chefe de polícia:

Garante V. Ex<sup>a</sup> que na Federação se pregou o “assassinato (sic) da autoridade”. V. Ex<sup>a</sup> há de permitir-me a afoiteza de registrar aqui três ingenuidades de V. Ex<sup>a</sup>. A primeira é supor que a personalidade de V. Ex<sup>a</sup> têm algum valor na questão social. Que adiantaria ao mundo, ao problema da organização humana, ao futuro regime econômico, a supressão de V. Ex<sup>a</sup>?

[...]

A segunda ingenuidade é crer V. Ex<sup>a</sup> tão ineptos e inbecis [sic] os anarquistas estrangeiros ou nacionais que, incluindo figurões de casaca (“tenemus risum”), fôssem declará-lo em público, anunciá-lo de antemão a esbirros e beaguins. Ora essa!

A terceira ingenuidade está na própria ação de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> decreta “absurdas” as ideias anarquistas e resolve opor-se a elas, inutilizá-las, no Brasil, impedir neste recanto indemne a contaminação da epidemia apavorante. É como se V. Ex<sup>a</sup> quisesse, com um copo de água, apagar o Chimborazo. Quando o mundo inteiro freme de indignação e ódio revolucionário contra a abominável coligação exploradora que desencadeou, na Terra inteira, a guerra atual, quando a massa trabalhadora internacional abre os olhos e vê os destroços formidáveis causados pelo regime jurídico autocrático e democrático; quando a remodelação das bases mesmas da agremiação humana é o refrão da multidão que sofre, de que valem as perseguiçõezinhas, as medidinhas, as fitazinhas de V. Ex<sup>a</sup>, neste ambientezinho insignificante e ignoto do Rio de Janeiro?<sup>238</sup>

No Rio de Janeiro, o renascimento de uma federação que arregimentava as organizações dos trabalhadores – bem como o seu crescimento – evidencia uma das principais consequências da greve geral de 1917: o fortalecimento da organização sindical. Em agosto de 1918, os trabalhadores da Companhia Cantareira e da Viação Fluminense, que operavam as barcas entre o então Distrito Federal e Niterói, entraram em greve. Inicialmente exigindo, por exemplo, aumento salarial e redução da jornada de trabalho para oito horas, o movimento adquiriu caráter insurrecional, marcado pela forte repressão por parte do Estado. Alguns soldados do 58º Batalhão de Caçadores, destacados para reprimir os trabalhadores, resolveram aderir ao movimento popular, processo que, devido a conflitos, ocasionou a morte de três dos revoltosos – um civil e dois militares. O episódio fortaleceu as expectativas para o estabelecimento de uma aliança entre os trabalhadores e os escalões inferiores das Forças Armadas. A pretensão, que se revelaria ilusória, tinha como base o processo revolucionário na Rússia, iniciado em 1917. A aliança refletiria a constituição dos soviets, conselhos que aglutinavam operários e soldados. O imaginário libertário do período, portanto, refletia, entre outras coisas, eventos ocorridos do outro lado do Atlântico<sup>239</sup>.

---

<sup>238</sup> OITICICA, José. “Carta aberta de José Oiticica ao Sr. Dr. Aurelino Leal”. **A Rua**, n. 106, 19 abr. 1918, p. 4.

<sup>239</sup> ADDOR, Carlos Augusto. , op. cit., pp. 123-124.

A inspiração e o otimismo provocados pela Revolução Russa resultaram, por parte da militância anarquista do Rio de Janeiro, em ações que não se restringiram à propaganda. Em novembro de 1918, em uma cidade ainda se recuperando dos efeitos da gripe espanhola e da fome, os anarquistas procuraram levar adiante uma insurreição operária com o objetivo de suprimir o Estado burguês e instituir um “soviete”. A Revolução Social constituía, portanto, o objetivo mais amplo da insurreição. Inspirados na aliança entre operários e soldados na Rússia, os trabalhadores cariocas, por meio da greve geral e da violência revolucionária, almejavam instituir a “construção de uma sociedade sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação”<sup>240</sup>. José Oiticica estava entre os militantes anarquistas que assumiram o protagonismo do planejamento das ações revolucionárias: Astrojildo Pereira<sup>241</sup>, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, João Pimenta, José Elias da Silva e Agripino Nazareth<sup>242</sup> também encabeçavam o movimento<sup>243</sup>. As pretensões insurrecionais, no entanto, não obtiveram o resultado pretendido. Jorge Elias Ajus, tenente do Exército, infiltrou-se no movimento, fornecendo valiosas informações a Aurelino Leal, que, às 14h do dia 18 de novembro, prendeu as lideranças no escritório de Oiticica. A greve geral atingiu diversas fábricas da capital federal, mas, fragilizada pelo conhecimento que a repressão possuía dos

---

<sup>240</sup> Ibid., p. 165.

<sup>241</sup> Astrojildo Pereira Duarte da Silva (1890-1965) foi um intelectual e militante político fluminense. Aderiu ao anarquismo em meados da década de 1910, contribuindo em mobilizações políticas dos trabalhadores e divulgando sua ideologia por meio da imprensa. Participou, com Oiticica, do Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913. Foi um ativo participante das campanhas contra a Primeira Guerra Mundial. Em 1918, sob o pseudônimo de "Alex Pavel", publicou "A Revolução Russa e a imprensa", folheto em defesa do movimento bolchevista. Além da participação na malfadada insurreição anarquista de 1918, integrou, no ano seguinte, os quadros do partido de viés comunista-anarquista fundado pela militância libertária. Na década de 1920, paulatinamente se afastou do anarquismo, aderindo ao comunismo e participando da fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Uma das principais lideranças do partido que ajudara a fundar, foi expulso na década de 1930 por questões internas. Retornou ao partido em 1945, após escrever carta com autocrítica. Para mais: ASTROJILDO PEREIRA (Astrojildo Pereira Duarte da Silva). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Astrojildo.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

<sup>242</sup> Agripino Nazareth (1886-1961) foi um jornalista, advogado e militante socialista baiano. Manteve relações com militante de outras correntes políticas da esquerda, como os anarquistas. Participou das mobilizações dos trabalhadores durante a década de 1910. Além da malfadada insurreição de 1918, Nazareth também tomou parte de um plano insurrecional em 1915, que tinha como propósito derrubar o então presidente Venceslau Brás e instaurar uma República Parlamentar. O plano contava tanto com a sublevação de praças e sargentos das Forças Armadas quanto com a de operários, como os da Light. Para mais: CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, pp. 77-99, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/06.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2019.

<sup>243</sup> No período, além de atuante na UGT, José Oiticica era um dos expoentes da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, entidade criada em 1918 para fins organizativos, abrangendo militantes adeptos da ideologia libertária. Tratava-se, portanto, de uma organização de cunho político, diferente da UGT, uma entidade de classe. Para mais: SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 97.



planos, foi contida. O Estado aumentou expressivamente a repressão policial até meados de dezembro; A UGT foi dissolvida por decreto já em 22 de novembro<sup>244</sup>.

Preso, o anarquista José Oiticica foi condenado ao desterro. Desembarcou, no início de 1919, em Alagoas para cumprir a pena no “Engenho Riachão”, a antiga propriedade familiar. O desterro configurava uma alternativa punitiva para dificultar a propagação de ideias consideradas subversivas, procurando desarticular a organização estabelecida pela militância libertária. A opção pelo cumprimento da pena na propriedade da família não refletia uma benevolência gratuita: é significativo lembrar que, além do trabalho desempenhado enquanto professor do Colégio Pedro II e o reconhecimento intelectual, Oiticica era filho de um ex-senador da República<sup>245</sup>. Nesse sentido, sua origem e o prestígio conferido por sua atuação na sociedade o diferenciaram de outros libertários igualmente envolvidos no levante, que não contavam com fatores tais que os resguardassem.

Em sua prisão, José Oiticica escreveu os poemas “A Prisão”, “Acusação” e “A Saudação”, posicionando-se de forma crítica à repressão por parte do Estado, além de exaltar as lutas construídas pelos trabalhadores. Seus escritos o relacionam à concepção do “herói operário”, mitificação que se configurava, entre outros fatores, pela defesa da “honra” e pelo impulso que os obstáculos propiciariam à continuidade da luta. O “herói operário” constituiria um sujeito apartado do tempo cronológico: suas ações, independente do período em que ocorreram, poderiam ser utilizadas como inspirações para o momento presente<sup>246</sup>. Um dos aspectos mais interessantes do período de desterro envolveu a relação entre José Oiticica e o jovem Otávio Brandão<sup>247</sup>, que o admirava. Parceiros, passaram a difundir o anarquismo entre os ribeirinhos, fator que evidencia a ineficácia do desterro, uma vez que Oiticica prosseguiu estabelecendo relações e desenvolvendo sua propaganda<sup>248</sup>. Após a polícia local ter encontrado

---

<sup>244</sup> ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda, 1986, pp. 172-174.

<sup>245</sup> Em depoimento para Cristina Figueira, Sônia Oiticica, sexta filha do anarquista, atentou para o fato de que a possibilidade de cumprir a pena na antiga propriedade familiar se deu pela atenção dispensada a Francisco de Paula Leite e Oiticica, ex-senador durante a República. Mediante o que estava posto, Oiticica ainda demandou, para que aceitasse tais condições, que sua família o acompanhasse. Para mais: FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, op. cit., p. 25.

<sup>246</sup> LAMOUNIER, Aden Assunção, op. cit., pp. 126-129.

<sup>247</sup> Otávio Brandão Rego (1896-1980) foi um farmacêutico alagoano. Inicialmente anarquista, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1919, contribuindo com as ações do partido de viés comunista-anarquista que a militância local fundou. Na década de 1920, aderiu ao comunismo, ingressando no PCB. Viveu entre 1931 e 1946 na União Soviética. Foi perseguido politicamente juntamente com seu partido no período de redemocratização e após o golpe de 1964, por vezes vivendo na clandestinidade. Para mais: OTÁVIO BRANDÃO (Otávio Brandão Rego). In: Vêbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/otavio\\_brandao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/otavio_brandao)>. Acesso em: 14 jun. 2019.

<sup>248</sup> LAMOUNIER, Aden Assunção, op. cit., pp. 126-129.

supostos indícios de uma insurreição anarquista na região, o retorno de Oiticica à capital federal foi recomendado. De acordo com publicação do jornal *A Plebe*, o anarquista não havia tomado parte nas reuniões do movimento: uma carta sua incentivando Brandão a persistir na divulgação da ideologia libertária, porém, foi encontrada. Em maio, embarcou rumo ao Rio de Janeiro<sup>249</sup>.

Após o retorno, Oiticica tomou parte em uma nova proposta organizativa: o Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1919<sup>250</sup>. Apesar de inicialmente impulsionado por expoentes da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, o partido não constituía uma iniciativa exclusivamente libertária. Admitindo a participação de “anarquistas, comunistas e todos os que aceitarem o comunismo social”, a organização política apresentava características de uma “frente ampla”, cujo propósito era aglutinar aqueles que defendiam a Revolução Social<sup>251</sup>. Sua fundação poderia constituir uma resultante de um processo iniciado anos antes, em 1917, com o Congresso de Vanguardas, que objetivava o estabelecimento de bases para atuação conjunta entre os elementos revolucionários presentes no país<sup>252</sup>.

O Partido Comunista do Brasil, na prática, conferia maior coesão à sua propaganda e aos métodos de ação da militância. Com o objetivo de alcançar a Revolução Social, seu projeto era de amplitude nacional. No decorrer de 1919, a organização transcendeu os limites da então capital federal: núcleos foram fundados em outras regiões do estado do Rio de Janeiro e em outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de estabelecer relação de influência com trabalhadores de Alagoas e Pernambuco, por exemplo<sup>253</sup>. Demonstrando força, assumiu protagonismo nos eventos do 1º de maio de 1919, além de realizar uma “Conferência Comunista” em junho do mesmo ano. Para divulgar suas propostas, a organização criou o jornal *Spártacus*, cuja primeira edição foi publicada em agosto do mesmo ano.

---

<sup>249</sup> LAURIS JUNIOR, Renato Luiz, op. cit., p. 12.

<sup>250</sup> Com finalidade didática, optamos pela manutenção da grafia comum dos jornais da época.

<sup>251</sup> BARTZ, Frederico Duarte. Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922. 2014. 300 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014., p. 160. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107948/000946465.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 162. O historiador Tiago Bernardon de Oliveira, que, em sua tese, caracterizou o Partido Comunista do Brasil como um instrumento político exclusivamente anarquista, fez interessante ressalva. Em texto recente, afirmou que Bartz se utilizou de um “escopo maior de fontes”, aprofundou a análise e que existem elementos que apontam para o fato de que a organização política fundada em 1919 possuía, de fato, características de uma “frente ampla”, sem conotação ideológica unicamente anarquista. A memória do partido como um instrumento político comunista-anarquista teria sido criada posteriormente, com os escritos, por exemplo, de José Oiticica. Consultar OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (org). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 226-228.

<sup>253</sup> Ibidem, pp. 153-155.

O Partido Comunista do Brasil surgiu em meio a necessidades específicas da conjuntura de então. Primeiramente, é oportuno destacar que a ideia de um “partido”, entre a militância anarquista, não é estranha: historicamente, segmentos da militância libertária afirmavam a importância de organizações que aglutinassem militantes e proporcionassem maior coesão estratégica e tática em suas ações. Em 1868, por exemplo, Mikhail Bakunin, quando inserido na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – a chamada “Primeira Internacional”, que contava com diferentes tendências revolucionárias –, fundou, em parceria com outros militantes, a Aliança da Democracia Socialista (ADS). Os objetivos dessa organização, sucintamente, remetem à criação e ao estímulo de organizações de massa e veículos de propaganda pública como à articulação de uma organização política – um pequeno partido – que almejava o fortalecimento da intervenção da ADS entre as massas<sup>254</sup>. Piotr Kropotkin, ao abordar a organização anarquista por meio da atuação de “partidos de vanguarda”, indicou que o partido de maior “agitação revolucionária” e “audácia” alcançaria apoio e adesão quando as condições fossem favoráveis para a ação revolucionária. A consequência disso seria fazer frente aos partidos que, embora desenvolvidos no aspecto teórico, não difundissem de forma eficiente suas aspirações para as massas<sup>255</sup>.

Errico Malatesta também se mostrou favorável à construção de organizações específicas para a atuação libertária. Crítico das limitações do sindicalismo, o italiano destacava o papel fundamental que a organização desempenharia para a luta anarquista, estabelecendo pontos como: defesa de uma organização horizontal, com delegação de funções entre os membros; validade da cooperação, ante o isolamento, no exercício da liberdade (concepção de uma “liberdade coletiva”); protagonismo da organização no intuito de se defender da repressão imposta pelo Estado. A organização se constituiria em uma forma de supressão de autoridade, possibilitando, ainda, aos indivíduos se habituarem ao trabalho coletivo – reduzindo a passividade frente ao patronato. Como definição de partido anarquista, propôs que a organização constituiria o “conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer”<sup>256</sup>.

Os debates a respeito da criação de organizações específicas anarquistas, portanto, estavam postos desde a segunda metade do século XIX. Historicamente, os anarquistas brasileiros privilegiaram, em seu modelo organizativo, a atuação no nível de massas, isto é, a

---

<sup>254</sup> CORRÊA, Felipe, op. cit., pp. 265-268.

<sup>255</sup> KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005, pp. 211-212.

<sup>256</sup> MALATESTA, Errico, op. cit., 20---, pp. 56-59.

inserção em espaços como os sindicatos<sup>257</sup>. Com a fundação do Partido Comunista do Brasil em uma conjuntura intensa de greves como as do período 1917-1919, segmentos da militância anarquista objetivaram uma atuação organizativa pautada na seguinte dualidade: além da atuação no campo do sindicalismo revolucionário, a formação de uma organização que pudesse congrega aqueles que se propunham a alcançar a Revolução Social, procurando propiciar, em tese, maior afinamento para ações em comum entre os militantes, o que possibilitaria intervenções mais eficientes nos espaços de atuação. Tratava-se, em suma, da preocupação de atuar tanto no nível social quanto no político.

A fundação do partido atendia outro aspecto em pauta no período: a influência da Revolução Russa. Os eventos do outro lado do Atlântico suscitaram sentimentos de otimismo em meio à militância anarquista, que imaginava a aproximação da Revolução Social. Os soviéticos, conselhos locais que articulavam trabalhadores (urbanos e rurais) e militares, por exemplo, foram uma das inspirações da já mencionada tentativa de insurreição de novembro de 1918<sup>258</sup>. É válido assinalar que os *soviéticos* marcaram as primeiras impressões que o mundo teve sobre a Rússia revolucionária, muito em parte devido à influência exercida pelas análises da imprensa militante ocidental<sup>259</sup>.

O jornal *Spártacus* é uma fonte de grande valia para compreendermos como os anarquistas se apropriaram estrategicamente dos eventos revolucionários em curso na Rússia como forma de propaganda e de formação junto aos trabalhadores brasileiros. Ao longo de suas 24 edições mensais, o jornal publicou uma série de textos exaltando a revolução, bem como divulgou textos de expoentes do bolchevismo, como Vladimir Lênin e Leon Trotsky. Anarquistas e bolchevistas, naquele momento, eram colocados lado a lado como sujeitos construindo um processo revolucionário que, na perspectiva libertária, possuía coerência com a tão almejada Revolução Social. Havia, portanto, um esforço de propaganda no sentido de aglutinar a classe trabalhadora brasileira em prol de concepções revolucionárias, tendo, como “norte”, a Revolução Russa. Além da possível “confusão” ideológica por parte de segmentos anarquistas, que acompanhavam os eventos simultaneamente enquanto ocorriam no Oriente, podemos considerar que havia, também, uma estratégia de ressignificação da revolução em curso no sentido de impulsionar os trabalhadores brasileiros a se engajarem em um processo

---

<sup>257</sup> CORRÊA, Felipe, op. cit., p. 249.

<sup>258</sup> GOMES, Leandro Ribeiro. *Libertários e Bolcheviques: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. 2012. 242 f. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) - Universidade Estadual de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/94089?show=full>>. Acesso em 15 jun. 2019.

<sup>259</sup> FERRO, Marc. *O Ocidente diante da Revolução Soviética: a História e seus mitos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

revolucionário. A estratégia, no entanto, foi paulatinamente alterada conforme os anarquistas brasileiros perceberam o caráter centralizador da política bolchevique, resultando em um Partido Comunista centralizado e na perseguição política de dissidentes do campo da esquerda, como os anarquistas<sup>260</sup>.

Defensor de uma estratégia organizacionista, José Oiticica se engajou nas atividades do partido fundado no Rio de Janeiro. Foi escolhido para representar os cariocas na Primeira Conferência Comunista do Brasil, realizada entre os dias 21 e 23 de junho de 1919<sup>261</sup>. Iniciada no Centro Cosmopolita da cidade do Rio de Janeiro, teve seus dois últimos encontros transferidos para Niterói (RJ) devido à repressão policial capitaneada por Aurelino Leal, que se disse “resolvido a proteger o paiz contra as idéas dissolventes, incompatíveis com o espírito do regimen e com as leis da Republica”<sup>262</sup>. O *Correio da Manhã* publicou nota sobre o primeiro dia da Conferência, destacando as ações de Oiticica. Ele declarou a abertura de sessão iniciando a leitura, “comentada e documentada”, dos preceitos que pautariam o “Congresso Comunista-Anarchista”<sup>263</sup>. Abordando temas como a defesa do amor livre (em oposição ao matrimônio), da eugenia (como forma de “reabilitação da espécie humana”) e da habitação, ele procurou transmitir as contradições entre as classes, opondo as classes “aristocráticas” às “plebeias”<sup>264</sup>. Afirmou que

Um dos preceitos principais é o que determina a extinção do suffragio universal. Para o anarchista, o suffragio é a criação da maioria dos incompetentes. Tem o único escopo de, suffocando os valores anonvmos [sic] e determinando a valorização dos prestígios consagrados, embora sem motivo, conservar o domínio das classes chamadas aristocráticas sobre as plebeas<sup>265</sup>.

---

<sup>260</sup> Para discussão mais aprofundada sobre apropriações que os anarquistas brasileiros realizaram da Revolução Russa no período, recomenda-se: SANTOS, Kauan Willian do; FERNANDES, André Santoro. A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégias anarquistas frente à Revolução Russa no Brasil. **Revista Latino-Americana de História- UNISINOS**, v. 7. n. 19, jan/jul. 2018, pp. 63-85. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/rlah.v7i19.895/386439>>. Acesso em 15 jun. 2019.

<sup>261</sup> Segundo Bartz, a conferência abrangeu 22 delegados regionais, representando o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco. Além disso, contou com representação da Liga Comunista Feminina, recém-criada. Na ocasião, os presentes discutiram as Bases de Acordo e a necessidade de conferir um caráter mais orgânico ao partido. Para mais: BARTZ, Frederico Duarte, op. cit., 2014, p. 150.

<sup>262</sup> “O Congresso Communista foi impedido de prosseguir nos seus trabalhos”. **Correio da Manhã**, n. 7420, 23 jun. 1919, p. 3.

<sup>263</sup> Apesar das considerações dos historiadores Frederico Bartz e Tiago de Oliveira em relação ao caráter de “frente ampla” assumido pelo Partido Communista do Brazil – não possuindo, portanto, uma linha ideológica clara –, podemos observar, nas fontes, recorrentes associações entre a organização política e o anarquismo. Podemos supor, portanto, que, ainda assim, anarquistas desempenhavam significativo papel no partido, tendo algum grau de preponderância.

<sup>264</sup> “O Congresso Communista”. **Correio da Manhã**, n. 7419, 22 jun. 1919, p. 3.

<sup>265</sup> “O Congresso Communista”. **Correio da Manhã**, n. 7419, 22 jun. 1919, p. 3.

As proposições de Oiticica foram apresentadas em uma “declaração de princípios”, posteriormente publicada como “Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista”. Dividido em princípios teóricos (43 pontos) e “previsões práticas” (33 pontos), o documento apresenta, entre outras coisas, uma análise da sociedade em voga e projeções para uma sociedade futura, pós-revolucionária. Entre outras coisas, o anarquista propôs que, havendo a imprescindível subversão da ordem vigente, a sociedade futura deveria ser pautada no federalismo, dividida em comunas, de baixo para cima. A propriedade privada foi retomada, no texto, como um dos fatores responsáveis pela exploração a que a classe trabalhadora estava submetida:

XIII. É antisocial e, por isso, imóvel a apropriação e acumulação de energias por um ou mais indivíduos em detrimento dos demais. Condenamos, portanto, o regimen da propriedade particular.

XIV. A propriedade particular nasceu [sic] do roubo a mão armada e se mantém pela violência dos possuidores sobre os não possuidores e pelo roubo dos grandes possuidores sobre os pequenos.

[...]

XVII. Para manter esse regimen os possuidores garantem sua posse por meio do Estado.

XVIII. O Estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se em leis impostas aos não-possuidores ou aos pequenos possuidores.

[...]

XX. O Estado garante a execução de leis protetoras da sociedade por meio da violência (força armada).

XXI. O regimen social de propriedade acumulável (*capital*) cria a *agiotagem*<sup>266</sup>.

José Oiticica, portanto, além da preocupação organizativa, desenvolveu, dentro de suas ambições propagandísticas, uma análise sistemática dos fatores que representariam as causas das desigualdades social e econômica, além de propor uma forma de organização social futura. Como veremos adiante, essa sistematização envolve um processo de maturação das convicções políticas e das ferramentas teóricas utilizadas pelo anarquista para pensar o mundo a seu redor. Esse processo resultará, na década de 1920, na obra “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, que retoma os principais conceitos desenvolvidos pelo anarquista no decorrer do tempo<sup>267</sup>.

O extenso trabalho de organização operária e suas conquistas foram elementos de fortalecimento e de ânimo do movimento dos trabalhadores em 1919. Esse fator, auxiliado com a inspiradora conjuntura internacional de convulsões revolucionárias, levou-os a ambicionar mais do que as conquistas materiais: a Revolução Social parecia plausível. No entanto, a repressão, melhor organizada e fortalecida após as experiências de 1917 e 1918, reprimiu

---

<sup>266</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, pp. 6-7.

<sup>267</sup> Conforme explicitado, os fundamentos dessa obra, publicada entre os anos de 1946 e 1947, serão melhor analisadas em capítulo posterior.

intensamente os trabalhadores e militantes. Um dos efeitos mais nocivos da repressão foi a revisão da Lei Adolfo Gordo, que endureceu contra militantes políticos. O jornal *Spártacus*, órgão do Partido Comunista do Brasil, em decorrência da repressão e de dificuldades financeiras, parou de circular no primeiro mês de 1920. A intensa perseguição que se abateu sobre os trabalhadores resultou em dificuldades na articulação revolucionária e questionamentos a respeito dos métodos de ação: a utilização do sindicalismo como usual instrumento revolucionário foi posta em pauta pelos anarquistas, que almejavam a confluência de um movimento revolucionário<sup>268</sup>. Para José Oiticica, em particular, os últimos meses de 1919 foram permeados de tensão. Devido às perseguições policiais, o anarquista optou pelo refúgio em Minas Gerais, mais especificamente na casa de Maria Lacerda de Moura<sup>269</sup>, em Barbacena. Ele vivia um impasse: se estabelecer no “Engenho Riachão” novamente ou voltar ao Rio de Janeiro e se deixar prender. Ao final, optou pela segunda alternativa, voltando ao então Distrito Federal e sendo anistiado<sup>270</sup>. Na década de 1920, prosseguiu com suas atividades políticas.

## **CAPÍTULO 2: A DEFESA DA ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA: A ATUAÇÃO DE JOSÉ OITICICA FRENTE AOS DESAFIOS IMPOSTOS NAS DÉCADAS DE 1920**

### **2.1 A CONTURBADA DÉCADA DE 1920**

---

<sup>268</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. , op. cit., p. 127.

<sup>269</sup> Maria Lacerda de Moura (1887-1945) foi uma educadora anarquista e militante em prol da emancipação feminina. Nascida em Manhuaçu (MG), trabalhou como professora primária. Ao se interessar pelas ideias anticlericais e pedagógicas dos anarquistas, adotou, assim como Oiticica, a pedagogia de Francisco Ferrer y Guardia. Também foi influenciada por Ellen Key, educadora e feminista sueca. Ao longo dos anos, lançou trabalhos sobre educação, desenvolveu atividades em prol da perspectiva de emancipação da mulher e colaborou com a imprensa militante, como no jornal *A Plebe*. Tornou-se amiga de José Oiticica, que analisou, ao longo de uma série de artigos publicados no jornal *Voz do Povo* seu livro “Renovação”, voltado às problemáticas educacionais. Para mais: MARIA LACERDA DE MOURA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA.%20Maria.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2019.

<sup>270</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., pp. 157-159.

A década de 1920 apresentou novas dinâmicas para os trabalhadores (no geral) e para a militância anarquista (em particular). Apesar da sistemática repressão iniciada ainda em 1919, os anarquistas mantiveram seu ímpeto de mobilização, procurando impulsionar, entre os trabalhadores, sua propaganda, organizações e demandas. O Estado, por sua vez, iniciou um processo de reconhecimento de algumas das questões trabalhistas, apresentando propostas de regulamentação. Na realidade do Rio de Janeiro, é importante destacar, também, os desdobramentos causados tanto pela disputa entre anarquistas e cooperativistas quanto pela debandada de parte da militância libertária em direção ao comunismo. Influenciados pelos rumos da Revolução Russa, os militantes que aderiram a essa opção política passaram a ser conhecidos, à época, como “bolcheviques”.

O fechamento da UGT, consumado após a fracassada insurreição de novembro de 1918, deixou uma lacuna organizativa que posteriormente foi suprida pelos trabalhadores. Ainda no decorrer de 1919, foi fundada a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), que atendia propósitos semelhantes aos da FORJ e da UGT, suas antecessoras. Tratava-se, portanto, de uma organização de massas, aglutinando entidades sindicais de diferentes categorias. A fundação da organização contou com a interferência de anarquistas inseridos no meio sindical, como Domingos Passos, pertencente à União dos Operários em Construção Civil (UOCC)<sup>271</sup>.

Aliada à fundação de uma nova organização, a interrupção do semanário *Spártacus*, a partir de janeiro de 1920, não foi um impeditivo para a continuidade da propaganda: em fevereiro, foi lançado o jornal *Voz do Povo*. Com o subtítulo de “Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral”, o periódico se tornou o órgão oficial da FTRJ, desempenhando função semelhante à do jornal *Voz do Trabalhador*, representante da COB, publicado entre 1908 e 1915. Tratava-se, portanto, de um jornal relacionado à organização sindical, de massas, não sendo propriamente anarquista. Nesse sentido, diferenciou-se do *Spártacus*, que atendia especificamente às necessidades do Partido Comunista do Brasil, cuja função era de aglutinação política. O jornal *Voz do Povo* contou com contribuições periódicas tanto de anarquistas que integraram o *Spártacus*, como Oiticica e Astrojildo Pereira, quanto de socialistas, como Mauricio de Lacerda<sup>272</sup>. Foi dirigido pelo

---

<sup>271</sup> SAMIS, Alexandre, op. cit., 2007, p. 103.

<sup>272</sup> Mauricio Paiva de Lacerda (1888-1959) foi um jornalista, advogado e político fluminense, entusiasta do socialismo. Na década de 1910, assim como Agripino Nazareth, tomou parte da chamada "Conspiração dos Sargentos". Foi um defensor das ações grevistas de 1917, contribuindo, inclusive, com a fundação da Liga Socialista. Apoiou os levantes dos tenentes em 1922 e 1924. Apoiou a Aliança Liberal contra a candidatura de Júlio Prestes. Na década de 1930, endossou o manifesto da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi preso durante o recrudescimento da repressão no período em que Getúlio Vargas detinha a presidência. Com a redemocratização a partir de 1945, aderiu à União Democrática Nacional (UDN). Para mais: MAURÍCIO DE LACERDA (Mauricio



anarquista Carlos Dias, que também participou da insurreição de 1918. Diferenciando-se da maior parte dos jornais militantes publicados no período, a periodicidade, que refletia sua ambição propagandística, foi diária. Para aplacar as dificuldades financeiras, o grupo editor optou pela introdução, na última página, de anúncios, divulgando pequenas lojas e empresas como a Companhia Hanseatica – que comercializava as cervejas “Polar, Cascatinha, Iracema e Sumaré”<sup>273</sup>. Apesar dos esforços, o jornal foi interrompido no final do ano. Além das questões econômicas, sofreu com a repressão policial, como ilustra nota publicada em setembro, detalhando a prisão do militante Adolpho Busse – que integrava a redação:

Há varios dias que as immediações da casa onde trabalhamos se acham transformados numa especie de succursal do Corpo de Segurança. Os agentes do sr. Geminiano andam aos magotes, aqui pelas vizinhanças. Hontem, o caso assumiu o aspecto de um verdadeiro bloqueio...

Vários trabalhadores que daqui sahiram, foram presos. Um nosso companheiro de redacção, Adolpho Busse, tendo sahido, ahi por volta das 9 horas, foi preso. E ameaçados de prisão, protanto bloqueados, ficamos todos nós, nas officinas e na redacção.

Pretenderá com isso, a policia, mostrar ao rei Alberto que a Constituição da Republica Brasileira – a mais liberal do mundo – contém um artigo, n. 72, estabelecendo a mais completa liberdade em materia de opinião?<sup>274</sup>

Além dos esforços propagandísticos e de consolidação da FTRJ e das entidades sindicais, os trabalhadores planejaram o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, a ser realizado ainda em 1920. Apesar da expectativa, as dificuldades enfrentadas pela comissão organizadora impediram que o congresso obtivesse os resultados esperados. Parte significativa das resoluções, por exemplo, não foi efetivada pelas organizações<sup>275</sup>. Atendendo à demanda de adequação ao quadro industrial brasileiro do pós-guerra, uma das resoluções encontradas remete à priorização da sindicalização por “indústrias” em vez da organização por “ofícios”, tradicionalmente adotada durante a Primeira República. Algumas decisões dos congressos

---

Paiva de Lacerda). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-biografico/mauricio-paiva-de-lacerda>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

<sup>273</sup> Apesar de, conforme apresentado algumas vezes ao longo dessa pesquisa, parte da militância anarquista se mostrar contrária a “vícios burgueses” como o alcoolismo e o fumo, a necessidade de manutenção do jornal resultou na abertura para a publicidade em vez de contar apenas com as habituais subscrições de trabalhadores e de organizações. Vale reiterar que o projeto do jornal aparentava ser ambicioso, assumindo uma periodicidade diária. Como exemplos de anúncios, consultar: **Voz do Povo**, n. 3, 07 fev. 1920, p. 4.

<sup>274</sup> “‘Voz do Povo’ bloqueada pela polícia – A prisão do nosso companheiro Adolpho Busse”. **Voz do Povo**, n. 218, 14 set. 1920, p. 1. Vale destacar que o artigo n. 72 da Constituição de 1891, então em voga, determinava “a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. O grupo editor do jornal enfatizou, portanto, a incoerência entre o texto constitucional e as ações policiais no então Distrito Federal. A menção ao “rei Alberto”, então monarca da Bélgica, se deve ao fato de sua visita ao Brasil em 1920. Para mais detalhes sobre o artigo n. 72: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em 02 nov. 2019.

<sup>275</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 133.

anteriores, realizados em 1906 e 1913, foram reiteradas – ainda que com adequações coerentes às especificidades da conjuntura do período<sup>276</sup>.

Em meio a um quadro de tentativa de manutenção da organização dos trabalhadores sob forte repressão e disputas com correntes políticas adversárias, os anarquistas passaram a refletir a respeito das estratégias de inserção social entre os trabalhadores. Desde 1906, a opção pela estratégia do sindicalismo revolucionário foi ratificada em congressos e impulsionada pela militância libertária como meio mais efetivo de atuação de massas, ainda que nem todos os anarquistas estivessem convencidos do potencial da ação sindical. O Partido Comunista do Brasil, inclusive, representou alternativa para garantir maior coesão entre a militância comprometida com um projeto revolucionário, sendo um instrumento mais ambicioso de atuação política no período. O partido, no entanto, foi paulatinamente se enfraquecendo: durante a década de 1920, referências a ele vão se perdendo<sup>277</sup>.

Questões pertinentes à atuação sindical passaram a ser abordadas de maneira recorrente no jornal *Voz do Povo* para esclarecer o público leitor a respeito do sindicalismo: “a luta dos trabalhadores através da força organizativa de suas associações de classe em defesa de melhores de condições de vida e de trabalho”<sup>278</sup>. Os limites encontrados pelos anarquistas, no entanto, relacionavam-se decisivamente àqueles apontados pelos comunistas libertários, como o próprio Errico Malatesta em seu debate com Pierre Monatte: ainda que unisse os trabalhadores, a excessiva ênfase nas pautas de cunho econômico não era capaz, por si só, de impulsionar um processo revolucionário. Apesar das disputas, os articulistas do jornal procuraram destacar o caráter fundamental dos sindicatos, afirmando que deveriam possuir uma “necessidade socialística”, isto é, “lutando diretamente contra o capital e contra o Estado”<sup>279</sup>. Inserido nos debates sindicais desde a década anterior, José Oiticica, em artigo publicado no jornal, propôs que os trabalhadores impulsionassem novas táticas. Citando o manifesto divulgado pela comissão executiva do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, o anarquista argumentou a insuficiência das “paredes” com o propósito de conquistar melhores salários e condições de trabalho, que constituiriam “paliativos ineficazes”<sup>280</sup>:

---

<sup>276</sup> SAMIS, Alexandre, op. cit., 2004, pp. 138-139.

<sup>277</sup> Esse desaparecimento pode ser atribuído, além da ação sistemática da repressão, pelas disputas políticas que pautaram os próprios anarquistas, resultando na cisão entre os adeptos da ideologia libertária e os que optaram pelo bolchevismo. Para mais, BARTZ, Frederico Duarte. Partido Comunista do Brasil (1919): lutas, divergências e

esquecimentos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, nov. 2009, pp. 325-326. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10936/7492>>. Acesso em 16 jun. 2019.

<sup>278</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 139.

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>280</sup> OITICICA, José. “Novas Táticas”. *Voz do Povo*, n. 30, 07 mar. 1920, p. 1.

Ainda bem que ouvimos taes palavras [do manifesto]. O processo das paredes com exigencias de salários máximos, redução das horas de trabalho, garantias contra os accidentes e outros paliativos ineficazes foi muito bom no regimen preparatorio do sindicalismo *até antes da guerra*. Com a revolução russa entramos no período da *realização revolucionária*. Isso é que é preciso entrar na consciencia dos trabalhadores individualmente e no sentimento colectivo das classes.

Ora, no periodo de realização revolucionaria, as exigencias do período preparatorio são ridiculas. Não devemos proseguir [sic] nesse caminho sob pena de deixarmos passar a melhor oportunidade da realização, como a deixaram passar os da revolução francesa, mau grado os avisos de Marat<sup>281</sup>.

Oiticica, portanto, compreendia que a Revolução Russa trouxe um período de “realização revolucionária”, o que demandava uma atuação diferente daquela que pautava o sindicalismo anterior à Primeira Guerra Mundial. Destacou, ainda, que os trabalhadores, ao perceberem que “os aumentos dos salarios correspondem a maior aumento no preço dos generos e no aluguel das casas”, passavam a desconfiar “desse processo reivindicador”. No sentido de combater o “desanimo dos trabalhadores e seu “*viciamento na luta*”<sup>282</sup>. Propôs que:

Verificado que o aumento de salario não remedeia cousa alguma, entendo que as exigencias paredistas deveriam voltar-se a impor a *diminuição dos preços de mercadorias*; não por ordem ou determinação do commissariado, mas directamente, por meio de paredes, boicotagens, ameaças de toda sorte. Para isso muito valeria a organização dos empregados inferiores do commercio que se recusariam a verdergeneros por preços superiores às tabellasproletarias. A acção nesse sentido importaria numa *expropriação parcial* e numa ingerencia direta na administração burgueza.

[...]

Como fazemos hoje, não se dá nenhuma expropriação real porque o consumidor, que é o próprio trabalhador em greve, paga a diferença, com agio certo. O novo rumo que ora indico me parece, quanto mais medito nelle uma escola educativa de primeira ordem e a mais dura ameaça ao capital. Bem levada a campanha nessa direcção reduziríamos os explorares ao ultimo reducto e dariamos aos trabalhadores a consciencia do valor dos seus sacrificios<sup>283</sup>.

Sem deixar de lado a importância da ação direta – os trabalhadores deveriam agir por meio de “paredes, boicotagens, ameaças de toda sorte” –, Oiticica defendia que a redução dos preços das mercadorias poderia representar um ganho real para os trabalhadores, uma vez que eles teriam controle por meio das “tabellas proletárias”. Essa medida resultaria em uma “expropriação parcial”, incidindo diretamente sobre a administração da burguesia. Tratava-se, portanto, em sua concepção, de uma revisão tática com o objetivo de superar dificuldades que os trabalhadores encontraram na experiência sindical da década anterior.

Concepções relacionadas à Revolução Russa também foram constantemente publicadas no jornal *Voz do Povo*. É válido recordar que o evento foi de grande importância para a classe trabalhadora em perspectiva global, sendo particularmente influente entre os anarquistas

---

<sup>281</sup> OITICICA, José. “Novas Táticas”. **Voz do Povo**, n. 30, 07 mar. 1920, p. 1.

<sup>282</sup> OITICICA, José. “Novas Táticas”. **Voz do Povo**, n. 30, 07 mar. 1920, p. 1.

<sup>283</sup> OITICICA, José. “Novas Táticas”. **Voz do Povo**, n. 30, 7 mar. 1920, pp. 1-2.

brasileiros. As apropriações feitas do processo revolucionário também atendiam a uma demanda estratégica de impulsionar, entre os trabalhadores locais, uma ação revolucionária. No entanto, se os anarquistas, no geral, conferiam significativa importância à revolução na Rússia, frequentemente discordavam a respeito de fatores em curso, como a centralização do poder político por parte dos bolcheviques e o estabelecimento de uma “ditadura do proletariado”. Apesar das divergências sobre o significado dos eventos, o que resultou em uma série de debates entre anarquistas e até socialistas nas páginas do jornal, ao final de 1920, a *Voz do Povo* assumiu uma “posição de defesa do anarquismo” combinando com uma “clara crítica ao bolchevismo, entendido como uma experiência revolucionária de tipo autoritário”. Esse posicionamento foi adotado não apenas pelo jornal carioca, mas pelo periódico *A Plebe*, influente jornal de São Paulo que seria publicado por mais dois anos<sup>284</sup>. A chegada de notícias a respeito de perseguições aos anarquistas e outros dissidentes do bolchevismo contribuíram em grande medida para que parte dos libertários do Brasil se tornasse crítica da Revolução Russa.

O ano de 1921 foi marcado por inúmeras ações repressivas por parte do Estado. Já em janeiro, o presidente Epitácio Pessoa sancionou o Decreto n. 4269, que regulamentava a “repressão ao anarquismo”. Composto de 14 artigos, o dispositivo legal proibia quaisquer ações com o “fim de subverter a actual organização social”, como a divulgação das ideias anarquistas em locais públicos – tanto por escrito quanto em comícios. Ademais, os libertários estavam impedidos de exaltar indivíduos que tivessem propósito semelhante de subversão da ordem vigente. Novamente, a imagem do “anarquista violento” foi reforçada: os artigos 4º, 5º e 6º faziam menção à fabricação e porte de explosivos; o 7º, por sua vez, a danos em patrimônio público, roubos e até assassinato. Apesar de determinar, como punição, as prisões, é importante destacar que, no período, também estava em voga o decreto de expulsão dos imigrantes, o que resultava na sistemática retirada de anarquistas do território brasileiro<sup>285</sup>. A imprensa anarquista, em meio ao quadro repressivo, sofreu considerável declínio<sup>286</sup>.

Nesse atribulado ano, as divergências estratégicas e teóricas no interior da militância anarquista se acentuaram de maneira significativa. As concepções a respeito dos eventos da Rússia revolucionária têm peso no debate, que já se apresentava nas páginas do jornal *Voz do Povo* no ano anterior. Embora substancial contingente de anarquistas – entre eles, José Oiticica – tivesse rechaçado a continuidade do apoio à Revolução Russa por enxergarem rumos

---

<sup>284</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 142.

<sup>285</sup> BRASIL. Decreto n. 4269, de 17 jan. 1921. Regula a Repressão do Anarchismo. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1921. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4269-17-janeiro-1921-776402-publicacaooriginal-140313-pl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

<sup>286</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 142.

autoritários no processo, parte dos libertários vislumbrava as ações empreendidas pelos bolcheviques como estrategicamente mais favoráveis para se construir uma revolução. Astrojildo Pereira, até então expoente da militância libertária, estimulou, a partir de novembro, a criação de um “Grupo Comunista” de orientação bolchevista, alinhado aos preceitos da Terceira Internacional – capitaneada pelos revolucionários russos. Os cariocas que aderiram ao bolchevismo passaram a defender, entre os trabalhadores brasileiros, a criação de outros “grupos comunistas”. Tais ações culminaram, em fevereiro de 1922, na criação do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>287</sup>.

## 2.2 O PCB E A RUPTURA COM OS COMUNISTAS

O PCB apresentava uma linha política distinta daquela defendida pelo partido fundado em 1919. Apesar de ambos se inspirarem, em alguma medida, em fatores relacionados ao processo revolucionário russo, o PCB seguiu os preceitos alinhados ao bolchevismo, tendo uma base de viés marxista-leninista. Embora objetivasse a “Revolução Proletária”<sup>288</sup>, não se furtou da participação política na esfera parlamentar. Seu antecessor, por sua vez, configurava um agrupamento político no sentido de dar mais coesão estratégica e tática à militância, cada vez mais inserida em movimentos de massa na conjuntura das grandes greves (1917-1919)<sup>289</sup>.

As divergências teóricas e estratégicas resultaram em uma disputa política que paulatinamente aprofundou o fosso entre anarquistas e comunistas. As publicações de ambos os grupos frequentemente traziam críticas e acusações recíprocas<sup>290</sup>. A memória construída a respeito da atuação anarquista foi, inclusive, ressignificada: os adeptos do comunismo chegaram a destacar falta de coesão estratégica e grande idealismo. Um exemplo válido é

---

<sup>287</sup>DULLES, J. W. F. , op. cit., pp. 142-144.

<sup>288</sup> A expressão “Revolução Proletária” foi utilizada por adeptos do bolchevismo em detrimento da *Revolução Social*, almejada pelos anarquistas. Alinhados com os preceitos da Revolução Russa, os comunistas consideravam sua revolução mais “factível” que a proposta anarquista. Para mais: SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, pp. 40-41.

<sup>289</sup> Nas fontes consultadas, não foram encontrados indícios a respeito do fim do Partido Comunista do Brasil de 1919. Conforme, novamente, Bartz, as referências a ele se perdem aos poucos, sem, no entanto, haver uma declaração explícita de final de organização. Podemos supor, baseados nas disputas políticas no interior do anarquismo a partir de 1921, culminando com a cisão, que a organização política tenha sucumbido nesse período ou mesmo até antes – com o auxílio da intensa repressão.

<sup>290</sup> De acordo com Tiago Bernardon de Oliveira, a cisão entre anarquistas e comunistas estimulou os primeiros a tecerem “francas críticas libertárias aos bolchevistas”. Além de colaboracionistas e reformistas, a militância anarquista passou a ter os bolchevistas como adversários na disputa política e sindical. O “monopólio da revolução”, portanto, não mais cabia apenas aos libertários. A revolução, aliás, transcendeu o movimento operário, sendo também reivindicada pelo tenentismo – ainda que com limites. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. , op. cit., pp. 166-167.

Otávio Brandão: após se tornar comunista, publicou, em 1924, crítica ao partido comunista-anarquista fundado em 1919. De acordo com suas concepções, tratava-se de uma “organização frágil”, “um saco de gatos”, permeado de ilusões causadas pela ideologia anarquista, incapaz de compreender a “situação objetiva” e outros elementos que estavam postos<sup>291</sup>.

Com o fortalecimento da repressão, a imprensa militante carioca foi se tornando cada vez mais escassa, levando a militância a recorrer, sobretudo, a dois jornais: *A Pátria* e *O Paiz*. Ao permitir que o anarquista Marques da Costa se responsabilizasse pela “Seção Trabalhista”, o primeiro jornal se tornou uma “trincheira” para os libertários, que passaram a publicar constantemente. O segundo jornal, por sua vez, ao reinaugurar sua “Seção Trabalhista” em 1923 sob a tutela de Sarandy Raposo, funcionário público defensor do sindicalismo cooperativista, possibilitou que os comunistas publicassem seus materiais. Segundo Otávio Brandão, a aproximação entre comunistas e cooperativistas, históricos rivais dos anarquistas do Rio de Janeiro, era calculada: ao se utilizarem do periódico e da estrutura da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), a intenção era propagar os ideais comunistas, ainda não tão conhecidos no país<sup>292</sup>.

Anarquistas e comunistas aprofundaram as divergências que os separava teórica e estrategicamente. Entretanto, houve tentativas de aproximação por parte de alguns expoentes da militância. José Oiticica, em particular, no ano de 1923, publicou textos em que se mostrava disposto a debater, reconhecendo a conveniência de algumas críticas dos comunistas, apontando limites da atuação anarquista no período e sugerindo novas formas de organizar a militância e impulsionar a ideologia. No texto intitulado “Meu diário”, apresentado na “Seção Trabalhista” do jornal *A Pátria*, Oiticica afirmou que

As verdades, quando mais duras, mais claramente devem ser ditas. Entre nós o marasmo anarchista é igual ao marasmo ou quasi marasmo anarchista em todo o mundo. É a accusação capital dos bolchevistas do anarchismo e, convenhamos, elles têm, nesse ponto, mil vezes razão. Somos dispersivos, não temos nenhum methodo, nada fazemos nem podemos fazer por desunião de vistas e successivas incoherencias práticas. Vivemos num *deixa andar* incrível, por incompreensão das coisas e, pesanos dizer, por *fanatismo*. Ainda aqui os bolchevistas nos argúem com razão<sup>293</sup>.

Em uma profunda leitura autocrítica, o professor libertário identificou uma crise do anarquismo em perspectiva global, afirmando que os anarquistas brasileiros não escapavam dessa situação. “Dispersivos”, sem “método”, desunidos e incoerentes na prática política: a

---

<sup>291</sup>BARTZ, Frederico Duarte. , op. cit., 2009, p. 324.

<sup>292</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., pp. 145-146.

<sup>293</sup> OITICICA, José. “Meu diário”. *A Pátria*, 19 jun. 1923, p. 4.

responsabilidade negativa dos anarquistas deveria ser evidenciada. As críticas dos comunistas, portanto, em sua perspectiva, não eram totalmente injustas.

Como solução para os problemas dos anarquistas, José Oiticica, mencionando o exemplo do libertário paulista Edgard Leuenroth, defendeu o estabelecimento de um grupo coeso de militância. Tratava-se de uma proposta polêmica entre os militantes, como evidenciou:

Exemplo: Um camarada de S. Paulo crimina a Edgard Leuenroth o haver com outros camaradas constituído um grupo fechado, isto é, seleccionado, com programma de acção, compromissos assumidos e exclusão forçada dos que não cumprirem o accôrdo feito. O acusante affirma ser tal agrupamento anti-anarchico!!! Essa é admiravel! Admiravel também a attitude de alguns anarchists que se arregimentam contra a violência no combate à burguezia.

Anarchia é o regimen do *accôrdo livre*. Eu tenho o direito de combinar com outros o que bem nos parecer, desde que nossa combinação não lese a terceiro.

Logo, se combino com outros um grupo fechado, com programma, compromissos, punições e o mais que queiramos, ninguém tem nada com isso. Não se pode conceber que anarchists se arvorem dictatorialmente em papas para nos imporem a não formação de taes grupos. Essa imposição *ex cathedra* é que é profundamente anti-anarchica.

Demais, os anarchists confundem lamentavelmente *descentralismo* da organização anarchica com *centralização* de forças anarchicas na luta contra a burguezia fortemente centralizada. Desde muito venho combatendo esse erro funesto, causa essencial da inefficiencia revolucionaria dos anarchists, da sua impotenciadeante dos fascistas na Italia, da sua dispersão nos meios operários europeus<sup>294</sup>.

Ex-participante, na década anterior, de organizações como a Aliança Anarquista e o Partido Comunista do Brazil, Oiticica manifestava preocupação de cunho organizacionista, defendendo a formação de um grupo político com propostas e objetivos claros, disciplinado para o cumprimento do que fosse decidido. Tratava-se da formação de uma organização política com propósitos e acordos definidos, arregimentando militantes. A seu ver, a constituição de tais grupos não contradizia os preceitos anarquistas; se o anarquismo se baseava no “accôrdo livre”, certos militantes teriam o direito de se organizar como bem entendessem. Ademais, defendia que duas medidas eram “urgentemente necessarias para intensificar a acção anarchica: *selecção dos militantes e concentração de forças*. Só isso nos dará unidade de acção”<sup>295</sup>.

Os textos de Oiticica publicados no período são de grande valia tanto para compreendermos sua perspectiva crítica da superação do que constituiria limites para a atuação anarquista quanto para pensarmos sobre os debates que pautavam a militância libertária do período. A repressão e as disputas políticas com comunistas e cooperativistas, sobretudo, forçaram os libertários a refletir sobre as estratégias a serem adotadas. Em continuação do texto

---

<sup>294</sup> OITICICA, José. “Meu diário”. *A Pátria*, 19 jun. 1923, p. 4.

<sup>295</sup> OITICICA, José. “Meu diário”. *A Pátria*, 19 jun. 1923, p. 4.

“Meu diário”, o professor anarquista fez referência ao Congresso de Berlim (1922)<sup>296</sup>, que ratificou a importância do princípio do federalismo, historicamente caro aos libertários. Posteriormente, demonstrou sua preocupação em tornar o princípio “eficiente”, pensando em instrumentos para “arregimentar” as federações e lhes conferir “unidade e união”. Ao retomar as experiências de militância da década anterior, recordou o Segundo Congresso Operário Brasileiro (1913), o qual “proclamou o federalismo”, sem, no entanto, efetivá-lo devidamente entre as federações operárias. Há um adendo: os libertários não souberam “organizar as federações” anárquicas fora do âmbito sindical<sup>297</sup>. Oiticica desenvolveu sua hipótese para tal:

Tudo isso porque somos fanaticos das "autonomias", isto é, dos "não-compromisso", da licença individual" [sic], cousa anti-anarchica acima de tudo, como o demonstrou Malatesta como o accentuou o Congresso de Bolonha. Com taes ideias vamos cahir no anarchismo individualista, a peor especie de quietismo [sic] e dispersionismo existente<sup>298</sup>.

Ao atentar para a fragilidade das organizações anárquicas para além do espaço de atuação privilegiado pelos anarquistas brasileiros no período, José Oiticica destacou um ponto importante: a excessiva ênfase da militância na ação sindical era limitada. Esse ponto, inclusive, evidencia concordância com a tese defendida por Malatesta em seu debate com Monatte (1907): o sindicato era um meio de ação, não uma finalidade; suas limitações se imporiam sobre a militância. Focar na atuação sindical, por si só, não era suficiente para os libertários, que foram incapazes de se organizar devidamente na esfera política. A predileção de alguns anarquistas pelas “autonomias”, comparadas pelo autor à ausência de comprometimento, foi apontada como um dos principais problemas. A sobreposição da vontade individual em relação ao compromisso coletivo configurava uma postura “anti-anarchica”, resultando no anarquismo “individualista, a peor espécie de quietismo [sic] e dispersionismo existente”<sup>299</sup>. Posteriormente, o anarquista discorreu sobre autonomia e formação de grupos políticos:

Somos combatentes de uma grande guerra. Todos os combatentes se "entendem" mutuamente para combater, assumem "compromissos", sem os quaes não pode haver unidade de acção. Quem se "entende" com outros já não é senhor da sua vontade integralmente; prendeu-a por alguns fios ao accôrdo firmado. Se desfaz os fios, rompe o accôrdo, se "desentende, desiste do combate comum", foge à luta, se furta aos companheiros.

Logo, o indivíduo "autonomo" é impossível num "grupo" de combate. Se elle firma um accôrdo com outros do grupo, elle alienou de si, em beneficio da comunhão,

---

<sup>296</sup> Segundo Felipe Corrêa, o Congresso de Berlim resultou na fundação, em 1922, da Internacional Sindicalista. A organização representava, naquele momento, cerca de 1,5 milhões de trabalhadores de sindicatos tanto da Europa quanto da América Latina. Em 1929, foi criada a Associação Continental Americana de Trabalhadores (ACAT), representando mais de 100 sindicatos de países latino-americanos, como o Brasil. Evidencia-se, portanto, tentativas de fortalecimento, em perspectiva global, da proposta anarquista mesmo em conjunturas desfavoráveis. Para mais: CORRÊA, Felipe, op. cit., 2015, p. 273.

<sup>297</sup> OITICICA, José. “Meu diário – II”. *A Pátria*, 22 jun. 1923, p. 4.

<sup>298</sup> OITICICA, José. “Meu diário – II”. *A Pátria*, 22 jun. 1923, p. 4.

<sup>299</sup> OITICICA, José. “Meu diário – II”. *A Pátria*, 22 jun. 1923, p. 4.



uma parcella de sua vontade. Se elle tem algum motivo de desacôrdo, cumpre-lhe expor esse motivo à communitade e promover a revisão do accôrdo. Romper o accôrdo por sua livre e espontanea vontade é uma traição bem caracterizada.

Falar também de federações com grupos inteiramente autônomos é absurdo. Federar-se é comprometter-se a um "pacto" escripto ou não, submeter-se voluntariamente a uma vontade collectiva, a princípios apresentados, discutidos e acceitos. Portanto, os grupos federados são "autonomos" dentro do accôrdo", segundo a fórmula de Malatesta<sup>300</sup>.

Para sanar as limitações apontadas como obstáculos para a ação dos anarquistas brasileiros, portanto, Oiticica procurou lembrar que o princípio do federalismo demanda comprometimento político e que “grupos inteiramente autônomos”, em uma federação, constituiriam um “absurdo”, pois se federar seria “comprometer-se a um ‘pacto’” e se submeter voluntariamente à vontade coletiva e a princípios discutidos. Reforçando seus argumentos, foi particularmente duro ao tratar dos desrespeitos aos compromissos firmados: o rompimento unilateral de acordos caracterizaria “traição”<sup>301</sup>. Em artigo posterior, prosseguiu com suas proposições, reforçando a necessidade de a organização sindical ser separada da organização anarquista. Em sua concepção,

[...] Penso que devemos separar interiramente a organização do syndicato da organização dos anarchistas.

A organização destes visa, naturalmente, orientar a classe trabalhadora por meio do syndicato instrumento de de [sic] acção direta nas reivindicações; mas a arregimentação dos militantes para propaganda nos sundicatos é fora d'elle e cousa à parte, requer métodos, processos diferentes<sup>302</sup>.

A organização dos anarquistas constituiria fator fundamental no sentido de orientar os trabalhadores no interior dos sindicatos, um instrumento de “ação direta”. A militância, portanto, deveria manifestar uma postura ativa junto à classe trabalhadora no espaço sindical. A propaganda a ser realizada, porém, não poderia ser feita de qualquer maneira, demandando “métodos” e se estabelecendo à parte, por meio de um grupo menor, “fechado”. Para Oiticica, a boa vontade não bastava: a efetividade da propaganda demandaria um profundo estudo tanto dos fundamentos da ideologia anarquista quanto dos aspectos que pautavam a sociedade, como os sindicatos, o contato com os trabalhadores, as bases da sociedade burguesa e os “truques políticos e policiais”<sup>303</sup>. Com base nisso,

Assim reputo evidente a necessidade de levar em conta, na organização, a distinção entre agrupamento de militantes e formação de anarchistas fora dos agrupamentos.

Não é possível continuarmos no systema cahotico de agora, em que tanto pseudo-anarchista compromette a propaganda semeando ideas erroneas ou expondo pessimamente ideas mal assimiladas.

<sup>300</sup> OITICICA, José. “Meu diário – II”. **A Pátria**, 22 jun. 1923, p. 4.

<sup>301</sup> OITICICA, José. “Meu diário – II”. **A Pátria**, 22 jun. 1923, p. 4.

<sup>302</sup> OITICICA, José. “Meu diário – III”. **A Pátria**, 26 jun. 1923, p. 4.

<sup>303</sup> OITICICA, José. “Meu diário – III”. **A Pátria**, 26 jun. 1923, p. 4.

Por isso quero os "grupos fechados", só de militantes, com ingresso por selecção e compromissos rigorosos; as "secções operárias anarchicas", isto é, centros operários fundados pelos "grupos" para propaganda fora dos sindicatos.

Com effeito a maioria dos operarios, mormente no Brasil, não está syndicada; é preciso pois ir procural-os. Demais no sindicato não podemos dar uma feição exclusivamente anarchica à acção operario, o que faremos com as secções.<sup>304</sup>

José Oiticica considerava fundamental o estabelecimento de organizações menores, restritas a militantes seleccionados e submetidos a compromissos, tendo uma finalidade política. Para garantir uma efetiva difusão das propostas políticas, as seções operárias anárquicas se apresentavam como instrumento necessário no sentido de atingir um público mais amplo, transcendendo os trabalhadores que compunham os sindicatos<sup>305</sup>. Sua motivação era de ordem prática: segundo afirmou, ao final do texto, a maioria dos operários, sobretudo no Brasil, não era sindicalizada. Os anarquistas deveriam procurá-los; ademais, a criação das seções anárquicas não iria de encontro ao princípio da neutralidade sindical, uma vez que não se poderia impor uma feição inteiramente libertária ao sindicato<sup>306</sup>.

Além das reflexões a respeito de como os anarquistas deveriam se organizar para efetivar suas ações junto aos trabalhadores, Oiticica publicou, na “Seção Trabalhista”, o artigo “Resposta necessária”, no qual expôs suas discordâncias em relação à “frente única” defendida pelos comunistas. Política determinada pela Internacional Comunista (IC), a “frente única” constituía a união de Partidos Comunistas e, também, dos sindicatos proletários, o que passou a ser propagado pelos comunistas brasileiros. Na complexa relação entre as correntes políticas do Rio de Janeiro, a aproximação, por meio de acordos possíveis, entre comunistas e cooperativistas levou estes a concordarem com a política da “frente única”. Para os anarquistas, no entanto, a aliança era inviável: segundo seus argumentos, não haveria um acordo entre as distinções, mas uma tentativa de se reunir os sindicatos e os subordinar ao PCB<sup>307</sup>.

No artigo, José Oiticica foi crítico da leitura realizada pelos comunistas da revista *Movimento Comunista*, que sublinhavam a derrocada do capitalismo como um processo em curso e inevitável. No seu entendimento, o momento apresentava o oposto:

[...] O capitalismo está fortíssimo e admiravelmente entrincheirado, entrincheirado até dentro do próprio proletariado. A Internacional de Amsterdam [anarquista] ainda é mais numerosa que a terceira de Moscow e nesta mesma penetra

<sup>304</sup> OITICICA, José. “Meu diário – III”. *A Pátria*, 26 jun. 1923, p. 4.

<sup>305</sup> A perspectiva organizacionista que pautava Oiticica encontrava eco nas posições de Malatesta. Para o italiano, a organização deveria se pautar em um triplo aspecto: 1) a organização em geral como princípio e condição de vida social, tanto no momento coevo quanto na sociedade futura; 2) a organização do “partido anarquista” (lembrando que “partido” tem a conotação de instrumento de aglutinação política); 3) a organização das forças populares e, sobretudo, das massas trabalhadoras para a resistência ao governo e ao capitalismo. MALATESTA, Errico. *Ideologia Anarquista*. Arago: Editorial Recortes, 2008, p. 27.

<sup>306</sup> OITICICA, José. “Meu diário – III”. *A Pátria*, 26 jun. 1923, p. 4.

<sup>307</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., pp. 146-153.

cada vez mais o espírito não "pequeno-burguez", mas "burguez de todo", o espírito de politicagem, da camarilha, de manobra, de dominação, destruidor-mór de todo espírito revolucionário e guia seguríssimo para accordos suspeitos. O Partido Comunista, só pelo facto de ser "partido político" (e os factos o demonstram dia a dia), sejam quaes forem suas palavras, decisões e "mots d'ordre", irá pouco a pouco "sotopondo os interesses imediatos da revolução aos interesses do partido"<sup>308</sup>.

O capitalismo, na verdade, estaria “fortíssimo e admiravelmente entrincheirado”, inclusive, entre o “proletariado”. Em sua perspectiva, a IC estava cada vez mais sujeita à penetração do espírito “burguês de todo”, realizando politicagens, manobras, dominação e destruição do “espírito revolucionário”, além de se fundamentar em “acordos suspeitos”. A revolução não seria uma finalidade: pouco a pouco, o Partido Comunista a submeteria aos seus interesses. A “ditadura do proletariado”, defendida internacionalmente pelos comunistas como meio necessário para a efetivação da revolução, foi rechaçada pelo anarquista, que lembrou aspectos históricos de sua ideologia: desde “que o anarchismo é anarchismo, não tem pregado outra cousa senão a acção directa das massas contra os burguezes”, o que se daria “pela associação, pela collaboração dos syndicatos, pelas greves, pela sabotaegm [sic], por todos os processos imagináveis”<sup>309</sup>.

A “frente única” defendida pelos comunistas seria inviável, na concepção de José Oiticica, porque a IC não desejava a “frente única dos trabalhadores, mas frente única dos trabalhadores ‘dentro do partido comunista’”<sup>310</sup>. Outro impeditivo para a consumação da aliança, além da submissão a um partido, remeteria à disputa política entre as correntes em diferentes locais do globo: como exemplo, tanto nas organizações brasileiras quanto no sindicato Industrial Workers of the World (IWW) estadunidense, os comunistas desencadeariam ofensivas contra os anarquistas por meio de “calúnias, zombarias e tentativas de desorganização”<sup>311</sup>.

A disputa entre anarquistas e comunistas, retratada por Oiticica no artigo analisado, refletiu de maneira prática nas organizações sindicais do Rio de Janeiro. A FTRJ, fundada por sindicalistas revolucionários, passou a ser controlada, no início de 1923, pelos comunistas. A nova direção centrava seu discurso na “união” dos sindicatos, aspecto que era acusado, pelos anarquistas, como um “dirigismo” de acordo com a Internacional Sindical Vermelha (ISV). Os debates no interior da organização se arrastaram por alguns meses, com os anarquistas criticando a possibilidade de vigorar o centralismo, defendido pelos comunistas. Aos poucos,

---

<sup>308</sup> OITICICA, José. “Resposta necessária”. **A Pátria**, 26 out. 1923, p. 7.

<sup>309</sup> OITICICA, José. “Resposta necessária”. **A Pátria**, 26 out. 1923, p. 7.

<sup>310</sup> OITICICA, José. “Resposta necessária”. **A Pátria**, 26 out. 1923, p. 7.

<sup>311</sup> OITICICA, José. “Resposta necessária”. **A Pátria**, 26 out. 1923, p. 7.

enquanto os “bolchevistas” almejavam a continuidade da FTRJ, os libertários passaram a defender seu fim e a reorganização de uma nova federação. Em 19 de agosto, foi estabelecida a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que fazia evidente referência à organização criada em 1906. As bases de acordo definiram a opção pelo sindicalismo revolucionário. A FTRJ se manteve em atividade sob o controle dos comunistas, que, à época, possuíam aliança com a CSCB dos cooperativistas. Nos meses seguintes, as federações trocaram sucessivos ataques, publicados nos jornais *A Pátria* e *O Paiz*<sup>312</sup>.

### 2.3 O ESTADO DE SÍTIO E AS PRISÕES NO GOVERNO DE ARTUR BERNARDES

Além das disputas entre as correntes políticas no que dizia respeito aos rumos que a classe trabalhadora deveria seguir para efetivar suas conquistas, houve, no interior do Estado, o avanço de debates no Legislativo no sentido de aprovar algumas leis reguladoras do mercado de trabalho. Em 1923, por exemplo, foram aprovados projetos que instituíram as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os trabalhadores ferroviários e a criação do Conselho Nacional do Trabalho. Três anos depois, houve a sanção da lei de férias para comerciários e operários industriais e o Código de Menores, que versava sobre questões relacionadas, entre outras coisas, ao trabalho infantil. Essas medidas, no entanto, não foram efetivadas devido à forte oposição do patronato<sup>313</sup>.

Paralelamente às ineficazes, na prática, tentativas de regulação do mercado de trabalho, a intensa repressão por parte do Estado era uma constante desde o final da década anterior. Como já apresentado, os anarquistas foram alvos, em 1921, de um decreto que estipulava punições particulares por suas ações. Em novembro de 1922, após Artur Bernardes assumir a presidência da República, foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar, que assumiu a função de uma polícia política aos moldes das polícias da Europa. Com ampla autonomia, passou a infiltrar policiais dentro das organizações dos trabalhadores, além de cooptar elementos internos na função de delatores. O papel repressivo desse órgão se agravou a partir de 1924, quando novos sujeitos entraram em ação em meio à complexa conjuntura: o levante dos tenentes<sup>314</sup>.

---

<sup>312</sup> SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, pp. 38-44.

<sup>313</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., pp. 144-145.

<sup>314</sup> ROMANI, Carlo. “A revolta de 1924 em São Paulo: uma história malcontada”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, pp. 59-61.

O levante de 5 de julho de 1924, ocorrido em São Paulo sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes, contou com o apoio dos anarquistas. Por mais que não o considerassem a “revolução social almejada”, os libertários paulistanos o endossaram, oferecendo-se ao general para formar uma milícia independente e participar da batalha – proposta que foi rejeitada. Ainda assim, a imprensa e organizações anarquistas tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro expressaram apoio, o que garantiu, posteriormente, uma violenta reação estatal. Desorganizados, os sindicalistas anarquistas, pelo apoio ao levante, foram perseguidos; os comunistas, por sua vez, ao optarem pelo pragmatismo da neutralidade, escaparam da fúria da polícia de Bernardes<sup>315</sup>. O presidente governou sob constante estado de sítio, decretado sucessivamente<sup>316</sup>.

A repressão sobre expoentes da militância anarquista não tardou: no mesmo dia do levante, José Oiticica foi preso e recolhido à Casa de Correção. Seu prontuário evidencia o caráter político de sua prisão: “Anarquista declarado, fez diversas conferências nas ‘Associações Operárias’. Preso e recolhido à Casa de Detenção, por conviência em acontecimentos revolucionários”<sup>317</sup>.

Em carta endereçada à esposa, o anarquista explicou as circunstâncias da prisão:

Zinha — Fui preso ao sair do Colégio Pedro II, sem saber dos motivos da prisão. Só depois tive notícia da revolução em São Paulo. Estou na Casa de Correção, onde sou muito bem tratado. Não tenhas cuidado. Manda-me roupa e juntamente as gramáticas que estão na saleta contígua à sala de visitas com os papéis do artigo que estou escrevendo. Não é preciso mandar o que está impresso e colado nas folhas de papel. Embrulha tudo, juntamente com Protocolos des Sages de Siou que está na mesa de cabeceira, e a Miragem de Coelho Neto, que deve estar em cima da conversadeira. Manda avisar a Miss Southvel, explicando-lhe minha falta hoje à aula. Ela é inglesa e exige essas atenções.

No mais, beijos muitos saudosos a ti e aos filhos.

Não sei até quando.

*Cajusa*<sup>318</sup>

Detido logo ao sair do trabalho, Oiticica sequer sabia os motivos de sua prisão. A notícia do levante dos tenentes, entretanto, cuidou de esclarecê-lo. Demonstrando preocupação com as suas atividades, instruiu “Zinha” a tomar as devidas providências. Ao finalizar a carta indicando

---

<sup>315</sup> Ibid., pp. 52-53.

<sup>316</sup> Artur Bernardes assumiu a presidência com o país já sob estado de sítio, decretado pelo seu antecessor, Eptácio Pessoa. Em janeiro de 1923, por meio do Decreto n. 15913, declarou novo estado de sítio até abril, renovando-o posteriormente até dezembro por meio do Decreto n. 16015, de 23 de abril. Os motivos alegados por Bernardes eram as persistentes atividades de “elementos subversivos”. Consultar: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15913-1-janeiro-1923-517640-publicacaooriginal-1-pe.html>> e <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16015-23-abril-1923-510458-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 dez. 2019.

<sup>317</sup> Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>318</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, p. 43.

as saudades que senti(ri)a, deixou explícita a dificuldade, dadas as circunstâncias, de saber quando retornaria ao lar.

A prisão do anarquista se estendeu por meses. Após passar pouco mais de dois meses detido na Casa de Correção, a partir de setembro de 1924 foi desterrado para a Ilha Rasa, uma das prisões insulares do litoral do Rio de Janeiro. Amargou cerca de seis meses nessa prisão, sendo transferido, em março do ano seguinte, para a Ilha das Flores. Posteriormente, no mesmo ano, foi encaminhado para a Ilha do Bom Jesus<sup>319</sup>.

O intenso sistema repressivo do governo Artur Bernardes se orientava por diferentes formas de detenção. Parte significativa dos considerados subversivos e indesejáveis – tanto nacionais quanto estrangeiros – foi desterrada para a colônia prisional de Clevelândia<sup>320</sup>, localizada no extremo norte do Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, “os operários, os trabalhadores e militantes políticos pobres ligados aos movimentos sociais” foram encaminhados à “geladeira”, cela úmida, diminuta e sem iluminação que ficava nos fundos do quartel-general da Polícia Central. Nesse ambiente, misturavam-se presos políticos e criminosos comuns com o intuito de tornar os motivos análogos<sup>321</sup>. Presos pertencentes aos estratos burgueses da população ou que exerciam influência política junto à opinião pública eram mantidos na Casa de Correção – que apresentava melhores condições, como o próprio Oiticica atestou na carta – ou encaminhados às prisões insulares. Os socialistas Evaristo de Moraes e Maurício de Lacerda, por exemplo, ficaram na Casa de Correção; o advogado anarquista Benjamin Mota, além de José Oiticica, amargou períodos nas ilhas<sup>322</sup>. É fundamental considerarmos que, diferente de parte dos anarquistas e de adeptos do sindicalismo revolucionário, Oiticica era oriundo de uma família da elite política e econômica, além de ser conhecido por suas contribuições acadêmicas, culturais, na imprensa e por sua atuação enquanto catedrático do Colégio Pedro II.

Ainda que não tenha sido desterrado para a longínqua e ameaçadora Clevelândia, a situação do professor anarquista nas masmorras do Rio de Janeiro não era das mais fáceis. Não

---

<sup>319</sup> Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>320</sup> Alexandre Samis realizou um estudo aprofundado sobre a colônia prisional, extremamente precária e insalubre para os prisioneiros. Recomenda-se: SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002.

<sup>321</sup> Em carta datada de agosto de 1925, ao relatar sua trajetória no cárcere, Oiticica afirmou que foi colocado junto aos “réus de crime comum”, utilizando, inclusive, as “mesmas privadas correccionais”. Embora tenha destacado não ter a “menor queixa” em relação a eles, “havendo, ao contrário, deles recebido as maiores finezas”, o militante libertário encarava essa reclusão como “um claro propósito de injusta deprimência”. Consultar: RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, p. 171.

<sup>322</sup> ROMANI, Carlo. , op. cit., 2009, pp. 61-64.

havia acesso direto à família; a comunicação ocorria apenas por cartas – frequentemente, com mensagens cifradas e com outros instrumentos para garantir o segredo do conteúdo. Seus salários enquanto professor do Colégio Pedro II e da Escola Dramática do Rio de Janeiro foram suspensos, resultando em dificuldades financeiras para a família. Nesse cenário, a atuação de “Zinha” no sentido de prover o sustento de casa e a solidariedade de amigos foram cruciais<sup>323</sup>.

Durante o período no cárcere, as correspondências entre Oiticica e Francisca Bulhões foram constantes. Mais do que expor as dificuldades vivenciadas pelas condições das prisões ou por problemas financeiros, as cartas evidenciam a cumplicidade existente entre o anarquista e sua companheira de longa data – o afeto, as saudades e o apoio se fizeram presentes. Edgar Rodrigues publicou parte das mensagens, nem sempre completas. Uma delas indica a importância da rede de solidariedade estabelecida entre a família Oiticica e amigos, como o escritor Coelho Neto<sup>324</sup>. Ademais, nela consta que a prisão do professor anarquista quanto a tensão experimentada no Rio de Janeiro seriam reflexos de eventos anteriores, que “Zinha” julgou ser a insurreição anarquista de 1918. Convicta, ela rejeitou essa hipótese:

Cajusa:

Estava jantando ontem quando o Coelho Neto me telefonou para que eu aparecesse. Lá estive e soube então da resposta da tal carta encantada... Disse-lhe o Felix Pacheco, que o Dr. Artur Bernardes dissera que acreditava muito na palavra de honra de Coelho Neto, mas que eles vissem o que se está passando na cidade e que é tudo reflexo de coisas passadas anteriormente. (Creio que se refere ao caso de 1918). Que pândegos! Eles não tiveram em que se apegar e foram buscar um acontecimento pelo qual nem ao menos foste condenado! (Rio, 3-9-24 – Zinha)<sup>325</sup>.

Em correspondência posterior, “Zinha” ressaltou, com indignação, que uma carta de Oiticica conhecida pelo palácio do Catete servia de pretexto para a manutenção de sua prisão, bem como da interrupção dos vencimentos enquanto professor do Colégio Pedro II. Elogiando

---

<sup>323</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, pp. 45-46. O autor publicou, em anexo, uma série de correspondências entre Oiticica e Francisca Bulhões atestando as dificuldades familiares, o duro cotidiano da prisão, as tentativas de contornar os problemas e o afeto que o casal nutria.

<sup>324</sup> Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) foi um professor, político, poeta, romancista, contista, crítico, teatrólogo e memorialista nascido em Caxias (MA). Sua família se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir de 1870, após migrar por problemas políticos no Maranhão. Colaborou com a imprensa carioca em jornais como o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta da Tarde*. A partir de 1904, assumiu cargo de professor no Colégio Pedro II; em 1910, tornou-se professor de história do teatro e literatura dramática na Escola de Arte Dramática do Rio de Janeiro, da qual viria a ser diretor posteriormente. Foi eleito deputado federal pelo Maranhão em três ocasiões: 1909, 1912 e 1915. Profícuo escritor, publicou mais de 120 volumes e foi membro da Academia Brasileira de Letras. Segundo Cristina Aparecida Reis Figueira, José Oiticica e Coelho Neto se aproximaram devido ao trabalho no jornal *Correio da Manhã*. Oiticica participou de rodas literárias na casa de Coelho Neto. A relação entre eles era tão próxima que o escritor maranhense foi padrinho de Vera Oiticica, uma das filhas do anarquista. Para mais: FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., pp. 40-41 e COELHO NETO (Henrique Maximiano Coelho Neto). In: Vêbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2019.

<sup>325</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, p. 160.

o companheiro enquanto “homem de brio e de sentimentos nobres”, afirmou a conveniência das “muitas boas amizades” que construíram no decorrer do tempo. Oiticica, ainda, recebia solidariedade de colegas de profissão:

"Oiticica"

Recebi tua carta e estou de pleno acordo com o teu modo de pensar. Estarei sempre ao teu lado e pronta para os maiores sacrifícios. A carta que escreveste ao Dr. E. Lins [Edmundo Lins, ministro do Supremo Tribunal Federal] foi parar no Catete e serve agora de pretexto para te conservarem preso e não pagarem os vencimentos! É um absurdo mas é a verdade. Um homem de brio e de sentimentos nobres, hoje, não vale nada e como os filhos podem herdar do pai o mesmo caráter, mata-se à fome! Tem nos valido de muito as boas amizades que soubemos conquistar e a tua nobreza de alma!

Hoje telefonou-me um professor da Escola Brasileira pedindo notícias tuas e para fazer uma visita em nome dos professores e do diretor. (Rio, 20-10-24 – Zinha)<sup>326</sup>

O cotidiano de Oiticica nas prisões insulares do Rio de Janeiro se fez presente em algumas correspondências. As cartas retrataram desde questões particulares do militante – a dureza do cárcere, as saudades da família e reflexões políticas, por exemplo – a aspectos mais prosaicos vivenciados no dia a dia. Em carta datada de novembro de 1924, Oiticica lembrou sua prisão anterior à esposa, ocasionada por sua participação no plano insurrecional de novembro de 1918. A seu ver, não importava se uma eventual revolução ou revolta fossem favoráveis ou contrárias aos seus princípios: de qualquer maneira, sofreria tentativas de punição. A mensagem ilustra, também, relações estabelecidas com sujeitos que compunham o cárcere – prisioneiros ou não. Nesse caso em específico, Oiticica solicitou o envio de um novo pião e feiras para presentear o filho de um faroleiro:

"Zinha":

Faz hoje seis anos que fui preso, dia glorioso, não? Pelo menos estarei na lista perpétua dos perseguidos pelos potentados. Em qualquer revolução ou revolta que haja, no Brasil, ainda as mais contrárias aos meus princípios e opiniões, hei-de provar o quinhão dos réprobos. Isso, entretanto, embora consequência da consumada ignorância dos nossos dirigentes em assuntos sociais, tem a vantagem de treinar a mim e chamar a atenção e simpatia dos indiferentes. O doloroso em tudo é que sejas tu quem mais sofres, e, só por ti e pelos pequenos, me pesa a prisão.

O filho de um faroleiro, menino de 8 anos, tinha um pião rachado, mas que ele jogava e se divertia. Meti-me a jogar também, mas na segunda vez, dei um pouco mais de força e ele evaporou-se. O pequeno ficou passado e eu logo lhe prometi um novo e com feira. A perspectiva de ganhar um pião novo alegrou-o e não há outro jeito senão cumprir a promessa. Manda o José comprar um pião pequeno e uma ou duas feiras. (Ilha Rasa, 18-11-24 – Cajusa)<sup>327</sup>

Na Ilha das Flores, já no ano seguinte, José Oiticica teve contato com o jornalista pernambucano Josias Carneiro Leão, que participou da 1ª Divisão Revolucionária da chamada

---

<sup>326</sup>Ibid., p. 160.

<sup>327</sup>RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, pp. 161-162.



“Coluna Miguel Costa-Prestes”<sup>328</sup>. Detido inicialmente na Casa de Correção, ele conseguiu fugir pelas galerias pluviais, sendo encontrado posteriormente em Pernambuco. Na prisão insular, ficou restrito ao porão, vigiado e com dificuldades de se comunicar. Solidário, Oiticica solicitou à “Zinha” que intermediasse o contato de Josias Carneiro Leão com o próprio irmão. Apesar de eventuais divergências no campo político, o momento de extrema dificuldade – ocasionado pela restrição da liberdade por questões políticas – foi propício para a cooperação:

*Zinha:*

Escrevo-te a pedido do irmão do dr. Carneiro Leão, diretor de Instrução Pública. Chama-se Josias Carneiro Leão, foi preso em Pernambuco, chegou aqui no dia 30 de junho, em 3ª classe, com a roupa do corpo. Foi um dos dez que fugiram da Casa de Correção pela galeria de águas pluviais.

Ele pede que mandes avisar o irmão e obter dele alguma roupa. Podes fazê-lo através de Kabel.

Está aqui incomunicável, com sentinela à vista, no porão. Avisa com urgência. (Ilha das Flores, 3-7-1925 – Cajusa)<sup>329</sup>

A troca de correspondências entre Oiticica e sua esposa, no entanto, não era um processo simples: havia rigoroso controle sobre as mensagens. Para tratar de determinados conteúdos, ambos utilizavam técnicas que dificultavam o constante monitoramento epistolar, cifrando as mensagens. Uma delas era a escrita com sumo de limão nas entrelinhas: ainda que aparentasse tratar de assuntos corriqueiros, determinados tópicos, passíveis de censura, eram redigidos como sumo de limão, estando visíveis apenas contra a luz. Demais alternativas envolviam, por exemplo, molhar a carta ou mesmo escrever determinadas informações dentro do envelope<sup>330</sup>.

O anarquista explicou como essa técnica funcionava:

*Zinha*

O Capitão recusou-se a receber a carta para o Ministro.

Faze o seguinte: umedece com um pano molhado as bordas gomadas do envelope e passa depois entre elas a lâmina de uma faca: abrindo-o todo. Escreve na sobra dentro.

Deixa secar as bordas e passa de novo goma arábica e fecha-o. Assim, não pode haver o menor perigo: avisa com o mesmo sinal. (Ilha das Flores, 28-4-25 - Cajusa)<sup>331</sup>

Uma das adversidades do período amargado por Oiticica na prisão foi sua incomunicabilidade. As visitas da família não eram autorizadas: ao longo de dez meses, as

---

<sup>328</sup> “Dois revolucionários presos”. **Folha do Povo (MA)**, n. 160, 24 set. 1926, p. 3. Em artigo publicado em 1928 no jornal *Diário Carioca*, ao noticiar sua prisão pela 4ª Delegacia Auxiliar, Josias Carneiro Leão foi tratado como “illustre confrade” e um dos “elementos mais valiosos” da chamada “Columna Invicta”. Em sua trajetória, foi preso algumas vezes tanto na década de 1920 quanto na de 1930. Edgar Rodrigues mencionou, em nota de rodapé ao tratar do episódio envolvendo Oiticica e Carneiro Leão, que este era “comunista”, mas não encontramos, nas fontes do período, indícios que confirmem essa informação. Optamos, portanto, por tratá-lo como participante da Coluna Miguel Costa-Prestes. Para mais: “Acha-se preso desde ontem o jornalista Josias Carneiro Leão”. **Diário Carioca (RJ)**, n. 142, 28 dez. 1928, p. 2 e RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, p. 163 [nota de rodapé n. 77].

<sup>329</sup>RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, pp. 163-164.

<sup>330</sup> Ibid., p. 163.

<sup>331</sup>Ibid., p. 163

correspondências foram a única forma de contato disponível<sup>332</sup>. Ademais, a ausência dos vencimentos se tornava um fardo cada vez maior de suportar, dadas as dificuldades financeiras. Preso há meses, o anarquista impetrou um *habeas corpus*, que foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal em 26 de maio de 1925. É interessante notar que, dada a sua notoriedade enquanto figura pública, o pedido de Oiticica foi abordado pela imprensa, recebendo grande atenção de jornais cariocas como o *Correio da Manhã* e *O Jornal*. A repercussão não se restringiu ao Rio de Janeiro: em São Paulo, o jornal *A Gazeta* trouxe uma breve menção ao caso, apontando aspectos problemáticos da prisão:

A hora em que escrevo esta carta, 6 da tarde, ainda o Supremo Tribunal discute o caso de "habeas-corpus" do prof. José Oiticica.

José Oiticica é um idealista, que foi preso sem ninguém saber porque. Até agora nem sequer tinha sido ouvido. Ouviu-o, porem, o Tribunal, e, ao que parece, bem que lhe não conceda "habeas-corpus", é certo que lhe vai dar a Ilha das Flores por "menager".

Nestes tempos, já é uma victoria...<sup>333</sup>

José Oiticica compareceu ao Tribunal para sustentar sua defesa. Seu irmão, Francisco Oiticica Filho, cuidou das petições em seu nome. As alegações que justificavam a manutenção da prisão do anarquista foram apresentadas: por ser ativo na propaganda subversiva, o governo de Bernardes considerava que sua liberdade era perigosa à ordem pública:

Em seguida, [o ministro Hermenegildo de Barros] leu as informações prestadas ao Tribunal pelo ministro da Justiça, nas quaes se declara que o paciente foi preso e continua preso em consequencia dos factos decorrentes do estado de sitio, por considerar o governo perigosa à ordem publica a sua liberdade, em vista da sua notória actividade na propaganda de idéas subversivas<sup>334</sup>.

O Ministério da Justiça alegou, ainda, que a interrupção dos vencimentos relativos ao Colégio Pedro II foi consequência do fato de que Oiticica não constituiu procurador para recebê-los. Uma procuração, então, seria suficiente para a resolução do problema financeiro<sup>335</sup>. O maior dos empecilhos, no entanto, prosseguia em pauta: era considerado uma ameaça e sua prisão, necessária. Ao sustentar sua defesa perante os ministros do Tribunal e o conjunto de presentes, o anarquista não deixou de explicitar sua militância e convicções políticas:

Sou anarchista e disto não o faço o menor segredo, porque as idéas que prego me honram muito. Mas é falso, absolutamente falso, que os anarchistas queiram derribar todos os governos constituídos. O anarchismo não pretende suscitar revolta contra todos os governos: o que pretende é fazer uma **reforma fundamental, transformando a sociedade capitalista em sociedade comunista**, mas isto é **uma revolução que há de ser feita pelos trabalhadores do mundo inteiro na maior**

<sup>332</sup> “Os debates e o julgamento do ‘habeas corpus’ do professor José Oiticica”. *Correio da Manhã*, n. 9303, 18 mai. 1925, p. 2.

<sup>333</sup> “Cartas do Rio”. *A Gazeta (SP)*, n. 5789, 26 mai. 1925, p. 1.

<sup>334</sup> “Supremo Tribunal Federal – o ‘habeas corpus’ impetrado pelo professor José Oiticica”. *O Jornal*, n. 1972, 26 mai. 1925, p. 2.

<sup>335</sup> “Supremo Tribunal Federal – o ‘habeas corpus’ impetrado pelo professor José Oiticica”. *O Jornal*, n. 1972, 26 mai. 1925, p. 2.

**calma, se for possível. A doutrina de violência pregada pelos anarquistas não é usada senão como correspondente às violências exercidas contra elles.**

Os anarquistas não têm meios de violências [sic] organizados: quem dispõe das armas, dos canhões, das artilharias, dos calabouços, etc, são os governos que os applicam contra elles, para que as classes capitalistas possam suffocar as reivindicações exigidas pelos trabalhadores [grifos nossos]<sup>336</sup>.

Em sua defesa, José Oiticica procurou apresentar uma imagem do anarquismo como uma ideologia política cuja finalidade não consistia, em absoluto, em “revolta contra todos os governos”. A transformação de uma sociedade capitalista em uma sociedade comunista, resultante de um processo revolucionário protagonizado pelos trabalhadores, poderia ocorrer “na maior calma, se possível”. Tais mudanças configurariam uma “reforma fundamental”. A violência, defendida pelos anarquistas como essencial, nada mais seria do que uma resposta à violência que contra eles era exercida – pelo Estado e pelas classes possuidoras. Como enfatizou, não eram os anarquistas que detinham os “meios de violência”, mas sim os governos, com o propósito de assegurar a supremacia das “classes capitalistas”. A argumentação indica que, mais do que reforçar seus posicionamentos políticos, Oiticica pretendeu, de certa forma, “suavizar” o que era defendido pelos anarquistas. Posteriormente, discorreu sobre o posicionamento dos anarquistas em relação ao militarismo:

Ora, os anarquistas são os maiores anti-militaristas que ha no mundo.

Quando Pedro Kropotkine lançou uma especie de mensagem concitando os seus adeptos a apoiarem o imperialismo allemão, todos, a uma voz, levantaram contra aquelle, dizendo que elle aberrava dos dogmas e dos principios assentados pelos anarquistas. Portanto, se somos anti-militaristas, não poderíamos ter tomado parte no movimento revolucionario de julho de 1924, promovido por elementos militares, porque, naturalmente, os anarquistas não iriam ajudar a botar abaixo um governo civil para collocar um governo militar porque dos militares têm elles soffrido horrivelmente.

Por uma facção política, ainda peor, porque os anarquistas são os maiores inimigos da politica, e desde que, ha 13 annos, comecei a pregar as minhas idéas, tenho aconselhado a todos os anarquistas do Rio de Janeiro que absolutamente não se mettam em luta politica, quer de eleição quer de revoltas, porque os movimentos politicos não nos adeantam absolutamente nada<sup>337</sup>.

A estratégia de argumentação incluiu a tentativa de afastar completamente qualquer possibilidade de relação entre os anarquistas e os militares revoltosos de julho de 1924. Para tal, Oiticica assinalou que a militância anarquista era radicalmente antimilitarista, rechaçando qualquer apoio à derrubada de um governo civil com o propósito de substituí-lo por um militar<sup>338</sup>. Retomando sua trajetória enquanto militante, afirmou que aconselhava os anarquistas

---

<sup>336</sup>“Supremo Tribunal Federal – o ‘habeas corpus’ impetrado pelo professor José Oiticica”. **O Jornal**, n. 1972, 26 mai. 1925, p. 4.

<sup>337</sup> “Supremo Tribunal Federal – o ‘habeas corpus’ impetrado pelo professor José Oiticica”. **O Jornal**, n. 1972, 26 mai. 1925, p. 4.

<sup>338</sup> John Foster Dulles, por meio de obra de Everardo Dias – jornalista espanhol, revolucionário e anticlerical –, afirmou que os “conspiradores militares” procuraram obter o apoio de José Oiticica nas organizações influenciadas

do Rio de Janeiro a evitar quaisquer envolvimento com “luta política” – sejam eleições, sejam revoltas<sup>339</sup>. Em termos históricos, recorreu ao episódio de repúdio, por parte de uma parcela significativa dos anarquistas, ao apelo de Kropotkin em prol da escolha de um dos lados durante a Primeira Guerra Mundial<sup>340</sup>.

O pedido de *habeas corpus* foi rejeitado pelos magistrados do Supremo Tribunal Federal por sete votos, contabilizando apenas quatro a seu favor. Oiticica, entretanto, não saiu totalmente derrotado: foi concedida a comunicabilidade com a sua família, podendo, enfim, receber visitas. A Ilha das Flores teria para o anarquista o status de *menagem*<sup>341</sup>, ou seja, ele poderia circular livremente pelo espaço sem o risco de ficar encarcerado. De forma unânime, o recebimento dos vencimentos foi reconhecido como prejudicado, atentando às informações do governo<sup>342</sup>. Embora José Oiticica tenha obtido pareceres favoráveis nesses dois quesitos, pouco depois impetrou um novo *habeas corpus*: não houve cumprimento em relação à comunicabilidade e aos vencimentos. No julgamento do dia 8 de julho, os ministros concederam o *habeas corpus* nos mesmos termos da decisão anterior<sup>343</sup>. No mês seguinte, entretanto, em

---

pelos anarquistas, além de iniciarem contatos com o cooperativista Sarandy Raposo e o próprio Everardo Dias. Não constam, nas fontes, elementos que permitam aprofundar esse possível contato entre Oiticica e os militares. Alguns indícios, entretanto, podem ilustrar que a iniciativa talvez não tenha prosperado. Vale lembrar que, em sua primeira carta endereçada à esposa, o anarquista afirmou que foi preso ao sair do Colégio Pedro II, sem saber o porquê e tomando conhecimento do movimento em São Paulo apenas posteriormente. Seu desconhecimento em relação a tais fatos foi reforçado em carta posterior, destinada ao advogado Jackson de Figueiredo: ele afirmou que, entre as humilhações sofridas na prisão, a primeira foi a de não lhe darem “a menor satisfação da violência praticada, pois não havia estado de sítio” e que “ignorava completamente os sucessos de São Paulo”. Consultar: RODRIGUES, Edgar, op. cit., 1993b, pp. 170-174 e DULLES, J. W. F., op. cit., p194.

<sup>339</sup> O alegado repúdio de Oiticica à “luta política”, a julgar pelas ideias apresentadas e debates desenvolvidos no decorrer do tempo, deve ser analisado de forma mais ampla. A “luta política” mencionada, que engloba tanto o processo eleitoral quanto as revoltas, parece se traduzir no sentido de rejeitar qualquer possibilidade de respaldo a instrumentos ou meios cuja finalidade seja a tomada do Estado. Os anarquistas, por princípio, rejeitam a participação na esfera parlamentar; seu propósito não constitui a construção de revoltas que se apoderem do Estado, mas sim de uma *Revolução Social*, que o suprima por completo. Sob tal perspectiva, a repudiada “luta política” aparenta ser no sentido de manutenção do “poder”, algo que o próprio Oiticica parece indicar no mesmo texto ao afirmar que os anarquistas desejam a “supressão do poder, mas eles não vão contra o governo, porque derrubar um governo para pôr outro é manter o Poder e o Poder é contra as suas idéas”. “Supremo Tribunal Federal – o ‘habeas corpus’ impetrado pelo professor José Oiticica”. **O Jornal**, n. 1972, 26 mai. 1925, p. 4.

<sup>340</sup> A menção a Kropotkin se deu de maneira curiosa, como se fosse um entusiasta do “imperialismo alemão”. Como apresentado no capítulo anterior, o anarquista russo foi um dos signatários do “Manifesto dos Dezesesseis”, que reiterava o apoio aos franceses ante o Império Alemão. É pouco provável que o trecho se refira a outro episódio que não o da Primeira Guerra Mundial, que foi marcante entre os anarquistas durante os debates em repúdio ao conflito bélico. Consideramos, então, com duas possibilidades: 1) Oiticica cometeu um erro, do ponto de vista histórico, em sua afirmação; 2) seu argumento foi mal registrado pelo redator da notícia.

<sup>341</sup> De acordo com o “Dicionário Online de Português”, do ponto de vista jurídico, *menagem* significa “Prisão fora do cárcere, concessão que se faz a um prisioneiro, de ter como cárcere a própria habitação, uma fortaleza determinada, ou até mesmo o recinto de uma vila ou cidade, dentro da qual pode livremente transitar”. MENAGEM. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/menagem/>>. Acesso em 16 dez. 2019.

<sup>342</sup> Os debates e o julgamento do ‘habeas corpus’ do professor José Oiticica”. **Correio da Manhã**, n. 9303, 18 mai. 1925, p. 2.

<sup>343</sup> “O Supremo Tribunal concede um novo habeas-corpus ao professor Oiticica”. **Correio da Manhã**, n. 9339, 9 jul. 1925, p. 2.

carta destinada ao jornalista Jackson de Figueiredo<sup>344</sup> e datada de 22 de agosto, o anarquista ressaltou que, ainda assim, o governo não cumpriu devidamente o acórdão do Supremo Tribunal Federal:

Esperiei, na Ilha das Flores, ver minha mulher e filhos. Eram, porém, necessárias licenças especiais. Tínhamos de humilhar-nos ainda a solicitações diárias e receber, como alto favor, uma visita de uma hora. Não me querendo curvar, impetrei um *habeas-corpus*, tendo-me sido concedida comunicabilidade ampla.

O governo, entretanto, insistiu em humilhar-me e não cumpriu o acórdão do Supremo. Muitas lágrimas custou isso a minha mulher que, fiada no direito (o impagável *direito* das democracias) para lá se abalava com duas horas de viagem. Recusa do comandante ou mera concessão dentro da então (só então!) improvisada tabela.

Recorri novamente ao Supremo Tribunal que me recomendou comunicabilidade *sem restrições* de dias ou de horas. Pois, ainda assim, prossegue o governo a humilhar-me com sua tabela iníqua e vexatória<sup>345</sup>.

Politicamente, a situação dos prisioneiros durante o estado de sítio de Artur Bernardes foi produto de tensões. No Senado, debates colocaram essa questão em pauta. O senador baiano Moniz Sodré<sup>346</sup> foi um ardoroso defensor dos prisioneiros. Em seus discursos, procurou evidenciar as condições nas quais os “supliciados” se encontravam, detalhando, inclusive, situações de maus tratos, tortura e mesmo de morte nos cárceres. Qualificando os espaços de detenção como “bastilhas”, afirmou que constituíam “verdadeiros túmulos de enterrados vivos”<sup>347</sup>. Ao discursar sobre a agressividade e a violência por parte dos oficiais e carcereiros, Moniz Sodré expôs uma circunstância que envolve diretamente o anarquista que nos é objeto de estudo: José Oiticica – assim como outros prisioneiros –, quando detido na Ilha Rasa, foi ameaçado de fuzilamento pelo tenente de plantão:

“[...] Podem os abaixo-assignados atestar ainda a ameaça de fuzilamento aos presos drs. Everardo Backheuser, José Oiticica e Eurico Costa e Guilherme Telles dos

---

<sup>344</sup> Jackson de Figueiredo Martins (1891-1928) foi um escritor e jornalista sergipano, nascido em Aracaju. Estabelecido no Distrito Federal a partir de 1914, trabalhou como professor e jornalista, colaborando com os jornais *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*. Convertido ao catolicismo entre 1918 e 1919 após sobreviver à gripe espanhola, tornou-se um entusiasta do movimento católico. Foi o fundador do Centro Dom Vital, associação civil ligada à Igreja, constituindo o principal núcleo intelectual do catolicismo brasileiro até 1941. Durante o mandato de Artur Bernardes, Jackson de Figueiredo apoiou a repressão aos tenentes, chegando a ocupar o cargo de “chefe da Censura da Imprensa do Rio de Janeiro”. De acordo com a carta a ele remetida por José Oiticica, anarquista foi grato ao escritor católico, que insistia em sua libertação se propondo a assumir, inclusive, o compromisso por seu comportamento. Sobre a carta, consultar: RODRIGUES, Edgar. **Op. Cit.**, 1993b, pp. 170-174. A biografia de Jackson de Figueiredo está disponível em: JACKSON DE FIGUEIREDO (Jackson de Figueiredo Martins). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIGUEIREDO.%20Jackson%20de.pdf>>.

Acesso em 16 dez. 2019.

<sup>345</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, p. 172.

<sup>346</sup> Antonio Muniz Sodré de Aragão (1881-1941) foi um advogado, professor, escritor e jornalista baiano, nascido na cidade de Salvador. Inserido na política, exerceu cargos de deputado estadual, deputado federal e senador – todos relacionados ao seu estado de origem. Disponível em: MONIZ SODRÉ (Antonio Muniz Sodré de Aragão). In: Verbetes Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1457>>. Acesso em 16 dez. 2019.

<sup>347</sup> "O discurso do senador Moniz Sodré". **Correio da Manhã**, n. 9313, 9 jun. 1925, p. 1.

Santos, sobre os quaes o tenente Sylvestre Bueno mandou fazer fogo por haverem elles descido às pedras da ilha, sem que aos mesmos houvessem transmittido qualquer ordem prohibitiva<sup>348</sup>.

Enquanto lia o relato em carta assinada por José Oiticica e outros prisioneiros, Moniz Sodré foi aparteado pelo senador Barbosa Lima<sup>349</sup>, que, de maneira jocosa, afirmou que o tenente Sylvestre Bueno seria “promovido por acto de bravura”<sup>350</sup>, dadas as suas pretensões em relação ao tratamento dispensado aos prisioneiros. Dois meses e meio depois, na carta destinada a Jackson de Figueiredo, ao narrar as humilhações pelo que passou no cárcere, o professor anarquista abordou tanto os maus tratos quanto a possibilidade de fuzilamento. Indignado, afirmou que o tenente em questão chegou a ser promovido com base no mérito:

Na Ilha Rasa, onde fui quase fuzilado, passei por humilhações amargas, sobretudo de um tenente boçal, que acaba de ser promovido *por merecimento*. Um dia tive de reagir num conflito onde fatalmente seria eu vítima, se o tenente não se houvesse acovardado.

Na Ilha das Flores, novas humilhações. Fui metido num porão, quando os soldados do destacamento estavam alojados em pavimento igual ao dos oficiais presos comigo. Aí éramos humilhados, de quando em quando pelos oficiais, que chegaram a mandar-nos para a cama, tivéssemos, ou não, sono, nos proibiram cantar e arrogantemente se jactavam de nossa inferioridade de presos<sup>351</sup>.

O episódio da tentativa de fuzilamento, embora tenha sido apresentado a interlocutores politicamente relevantes apenas nos meses de junho e agosto – como o senador Moniz Sodré e o escritor Jackson Figueiredo –, foi melhor detalhado por Oiticica em carta destinada à sua esposa, em janeiro de 1925. Segundo seu relato, a ordem de execução foi dada; o que os salvou, porém, foi o acaso: a bala teria encravado no cano da arma de fogo:

*Zinha*: — Por sugestão do Backhenser fomos procurar diabase encontrando uma ponta e quando nos baixamos para arrancar amostra eu, por acaso olhando para o depósito de querosene vejo o seguinte: o tenente, um soldado e o sargento enfermeiro! O [sic] tenente dá uma ordem, o soldado arranca um pente da cartucheira, carrega o fuzil e aponta para nós. Grilei para os companheiros que, perplexos, viram o soldado a visarnos. Agachei-me atrás duma pedra esperando o tiro. O soldado retirou a arma e pôs-se a explicar. Soubemos depois, e o Backhenser pode certificar-se com o próprio tenente que a ordem de atirar fora dada, mas que a bala encravou. (Ilha Rasa, 13-1-1925 – Cajusa)<sup>352</sup>.

As agruras do cárcere, aliás, parecem não ter diminuído o ímpeto de José Oiticica se posicionar politicamente. Em junho de 1925, escreveu uma carta direcionada ao senador Bueno

<sup>348</sup>O discurso do senador Moniz Sodré". **Correio da Manhã**, n. 9313, 9 jun. 1925, p. 2.

<sup>349</sup> Alexandre José Barbosa de Lima (1862-1931) foi um militar nascido na capital pernambucana. Em sua trajetória política representou não apenas seu estado de origem, mas também o Amazonas, o Ceará, o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul. Foi constituinte (CE), governador (PE), deputado federal (DF, PE e RS) e senador (AM). BARBOSA DE LIMA (Alexandre José Barbosa de Lima). In: Verbetes Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1375>>. Acesso em 16 dez. 2019.

<sup>350</sup>O discurso do senador Moniz Sodré". **Correio da Manhã**, n. 9313, 9 jun. 1925, p. 2.

<sup>351</sup>RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b pp. 171-172.

<sup>352</sup>Ibid., p. 61.

Brandão<sup>353</sup>. Em discurso na tribuna, o político teria procurado desqualificar as denúncias de maus tratos que os prisioneiros sofriam, afirmando que, entre os signatários, havia “*desordeiros, desclassificados e alguns anarquistas*”<sup>354</sup>. Sarcástico, o anarquista se contrapôs ao senador, argumentando que o fez para combater “insultos ou inverdades”<sup>355</sup>, além de demonstrar que os libertários ainda estavam vivos, ainda que o contexto de repressão lhes trouxesse inúmeras dificuldades:

Ilha das Flores, 13-6-1925

Sr. Senador Bueno Brandão,

Em discurso de 10 do corrente, referindo-se V. Ex. a presos que assinaram documentos comprovatórios de maus tratos sofridos nas prisões, acentua que, entre os signatários, há *desordeiros, desclassificados e anarquistas*.

Como dentre os signatários só eu sou anarquista, vejo-me classificado por V. Ex. abaixo de *desordeiro e desclassificados*.

Era meu propósito não retorquir à ofensa, pois não julgo mais digno ser senador que anarquista, porquanto se qualquer anarquista poderia ser senador, nem todo o senador poderá ser anarquista.

Como, porém, temos decidido, entre nós, não deixar sem pronta repulsa quaisquer insultos ou inverdades e isso para mostrar que estamos vivos, escrevo a V. Ex. estas linhas somente para agradecer V. Ex. o favor que aos anarquistas involuntariamente fez.

Em primeiro lugar, mostrando-se V. Ex. tão intransigente inimigo dos anarquistas, chama sobre eles toda a simpatia nacional.

Em segundo lugar, deixa V. Ex. bem patente que pode V. Ex. ser tudo neste mundo, menos anarquista, pode haver desordeiros, vagabundos, dinamiteiros, assassinos, salteadores, etc., mas nunca, e de fato não há, nenhum Bueno Brandão. Sem mais, sou de V. Excia.

indiferente contemporâneo  
José Oiticica<sup>356</sup>

A preocupação de Oiticica com a ideologia que professava não se manifestou apenas na carta endereçada a Bueno Brandão ou mesmo em sua defesa perante o Supremo Tribunal para obter o *habeas corpus*. Durante o longo período de cárcere, o professor libertário iniciou uma profunda reflexão sobre o anarquismo, tendo a preocupação de torná-lo mais acessível ao grande público. Dessa experiência, produziu a obra “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, que, entre outras coisas, aborda de maneira pormenorizada suas concepções a respeito

---

<sup>353</sup> Júlio Bueno Brandão (1858-1931) foi um advogado e político nascido em Ouro Fino (MG). Pertencente ao Partido Liberal durante o período imperial, era entusiasta das ideias republicanas, passando a integrar o Partido Republicano de Mineiro (PRM) após a proclamação da república. Ao longo de sua carreira política, ocupou diversos cargos: foi vereador em sua cidade natal, deputado estadual, deputado federal, senador e presidente do estado de Minas Gerais. Seu último cargo político foi como senador da República, posto que foi perdido com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930. Para mais: BUENO BRANDÃO (Júlio Bueno Brandão). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAND%C3%83O,%20J%C3%BAlio%20Bueno.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2019.

<sup>354</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, pp. 46-47.

<sup>355</sup> Ibid., pp. 46-47.

<sup>356</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, pp. 46-47.

do anarquismo. A publicação de suas considerações, no entanto, ocorreu apenas na década de 1940, no jornal *Ação Direta*<sup>357</sup>.

Após permanecer pouco mais de 12 meses sob custódia do Estado, José Oiticica, enfim, foi libertado no dia 27 de agosto de 1925. Em breve nota, *O Jornal* celebrou sua soltura, satisfeitos por ver o “illustre confrade” conseguir “retomar, após tão longa ausência, as suas ocupações habituaes”<sup>358</sup>. De fato, não tardou a retomar suas ocupações: já no mês de setembro, o jornal *Correio da Manhã*, com “immenso jubilo”, anunciou o retorno da colaboração de Oiticica – descrito como um dos “homens de talento” do Brasil – enquanto colunista<sup>359</sup>.

Além das discussões costumeiras sobre conteúdos relacionados à literatura e à filologia, José Oiticica se utilizou do jornal *Correio da Manhã* como espaço para pautar questões particulares da militância libertária. Em 1927, publicou o artigo “Sacco e Vanzetti”, em solidariedade aos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, condenados à morte em Massachusetts (EUA) sob as acusações de assalto e de homicídio<sup>360</sup>. Conhecedor das questões relacionadas ao direito, criticou a forma como a Justiça estadunidense conduziu o processo, permeado de evidências frágeis e armações processuais:

Sacco e Vanzetti são dois operários italianos, activos militantes da vanguarda proletaria nos Estados Unidos, com papel saliente em varias greves. Por isso, desde muito lhes estavam as justicas democraticas desse paiz e as suas inquisitoriaes policiaes a cata de um pretexto para eliminar, daquelle meio super plutocratico, esses dois typos indesejaveis.

Até aqui, nada de mais. É natural que o capitalismo, atacado pelas forças proletarias, se defenda aguçando sua policia, apurando suas leis repressoras, reforçando suas prisões, amedrontando as multidões exploradas. [ilegível] a lei americana e sua magistratura, com todos os rigores do apavoramento, a quantos anarchistas, syndicalistas, communistas, socialistas apanhasse, entendia-se e justificava-se. Na guerra como na guerra. O infame, o intoleravel, o baixissimo é que se matem innocentes fornicando-se um dos mais vergonhosos processos da historia. O

<sup>357</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42. Uma análise aprofundada de algumas das concepções de Oiticica contidas na obra em questão será apresentada em capítulo posterior.

<sup>358</sup> “O professor José Oiticica foi posto em liberdade”. *O Jornal*, n. 2053, 28 ago. 1925, p. 5.

<sup>359</sup> “José Oiticica”. *Correio da Manhã*, n. 9389, 5 set. 1925, p. 3

<sup>360</sup> O artigo em questão, no qual Oiticica expôs os vícios do processo a que os dois militantes anarquistas italianos foram submetidos, foi elogiado pelo anarquista italiano Zeferino Oliva, que colaborava com a imprensa militante desde a década anterior, em jornais como o *Terra Livre*. Em carta destinada a um interlocutor denominado “Ferdnando Alo”, Oiticica é citado indiretamente pela qualidade de seu artigo, além do fato de Oliva solicitar a “Alo” que prestasse “lembranças a Oiticica”. Tanto a carta original quanto a sua transcrição se encontram no prontuário n. 9897, associado a José Oiticica. Seu conteúdo consiste em breve discussão sobre artigos que compunham a propaganda militante, além de sintetizar a rede de solidariedade estabelecida entre os anarquistas. Com o objetivo de colaborar com seu interlocutor, em dificuldades financeiras, Oliva afirmou ter remetido “mais 100\$000” por intermédio do “bondoso companheiro Fábio” – possivelmente, Fábio Luz. A menção a Oiticica foi suficiente, quando da interceptação da carta, para ser anexada a seu prontuário. Podemos supor que, a despeito de não tratar do professor anarquista diretamente, as forças de vigilância tenham considerado como mais uma evidência de sua atuação militante e das interlocuções com outros anarquistas do período. Para ter acesso à carta, consultar: Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Sobre Zeferino Oliva, constam breves informações em RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária*. São Paulo: Achiamé, 1992, p. 40.



profundamente revoltante é que um juiz, o americano Thayer, incumbido de decidir sobre a revisão do processo, haja negado essa revisão e confirmado a sentença capital só porque essa revisão “implicaria um desdouro para magistratura e o Estado americano”<sup>361</sup>.

Tratava-se, na verdade, de um julgamento político, dada a ideologia professada pelos acusados. O professor anarquista destacou a necessidade de protestar coletivamente para tentar arrancar ao “suplício vítimas da ferocidade humana” ou, pelo menos, no sentido de atestar a “infâmia da plutocracia desalmada”, que contribuiria para a sua própria destruição<sup>362</sup>. Possivelmente pelo discurso político e pela repressão que o Estado ainda impunha sobre os militantes políticos do período<sup>363</sup>, as contribuições de Oiticica com esse teor foram reduzindo gradativamente no periódico<sup>364</sup>.

Em outubro do ano seguinte, publicou o artigo “Voz Clamante”, em solidariedade à Maria Lacerda de Moura. Dias antes, ela publicou, no jornal paulista *A Esquerda*, crítica aos fascistas italianos estabelecidos no Brasil, bem como a seus correligionários brasileiros. Como retaliação, a redação do jornal foi invadida e sua tipografia, empastelada. Em sua defesa, Oiticica teceu diversos elogios à Lacerda de Moura, assegurando que ela proclamou “sua fé universalista, substituindo a pátria pela humanidade, a família pela comuna, a religião dos deuses pela religião do Amor”. Mencionando os “verdadeiros deuses baixados à Terra”, como Cristo, o filósofo grego Sócrates, o escritor russo Liev Tolstoi, o filósofo francês Han Ryner e o escritor francês Romain Rolland<sup>365</sup>, assinalou que

Lendo, na "Esquerda" do dia 11, aquelas palavras candentes, afigurava-se-me ver uma Vitória de Samotrácia, porém viva, a declamar aos homens ruins, aviltados pelo ouro, pela superstição, pelos preconceitos surdos, um peã novo, de confiança calma, seguro no seu ritmo e fascinante na sua solfa.

E orgulhei-me com êsse cântico, porque êle é também o meu cântico de guerra. Havia, naquelas frases, a vibração do meu credo, a arrogância da minha exaltação, o desprendimento do meu apostolado. Aquela página de jornal parecia-me a bandeira

---

<sup>361</sup> “Sacco e Vanzetti”. *Correio da Manhã*, n. 9897, 23 abr. 1927, p. 4.

<sup>362</sup> “Sacco e Vanzetti”. *Correio da Manhã*, n. 9897, 23 abr. 1927, p. 4.

<sup>363</sup> Em agosto de 1927, o então presidente Washington Luís sancionou o Decreto n. 5221, a “Lei Celerada”, que possibilitava o fechamento, “por tempo determinado”, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que atentassem contra a “ordem, moralidade e segurança públicas”. BRASIL. Decreto n. 5221, de 12 ago. 1927. Determina que no crime definido no decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890, a pena será de prisão celular e o crime inafiançável, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1927. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562987-publicacaooriginal-87102-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

<sup>364</sup> LAMOUNIER, Aden Assunção. José Oiticica como colunista do *Correio da Manhã* (1921-1927): o anarquismo e seus possíveis caminhos para manutenção da ideologia nos campos de luta. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias**. ISBN: 978-85-65957-10-6, p. 7. Disponível em: <[https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529340188\\_ARQUIVO\\_AdenAnpuh-RJ2018.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529340188_ARQUIVO_AdenAnpuh-RJ2018.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2019.

<sup>365</sup> OITICICA, José. “Voz Clamante”. In: \_\_\_\_\_. **Ação Direta: meio século de pregação libertária**. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, p. 13-14.

anárquica, desfraldada aos sudoestes raivantes, contra os batalhões reorganizados da Igreja e do Capitalismo<sup>366</sup>.

Erudito, Oiticica utilizou referências gregas, comparando a companheira de militância à deusa Nike, representada pela estátua da “Vitória de Samotrácia”. Aos “homens ruins, aviltados pelo ouro, pela superstição, pelos preconceitos surdos”, declamou um “peã novo”, isto é, um canto de exaltação – “de confiança calma, seguro no seu ritmo e fascinante na sua solfa”. Ambos compartilhariam do mesmo “cântico de guerra”: para o professor libertário, a mensagem da militante trazia a “bandeira anárquica”, em combate aos “batalhões reorganizados da Igreja e do Capitalismo”. A menção à Igreja, aliás, não se dá por acaso: tanto Oiticica quanto Lacerda de Moura foram anticlericais convictos.

#### 2.4 O ACIRRAMENTO DAS TENSÕES COM OS COMUNISTAS E O SURGIMENTO DO JORNAL *AÇÃO DIRETA*

As disputas políticas entre anarquistas e comunistas não cessaram. A partir de 1926, os comunistas teriam intensificado sua inserção, no Rio de Janeiro, junto às entidades sindicais e no cenário político. Em 1927, o Partido Comunista, por meio da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, promoveu um Congresso Sindical Regional, com o propósito de insistir na unificação sindical dos trabalhadores. O evento foi boicotado pelos cooperativistas, que já não mantinham a aliança com os comunistas; os anarquistas, por sua vez, ratificaram o posicionamento de não se subordinarem à “ditadura do proletariado”. No mesmo ano, o partido formou, ainda, o Bloco Operário – que se tornou Bloco Operário e Camponês, a partir de 1928 – com o intuito de participar das eleições<sup>367</sup>.

Um dos indícios de acirramento do conflito entre os partidários da bandeira negra e da bandeira vermelha remete ao chamado “atentado da rua Frei Caneca, n. 4”, ocorrido em 1928, que vitimou, fatalmente, o sapateiro anarquista Antonino Dominguez. Segundo denúncia escrita por José Oiticica e publicada no jornal *Braço e Cérebro*, anarquistas e comunistas inseridos na categoria dos tecelões se reuniram na rua mencionada, sede dos Gráficos – onde o “Partido Comunista constituíra seu quartel general” –, para apurar uma denúncia contra o trabalhador Pereira de Oliveira, acusado de ser um espião a serviço da polícia. Afirmando ser uma acusação

---

<sup>366</sup> Ibid., p. 14.

<sup>367</sup> GOMES, Angela de Castro, op. cit., pp. 160-161.

“caluniosa”, Oiticica responsabilizou os comunistas, sobretudo Azevedo Lima<sup>368</sup>. Quando Pereira de Oliveira foi se pronunciar, os “bolchevistas” teriam iniciado uma algazarra e disparado tiros contra Antonino Dominguez e José Leite, que integrava a construção civil. O primeiro tombou fatalmente; o segundo, por sua vez, esquivou-se, com o tiro acertando o comunista Damião. Tanto Dominguez quanto Leite seriam alvos em potencial porque teriam “barrado os manhosos passos [dos comunistas] entre os sapateiros e os da construção civil”. Isentando os anarquistas, Oiticica negou que os disparos teriam sido retaliação a um ataque a Azevedo Lima, pois os anarquistas estariam desarmados<sup>369</sup>. Explicou que

É absolutamente falso haver qualquer anarquista disparado contra o Dr. Azevedo Lima. Seu discurso, em linguagem indigna de um deputado ou sequer de um homem que se preze, foi ouvido religiosamente pelos anarquistas, sendo ele aparteado apenas, com grande precisão aliás e absoluta calma, pelo operário Ataulpho.

Posso asseverar que nenhum anarquista foi para lá armado, pois, apesar de preverem a agressão dos comunistas, resolveram ir desarmados. Nem sequer uma simples bengala tinham.

Há muito que dizemos aos comunistas ser contraproducente o programa de calúnia sistemática e provocações abomináveis que os seus amos lhes ordenam de Moscou.

Os sucessos de antontem os desmoralizaram completamente perante os trabalhadores. O negarem eles defesa a um acusado e o tentarem assassinar, sem motivo, adversários inermes foram atos de tal covardia que bem mostram a mentalidade do seu Partido, mentalidade de fanáticos sem nenhum idealismo revolucionário<sup>370</sup>.

O evento aprofundou a discórdia existente entre os adeptos das correntes políticas. É válido assinalar que, no período, discordâncias entre os próprios comunistas também se acentuaram, originando cisões e expurgos que resultariam na Oposição Sindical – composta pelos denominados trotskistas<sup>371</sup>.

Em meio às dificuldades impostas tanto pelas disputas políticas com os comunistas quanto pela repressão do Estado, José Oiticica prosseguiu com as tentativas de alavancar a propaganda libertária. Ainda em 1928, participou do jornal *Ação Direta*, que adotava uma linha editorial explicitamente anarquista. Efêmero – nessa fase, durou apenas até o ano seguinte –, o jornal contou com a colaboração de expoentes da militância libertária, como Fábio Luz. Em novembro, publicou o artigo “Socialismo e Anarquismo” em resposta ao discurso do religioso

---

<sup>368</sup> João Batista de Azevedo Lima foi um médico e deputado federal carioca. Eleito deputado federal duas vezes durante a década de 1920, integrou o Bloco Operário e Camponês (BOC), criado em 1927 e capitaneado pelo PCB. Ele, porém, nunca aderiu ao partido, sendo, posteriormente, expulso do bloco ao se indispor com os demais comunistas. Para mais: AZEVEDO LIMA (João Batista de Azevedo Lima). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA.%20Jo%C3%A3o%20Batista%20de%20Azevedo.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2019.

<sup>369</sup> Edgar, op. cit., 1993b, pp. 174-175.

<sup>370</sup> Ibid., pp. 174-175.

<sup>371</sup> A cisão entre os comunistas se relaciona, sobretudo, à reação da Oposição Sindical à perspectiva de submeter totalmente o sindicato à “rígida disciplina” do PCB. Para mais: GOMES, Angela de Castro, op. cit., p. 161.

J. W. Shepard<sup>372</sup>, publicado no *Jornal Baptista*. Segundo Oiticica, ao tratar do socialismo, Shepard possuiria “noções errôneas e tendenciosas de escritores pouco entrados na matéria”<sup>373</sup>, uma vez que confundiria o anarquismo com o socialismo e o bolchevismo. O anarquista, ao desenvolver sua crítica, cuidou de estabelecer contrapontos entre as propostas libertárias e o que seria defendido por Karl Marx, além de corrigir algumas afirmações do religioso. Os excertos abaixo, embora extensos, são de grande utilidade por fornecerem interessantes indícios a respeito de como se configurava, no período, suas concepções a respeito da ideologia anarquista:

Deixando de lado quanto diz o sr. Shepard sobre Karl Marx, citemos suas principais asserções sobre o "comunismo anárquico". Para êle, “a escola do *Comunismo Anarquista* da Rússia, representada por Proudhon e Kropótkine, negava o direito de propriedade privada e particular”. É bem verdade que o anarquismo nega êsse "direito", mas não é uma escola da Rússia, nem foi representado somente por êsses dois grandes vultos. As doutrinas de Proudhon são fundamentalmente anárquicas na crítica social, porém aberram do verdadeiro anarquismo, sobretudo do anarquismo "russo" (caso exista semelhante aspecto), nos processos de realização. O "banco popular" de Proudhon, por exemplo, seria contrassenso para os anarquistas modernos, ou mesmo para Kropótkine.

Nada retrucaríamos ao sr. dr. Shepard, se, em vez de Proudhon, houvesse mencionado, a par de Kropótkine, o nome de Bakúnine. Êste, sim, era russo e, embora na primeira fase de sua carreira se apresentasse meramente republicano ou democrata internacionalista, cedo envolveu para o anarquismo integral, em contraposição às doutrinas autoritárias do socialismo marxista. O sr. dr. Shepard parece confundir marxismo com bakuninismo no seguinte período: "As doutrinas de Karl Marx e Bakúnine produziram, de 1890 em diante, um partido de anarquistas na Rússia, que foram chamados Niilistas. Êstes agitadores sociais recorreram a todos os meios violentos para subverter a ordem social existente e estabelecer um estado "anárquico"<sup>374</sup>.

Inicialmente, Oiticica procurou evidenciar incorreções nos argumentos de Shepard. Embora tenha reiterado a negação do anarquismo em relação à “propriedade privada e particular”, afirmou que não se tratava de uma exclusividade da “escola Comunista Anarquista da Rússia” – questionando, aliás, a própria existência de uma “escola russa”. Ao tratar de Proudhon, ainda que o considerasse um dos “grandes vultos”, defendeu que as doutrinas do francês seriam anárquicas do ponto de vista da “crítica social”, distanciando-se, porém, do que

---

<sup>372</sup> John Watson Shepard foi um pastor batista de origem estadunidense. Foi fundador do Colégio Batista do Rio de Janeiro, onde Oiticica também lecionou. Afeito à “causa educacional batista”, estimulava a fundação de seminários e colégios devido à “preocupação quanto à formação de uma liderança eclesiástica nacional”. Para mais informações relacionadas à atuação de Shepard e dos batistas, recomenda-se a leitura de ALVES, Pedro Henrique Teixeira. **O regime divino: batistas brasileiros entre a autonomia e a centralização (1881-1935)**. 2019. 149 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, 2019, pp. 99; 114. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27412/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_PedroHenriqueAlves\\_corrigida.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27412/Disserta%C3%A7%C3%A3o_PedroHenriqueAlves_corrigida.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 17 nov. 2019.

<sup>373</sup> OITICICA, José. “Socialismo e Anarquismo”. **Cidade do Rio**, 1901. Apud \_\_\_\_\_ **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, p. 93.

<sup>374</sup> Ibid., p. 93.

constituiria o “verdadeiro anarquismo”. A ideia proudhoniana do “banco popular”<sup>375</sup> representaria um “contrassenso”, constituindo, portanto, uma das práticas do francês que se oporiam ao que setores do anarquismo propunham como formas de transformação social. Nesse sentido, ao mencionar um “verdadeiro anarquismo”, associar ao “anarquismo ‘russo’” e argumentar que a concepção proudhoniana se afastaria dele “nos processos de realização”, Oiticica parece retomar suas convicções anarquistas comunistas, já apresentadas na década anterior. Podemos exemplificar com o debate, de 1915, com o socialista Silva Marques no jornal *Na Barricada*, no qual afirmou que o anarquismo comunista constituía “a grande corrente libertária do mundo”<sup>376</sup>.

Para o professor libertário, teria feito mais sentido se, em vez de Proudhon, Shepard mencionasse Bakunin, russo como Kropotkin e que “cedo envolveu para o anarquismo integral, em contraposição às doutrinas autoritárias do socialismo marxista”. Destacou, inclusive, que o “anarquismo integral” de Bakunin, aliás, foi precedido por uma “carreira” republicana ou “democrata internacionalista” – assim como, bom lembrar, o próprio anarquista brasileiro teve uma fase liberal antes de aderir ao anarquismo no início dos anos 1910<sup>377</sup>. Em relação à argumentação do religioso, Oiticica se mostrou crítico tanto do paralelo traçado entre Marx e Bakunin quanto da caracterização dos niilistas, conforme se constata na continuação do artigo:

Ora, as doutrinas de Karl Marx não podiam de modo algum harmonizar-se com as de Bakúnine, pois foram êles adversários intransigentes: o primeiro, criador da "social-democracia" alemã, socialista de Estado e reformista; o segundo, pregador do comunismo puro, sem ditadura proletária, sem Estado intermediário, sem salariedade coletiva. As teorias de Karl Marx só poderiam produzir na Rússia o que produziram desde 1905: o bolchevismo ou, antes dele, o menchevismo e coisas parecidas. Lênine é filho direto de Marx, adversário feroz de Bakúnine e seus continuadores<sup>378</sup>.

---

<sup>375</sup> O “Banco do Povo” teria o propósito de estabelecer algo como um “republicanismo financeiro”, substituindo o “poder absolutista do ouro como lastro monetário” pela “concessão livre de crédito segundo a capacidade produtiva de cada indivíduo” – que se tornaria um “sócio comanditário” do banco. Segundo tal perspectiva, a “troca de produtos por produtos” seria soberana, assim como reformas sociais “num contexto de concórdia social”. O “Banco do Povo” resultaria, portanto, na extinção da supremacia da “moeda, dos juros e das crises financeiras sobre a vida econômica da nação”. Para mais: CINELLI, Carlos Leonardo Kulnig; ARTHMAR, Rogério. Quando o liberal e o socialista se defrontam: Bastiat, Proudhon e a renda do capital. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 509-541, dez. 2010, p. 524. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512010000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000300005)>. Acesso em 15 dez. 2019.

<sup>376</sup> OITICICA, José. “Quarta carta ao Dr. Silva Marques”. *Na Barricada*, 07 out. 1915, p. 01. Vale lembrar que o debate em questão foi analisado no capítulo anterior.

<sup>377</sup> Ainda que o excerto não pareça apresentar um paralelo intencional, o fato de Oiticica destacar que Bakunin passou por fases antes do que poderia ser chamada de sua “maturação política” evidencia a complexidade da configuração de um sujeito histórico no tempo e no espaço. A militância e as propostas políticas de ambos se configuraram por meio das experiências vivenciadas, pelos contatos com outras pessoas e, também, pela influência dos acontecimentos dos seus respectivos períodos. Para um aprofundamento das experiências, propostas políticas, teoria e militância de Bakunin, recomenda-se CÔRREA, Felipe. **Liberdade ou morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin**. São Paulo: Faísca Publicações, 2019.

<sup>378</sup> OITICICA, José. “Socialismo e Anarquismo”. *Cidade do Rio*, 1901. Apud \_\_\_\_\_ **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Gerninal, 1970, pp. 93-94.

A aproximação entre os “adversários intransigentes” Marx e Bakunin, pretendida por Shepard, seria inviável: de acordo com Oiticica, o primeiro, “criador da ‘social-democracia’ alemã”, era partidário de um “socialismo de Estado” e “reformista”, ou seja, defendia a disputa do Estado – a chamada “ditadura proletária”, mencionada na sequência – para realizar as medidas almejadas. Em uma relação de causa e efeito, para criticar Marx, utilizou-se do bolchevismo, adversário dos anseios libertários, sobretudo, durante os eventos da Revolução Russa. Bakunin, por sua vez, era “comunismo puro, sem ditadura proletária, sem Estado intermediário, sem salariato coletivista”. Uma vez mais, o professor libertário parece reivindicar a perspectiva comunista do anarquismo<sup>379</sup>. Em relação aos niilistas:

Quanto aos "niilistas", há dois enganos sérios. Creio poder afirmar que não houve entre eles "marxistas". Eram anarquistas como quaisquer outros: mas, dizer que recorreram a todos os meios violentos para abater o Estado constituído é não conhecer exatamente o niilismo e confundir alhos com bugalhos. O niilismo, como tão bem explicou Kropótkine na sua autobiografia ("Em torno de uma vida"), não foi um "partido", mas um processo de propaganda anárquica. Não podendo os anarquistas russos convocar comícios, editar jornais, vender livros, sob pena de cadeia ou destêrro, provocaram nos cafés, teatros, bailes, reuniões quaisquer, discussões sôbre assuntos vários, que habilmente encaminhavam para a questão social. Longe de recorrerem a processos violentos, foram precisamente campeões da propaganda pelo debate, da conversão pela palavra<sup>380</sup>.

Oiticica sustentou que os niilistas não possuíam relação com o marxismo, sendo “anarquistas como quaisquer outros”. Ao contestar o fato de que eles não teriam, simplesmente, recorrido a “todos os meios violentos para abater o Estado constituído”, sendo “campeões da propaganda pelo debate, da conversão pela palavra”, utilizou os escritos de Kropotkin como apoio. O recurso não foi mero acaso: o anarquista russo, no século XIX, teve contato direto com os niilistas, integrando, por um período, o “Círculo Tchaikóvski”, que, entre outras coisas, se dedicou à propaganda socialista entre os operários de São Petersburgo<sup>381</sup>. O professor libertário, portanto, ao rebater Shepard, não concedeu uma conotação negativa aos niilistas, ainda que a atuação de diferentes grupos pudesse suscitar polêmicas<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup> As distinções entre Marx e Bakunin, bem como sua predileção pelo anarquismo comunista, foram aprofundadas por Oiticica na obra “A doutrina anarquista ao alcance de todos”, a ser analisada em capítulo posterior.

<sup>380</sup> OITICICA, José. “Socialismo e Anarquismo”. **Cidade do Rio**, 1901. Apud \_\_\_\_\_ **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Gerninal, 1970, p. 94.

<sup>381</sup> SAMIS, Alexandre. “Introdução”. In: KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007, pp. 13-15.

<sup>382</sup> Ao discorrer sobre o “Círculo Tchaikóvski”, por exemplo, Alexandre Samis atentou para o fato de que as atividades do grupo se diferenciavam das experiências de Sergey Nechayev, “que propugnava pela formação de uma sociedade secreta revolucionária, dotada de mecanismos de segurança nos moldes dos antigos conspiradores” russos. Felipe Corrêa, em seu trabalho sobre Bakunin, analisou a relação entre o anarquista russo e Nechayev. Em 1869, Nechayev formou a Sociedade Justiça do Povo, uma “organização secreta profundamente hierarquizada” e pautada em uma perspectiva política que se aproximava do jacobinismo devido ao “desprezo à capacidade das

Posteriormente, Oiticica retomou outro apontamento de Shepard para desenvolver sua crítica. Para o religioso, os anarquistas russos demandavam que os proprietários “os governos e outros poderes lhes tirassem as propriedades sem protestos, sem violência”, o que configuraria um “sistema utópico” de subversão da “ordem social”<sup>383</sup>. O anarquista, então, manifestou o seguinte posicionamento:

Sôbre a doutrina dos anarquistas russos, diz o sr. Shepard: "Pretendiam que os donos de propriedades deixassem que os governos e outros poderes lhes tirassem as propriedades sem protestos, sem violência. Pensaram mudar a ordem social impondo um sistema utópico de sua imaginação sôbre as populações". Em tais palavras há uma série de erros fundamentais. Em primeiro lugar, não compreendo a expressão: "governos e outros poderes". Quais são êsses "poderes" além dos governos? Depois, nunca, jamais, em tempo algum, houve anarquista capaz de asseverar que os proprietários se deixariam despojar pelos governos sem violência nem protesto. Ora, "todos" os anarquistas afirmam positivamente o contrário. Se fôsse possível tirar aos proprietários as propriedades sem violência, sem resistência tenacíssima da parte dêles, não seria mister pregar a revolução social. Se os anarquistas a proclamam necessária ao povo, é justamente porque sabem quão impossível é "persuadir" aos proprietários.

Finalmente, como conceber um govêrno tirando propriedades aos proprietários? Que são os "governos" senão organizações dos proprietários para defender suas propriedades? Logo, é contraditório pensar numa "desapropriação" operada por um govêrno. Queria referir-se o sr. Shepard a governos revolucionários? Se assim era, como admitir, se êstes destituíam os proprietários pela violência, revolucionariamente, o não-protesto daqueles? Enfim, nenhum anarquista jamais pretendeu "impor um sistema" às populações. Tanto é verdade isso, que somos veementemente acusados por nossos ferozes inimigos, os bolchevistas, de não têrmos um "sistema" e não querermos "impor" um regime prêviamente combinado e "cientificamente" formulado<sup>384</sup>.

José Oiticica, portanto, rejeitou o argumento de Shepard de que o anarquismo configuraria um “sistema utópico” por pretender que os proprietários cedessem suas propriedades aos governos de bom grado. Ressaltou que a militância libertária, defensora da revolução social, admite a violência revolucionária como meio de expropriação ante a impossibilidade de os proprietários romperem com seus privilégios voluntariamente. Ademais, seria inconcebível que governos contrariassem os interesses dos proprietários, uma vez que o Estado seria justamente o instrumento político que garantia a perpetuação da propriedade

---

massas”. Assassinou um dissidente de sua organização, Ivan Ivanov. Nechayev se aproximou de Bakunin no mesmo ano e, ainda que inicialmente entusiasmasse o velho anarquista, a ruptura entre os dois se deu pouco depois, em meados de 1870. Ante os contrastes, podemos debater que, embora Kropotkin apresentasse uma feição positiva do niilismo russo – do qual fez parte –, a atuação dos grupos não era necessariamente similares, como evidencia o exemplo de Nechayev. Para mais: SAMIS, Alexandre. “Introdução”. In: KROPOTKIN, Piotr. , op. cit., 2007, pp. 13-14 e CÔRREA, Felipe. , op. cit., 2019, pp. 346-348.

<sup>383</sup> OITICICA, José. “Socialismo e Anarquismo”. **Cidade do Rio**, 1901. Apud \_\_\_\_\_ **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, p. 94.

<sup>384</sup> OITICICA, José. “Socialismo e Anarquismo”. **Cidade do Rio**, 1901. Apud \_\_\_\_\_ **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, pp. 94-95.

privada. Ao encerrar sua crítica, argumentou que os anarquistas jamais procuraram “impor um sistema”, isto é, um modelo de organização social pré-estabelecido. Adiante, destacou que os anarquistas se limitavam a sugerir “‘critérios’ de organização social”, pregando, no entanto, que as comunas se organizassem livremente “dentro de um único princípio, o da propriedade coletiva”<sup>385</sup>.

Em 1929, Oiticica publicou o artigo “Contra o sectarismo”, que também nos possibilita melhor compreender suas concepções sobre o anarquismo e a atuação militante. A ideologia anarquista combatia “a todo transe o despotismo de qualquer feição, o feitorismo de toda casta, tudo quanto lembre mandonismo, chefia, canga, subserviência, dominação física, mental ou moral”. Ademais, repelia “o regime carcerário do capitalismo” e condenava “as fábricas de doutores, padres, militares, homens vasados [sic] num molde único, manequins talhados num só modelo, manipanços cujo enchimento é a mesma palha seca”. Seus princípios não se resumiam ao propósito de emancipar os trabalhadores, mas os “homens”<sup>386</sup>:

Esses principios, nós, anarchistas, applicamo-los rigorosamente na luta pela emancipação dos homens.

E, dizendo "dos homens", firo um ponto essencial do anarchismo. O anarchismo não visa apenas emancipar os trabalhadores, pretende emancipar os homens. Seu problema é muito mais vasto que o de políticos ou socialistas de qualquer feição. Acima da mera emancipação econômica, está certamente a emancipação mental e moral. Além do trabalho livre está o pensamento livre e a acção livre.

Libertar os homens do patrão é muito, mas não é tudo. Cumpre arrancá-los à tutela dos guias, políticos ou religiosos; e à tirania das "morais", criações de opressores para fanatizar escravos<sup>387</sup>.

Oiticica considerava a emancipação econômica insuficiente para os propósitos anarquistas. Não bastava emancipar os trabalhadores do jugo da exploração capitalista: se fazia necessário, também, romper com outras formas de dominação, que interferiam, entre outras coisas, no “pensamento” e na “ação”. Mais do que a libertação em relação ao patrão, era preciso lutar pelo fim da “tutela dos guias, dos políticos ou religiosos”. O excerto não demonstra ausência de uma perspectiva classista: evidencia, na verdade, coerência com o que historicamente era defendido pelos libertários. O classismo anarquista se define, basicamente, pela crítica às relações de dominação – a exploração econômica constitui uma das facetas dessa lógica. Ao considerarem a existência de uma relação de interdependência entre o Estado e o capitalismo, os anarquistas defendiam que as classes dominantes não eram constituídas apenas pelos detentores dos meios de produção, abrangendo, também, tanto os que possuem os “meios de coerção” quanto os de “administração” – militares de alta patente, políticos e burocratas, por

---

<sup>385</sup> Ibid., p. 95.

<sup>386</sup> OITICICA, José. “Contra o sectarismo”. *Acção Directa*, n. 3, 10 jan. 1929, p. 1.

<sup>387</sup> OITICICA, José. “Contra o sectarismo”. *Acção Directa*, n. 3, 10 jan. 1929, p. 1.



exemplo. Os religiosos, por exercerem influência nos campos ideológico e simbólico, também são incluídos no segmento dominante<sup>388</sup>. Há, portanto, entre os libertários, no geral, uma noção ampla de classe social, a qual Oiticica apresentou em seu texto.

Além de apresentar os propósitos anarquistas, o professor libertário se mostrou crítico ao “sectarismo” que pautaria a militância:

Mal compenetrados dessa concepção de liberdade, vários anarquistas lamentam as divergências de atuação entre anarquistas. Peor ainda, lêmfreqüentemente acusações de anarquistas individualistas a anarquistascomunistas, e anarcho-sindicalistas a extra-sindicalistas, etc., etc.

Todos esses ataques e lamentações revelam a tendência sectarista milernamente entranhada nos homens. Por mais que estudemos, aprendamos, eduquemos o espírito, a pressão tradicional é tão forte, o meio ambiente, todo dogmático, regrista, engaiolante, é tão rígido, que dificilmente conseguimos safar-nos dessas determinantes poderosas<sup>389</sup>.

Diferente dos “vários anarquistas” que lamentavam as “divergências de atuação” entre os militantes libertários, Oiticica reforçou que as distintas perspectivas e debates que pautavam o anarquismo configurariam um sinal de sua vitalidade:

Pessoalmente, ao contrário, vejo nessas várias tendências anarchicas o melhor signal de vida do anarchismo. Todos os homens não podem ver as coisas do mesmo modo, nem resolver os problemas pelo mesmo processo.

A transformação social é um problema com soluções múltiplas. Nós, anarquistas, apresentamos a nossa. Porém, não a apresentamos do mesmo modo. A beleza da nossa concepção e a superioridade do nosso método estão positivamente nessa multiplicidade de meios, todos conducentes a um mesmo fim.

Seja pois cada tendencia livre na execução do seu modo de entender a solução final. Todas as águas affluentes irão dar na mesma foz<sup>390</sup>.

As divergências entre os anarquistas, portanto, não deveriam ser encaradas como um aspecto negativo, mas sim como algo valoroso, pois a “multiplicidade de meios” conduziriam “a um mesmo fim”. A transformação social demandada não passaria pela solução exclusiva de determinada concepção. É interessante notar que, neste momento, José Oiticica parece mais tolerante, em alguma medida, com o chamado “anarquismo individualista”, por ele criticado em 1915 durante o debate com Silva Marques<sup>391</sup>. Posteriormente, desenvolveu sua concepção do que seria o “verdadeiro anarquista”:

O verdadeiro anarchista, penso eu, aquelle que se libertou totalmente do preconceito sectarista, collabora em todos os grupos, atua em qualquer tendencia.

---

<sup>388</sup> CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2015, pp. 150-154.

<sup>389</sup> OITICICA, José. “Contra o sectarismo”. **Acção Directa**, n. 3, 10 jan. 1929, p. 1.

<sup>390</sup> OITICICA, José. “Contra o sectarismo”. **Acção Directa**, n. 3, 10 jan. 1929, p. 1.

<sup>391</sup> Retomando pontos do capítulo anterior referentes ao debate entre Oiticica e Silva Marques, o anarquista, defensor da concepção comunista, argumentara que o anarquismo individualista estava “quase inteiramente abandonado”. Ademais, qualificou os “chamados anarchistas individualistas a Stirne” de serem, no fundo, “ferozes burguezes que, se pudessem reunir-se em sociedade, arranjariam um systema de ultra-capitalismo inclemente e catastrophico [sic]”. Citando, novamente, as referências: OITICICA, José. “Terceira carta ao Dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, 23 set. 1915, p. 1; OITICICA, José. “Quarta carta ao Dr. Silva Marques”. **Na Barricada**, 07 out. 1915, p. 1.

Mais ainda, coopera com os não-anarchistas onde quer que a acção deles incremente a opposição revolucionária.

Assim, é anti-clerical com os anti-clericales. é democrático na defesa dos princípios liberais contra os reaccionários; está com os bolchevistas, sempre que estes reivindicarem direitos; reforça a ala anti-militarista, ainda que os anti-militaristas sejam burguezes; colabora com a escola moderna racionalista, conquanto não seja ella senão reformista; anima os teosophos na propaganda fraternista, os naturalistas na extirpação dos vícios, o próprio Estado burguez na sua luta contra a Igreja.

Não proceder assim, seria confinar-se no sectarismo e negar, nos actos, a doutrina anarchista, essencialmente anti-sectaria<sup>392</sup>.

José Oiticica admitia, consequentemente, a possibilidade de alianças táticas com outros grupos e correntes políticas quando possíveis. Entre os exemplos apresentados, podemos citar o tradicional alinhamento dos anarquistas com os anticlericais e até uma hipotética aliança com os bolchevistas, apesar das inúmeras discordâncias e disputas políticas. O próprio Estado burguez, embora inimigo dos anarquistas, poderia ser um aliado momentâneo ante a Igreja. Interessante notar, também, a defesa que Oiticica fez de aproximações com os teosóficos na “propaganda fraternista” e com os “naturalistas na extirpação dos vícios”. Não parece se tratar de acaso: é significativo lembrar que, conforme as evidências apontam de forma mais substancial a partir da década de 1930, o anarquista passou a integrar a Fraternidade Rosa Cruz – possivelmente se aproximando de suas doutrinas nos últimos anos da década de 1920. Além disso, ele era vegetariano e um incisivo crítico dos “vícios” – como o alcoolismo e o tabagismo –, encarados como instrumentos do capitalismo para entorpecer os trabalhadores<sup>393</sup>.

Apesar dos esforços de propaganda e de esclarecimento, o jornal foi interrompido ainda no primeiro semestre de 1929<sup>394</sup>. Dificuldades financeiras e problemas ocasionados pela repressão eram uma tônica na imprensa anarquista; no entanto, esses não foram os únicos fatores que contribuíram para a interrupção: no mesmo ano, José Oiticica saiu do Brasil rumo a Hamburgo (Alemanha) para lecionar língua portuguesa na universidade local com um contrato de cinco anos<sup>395</sup>.

---

<sup>392</sup> OITICICA, José. “Contra o sectarismo”. *Acção Directa*, n. 3, 10 jan. 1929, p. 1.

<sup>393</sup> Cristina Figueira analisou de maneira mais detida tanto a participação de Oiticica na Fraternidade Rosa Cruz quanto suas concepções a respeito do vegetarianismo e do combate aos vícios, o que refletia uma atmosfera de regeneração social, que fomentou a adesão de parte dos intelectuais às teorias higienistas. Consultar FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., pp. 28-29; 107.

<sup>394</sup> Esse período pode ser considerado a “primeira fase” do jornal *Ação Direta*, que será retomado somente a partir de 1946.

<sup>395</sup> CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

## CAPÍTULO 3: A MILITÂNCIA PERSISTENTE: DA ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS À RETOMADA DEMOCRÁTICA

### 3.1 UM MILITANTE VIGIADO: JOSÉ OITICICA EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DO PERÍODO

A organização dos trabalhadores e o projeto político da militância anarquista se depararam com novas condições a partir da década de 1930. A quebra da bolsa de valores de Nova York, ocorrida em 1929, afetou diretamente o setor produtivo nacional: no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, centenas de fábricas decretaram falência; no restante do país, o índice de desempregados foi superior a um milhão. Além das atividades urbanas, a crise também atingiu o setor agrícola, resultando na queda dos preços do café e impedindo a continuidade do programa de estabilização que o governo Washington Luís implementava paulatinamente<sup>396</sup>.

Politicamente, o pacto que vigorava entre as oligarquias dominantes dava sinais de falência: os grupos políticos de São Paulo e de Minas Gerais, que tradicionalmente se revezavam na presidência da República, já não estavam alinhados em seus propósitos. Ainda em 1929, Washington Luís, em vez de indicar um mineiro para sua sucessão, optou pelo paulista Júlio Prestes, integrante do Partido Republicano Paulista (PRP) e presidente do estado de São Paulo. A opção desagradou os grupos políticos de Minas Gerais, que formaram, juntamente com as forças políticas da Paraíba e do Rio Grande do Sul, a Aliança Liberal – cujo candidato foi Getúlio Vargas. Apesar da vitória de Prestes nas eleições de março de 1930, o resultado foi contestado. Os grupos que integravam Aliança Liberal se aproximaram dos tenentes e das camadas médias urbanas, descontentes com a política oligárquica. O assassinato de João Pessoa em julho o transformou em mártir – mesmo que as razões do crime tenham sido passionais. Em outubro, uma revolta armada resultou na deposição de Washington Luís, sucedido pelo então candidato derrotado Getúlio Vargas, que assumiu a partir de novembro<sup>397</sup>.

Constituindo a confluência de diferentes forças políticas sob a administração de Getúlio Vargas, a chamada “Revolução de 1930” foi ideologicamente justificada por seus apoiadores como um rompimento com a “trágica experiência liberal” da Primeira República. Esse processo

---

<sup>396</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 404.

<sup>397</sup>Ibid, pp. 403-407.

se completaria a partir de 1937, com instauração do Estado Novo, período ditatorial que vigorou até 1945. O liberalismo seria estranho à tradição brasileira; o novo projeto de Estado, de viés mais centralizador – e abertamente autoritário a partir de 1937 – ensejava, também, a combinação da construção de uma nacionalidade, de desenvolvimento econômico com intervenção do Estado e uma cultura política conservadora<sup>398</sup>.

Em meio à efervescência política ocasionada pelos eventos de outubro de 1930, José Oiticica, até então na Alemanha, precisou retornar ao Brasil. Embora tivesse assinado um contrato de cinco anos para lecionar na Universidade de Hamburgo, o ministro Francisco Campos, do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ordenou que voltasse. Tratando o ministro jocosamente por “Chico Ciência”, o anarquista relatou o episódio em sua entrevista para *O Cruzeiro*:

– Fui para lá em 1929, com um contrato de cinco anos. Em 30, veio a Revolução (uma revolução como as outras, não resolveu coisa nenhuma). Criou-se o Ministério da Educação e o Ministro Chico Ciência mandou-me voltar. Os alemães e os diplomatas brasileiros tentaram tudo para que eu ficasse. O Ministro, porém, foi intransigente: "Apresente-se". Quando me apresentei, perguntou-me –: "Então, Professor, que é que o Senhor fazia em Hamburgo?". Dei-lhe parte do que fizera no Congresso de Americanistas de 1929 e das 16 conferências que realizara, além dos cursos regulares que dera na Universidade. "Ora, então o Senhor devia ter ficado..." – concluiu o excelente Ministro<sup>399</sup>.

O retorno de Oiticica se deu no início de uma nova conjuntura para os trabalhadores e para a militância do campo da esquerda. A década de 1920 foi permeada de intensa repressão; além do fechamento de jornais e de organizações, militantes sucumbiram nas prisões ou desterrados na hostil Clevelândia. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) no final de 1930, iniciou-se a difusão do modelo do sindicato oficial, reconhecido e tutelado pelo governo. Seus objetivos eram evidentes: as entidades sindicais se tornariam interlocutoras “dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais”. A nova legislação sindical, que começou a se delinear a partir de 1931, possuía um caráter de “colaboração de classes”, reduzindo enfrentamento visível nas décadas anteriores. As organizações sindicais autônomas, inicialmente, competiram com os sindicatos oficiais; anarquistas, comunistas e trotskistas se mostraram críticos à adesão dos sindicatos à estrutura determinada pelo governo<sup>400</sup>. O estabelecimento de uma Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1933, entretanto, serviu de estímulo para que

---

<sup>398</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., pp. 193-196.

<sup>399</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai. 1953, p. 42.

<sup>400</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. , op. cit., pp. 63-66.

comunistas e trotskistas considerassem a adesão ao sindicalismo oficial: em sua composição, estava prevista a participação de deputados classistas, eleitos tanto como representantes dos trabalhadores quanto do patronato. Os anarquistas, avessos à disputa parlamentar, mantiveram sua posição de resistência à submissão ao MTIC<sup>401</sup>.

A repressão da última década e as disputas políticas com comunistas e cooperativistas foram fatores contributivos para o enfraquecimento da militância libertária no Rio de Janeiro. Na década de 1930, alguns anarquistas estabelecidos em terras cariocas passaram a direcionar parte de suas forças colaborando com a militância paulista, onde os libertários ainda mantinham atuação organizada. No período, São Paulo contava com a Federação Operária de São Paulo (FOSP); um Comitê Antifascista; o Centro de Cultura Social (CCS) e a circulação de jornais como *A Lanterna* e *A Plebe*. José Oiticica foi um deles: suas visitas a São Paulo, bem como a troca de correspondência com militantes paulistas, ao longo da década, tornaram-se relativamente frequentes<sup>402</sup>. Em carta datada de 11 de maio de 1931, com destinatário rasurado (e ilegível), o professor anarquista destacou sua disposição revolucionária, bem como seu entusiasmo com o ressurgimento do movimento anticlerical e mesmo a ideia de se criar uma “Liga feminina do livre-pensamento”:

Pela carta de um camarada de São Paulo o Laavedra [sic] soube do renascimento anárquico lá. Bravos! Prontifiquei-me logo a vir, na na [sic] segunda quinzena de junho, fazer quantas conferências possa. Já debes ter sabido dessa resolução. Escrevete hoje sôbre o movimento anticlerical aqui e aí. A Liga Anticlerical ressurgiu dos mortos com a agitação contra o ensino religioso. Há formidável entusiasmo que não devemos desaproveitar. Na última sessão, lembrei a necessidade urgente de tirarmos quanto antes, nosso semanário, a velha Lanterna, de saudosíssima memória. Tirava-se em S. Paulo. Resta saber onde se poderá tirar mais depressa, se aqui se aí. Se vocês tiverem possibilidade de a tirarem imediatamente, nós enviaremos recursos. Em caso contrário lembro que fundem, o quanto antes, uma liga anticlerical paulista onde se coordena o movimento anticlerical de S. Paulo. Não é preciso explicar-te como fará isso. Urge cavar recursos, apesar do câmbio a 3, e enviá-los quanto antes ao nosso tesoureiro José Simões.

Como ainda não temos sede própria podes enviar-me tudo para a Avenida Passos, 25, livraria. Importa, além disso, mover as mulheres livre-pensadoras. Cogitamos aqui de uma Liga feminina do livre-pensamento.

Recomenda-me ao Edgard [Leuenroth].

Escreve-me logo. Estou com todas as caldeiras revolucionárias acesas. Tremei Roma!

Saúde e Revolução  
do camarada José Oiticica<sup>403</sup>.

Para Oiticica, a articulação com São Paulo era fundamental, uma vez que soube de seu “renascimento anárquico”. Lembrou, também, da necessidade de retomar o jornal *A Lanterna*, cuja publicação era em São Paulo e no qual colaborou na década de 1910. Embora os

<sup>401</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., pp. 167-168.

<sup>402</sup> SAMIS, Alexandre. , op. cit., 2004, p. 174.

<sup>403</sup> Carta com destinatário rasurado, 11 mai. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

anarquistas encontrassem dificuldades na conjuntura que se apresentava, procuraram formas de atuar politicamente. Além disso, não deixaram de ser considerados ameaças em potencial: Oiticica, por exemplo, foi monitorado pela polícia paulista – a própria carta aqui apresentada, encontrada em um prontuário, foi interceptada pelas forças de repressão.

Conforme afirmado na carta, em junho de 1931, o anarquista esteve em São Paulo para ministrar conferências. Dois ofícios internos da polícia local, datados dos dias 23 e 28 e assinados por um sujeito chamado Antonio Ghioffi, apresentam uma minuciosa descrição das temáticas abordadas nos eventos<sup>404</sup>. No primeiro documento, Ghioffi, ao reconhecer que a “ação intelectual” de Oiticica irradiava tanto entre a “população obreira” quanto às “mais altas camadas”, afirmou que seu objetivo, em São Paulo, era estudar a situação política do estado. De acordo com o agente, Oiticica teria informado a existência de um plano revolucionário no Distrito Federal, englobando tanto civis quanto militares. O movimento contaria, ainda, com a participação do Partido Democrático (PD) local e o general Isidoro Dias Lopes, que participou do levante de 1924:

Informa o dr. José Oiticica que na Capital Federal existe, no momento, um movimento revolucionario em preparação, delle tomando parte os elementos civis e militares.

Não escapa a esse preparo, seguindo se deprende [sic] dessas declarações, o Partido Democrático e o próprio general Isidoro Dias Lopes.

Os elementos que fazem parte desse preparo revolucionario, solicitaram o concurso do dr. José Oiticica, que accederia conhecendo primeiro os propositos dessa revolução em gestação e ainda o valor dos homens que do mesmo possam participar.

Oiticica parece que não concordou com as theses que serviam de moldura a esse projecto, e pediu autorização para apresentar um outro, o que foi feito mais tarde, resumido em um esboço de Constituição, e que, eu supponho, pela forma da mesma, seja uma especie de projecto de Republica Federalista no systema de Pi y Margal, pelo qual se batem actualmente os extremistas hespanhoes<sup>405</sup>.

O programa revolucionário não teria satisfeito o militante libertário, que se comprometeu a escrever outro – por suposição de Ghioffi, uma espécie de “Constituição”, baseada no federalismo do espanhol Francisco Pi y Margall, durante a Primeira República Espanhola. Sua hesitação seria um dos motivos para a ida a São Paulo, pois gostaria de ter melhor entendimento sobre a situação política do estado vizinho. Um movimento equivocado “seria prejudicial sob todos os pontos de vista, principalmente para a população laboriosa e as

---

<sup>404</sup> José Oiticica não foi o único militante monitorado por Antonio Ghioffi. Segundo Tiago Bernardon de Oliveira, o agente em questão tinha conhecimento das “diferenças de orientação entre os diversos grupos” da esquerda, apresentando as distinções em dois grandes blocos: anarquistas e comunistas. Esses blocos estariam subdivididos, respectivamente, em duas correntes cada: anarquistas e anarcossindicalistas; stalinistas e leninistas-trotskistas. Para Ghioffi, essas divisões eram positivas para neutralizar tanto a agitação operária quanto “a expansão das atividades daqueles que eram considerados os principais perigos – Partido Comunista, A Confederação Geral do Trabalho e a Federação Regional Sindical (de SP)”. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. , op. cit., p. 206.

<sup>405</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 23 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

classes pobres”. Se suas “previsões” se confirmassem, entretanto, teria defendido que os anarquistas tomassem parte na luta ao lado das “correntes políticas e sociais que ofereçam maiores garantias de liberdade”<sup>406</sup>.

O agente procurou expor ao delegado responsável, portanto, uma movimentação revolucionária para subverter a ordem vigente na capital federal. O movimento aglutinaria forças políticas relevantes na conjuntura dos últimos anos, como militantes da esquerda e participantes do tenentismo. Não houve registro de uma conflagração no Rio de Janeiro; em julho de 1932, os paulistas, por sua vez, com a participação do mencionado general Isidoro Dias Lopes, realizaram sua revolta contra o governo federal. Ghioffi, no entanto, não parece equívocado em seu relato: o “movimento revolucionário em preparação” não era totalmente desconhecido no período. Em novembro de 1932, o jornal carioca *A Batalha* publicou o seguinte informativo sobre o “Primeiro Congresso Revolucionário do Brasil”:

Sob a presidência do major Juarez Tavora realizou-se, hontem, mais uma sessão nocturna do Primeiro Congresso Revolucionario que se reúne nesta capital, no edificio da antiga Camara dos Deputados, sob os auspícios da Legião Cinco de Julho.

Falaram numerosos oradores, entre os quaes o major Tavora e o sr. José Oiticica, decorrendo os debates bastantes agitados em torno da denominação do partido politico que ali se pretende organizar<sup>407</sup>.

Os participantes do Congresso tinham como um dos propósitos, portanto, organizar um partido político. A nota destaca dois oradores: Juarez Tavora – que participou da Revolta de 1924 e da Coluna Prestes na década anterior e apoiou a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 – e José Oiticica. O destaque a ele concedido evidencia sua notoriedade no período, bem como a possível importância nas discussões políticas. É significativo destacar que, conforme o relato do agente Ghioffi, o anarquista tinha parte nos planos revolucionários, ainda que hesitasse por discordar de alguns pontos.

Durante os debates, o Congresso agrupou distintos grupos políticos. Além da citada Legião Cinco de Julho, participaram organizações como a Legião Paranaense, o Partido Liberal Socialista, o Partido Popular Progressista (ambos de São Paulo) e mesmo a Ação Integralista Brasileira (AIB) – que não aderiu às deliberações, abandonando a reunião<sup>408</sup>. A Legião Cinco

---

<sup>406</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 23 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>407</sup> “Primeiro Congresso Revolucionario do Brasil”. *A Batalha (RJ)*, n. 898, 18 nov. 1932, p. 2.

<sup>408</sup> Não há indícios da presença de organizações anarquistas, embora José Oiticica seja citado, desde 1931, como participante dos debates referentes ao projeto revolucionário. Podemos supor, aliás, a julgar pela conjuntura de então e o apelo que o professor tinha entre seus pares de militância, que ele não foi o único a participar das discussões ou que, pelo menos, outros anarquistas considerassem válida a participação. Para mais: LEGIÃO CINCO DE JULHO (Legião Cívica Cinco de Julho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/legiao-civica-5-de-julho>>. Acesso em 11 dez. 2019.

de Julho teve destaque no processo, como a nota parece indicar<sup>409</sup>. Seu programa político foi apresentado, revelando as seguintes intenções:

[...] Entre elas figuravam a difusão ampla e uniforme da instrução pública, cuidando em especial da educação profissional e cívica; a atribuição ao Exército da instrução cívica e do fabrico do material bélico e militar; a sanção de leis sociais de proteção às classes proletárias e trabalhadoras em geral; **a sindicalização das classes**; o **cooperativismo**; a introdução do imposto territorial progressivo; a extinção do latifúndio, tornando-se a terra acessível a todos; a adoção do regime parlamentar, e a formação em São Paulo de um governo estadual civil e revolucionário [grifos nossos].<sup>410</sup>

Ao final, 95 delegações apoiaram a formação de um partido político de viés socialista, cujo programa seria resultante das teses aprovadas no Congresso. Foi deliberada, então, a criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>411</sup>, que defendia bandeiras como as expostas no programa sugerido pela Legião Cinco de Julho. Essa organização política pode ter significado um ponto de ruptura entre José Oiticica e a “articulação revolucionária” em construção. Crítico, enquanto anarquista, da ação política na esfera parlamentar, questionou, inclusive, em carta aberta, a proposta de “sindicalização das classes”, expondo o que considerava seus limites. Afirmando que o “sindicato proletário” era um “órgão de luta”, ele surgiria sob dois fatores: “o sentimento proletário de defesa econômica e a mentalidade proletária de insurreição”<sup>412</sup>. Prosseguiu:

Coagir, pois proletários a ingressar em sindicatos, sem uma eficiente propaganda revolucionária livre, propaganda contra o Estado burguês, contra o regime dos trabalhadores para uma emancipação mais ou menos próxima de todos; alistar mecanicamente camponeses numa associação, para que elejam "representantes" a um parlamento burguês, necessariamente antiproletário, é uma dessas ridicularias calvamente maquiavélicas ou jesuíticas, que o proletariado consciente vaia e desmoraliza com dois safanões e um "fiau" bem prolongado<sup>413</sup>.

Para Oiticica, o processo de sindicalização e de associação dos trabalhadores não poderia se constituir de forma mecânica, demandando, entre outras coisas, uma “propaganda revolucionária livre”, contrária ao “Estado burguês” e em oposição ao “regime dos trabalhadores”. A eleição de “representantes a um parlamento burguês, necessariamente

---

<sup>409</sup> Criada em 1931 e sediada no Rio de Janeiro, a Legião Cinco de Julho integrou o processo de fundação de “legiões revolucionárias” em diferentes territórios do país, sob a liderança dos “tenentes”. Foi um dos instrumentos por eles utilizados para combater a proposta de reconstitucionalização do Brasil, defendida por setores paulistas quando da eclosão do movimento de julho de 1932. No momento da revolta, portanto, zelou pela manutenção do governo provisório de Getúlio Vargas. Para mais: CALICCHIO, Vera. Legião Cinco de Julho (Legião Cívica Cinco de Julho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/legiao-civica-5-de-julho>>. Acesso em 11 dez. 2019.

<sup>410</sup> Ibid.

<sup>411</sup> “Grande Congresso Revolucionário”. **Correio da Manhã**, n. 11648, 25 nov. 1932, p. 3.

<sup>412</sup> RODRIGUES, Edgar. **Os libertários**: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco e Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR Editores associados, 1993b, p. 57.

<sup>413</sup> Ibid, p. 57.



antiproletário” foi criticada pelo professor, que, coerente com as perspectivas anarquistas, desconsiderava a disputa pelo Estado como uma estratégia válida para a emancipação dos trabalhadores. Ao final, recomendou a dissolução do PSB, estipulando posições que consistiriam em credenciais do “revolucionário genuíno”:

[...] se sois amigos do proletariado, reconsiderai vosso ato, dissolvi o vosso rançosíssimo Partido Socialista, riscai do vosso programa a tal sindicalização por decreto e a vossa representação de classe, e fazei-vos anti-socialistas, antiburgueses, antiparlamentaristas, anticlericais, anti-estadistas, todos os antis que caracterizam a revolta presente e são credencial única do revolucionário genuíno. Se não tendes coragem disso tende ao menos a franqueza de vos declarades tais quais sois: socialistas por moda ou... por esperteza.

Retomando o ofício produzido por Antonio Ghioffi em 1931 com o propósito de vigiar José Oiticica, questões pertinentes à luta dos trabalhadores também foram pautadas quando de sua estadia em São Paulo. Em relação ao “movimento social” local, o agente teria afirmado que, segundo o anarquista, a organização dos trabalhadores paulistas, bem como seus congressos, pouco impactaram a militância carioca, em franca dificuldade organizativa. O professor esteve em contato com trabalhadores sindicalizados, acompanhando pessoalmente a assembleia dos sapateiros e dos padeiros, por exemplo<sup>414</sup>.

As conferências ministradas também foram detalhadas pelo agente. Antes de iniciá-las, Oiticica teria feito uma “palestra operaria, estudando o valor da organização syndical, tomando este valor do ponto de vista apolítico. Nesse sentido, criticou o syndicalismo operario que serve de campo à exploração dos politikeiros”<sup>415</sup>. Em contraposição aos sindicatos operários submetidos à exploração política, portanto, exaltou o princípio da neutralidade sindical – apoiado pela militância anarquista e consagrado no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906). Em seguida, tratou das dificuldades que a classe trabalhadora carioca vinha enfrentando para se organizar, estabelecendo uma diferenciação na atuação estatal nos dois locais: enquanto no Rio de Janeiro a repressão e o controle das organizações estavam fortalecidos, em São Paulo haveria maior liberdade de atuação, ainda que relativa:

Emseguida [sic], passou a estudar a condição do proletariado carioca, que, no dizer do orador, encontra-se em situação peor que quando governava Bernardes. Disse que São Paulo actualmente no resto da Federação era um Estado privilegiado, pois que, conforme comprovou de perto, existe aqui uma relativa liberdade de acção, e que si esta não era mais intensa devia-se, em primeiro lugar, à pressão xercida [sic] pelo governo central, a ponto do chefe de Polícia do Rio de Janeiro, dr. Baptista Luzardo,

---

<sup>414</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 23 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>415</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 23 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

solicitar às autoridades de São Paulo a prisão de militantes operários, aqui residentes, e que a polícia de São Paulo, para felicidade de todos, não tinha dado atenção<sup>416</sup>.

Nesse sentido, o professor libertário destacou o aspecto fundamental do apoio dos trabalhadores de São Paulo aos do Rio de Janeiro, que estavam impedidos de se reunir e tampouco poderiam “tratar de suas questões, porque o dr. Baptista Luzardo impede qualquer tentativa de associação, e o ministro do Trabalho só permite existência gremial quando legalizada na forma que ele autoriza”. O objetivo de Lindolpho Collor, então ministro, para Oiticica, era transformar os sindicatos em “elementos eleitoraes”, pois o político alimentaria a pretensão “de ser o futuro presidente da República”<sup>417</sup>.

As conferências foram temáticas. A primeira, intitulada “As queixas de Trotsky”, remeteu a críticas do revolucionário russo à URSS, então sob o comando de Josef Stálin. Para Oiticica, Trotsky se opunha à política e à economia do governo soviético não pelos “erros de princípio” cometidos pelo Partido Comunista, como a perseguição aos adversários políticos: seu problema era a sua forçada ausência “da direcção do Partido e do governo da Russia”<sup>418</sup>. O anarquista teria acusado o “ídolo cahido” de não possuir nenhuma crítica original à URSS, reproduzindo, na verdade, o que era dito pelos ocidentais:

Lê uma declaração de Trotsky contra o plano quinquenal, apontando erros de capacidade technica, dizendo que a capacidade de producção do povo russo está em desaccordo com as conclusões arithmeticas do plano economico dos sovietes.

Economistas allemães, principalmente, e ingleses e americanos, longe do theatro dos acontecimentos, tiveram a mesma previsão, ou Trotsky teve a visão delles.

Diz que as queixas de Trotsky foi a [sic] queixa do mundo occiden/tal, que elle a tomou para si, de certo para impressionar a sensibilidade dos povos latinos, que deveriam internacionalmente advogar a sua causa de ídolo cahido<sup>419</sup>.

Além das críticas a Trotsky, Oiticica teria criticado o próprio comunismo em alguns momentos do discurso. A realização de um histórico “do triumpho do partido bolchevista” sobre seus adversários políticos – sociais-democratas, socialistas revolucionários e “cadetes mencheviques” –, marcaria o início da palestra, além de apontar os “meios illicitos que Trotsky e Lenine usaram, principalmente por ocasião do congresso dos camponeses, em pleno movimento da revolução de outubro, em 1917”. Apontando os comunistas como “herdeiros directos do marxismo”, teria afirmado que estes “sempre usaram como arma de luta para o

---

<sup>416</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>417</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>418</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>419</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

triumpho de suas ideias da calúnia e o derrotismo” – retomando a dissidência entre Bakunin e Marx durante os anos da AIT<sup>420</sup>. Prosseguiu:

O comunismo como doutrina social é a da mais valia nos domínios autoridade. Fatalmente no exercício della, sem desmentir o principio de que o homem é um producto do meio em que vive, devia resultar a pratica do arbitrio absoluto.

O criticismo libertário, fundamentado no exercicio amplo da liberdade, [ilegível] o regimen de opressão que existia na Russia.

O comunismo tinha fracassado não somente na parte moral de sua doutrina, no seu conceito de liberdade, mas também na economia.

A Rússia, atravez do bolchevismo, caminha para a direita socialista. Na Allemanhaelle teve occasião de falar com representantes sovieticos, e tinha percebido que o marxismo, apesar de ser a escola de onde se deriva o seu comunismo, era desconhecido por elles fazendo apenas uso de um nome para encobrir as mazellas de um regimen<sup>421</sup>.

Valendo-se, inclusive, de sua experiência na Alemanha para embasar os argumentos, o professor anarquista teria defendido que o comunismo fracassara não apenas moralmente, mas economicamente também. O bolchevismo, representante do comunismo na Rússia, se utilizaria da herança marxista apenas como artifício para “encobrir as mazellas de um regimen”. Seu discurso, aparentemente, não foi bem recebido por todos os presentes: Aristides Lobo, comunista e ex-aluno de aluno de Oiticica, alegou que o professor “desconhecia por completo a história da revolução russa”. Adiante, teria acrescentado que os anarquistas sofriam de “russophobia, esquecendo que no Brasil” os líderes da “vanguarda do proletariado” eram deportados. Oiticica teria replicado que o Brasil não era o “paraíso bolchevista, e que si reaccionario é Baptista Luzardo, mais reaccionarios foram Trotsky e os seus comparsas”<sup>422</sup>. As tensões entre anarquistas e comunistas, adversários políticos, prosseguiram mesmo na adversa conjuntura dos anos 1930.

A segunda conferência, por sua vez, focou na atuação de Nestor Makhno<sup>423</sup>, revolucionário ucraniano de orientação anarquista. Segundo o relato, José Oiticica teria abordado o histórico do movimento makhnovista, que combateu os grupos políticos que desejavam a restauração monárquica durante a Revolução Russa. Com preocupação didática, iniciou a palestra apresentando um mapa da Ucrânia – desenhado por ele próprio –, além de “copiosa documentação tirada dos arquivos de Nestor Makhno”. Lutando pela independência

---

<sup>420</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>421</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>422</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>423</sup> Para um estudo aprofundado sobre a atuação de Makhno e a história do Movimento Makhnovista na Ucrânia, recomenda-se: ARSHINOV, Piotr. **História do Movimento Makhnovista (1918-1921)**. São Paulo: Entremares; Faísca, 2017.

ucraniana, Makhno estabeleceu, aos poucos, os princípios anarquistas como práticas de organização social, o que teria desagradado os bolcheviques, que estavam num processo de centralização do poder:

A vida social e política da Ukraina durante mais de um anno, foi uma vida social livre. Os ucranios não aceitavam imposições do governo central russo, e os agentes bolchevistas para lá destacados foram sempre repellidos pelas communas nessa região organizadas [sic].

no [sic] 4º Congresso dos camponeses, reunido para tratar da defesa territorial, não [ilegível] da defesa da Pequena Russia, mas também da Grande Russia, o governo bolchevista enviou um ultimatum ao congresso collocando fora da lei todos aquellos que participassem dessa reunião, pedindo também a prisão de Makhno e de seus companheiros.

O congresso resistiu ao ultimatum, e organizou sob a direção de Makhno a defesa da Ukraina<sup>424</sup>.

Em seguida, Oiticica teria abordado a atuação de Makhno e seu exército na luta contra o Exército Branco, partidário da restauração monárquica. Os bolcheviques teriam ofertado armas e soldados ao revolucionário ucraniano em troca de submissão a Trotsky, o que foi rechaçado. Posteriormente, findado o conflito com os brancos – com vitória para os makhnovistas –, o Exército Vermelho teria atacado as forças de Makhno, que precisou se exilar no exterior devido a ameaças que partiram dos bolcheviques:

Mais tarde, surge uma nova invasão pela Criméa, sendo o chefe dessa expedição o general Wrangel [líder do Exército Branco]. O governo dos soviets, vendo o perigo que corria a Grande Russia, offereceu-se a Makno [sic], com a promessa de facilitar-lhe armas e soldados. Pedia, entretanto, a submissão deste ao generalíssimo Trotsky. Os makhnovistas não aceitaram essa condição, e estabeleceram um tratado com 4 clausulas assignadas pelo governosovietico e Makhno, em que se estipulava a completa autonomia de seção do exercito makhnovista.

Derrotado Wrangel, os bolchevistas atacaram de surpresa as forças makhnovistas que se viram assim obrigados a refugiar-se no estrangeiro. O governo sovietico, aproveitando essa [sic] circunstancias, planejadas pela traição do sempre traidor Trotsky, condemnou Makhno e alguns de seus companheiros à pena capital, solicitando até a extradição desses revolucionários que se encontravam em paizes estrangeiros<sup>425</sup>.

O agente Ghioffi, novamente, afirmou que as palavras de Oiticica não agradaram a todos: a esposa do italiano Oreste Ristori<sup>426</sup> foi crítica às posições do professor libertário em relação aos bolcheviques:

---

<sup>424</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 28 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>425</sup> Ofício ao delegado de Ordem Social, 23 jun. 1931. Prontuário n. 0860 – Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>426</sup> Oreste Ristori (1874-1943) foi um militante anarquista italiano, atuante em diferentes países da América do Sul, como Argentina, Uruguai e Brasil. Neste último, onde se estabeleceu a partir de 1904, passou a editar o jornal *La Battaglia* e, posteriormente, na década de 1920, o *L'Alba Rossa*. Assim como outros anarquistas, foi um incentivador da implantação de Escolas Modernas. Defensor da Revolução Russa, em meados da década de 1930 afastou-se do anarquismo, aproximando-se dos comunistas. Sua companheira à época, citada no excerto, foi a

Ao finalizar a conferencia, a mulher de Oreste Ristori provocou um pequeno incidente. Dizia ella que Oiticica em vez de atacar o governo dos trabalhadores, devia atacar a dictadura fascista de Getulio Vargas, e que atacar á [sic] Russia era muito facil, mas atacar os goderno [sic] "de acá", (a mulher de Ristori é argentina) era mais difficil.

Florentino de Carvalho responde dizendo que os communistas deviam deixar as mulheres em casa e vir elles directamente discutir as questões sociaes. Em vez de ficarem em casa as mulheres, ficavam os homens. Perguntava si era a nova tactica dos bolchevistas no Brasil?.

Uma outra senhora presente, disse á [sic] mulher de Ristori que si não estava contente com a conferencia, não tinha direito a queixar-se, pois que não havia pagado entrada, e que de mais a mais o Largo da Sé era bastante espaçoso e lá podia gritar a vontade.

A postura crítica de Florentino de Carvalho<sup>427</sup> em relação aos comunistas é ilustrativa do seguinte ponto: as discordâncias e as apropriações a respeito do significado dos eventos do processo revolucionário na Rússia ainda eram uma constante entre os anarquistas. Destaca-se no excerto, ainda, sua postura hostil em relação à participação das mulheres no debate político – contraditória com o que, historicamente, a militância anarquista dizia defender.

José Oiticica prosseguiu com suas viagens a São Paulo no sentido de ministrar conferências e se reunir com a militância local. Em 1935, por exemplo, o *Correio da Manhã* anunciou conferência no Centro de Cultura Social (CCS), controlado por militantes libertários. O tema proposto foi “os obstáculos à teoria e à prática do anarquismo”. O professor libertário, portanto, prosseguia, dentro do possível, defendendo abertamente a ideologia anarquista, direcionando parte de suas forças para a “capital bandeirante”. A divulgação das conferências e a maneira respeitosa com a qual Oiticica era tratado sugerem a manutenção do prestígio construído enquanto intelectual e militante<sup>428</sup>.

### 3.2 “O DIA DE IRA SE AVIZINHA”: A MILITÂNCIA ANTICLERICAL DE JOSÉ OITICICA

O anarquista não restringiu a divulgação de suas posições somente aos espaços classistas: na década de 1930, sua militância anticlerical, iniciada nos anos 1910, recobrou fôlego. O jornal *A Lanterna*, histórico instrumento de exposição de posicionamentos

---

argentina Mercedes, que Ristori conheceu na Argentina no início do século XX. Para mais, recomenda-se: ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

<sup>427</sup>Florentino de Carvalho, pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares (1883-1947), foi um anarquista de origem espanhola. De acordo com Dulles, sua conversão ao anarquismo se deu após a leitura do livro “A conquista do pão”, de Piotr Kropotkin, em 1902. Inicialmente trabalhando na Força Pública, posteriormente se tornou estivador em Santos. Foi um notável sindicalista, sendo perseguido pela polícia. Recomenda-se: DULLES, J. W. F. , op. cit., pp. 20-21.

<sup>428</sup> “Uma conferência do professor Oiticica na capital bandeirante”. *Correio da Manhã*, n. 12310, 09 jan. 1935, p. 8.

anticlericais, foi retomado. Em artigo publicado em 1933 no referido periódico, Oiticica discorreu sobre a assinatura do Tratado de Latrão (1929), que finalizou a chamada “Questão Romana” e garantiu a soberania do Vaticano. Segundo o anarquista, uma aliança “de cama e mesa” entre o papa Pio XI e o “reacionarismo metalúrgico e armamentista”<sup>429</sup> do líder fascista Benito Mussolini:

Sua Santidade fez abertamente o que todos nós sabíamos fazer ele ocultamente: aliou-se de cama e mesa ao reacionarismo metalúrgico e armamentista italiano representado pelo seu cometa-mor, Benito Mussolini.

Essa aliança, dadas as condições do acordo e a posição política do aliado, ha de ser **para a vida e para a morte** como a de todos os namorados. Vai ser **para a vida**, quer dizer, para o enriquecimento mútuo, para o enrijamento e garantia dos dois aparelhos de sucção, o fascista e o católico, ambos com suas ventosas terminais aplicadas coercitivamente no costado sanguejante dos trabalhadores italianos.

Vai ser a aliança para a morte, quando, em época talvez não muito longe, a revolta proletária se desencadear na Itália<sup>430</sup>.

A aliança entre o catolicismo e o fascismo – benéfica para ambos –, portanto, constituía mais um instrumento de opressão dos trabalhadores italianos. José Oiticica defendeu, porém, que a aliança ensejaria a própria ruína, uma vez que seria contributiva para a “revolta proletária” na Itália. Prosseguiu:

Então, no reboiço catastrófico, o rancos antifascista conjugado ao rancor antipapal acenderá tochas conflagrantes no palácio Chigi e no Vaticano. Os dois déspotas serão cortados pelo mesmo alfange ou voarão esbarrigados das tripas pela mesma bomba vingadora.

A história nos confirma nessas previsões sinistras. A quasi totalidade dos tiranos pôdres e dos paspalhões emproados tem ruído precipitadamente, aos embates dos aríetes revolucionários. As mesmas armas fabricadas pela metalurgia sanguinária, e em mãos dos pobres postas pelos ricos para lhes defenderem os haveres, hão de servir um dia, por essas mesmas mãos vibradas, para esventrar reis, primeiros ministros, papas e jesuitas, toda a camorra da **alta**, cevados na desgraça alheia e insensíveis, na sua ganancia rapinante, ao chôro secular das multidões famintas.

O **dies irae** [“dia de ira”] se avizinha. Já pregozamos a visão dantesca de uma dança universal de labaredas vivas. Veremos girar, na furia ígnea, cardiais vermelhos, bispos roxos, reis e rainhas purpurinos, entre os hurras vitoriosos da humanidade libertada<sup>431</sup>.

Para justificar suas “previsões sinistras”, recorreu à “história”: quase todos os “tiranos pôdres” e “paspalhões emproados” sucumbiram aos embates contra os revolucionários. Notamos, nesse artigo, uma nova defesa da violência como necessária ao processo revolucionário: as armas, nas “mãos vibradas” dos pobres, seriam instrumento necessário para o combate aos elementos das classes dominantes – “reis, primeiros ministros, papas e jesuítas, toda a camorra da **alta**”. Considerando a erudição de Oiticica, podemos supor que o uso da expressão latina “**dies irae**”, o “dia de ira”, faz uma referência ao hino *Dies Irae*, presente na

<sup>429</sup> OITICICA, José. “E amanhã?”. **A Lanterna**, n. 354, 13 jul. 1933, p. 1.

<sup>430</sup> OITICICA, José. “E amanhã?”. **A Lanterna**, n. 354, 13 jul. 1933, p. 1.

<sup>431</sup> OITICICA, José. “E amanhã?”. **A Lanterna**, n. 354, 13 jul. 1933, p. 1.

*Sequencia* durante as Missas de Réquiem da liturgia católica<sup>432</sup>. O *Dies Irae*, especificamente, engloba a questão do julgamento a que os mortos estariam sujeitos no chamado “Juízo Final”. Aos bondosos, o paraíso; aos das “más obras”, o fogo do inferno. No texto do anarquista, os que seriam submetidos à “fúria ígnea” seriam os “cardiais vermelhos, bispos roxos, reis e rainhas purpurinos”; os julgadores, por sua vez, a “humanidade libertada”.

Como parte de sua atuação anticlerical, José Oiticica, além de publicar artigos no jornal *A Lanterna*, também ministrava conferências na Liga Anticlerical, espaço que frequentava já no início da década de 1910, quando aderiu ao anarquismo. Em agosto de 1933, o jornal publicou a transcrição de um discurso seu proferido na sede da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma sessão comemorativa da morte do escritor francês Émile Zola<sup>433</sup>. Oiticica iniciou destacando a importância de Zola para sua linha política:

Companheiros:

Para nós, extrema esquerda política e anticlerical, Emilio Zola representa um grande porta-voz. O seu valor podemos aquilatá-lo pelo vozear indignado de toda a burguesia hipócrita a cada livro seu epelo gigantesco esforço dos críticos católicos ou catolicoides para destruir ou diminuir a sua obra. Atacam-na por todos os modos, contestam-na com argumentos ociosos e tentam empaná-la com defeitozinhos catados, restriçõezinhas piegas e uma escandalosa má vontade a gosto do ultramontanismo<sup>434</sup>.

É interessante notar que o anarquista, falando no plural, reivindicou a si e aos companheiros como pertencentes da chamada “extrema esquerda política e anticlerical”. O trecho configura mais um elemento ilustrativo de suas concepções em relação à ideologia que professava, localizando-a na tradição da esquerda. Posteriormente, Oiticica destacou o porquê de a obra de Émile Zola ser relevante para os explorados:

Vós, companheiros, lestes todos *Germinal* e bem sabeis o que ha, nessa obra-prima, de verdade exata e de acusação eterna contra os exploradores de homens.

Vós lestes pelo menos **Lourdes** e vistes o que é a exploração jesuíta, mancomunada com a exploração comercial na sua mais horrenda concubinação. E' o processo documentado, flagrante, irretorquível da burguesia capitalista, é o nosso **j'acuse** feito por um grande artista, é o bramido de todo o mundo sofredor, ressoado na voz estentorosa, animada, penetrante, corta na carne e mata sem complacências.

---

<sup>432</sup>Na Idade Média, os versos do *Dies Irae* eram proferidos por meio do Canto Gregoriano. A partir de meados do século XVI em diante, eles, assim como outros componentes da Missa do Réquiem, foram musicalizados diversos compositores, como Duarte Lobo (1565-1646) Leopold Mozart (1719-1787). Especificamente sobre o *Dies Irae*, destacam-se as composições de Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1814), Hector Berlioz (1803-1869) e Giuseppe Verdi (1831-1901). Para mais, recomenda-se TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Exéquias dos séculos XVIII e XIX, a celebração solene da Missa de Requiem e outras práticas rituais católicas em honra aos mortos. **Revista Labirinto**, ano XVIII, v. 29 (jul./dez.), 2018, pp. 306-328. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/3655>>. Acesso em 7 dez. 2019.

<sup>433</sup> Émile Zola (1840-1902) foi um escritor francês, inserido no naturalismo. Publicou diversas obras, sendo o romance “*Germinal*” (1885) bastante difundido entre os libertários por descrever as péssimas condições a que trabalhadores de uma mina de carvão da França eram submetidos, o que resulta, após o contato com ideias socialistas, na organização de uma greve geral. Para mais informações, sugerimos: BORGES, Rilton Ferreira. Émile Zola: a formação de um militante. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 3, n. 1, pp. 253-275, 2014.

<sup>434</sup> “Emilio Zola”. **A Lanterna**, n. 357, 3 ago. 1933, p. 2.

Por isso Emílio Zola foi negado, apequenado, injuriado; mas, no coração de todos os revolucionários, ele será sempre afirmado, engrandecido e glorificado<sup>435</sup>.

Ainda na década de 1930, José Oiticica também participou das discussões da chamada Coligação Nacional Pró-Estado Leigo (CNPEL), fundada em 1931 na então capital federal. O propósito, basicamente, era a defesa da separação total entre a religião e a política<sup>436</sup> – consagrada pelo princípio da laicidade, estabelecido desde a primeira Constituição republicana. O jornal *A Lanterna* divulgou diversas atividades dos núcleos da Coligação – além do Rio de Janeiro, havia núcleos na Paraíba, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, por exemplo. Em carta destinada à Assembleia Nacional Constituinte, a Coligação informou representar “vinte e duas correntes religiosas, sociais e filosóficas do país, representadas em seu quadro por 1902 associações e igrejas”<sup>437</sup>. A participação de Oiticica nas atividades da organização pode ser ilustrada com uma publicação de 1934: no dia 22 de maio, ainda no contexto de elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, os membros se reuniram em assembleia geral para empossar uma nova diretoria. O anarquista, embora não compusesse a seção administrativa, se pronunciou:

A sessão transcorreu animada, contra a atitude dos constituintes propugnadores das emendas religioass [sic]. Fizeram uso da palavra, entre outros, os Srs. coronel Julio Gaertner, Dr. José Oiticica, coronel João Cabanas, sugerindo medidas várias. A sessão foi encerrada [sic] com votos de apoio aos constituintes e políticos que defendem a pureza republicana e a laicidade do Estado<sup>438</sup>.

A CNPEL foi um espaço de intensa atuação de José Oiticica, que participou tanto dos debates de cunho organizativo quanto da propaganda das ideias anticlericais, processo que já desempenhava há anos. Sua propaganda, aliás, não se restringiu ao Rio de Janeiro: eventualmente, visitou o estado de São Paulo com o propósito de ministrar conferências com essa temática. Oiticica, portanto, durante a década de 1930, mantinha uma relação próxima com a militância paulista tanto voltada ao anarquismo quanto à luta anticlerical. Em boletim informativo da secretaria da CNPEL, publicado em *A Lanterna*, fica patente sua atuação enquanto propagandista e membro ativo da organização. O documento informa que Oiticica ministrou uma conferência na Liga Anticlerical de Campinas (SP), além de propor a instituição de comissões de propagandistas itinerantes – o que, aparentemente, ele próprio o era –, ponto que foi aprovado pelo Conselho:

---

<sup>435</sup>“Emilio Zola”. *A Lanterna*, n. 357, 03 ago. 1933, p. 2.

<sup>436</sup> COLIGAÇÃO NACIONAL PRÓ-ESTADO LEIGO (CNPEL), In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/coligacao-nacional-pro-estado-leigo>>. Acesso em 20 jun. 2019.

<sup>437</sup> “A Coligação Nacional Pró-Estado Leigo e a Constituinte”. *A Lanterna*, n. 367, 7 dez. 1933, p. 4.

<sup>438</sup> “A Colligação Pró Estado Leigo”. *O Paiz*, n. 16983, 24 mai. 1934, p. 4.



4º — Na reunião do Conselho Diretor da CNPEL, em 24-12, o sr. dr. José Oiticica, recém-vindo de São Paulo, informou ter realizado uma conferência na sede da Liga Anticlerical de Campinas, tendo notado que dela fazem parte pessoas de vários credos, dispostas a lutar pelo Estado Leigo. Ao mesmo tempo sugeriu que a CNPEL instituisse comissões de propagandistas itinerantes, o que foi aprovado pelo Conselho<sup>439</sup>.

Durante sua militância anticlerical, José Oiticica polemizou com expoentes da Igreja no Rio de Janeiro. Um dos seus principais embates foi com o cardeal Leme<sup>440</sup>, da Arquidiocese local. Segundo Edgar Rodrigues, o professor anarquista satirizava a “estátua do Cristo Redentor”, além de propagar o lema “Ou o Brasil acaba com o jesuitismo, ou o jesuitismo acaba com o Brasil”, incômodo ao religioso. Produziu, ainda, um poema destinado diretamente a D. Leme:

Ao Cardeal

Cardeal, que vida é a tua, meu maroto:  
Comer, beber, dormir e fornicar,  
Sem pensar que teu ronco e teu arrote  
Causam fome e amargura em muito lar!?  
Se Cristo andava de sapato roto,  
Tu não tens o dever de o imitar.  
Também São João passava a gafanhoto,  
E nenhum papa usou de tal manjar!  
Um palácio é melhor que uma baiúca,  
Colchão de paina é o suco em noite fria,  
E uma dama cheirosa ao lado é o Céu.  
Cardeal, sangras a gente mameluca,  
E a pateta não vê que é da sangria  
Que escorre o vermelhão do teu chapéu<sup>441</sup>.

Ao retratar D. Leme, José Oiticica procurou desenvolver sua crítica explorando o que consistiria na hipocrisia do religioso. Cristo e São João são apresentados como figuras que

---

<sup>439</sup> "Coligação Nacional Pró Estado Leigo – Desdobra-se as atividades dos elementos coligados". **A Lanterna**, n. 370, 18 jan. 1934, p. 4. A julgar por uma publicação posterior do mesmo periódico, José Oiticica passou a ministrar conferências na Liga Anticlerical de Campinas com certa frequência. Consultar: “Liga anticlerical de Campinas”. **A Lanterna**, n. 375, 5 abr. 1934, p. 3.

<sup>440</sup> Sebastião Leme de Silveira Cintra (1882-1942) foi um religioso nascido em Espírito Santo do Pinhal (SP). No seminário, formou-se em filosofia e teologia. Entre 1916 e 1921, foi arcebispo das cidades de Olinda e Recife, em Pernambuco. A partir de 1921, o religioso se estabeleceu no Distrito Federal, atuando na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Inicialmente um arcebispo coadjutor, tornou-se cardeal após a morte de D. Arcoverde, o primeiro cardeal da América Latina. Durante o processo que culminou com a queda de Washington Luís, em 1930, D. Leme se recusou a tomar parte em “qualquer movimento revolucionário”. Durante o período de governo chefiado por Getúlio Vargas, o religioso procurou preparar o “movimento leigo para intervir como porta-voz da maioria católica na organização do novo regime político brasileiro”, além de obter concessões do Estado em favor do catolicismo. Politicamente, representando a Igreja, adotou uma postura de neutralidade, evitando se posicionar mesmo em relação à Ação Integralista Brasileira (AIB), que valorizava o catolicismo. Apesar de geralmente rejeitar a inserção do clero na política partidária, tentou manter boas relações entre a Igreja e o Estado, inclusive, quando da instauração da ditadura do Estado Novo. Foi um defensor do ensino confessional, determinado na Constituição de 1934 – e sob protestos dos defensores do ensino leigo. Para mais: SEBASTIÃO LEME DE SILVEIRA CINTRA. In: *Verbetes CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/sebastiao-leme-de-silveira-cintra>>. Acesso em 16 dez. 2019.

<sup>441</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, pp. 55-56.

experimentaram humildes condições, ao passo que o cardeal vivia uma vida de opulência. A riqueza vivenciada pelos religiosos contrastaria com a “fome e amargura” dos mais pobres. Ademais, outros princípios da Igreja seriam contrariados: em vez da castidade, o anarquista sugeriu que D. Leme mantinha relações sexuais, aspecto apresentado em dois trechos: ao mencionar a palavra “fornicar” e a companhia de uma “dama cheirosa”. Por fim, associou o cardeal ao sofrimento da população mais pobre, “a gente mameluca”. Oiticica, aparentemente, utilizou D. Leme como uma personificação da própria Igreja: símbolo de poder, seria um dos instrumentos responsáveis pelas relações de dominação socialmente existentes – aspecto que ilustrou em outras publicações, como ao criticar a aliança entre a Igreja e governo fascista da Itália.

### 3.3 “SOU ANARQUISTA, NÃO COMUNISTA!”: A PRISÃO DE JOSÉ OITICICA DURANTE O ESTADO NOVO

A incisiva militância de José Oiticica dentro dos marcos possíveis da década de 1930 não o deixou impune diante do Estado: assim como nas duas décadas anteriores, amargou certo período nos cárceres do Rio de Janeiro. A polícia local, tal qual sua contraparte paulista, ficou atenta às suas movimentações, acompanhando algumas atividades e verificando seus antecedentes. Um documento reunindo nomes de frequentadores da Fraternidade Rosa Cruz Antiga, datado de 1942 – portanto, já na vigência do Estado Novo –, apresenta uma síntese das concepções que as forças de vigilância sobre o militante:

JOSÉ OITICICA ou JOSÉ RODRIGUES LEITE E OITICICA, brasileiro, filho de Francisco de Paula Oiticica e de Ana Adélia Leite Oiticica, figura aqui registrado como fervoroso adepto do anarquismo, desde 1918. Tomou parte em várias conspirações anárquicas, tendo sido sempre um denotado propagador de tais idéias no meio do operariado. Por êsse motivo, foi preso várias vezes. Na primeira sessão da "Coligação Nacional Pró Estado Leigo", realizada no Teatro República, em 7-9-931, fêz uso da palavra, manifestando-se fervorosamente adepto do Anarquismo, declarando ser o representante do "Partido Anarquista de São Paulo". Em 12-2-933, foi preso quando presidia a uma reunião de caráter anarquista, sendo posteriormente pôsto em liberdade. À vista de tais antecedentes, foi preso em 14-10-937 como medida preventiva de segurança política e social, em virtude da decretação do "estado de guerra". Prestou declarações em Cartório, nas quais mais uma vez reafirmou a sua crença anárquica. Em 31-12-937, foi pôsto em liberdade por determinação do Exmo. Sr. Chefe de Polícia<sup>442</sup>.

Oiticica foi qualificado como um “fervoroso adepto do anarquismo”, utilizando, como referência, o ano de 1918 – possivelmente, por seu envolvimento no já citado episódio de

---

<sup>442</sup> “Informação n. 3.225-3/4”. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

tentativa de uma insurreição anarquista na então capital federal. Era visto como um “denotado propagador de tais idéias no meio do operariado”, uma vez que ministrava diversas conferências e publicou artigos e materiais de propaganda sobre o anarquismo. Especificamente sobre a atuação política da década de 1930, o documento apresenta aspectos interessantes.

A articulação da CNPEL, por exemplo, que teve em Oiticica um de seus entusiastas, foi monitorada pela polícia desde o início. Em sua primeira sessão, datada de 1931, o anarquista tomou a palavra e, na ocasião, teria reforçado suas convicções anarquistas, além de destacar ser um representante do “Partido Anarquista de São Paulo”. Apesar de não constarem referências outras a tal “partido”, tal fato evidencia mais uma vez, conforme anteriormente mencionado, que Oiticica mantinha grande proximidade com a militância libertária de São Paulo – não à toa, viajando periodicamente para realizar conferências, publicando artigos em jornais como *A Lanterna* e trocando correspondências. Ainda em 1931, aliás, um documento referente aos antecedentes dos membros da diretoria da Liga Anticlerical local expôs as seguintes características de José Oiticica:

JOSE LEITE E OITICICA-Dr: prontº 936 OS - Lente do Colegio Pedro II. É anarquista declarado e conhecido, e, como tal, já foi preso várias vezes. Tem publicado vários livros e colaborado em jornais, propagando as suas ideas, assim como, também, realizado conferencias, no mesmo sentido, nos meios operarios<sup>443</sup>.

No esforço de impulsionar a militância, José Oiticica foi preso, em 1933, acusado de presidir uma “reunião anarquista”, sendo posteriormente libertado. Sua prisão, dias depois, foi notificada ao então ministro da Educação, Washington Ferreira Pires, pelo então Delegado Especial de Segurança Política e Social, Filinto Muller<sup>444</sup>. O professor libertário amargaria mais um episódio de cárcere anos depois: em outubro de 1937, foi posto sob custódia devido aos acontecimentos que redundaram no fim do governo constitucional de Getúlio Vargas e na instauração do Estado Novo.

A complexa conjuntura de então redundou em eventos importantes do ponto de vista político. Apesar da constante vigilância e das tentativas de controlar os trabalhadores por meio do sindicato oficial, correntes políticas à esquerda procuraram se organizar de alguma maneira, formando, por exemplo, Comitês Antifascistas como resposta à atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1935, comunistas, socialistas e alguns participantes do tenentismo criaram

---

<sup>443</sup> Ofício sem título. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). É interessante ressaltar que tanto no documento em questão quanto no informe de 1942, o nome de Maria Lacerda de Moura também está presente. Isso evidencia, portanto, que, na década de 1930, ambos mantinham grande proximidade, frequentando os mesmos espaços de militância.

<sup>444</sup> Ofício 204/S/2. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

uma frente denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL). Os anarquistas, temerosos com as leis de exceção que estavam sendo encaminhadas pelo governo Vargas, optaram pelo ingresso na ANL. Além da necessidade de proteção, a militância vislumbrava a possibilidade de um novo canal de expressão e de inserir os sindicatos sob sua influência “em uma dimensão política não-partidária”. Eles passaram a investir na frente com o objetivo de apresentarem a “singularidade da proposta libertária”<sup>445</sup>.

O ano de 1935 foi permeado de episódios que contribuíram drasticamente para a dificuldade de organização dos trabalhadores e da militância. A aprovação da Lei de Segurança Nacional<sup>446</sup> assegurou ao governo Vargas a possibilidade, em nome da “segurança nacional”, de perseguir adversários políticos<sup>447</sup>. O fechamento da ANL em julho e o fracasso da chamada “Intentona Comunista” em novembro precipitaram o recrudescimento da repressão e do controle por parte do Estado. A instauração de um estado de sítio/estado de guerra resultou, entre os trabalhadores, em maior intervenção nos sindicatos, afastando e eliminando as lideranças independentes<sup>448</sup>. As dificuldades se acentuaram a partir de 1937, quando, sob pretexto de combater uma nova ameaça comunista que se delineava por meio do forjado “Plano Cohen”, apresentado pelas Forças Armadas, Getúlio Vargas promoveu o golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo<sup>449</sup>, que durou até 1945. Tal período foi caracterizado, entre outras coisas, por uma organização política com inspiração fascista, bem como pelo desenvolvimento do “trabalhismo”, que procurava conferir uma centralidade ao trabalhador. A democracia deveria abraçar o “ideal do trabalho”; era preciso lhe conferir um valor positivo, uma vez que o trabalho seria central na vida do homem. Paulatinamente, a partir de 1942, Getúlio Vargas procurou reforçar sua imagem como político preocupado com a situação dos trabalhadores, conferindo os benefícios por meio da outorga, sem a necessidade de mobilizações<sup>450</sup>.

A publicização de uma suposta articulação para um “novo movimento comunista” – o chamado “Plano Cohen” –, em 30 de setembro, foi a justificativa utilizada pelo governo federal para solicitar, junto ao Legislativo, a declaração do “estado de guerra”, conferindo “poderes

---

<sup>445</sup> SAMIS, Alexandre. , op. cit., 2004, p. 177-178.

<sup>446</sup> A Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, estabelecia os crimes e as punições de quem (indivíduos ou organizações) atentasse contra a segurança e a ordem nacionais. Alguns dos exemplos que figuram na lei remetem à mudança, “por meios violentos”, da Constituição da República ou a oposição “à reunião e ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União”. BRASIL. Lei n. 38, de 4 abr. 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1935. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

<sup>447</sup> De acordo com Marcelo Badaró Mattos, devido às dificuldades impostas pelo Estado, entre 1935 e 1942 houve uma fase de “completa desmobilização”. Para mais: MATTOS, Marcelo Badaró. , op. cit., pp. 69-70.

<sup>448</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., p. 177.

<sup>449</sup> Ibid., p. 179.

<sup>450</sup> Ibid., pp. 211-236.

excepcionais” para reprimir<sup>451</sup>. A radicalização da repressão resultou, poucas semanas depois, na prisão de José Oiticica. Abordado enquanto lecionava latim no Colégio Pedro II, foi “convidado” a comparecer na Seção de Segurança Social local. Natalino Maia, um dos investigadores, afirmou lhe questionar a respeito do “movimento comunista de 35”, o que teria sido repudiado por ele, que “lamentava” ser associado ao comunismo – reafirmando suas convicções anarquistas, “razão pela qual já esperava sua prisão”<sup>452</sup>. No processo que detalhou sua prisão, constam as seguintes informações a respeito do posicionamento do militante libertário sobre suas posições políticas:

Hontem, cerca das sete e meia horas o declarante encontrava-se no Colegio Pedro Segundo, lecionando no curso de latim, quando foi procurado por um investigador que o convidou a vir até a Policia Central onde foi apresentado a secção de Segurança Social; que atribue a sua prisão a circunstancia de ser **sabidamente adepto do anarchismo, tanto que de outras ocasiões tem sido preso, estando devidamente prontualizado na secção competente**; que nestas condições, **sabido como divergem as doutrinas comunistas e anarchistas, o declarante não pode ser considerado como comunista, fazendo mesmo questão de declarar, aliás, como é público e notorio, pelas constantes manifestações do declarante em artigos e conferencias**, o declarante não tem ligação alguma com qualquer movimento que por acaso esteja sendo organizado no paiz por elementos do "partido comunista"; que o declarante **ha anos atraz teve ocasião de militar nos sindicatos operarios onde pregava a doutrina anarquista** [grifos nossos]; [...]<sup>453</sup>.

Na ocasião da prisão, Oiticica ressaltou suas posições anarquistas utilizando, inclusive, seu histórico de prisões e suas ações recorrentes na militância, como a publicação de artigos, a participação em conferências e a pregação da “doutrina anarquista nos sindicatos operarios”. Afirmou, categoricamente, não ter relação com qualquer movimento organizado por remanescentes do PCB. Ainda assim, em outro documento de seu prontuário, que aborda a sua atuação em Niterói (RJ) e na então capital federal, o militante novamente foi tachado como adepto do comunismo:

Dr. JOSÉ OITICICA, Comunista Chefe de uma reunião que se faz à rua Dr. Fróes da Cruz, n. 29, consta que o mesmo, procura ocultar-se tanto aqui [rasurado e ilegível] em Niterói, como também no Distrito Federal, consta também que neste aludido prédio da-se reuniões todas às quintas feiras e que as reuniões são escondidas e frequentadas por pessoas de ambos os sexos<sup>454</sup>.

---

<sup>451</sup> “O restabelecimento do regime discricionario em todo o paiz”. **O Estado de São Paulo**, n. 20855, 01 out. 1937, p. 1

<sup>452</sup> “Comunicação”, assinada pelo investigador Natalino Maia. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>453</sup> Processo – José Rodrigues Leite e Oiticica. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>454</sup> Prontuário n. 1213 – Dr. José Oiticica. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Importante destacar que o documento em questão não está datado, mas, a julgar pela grafia, podemos supor que ele está inserido na década de 1930, sendo mais um elemento de monitoramento da militância de Oiticica.

As reiteradas alusões de Oiticica ao comunismo podem ser explicadas pelas características presentes na conjuntura da década de 1930. Apesar das tentativas, os anarquistas lidavam com francas dificuldades de atuação: além da repressão sistemática, outros obstáculos eram a consolidação do sindicato oficial e as disputas com os adversários políticos, como os comunistas. Estes, aliás, avançavam graças “aos novos canais de formais de participação para o operariado, além da criação de ‘Frentes’” posteriormente capitalizadas politicamente pelo PCB<sup>455</sup>. A participação eleitoral, como na Constituinte de 1934, também era estratégica para os comunistas. Tratava-se, portanto, de uma força política do campo da esquerda que não podia ser desprezada pelo governo de Getúlio Vargas. Não é de se estranhar, portanto, que opositores do governo, como o próprio Oiticica, fossem qualificados como comunistas nos anais da repressão.

Retomando o processo que descreveu sua prisão, José Oiticica, estrategicamente, afirmou que sua militância havia cessado completamente desde 1932, devido à intensa fiscalização policial:

[...] que desde o ano de mil e novecentos e trinta e dois essas atividades [de militância] do declarante cessaram completamente em virtude da impossibilidade material de o fazer tal o rigor da fiscalização da Policia, quando foi fechada a "liga ante-clerical" que não sendo todavia uma sociedade anarchica, ali o declarante fazia as suas conferencias; que até aquela epoca existiam nesta Capital e outros Estados alguns partidarios do anarchismo, mas quasi todos eles foram expulsos do Paiz e os remanescentes se dispersaram, ignorando o declarante os seus paradeiros; [...]<sup>456</sup>.

O fechamento da Liga Anticlerical, portanto, foi utilizado, pelo anarquista, como argumento para justificar a interrupção de suas atividades políticas, além de apontar a dispersão dos militantes libertários, expulsos ou com paradeiros desconhecidos. Com base no prontuário de São Paulo, na atuação no CNPEL e nos já citados anúncios de jornais como o *Correio da Manhã* posteriores a 1932, por exemplo, podemos atestar a continuidade da militância do anarquista, ainda que com diversos obstáculos.

Por ocasião da prisão, a casa de Oiticica foi alvo de uma rigorosa vistoria, protagonizada pelos investigadores “452” (que assina o relatório) e “455”. De acordo com os agentes:

Em companhia do collega 455, fui a Av. São Sebastião n. 135 residencia do Dr. José Oiticica, para effectuarmos rigorosa busca, procedemos a mesma, encontrando [sic] uma grande bibliotheca, com obras sobre socialismoz [sic], comunismo e anarchismo, trazendo somente as correspondencias mantidas com Barcelona (Hespanha), boletins de informações, jornaes e revistas tudo de caracter anarchista, que segue annexo a esta. Para trazer as obras acima seria precizo um vehiculo de transporte tal a quantidade existente, dahi trazermos o de mais precioso. A esposa do citado senhor nos disse já estar aguardando ha varios dias uma busca em

---

<sup>455</sup>SAMIS, Alexandre. , op. cit., 2004, p. 175.

<sup>456</sup>Processo – José Rodrigues Leite e Oiticica. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

sua casa pela Policia, concluindo-se que se alguma cousa existia, foi posto em local de necessaria garantia para elle<sup>457</sup>.

A “grande biblioteca” de Oiticica, segundo os investigadores, possuía obras sobre o anarquismo, o comunismo e o socialismo. A quantidade de exemplares era tão significativa que ambos só puderam recolher o que fosse mais “precioso”. Entre o material encontrado, o que mais chamou sua atenção foram correspondências mantidas com militantes anarquistas de Barcelona. Concluíram, ainda, que, pelo fato de a operação de buscas já ser aguardada há dias, possivelmente materiais outros foram escondidos em algum local seguro.

Ao justificar as correspondências com os espanhóis, José Oiticica alegou não ser o destinatário original, pronunciando-se em nome do anarquista Fábio Luz, que estava em idade avançada. Um dos assuntos que pautariam o diálogo entre anarquistas brasileiros e espanhóis se referia à proposta de organização de uma sociedade legalizada com o objetivo de socorrer as vítimas do fascismo – lembrando que, no período, a Guerra Civil Espanhola estava em andamento:

[...] que em fins de julho mais ou menos o declarante recebeu, endereçado para o Colegio Pedro Segundo, uma carta dirigida para Fabio Luz, originaria da Hespanha, na qual tratava de assuntos anarchistas, ou melhor propondo a organização de uma sociedade legalizada para socorros das vitimas do fascismo, carta que veio endereçada ao declarante mas não originalmente; que como o declarante conhece e sabe que Fabio Luz é um senhor de avançada idade, gravemente enfermo, incapaz de manter troca de correspondencia ou encarregar-se de tal missão, tomou a si o encargo de responder a mesma, que era subscrita por uma pessoa de nome Herrera, mas a quem o declarante não conhece e com quem nunca trocou correspondencia mas fôra quem subscritara a carta em apreço; que efetivamente em cinco de Agosto findo o declarante se dirigiu, por carta ao referido Herrera, nos termos da copia que lhes é mostrada neste ato, tendo remetido ao destinatario sua resposta pela mala aérea; que relativamente ao assunto de que trata a carta remetida pelo declarante tem a dizer que não deu andamento ao assunto em apreço por não existir mais nenhum movimento anarchico nem encontrar ambiente no Paiz para prosseguir no desenvolvimento da ação; que relativamente aos companheiros anarchistas que haviam encarregado o declarante de manter a correspondencia com os da Hespanha, como resa na carta, tem a dizer que utilizou-se dessa fraze por ser habito e para não desisperançar os companheiros de ideia do declarante residentes na Hespanha, mesmo porque, como já disse no Paiz não existe mais anarchistas militantes com os quaes podesse contar para levar avante o que lhe era proposto e como bem sabe o chefe da Secção de Segurança Social; que o declarante apenas essa unica vez se dirigiu ao referido Herrera e dele nenhuma resposta recebeu à carta que lhe dirigiu, atribuindo a falta de resposta a censura postal que tem lugar na Hespanha ou à desta Capital; que o declarante pode afirmar que da parte dos elementos anarchistas nenhuma ligação ha ou pode haver com os comunistas visando a perturbação da ordem publica<sup>458</sup>.

Em depoimento, portanto, o anarquista negou manter correspondência recorrente com os militantes espanhóis, como o referido Herrera. Além disso, enfatizou, mais de uma vez, as

---

<sup>457</sup> Documento de busca. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>458</sup> Processo – José Rodrigues Leite e Oiticica. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

dificuldades com que a militância libertária lidava na conjuntura de então, não havendo mais um “movimento anarchico” e, tampouco, militantes com os quais pudesse manter contato. No prontuário não constam os documentos mencionados pelos investigadores.

Enquadrado nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, José Oiticica foi encaminhado para a Casa de Correção, permanecendo pouco mais de dois meses no local. Em 31 de dezembro de 1937, foi autorizado a cumprir a pena em prisão domiciliar, na qual permaneceu, possivelmente, por alguns meses<sup>459</sup>. À época, além de lecionar no Colégio Pedro II e na Escola Dramática do Rio de Janeiro, ele ministrava aulas de grego da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935. Em consequência da impossibilidade de prosseguir com as aulas na universidade, incumbiu sua filha Sônia Oiticica de substituí-lo, levando periodicamente as apostilas de grego para que realizasse as correções nas atividades enquanto estivesse preso<sup>460</sup>. O episódio de 1937 marcou seu último encarceramento e, assim como outros expoentes da esquerda no período, encontrou dificuldades de prosseguir com a militância em meio à ditadura do Estado Novo<sup>461</sup>. O processo de abertura democrática, que possibilitará a retomada de atividades políticas graças, entre outras coisas, a instrumentos como a anistia concedida pelo Decreto-Lei n. 7474<sup>462</sup> e a livre organização partidária, se consolidaria gradualmente a partir de 1945.

---

<sup>459</sup>Informações Gerais. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Não constam, no prontuário, informações que precisem o período de pena domiciliar que José Oiticica precisou cumprir. A partir do início de 1939, no entanto, periódicos como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* trazem informações referentes às “Comissões examinadoras” do Colégio Pedro II e o anarquista figurava como parte de uma delas. Podemos supor, portanto, que sua pena tenha se estendido por cerca de 12 meses. Verificar: “Os exames do art. 100 no Colégio Pedro II”. *Correio da Manhã*, n. 13615, 26 mar. 1939, p. 10 e “Educação e Ensino”. *Jornal do Brasil*, n. 48, 26 fev. 1939, p. 12.

<sup>460</sup> FIGUEIRA, Christina Aparecida Reis. , op. cit., p. 78.

<sup>461</sup> Durante o recrudescimento da repressão dos anos de ditadura getulista, os anarquistas procuraram manter suas atividades dentro do possível. Em São Paulo, por exemplo, costumavam se reunir clandestinamente na “Nossa Chácara”, terreno de 7400 m<sup>2</sup> então localizado na região do Itaim Paulista (SP). Utilizada desde meados de 1939, a “Nossa Chácara” foi um patrimônio coletivamente administrado pelos anarquistas. O terreno, inicialmente, pertencia ao advogado libertário Benjamin Mota; posteriormente, foi cedido a Edgard Leuenroth. Segundo Edgar Rodrigues, o espaço tinha três propósitos básicos: 1) atender as necessidades militantes, pois não havia locais seguros para os anarquistas se reunirem durante o Estado Novo; 2) conformar uma rede de sociabilidade entre os anarquistas, proporcionando, às famílias, “fins de semana em convívio ideológico, cultural”; 3) “servir aos anarquistas vegetarianos e não-anarquistas que faziam ali contatos com a natureza”, realizando refeições coletivamente. José Oiticica, ao visitar a “Nossa Chácara” pela primeira vez em 1946, considerou que as famílias libertárias que aos sábados se reuniam “lá dormem e passam o domingo na mais feliz das convivências inteiramente livres, sentindo realmente a grande felicidade da vida anárquica”. Para mais: RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1988, pp. 195-200.

<sup>462</sup> Em seu primeiro artigo, o Decreto-Lei n. 7474, assinado por Getúlio Vargas e publicado em 18 abr. 1945, concedia “anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste decreto-lei”. Para mais: BRASIL. Decreto-Lei n. 7474, de 18 abr. 1945. Concede anistia. Riode Janeiro: Palácio do Catete, 1945. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.



### 3.4 A “RETOMADA DEMOCRÁTICA” E A REORGANIZAÇÃO DA MILITÂNCIA ANARQUISTA

No dia 13 de agosto de 1946, a Divisão de Ordem Política e Social da cidade de Niterói (RJ) redigiu um documento destinado ao Comissário Geral. De pouco mais de uma página, seu propósito era único: relatar o andamento das sindicâncias no sentido de avaliar se o jornal *Ação Direta* estava sendo publicado na referida cidade. Segundo o relato, as buscas, então frustradas, trouxeram resultados graças à colaboração do “acaso”:

Por obra do acaso, em dias do mês próximo findo ou anterior, quando viajava em uma barca da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, do Rio de Janeiro, para esta cidade [Niterói], ouvi uma conversa entre dois cidadãos e uma senhora, em que falavam a respeito do senhor José Oiticica. Lembrando-se, então, do assunto referente a esse cidadão passei a ouvir atentamente o que falavam sobre a pessoa do Sr. José Oiticica.

Um dos cidadãos, dizendo-se proprietário do jornal "O Arauto", nesta cidade, cita a rua Marechal Deodoro, declarou que estava imprimindo nas oficinas do seu jornal, o jornal anarquista denominado "Ação Direta", de propriedade do Sr. José Oiticica, dizendo, ainda, que imprimia em Niterói para ser distribuído no Rio de Janeiro. Afirmou esse mesmo cidadão que, em São Paulo estava, também, sendo editado números desse mesmo jornal<sup>463</sup>.

A conversa mantida na barca teria esclarecido um mistério para o agente: afinal, o *Ação Direta* era editado em Niterói. O proprietário do jornal local *O Arauto* seria um colaborador de Oiticica, permitindo a impressão em sua oficina gráfica. Ademais, o periódico anarquista não se limitava ao eixo Rio-Niterói: a militância paulista também o editava<sup>464</sup>. Munido de tais informações, o agente tomou algumas medidas:

Assim, passei a sindicat o assunto e uma pessoa da minha amizade conseguiu adquirir um exemplar do jornal "Ação Direta" nas oficinas do jornal "O Arauto", tendo sofrido na época da aquisição grandes interrogatórios por parte das pessoas que trabalhavam nas oficinas. O número adquirido é o seguinte: "Ação Direta". Semanário Anarquista. Preço Cr\$ 0,50. Diretor: José Oiticica. Ano I. Rio de Janeiro, sábado, 15 de junho de 1946, nº 9, o qual encaminho a V. S. para os devidos fins e, informo que o proprietário do jornal "O Arauto" declarou que o jornal "Ação Direta" estava registrado no D. N. I..<sup>465</sup>

A obtenção de um exemplar do *Ação Direta* nas oficinas gráficas d'*O Arauto* era o artifício que o agente necessitava para confirmar a informação. Para tanto, contou com a colaboração de uma pessoa de sua “amizade”, que adquiriu o exemplar. Não foi simples: os

---

<sup>463</sup> Relatório – Divisão de Ordem Política e Social. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>464</sup> Devido à possibilidade de o jornal estar sendo editado em São Paulo, o relatório também foi endereçado à polícia paulista com o objetivo de alimentar o prontuário local. Na documentação presente do APESP, entretanto, não encontramos nenhum indício do relatório.

<sup>465</sup> Relatório – Divisão de Ordem Política e Social. Prontuário n. 9897, Departamento Federal de Segurança Pública – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

trabalhadores das oficinas não deixaram de realizar “grandes interrogatórios”, provavelmente para avaliar, como medida de prevenção, as intenções do comprador. Ao final, o proprietário do jornal niteroiense afirmou que o *Ação Direta* estava registrado no Departamento Nacional de Informações (DNI)<sup>466</sup>, o que lhe conferia um verniz de legalidade. Possivelmente por sua linha política, no entanto, sua impressão, conforme o relatório, não era tarefa das mais fáceis.

A preocupação da polícia com a publicação do jornal de José Oiticica reflete uma questão concreta: com o fim do Estado Novo nos últimos meses de 1945, novas possibilidades de atuação surgiram para militantes e trabalhadores não-alinhados ao projeto político de Getúlio Vargas. A ditadura, em vigor desde 1937, já no segundo semestre de 1944 dava indícios de estar em progressivo declínio. Tal fato foi precipitado por eventos externos e internos: na Europa, o nazifascismo foi derrotado; no Brasil, grupos sociais distintos – comunistas, liberais, estudantes, empresários e setores militares – se mobilizaram. Instrumentos do governo perderam força: a censura aos jornais, exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi reduzida. A conjuntura política era complexa e, embora Vargas sofresse pressão de diferentes grupos, ainda possuía expressivo apelo entre trabalhadores e parte dos sindicalistas. Não se tratava de apoio gratuito: além das desconfianças em relação ao grupo político que desejava assumir o poder, os trabalhadores temiam que, com a ausência de Vargas na presidência, os benefícios obtidos por meio da legislação social fossem extintos<sup>467</sup>. É importante lembrar que, em 1943, Vargas promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulava as relações trabalhistas, configurando um instrumento de defesa da classe trabalhadora ante as recorrentes ações arbitrárias do patronato<sup>468</sup>.

---

<sup>466</sup> O Departamento Nacional de Informações (DNI) foi criado pelo Decreto-Lei n. 7582, de 25 mai. 1945 – portanto, no último ano da ditadura do Estado Novo. Foi o sucessor direto do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de censura estabelecido por Getúlio Vargas em 1939. Entre as suas atribuições, deveria “fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, dentro das normas do Decreto-lei n. 21.111, de 1 de março de 1932, e, nos casos previstos em lei, da literatura social e da imprensa”. O DNI, no entanto, foi extinto pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra em setembro de 1946, no contexto de promulgação de uma nova Constituição e poucas semanas depois do relatório analisado no prontuário de Oiticica. Para mais: BRASIL. Decreto-Lei n. 7582, de 25 mai. 1945. Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De19788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19788.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2020.

<sup>467</sup> FERREIRA, Jorge. “A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 16-18.

<sup>468</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 51.

Do ponto de vista político, o pressionado Getúlio Vargas promoveu, a partir de 1945, uma reforma constitucional, processo necessário para a realização de eleições. A aprovação do Código Eleitoral possibilitou a criação de novos instrumentos partidários, representantes de distintos projetos: A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A UDN, relacionada à oposição a Vargas no campo conservador, almejava impulsionar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD e o PTB, criados como “situacionistas”, aglutinavam grupos sociais distintos: o primeiro não era um “partido de massas”, estando relacionado aos interventores; o segundo, por sua vez, comportava as emergentes lideranças sindicais, constituindo vínculo com os trabalhadores. Oficialmente, o candidato era o general Eurico Gaspar Dutra; setores do PTB e dos trabalhadores, porém, tinham preferência pela candidatura do próprio Getúlio Vargas, defendido pelo movimento queremista – que tinha, como motes, “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio”<sup>469</sup>. O PCB também se apresentava como uma força política eleitoralmente viável. O partido foi posto novamente na legalidade, sendo beneficiado com o decreto de anistia publicado em abril de 1945, uma vez que presos políticos – como seu líder, Luís Carlos Prestes – foram libertados, além de possibilitar a volta de militantes exilados<sup>470</sup>.

O queremismo, as articulações petebistas e o apoio tático dos comunistas deram sobrevida a Vargas, fator que incomodava Dutra. A campanha “Constituinte com Getúlio”, com sua candidatura, apresentava viabilidade política, tendo apelo popular<sup>471</sup>. A precipitação de uma crise política, dada a crescente força do então presidente, selou o destino do Estado Novo: no dia 29 de outubro, os militares, chefiados por Góes Monteiro e apoiados por Dutra e Eduardo Gomes, depuseram Getúlio Vargas. Apesar de o golpe militar apeá-lo do poder, Vargas desempenhou um importante papel no processo eleitoral e apoiou Dutra, eleito com 55% no pleito de dezembro de 1945<sup>472</sup>.

A partir de 1946, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, o Brasil vivenciou, oficialmente, a retomada de uma “experiência democrática” – ainda que, na prática, houvesse resquícios do aparato autoritário estabelecido durante o Estado Novo. O período propiciou

---

<sup>469</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., pp. 279-284.

<sup>470</sup> SEGATTO, José Antonio. “PCB: a questão nacional e a democracia”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 221-222.

<sup>471</sup> GOMES, Angela de Castro. , op. cit., p. 287.

<sup>472</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 105-106.

novas possibilidades de ação tanto aos trabalhadores em geral quanto à militância política em particular. Os limites legais sobre o direito de greve foram rompidos pela força dos trabalhadores organizados<sup>473</sup>. Uma das ações que visavam seu fortalecimento foi a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), intersindical sob hegemonia dos comunistas. Em 1946, essa organização promoveu o Primeiro Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo e defendeu, entre outras coisas, “a unidade, autonomia e liberdades sindicais, condenou a pluralidade sindical, exigiu a garantia do direito de greve, a manutenção de conquistas sociais”, além de propor a criação de uma central sindical<sup>474</sup>.

A retomada da luta dos trabalhadores marcou, também, a influência dos comunistas como uma das principais lideranças combativas no meio sindical. O processo, no entanto, não foi isento de tensões: as lideranças se deparavam com o persistente dilema entre obedecer às orientações políticas deliberadas pelo PCB ou corresponder às pressões sindicais. O partido procurava estabelecer uma aliança política com as forças que derrotaram o nazifascismo, objetivando a transição para um governo democrático constitucional<sup>475</sup>. Os três primeiros meses de 1946 foram de intensas mobilizações da classe trabalhadora: em início de mandato, Dutra lidou com, pelo menos, 77 paralisações<sup>476</sup>. As ações dos trabalhadores nem sempre foram respaldadas pelas direções dos sindicatos: com uma política de contenção em prol de uma “transição democrática” ou mesmo por alinhamento da burocracia com o governo, greves deveriam ser evitadas. Esse fenômeno resultou, frequentemente, no surgimento de greves alheias aos sindicatos, sendo constituídas por meio de comissões nos locais de trabalho. Eventualmente, porém, em busca da manutenção da identidade junto às categorias que representavam, petebistas e comunistas capitaneavam expressivos movimentos grevistas, como, por exemplo, a greve nacional dos bancários – iniciada em janeiro de 1946 com o propósito de regulamentação do “salário profissional”<sup>477</sup>.

As movimentações da classe trabalhadora, a relevância política da esquerda no campo popular – sobretudo os comunistas – e a conjuntura internacional de Guerra Fria adicionarão elementos autoritários à “experiência democrática”. O presidente Dutra regulamentou o direito de greve, limitando-o significativamente; ademais, impôs uma Lei de Segurança Nacional. Em maio de 1947, a perseguição aos comunistas ocasionará a cassação do registro do PCB, que

---

<sup>473</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. , op. cit., p. 77.

<sup>474</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. , op. cit., 2006, p. 57

<sup>475</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. , op. cit., p. 83.

<sup>476</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, , op. cit., 2006, p. 57

<sup>477</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. , op. cit., pp. 83-84.

retornou à ilegalidade<sup>478</sup>. O monitoramento da publicação do jornal *Ação Direta* em Niterói, exposto por meio da análise do prontuário de José Oiticica, integrava a lógica de manutenção de dispositivos autoritários como forma de vigilância política.

A circulação do periódico anarquista, aliás, evidencia um ponto importante: a militância libertária foi parte dos processos que caracterizaram a retomada da “experiência democrática” no Brasil. Com altos e baixos, a atuação dos anarquistas perpassou todo o período democrático, sofrendo reveses razoáveis com a instauração da ditadura a partir do golpe de 1964. Assim como nas décadas anteriores, José Oiticica se manteve bastante ativo, tendo a militância interrompida abruptamente em 1957 devido ao seu falecimento. Este capítulo, entretanto, não tem a pretensão de explorar a atuação militante dos anarquistas (em geral) e de Oiticica (em particular) para além da década de 1940. Por opções de recorte, o foco da análise remonta, até o fim da referida década, sobretudo os anos de 1946 e 1947, quando o professor libertário foi um dos participantes da retomada da militância libertária. No período, publicou, no jornal *Ação Direta*, de forma seriada, sua obra mais significativa do ponto de vista político: o texto “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, que condensa, em grande medida, suas concepções referentes ao anarquismo. A análise de características dessa obra, naquele contexto, é substancial para entender não apenas as concepções libertárias de Oiticica, mas a intencionalidade que partia da divulgação de um texto que se propõe didático, fundamentando uma proposta política e sugerindo as bases de uma sociedade futura, pós-Revolução Social.

O processo de retomada da militância anarquista no período teve dois marcos fundamentais: o restabelecimento de sua imprensa militante e a criação de novas organizações com o propósito de aglutinação política – elementos significativos de sua cultura política própria<sup>479</sup>. Começamos pela imprensa: prática comum nas décadas anteriores, a publicação de jornais era um importante instrumento de propaganda, fomentando a divulgação de ideias, críticas e propostas vinculadas ao anarquismo. Trata-se, portanto, de um artifício estabelecido entre os militantes, configurando parte de uma cultura política. Em outubro de 1945, os

---

<sup>478</sup> SEGATTO, José Antonio. , op. cit., 2006, pp. 223.

<sup>479</sup> Segundo Lúcio Rennó, tendo como referência a definição de Gabriel Almond, a cultura política poderia ser definida como “o conjunto de orientações subjetivas de determinada população”. Ela abrange “conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política”. A cultura política, portanto, considerando as subjetividades da população – que não são homogêneas –, pode ser bastante variável. A imprensa anarquista, o estabelecimento de organizações, suas ações de difusão propagandística são elementos representativos das particularidades de uma cultura política dos anarquistas. Sobre mais detalhes de conceitos e categorias relacionados ao estudo da teoria da cultura política, consultar: RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998, p. 71. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>>. Acesso em 17 dez. 2019

anarquistas Maria Ieda de Moraes e Moacir Caminha iniciaram a edição do jornal *Remodelações*<sup>480</sup>. Tal fato é ilustrativo da recuperação da imprensa anarquista do Rio de Janeiro, sendo um estímulo para a divulgação das propostas anarquistas em um momento de abertura política. Poucos meses depois, em abril de 1946, o já mencionado *Ação Direta* também ganhou as ruas do Rio de Janeiro, tendo José Oiticica como um dos seus principais fiadores. Em maio de 1947, os anarquistas aprofundaram seu projeto de propaganda política, fundando mais alguns periódicos: no Rio de Janeiro, *O Archote*, *Aurora* e *Spártacus*; em São Paulo, *A Plebe*, um dos mais relevantes veículos de propaganda libertária, foi retomado<sup>481</sup>.

Aspecto corriqueiro em décadas anteriores, José Oiticica, novamente, fez da imprensa um espaço privilegiado para a difusão de sua propaganda social. Antes de se tornar um dos responsáveis pela edição do *Ação Direta*, colaborou em publicações no jornal *Remodelações* já a partir da segunda edição<sup>482</sup>. Em duas edições de dezembro de 1945, Moacir Caminha publicou o documento intitulado “Bases Constitucionais da República Comunista Libertária do Brasil”, extenso documento dividido em cinco partes e composto de 79 artigos. Produção individual, não foi unanimidade entre os anarquistas, mas desempenhou papel relevante no sentido de fomentar estudos e debates<sup>483</sup>. Seguindo a lógica de divulgação de uma proposta “comunista libertária”, José Oiticica republicou, no periódico, os “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”<sup>484</sup>. O documento original apresentado em junho de 1919, quando da realização da Primeira Conferência Comunista – à época, organizada pelo Partido Comunista do Brasil. O documento foi republicado em *Remodelações* sem alterações em seu conteúdo.

---

<sup>480</sup> RODRIGUES, Edgar. **A Nova Aurora Libertária**. São Paulo: Achiamé, 1992, p. 25.

<sup>481</sup> Ibid., p. 117.

<sup>482</sup> Ibid., p. 27.

<sup>483</sup> Ibid., p. 29.

<sup>484</sup> Rafael Viana da Silva atentou para um ponto importante: algumas características do jornal *Remodelações* o tornavam singular se comparado aos demais periódicos anarquistas surgidos na referida conjuntura. Embora fosse editado por anarquistas, o jornal não fazia uso da palavra “anarquismo”, optando pela expressão “comunismo libertário”. Em seu texto, Moacir Caminha reivindicava uma proposta de república comunista libertária para o Brasil; José Oiticica, por sua vez, considerou pertinente reapresentar a declaração de princípios e fins elaborada no final da década de 1910. Ao analisar essa particularidade, devemos considerar a própria conjuntura: como pautar o anarquismo como uma alternativa politicamente viável? Podemos considerar que no Brasil, historicamente, houve diversos esforços no sentido de se construir uma imagem negativa tanto do anarquismo quanto dos anarquistas, associando-os, como exposto no Capítulo 2, à violência, à criminalidade e ao exotismo da própria ideologia, que seria “estranha” aos trabalhadores brasileiros. Ademais, dentro do campo da esquerda, o comunismo se apresentava como uma força política relevante, disputando espaços anteriormente hegemônicos pelos anarquistas. O uso da expressão “comunismo libertário” não era novo: nas décadas anteriores, foi utilizado simultaneamente com o termo “anarquismo” ou mesmo com a variante “comunismo-anarquista”. A opção do grupo editor de *Remodelações* pela expressão “comunismo libertário” em detrimento de “anarquismo” seria uma estratégia para colocar suas proposições políticas em evidência? Como também ressaltou Silva, a questão que parecia pautar a militância no período era “como renovar o anarquismo sem pôr em xeque seus princípios ideológicos”? Debates sobre a forma dos anarquistas intervirem socialmente, portanto, estavam postos. Consultar: SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 209-210.

Embora assumisse como uma proposta incompleta, em desenvolvimento – exatamente como o fez em 1919 –, o anarquista considerou pertinente a sua republicação em uma nova conjuntura<sup>485</sup>. Ao tratar dos “princípios”, por exemplo, Oiticica argumentou ser a acumulação de capital uma forma de agiotagem promotora das desigualdades sociais e econômicas – uma vez que o agiota seria aquele subsistiria por meio “de um ágio nos produtos dos trabalhadores”. O “comunismo anárquico”<sup>486</sup>, contrário ao regime da propriedade privada, foi assim definido:

- 24) Comunismo anárquico ou anarquia é o regime social sem agiotagem.
- 25) Sendo a moeda o instrumento da concorrência, não pode subsistir numa sociedade comunista.
- 26) Todos os vícios humanos (fumo, alcoolismo, mortinismo, jogo, prostituição, caftenismo etc.) originam-se da concorrência econômica, são por ela mantidos e garantidos pelo Estado<sup>487</sup>.

O estabelecimento de organizações políticas também foi um fator estratégico para a militância anarquista do período. É válido destacar que a criação dessas organizações não respondia, simplesmente, às demandas de então, constituindo uma prática organizativa em pauta em décadas anteriores – tanto concretamente quanto na forma de debate<sup>488</sup>. A função primordial das organizações era agregar militantes sob determinados princípios e bases, resultando em uma prática política mais coesa com o propósito de incidir de maneira efetiva na realidade concreta. Não tinham quaisquer pretensões eleitorais, estando, portanto, coerentes com práticas historicamente defendidas pelos anarquistas.

O processo de rearticulação das práticas organizativas não foi conduzido apenas por antigos militantes, como José Oiticica e Edgard Leuenroth: com o fim do Estado Novo, uma nova geração de militantes também assumiu protagonismo. Uma das primeiras organizações a se destacarem foi a Juventude Anarquista Brasileira. Seguindo uma tendência internacional de assentamento de “juventudes libertárias”, em janeiro de 1946, jovens militantes se reuniram no Rio de Janeiro e estabeleceram algumas bases de sua organização. Além da aceitação dos princípios estipulados, o outro critério de ingresso era ter menos de 21 anos de idade. Ressaltando a crítica ao Estado e à propriedade privada, a Juventude Anarquista Brasileira também reivindicou uma perspectiva “comunista anárquica”, ao defender, em seu terceiro princípio, “uma organização social em que todo homem trabalhe segundo suas forças e receba segundo suas necessidades”<sup>489</sup>. Ao definir os “meios de ação”, a organização propôs algumas

---

<sup>485</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, pp. 29-33.

<sup>486</sup> Ibid., p. 30.

<sup>487</sup> Ibid., p. 30.

<sup>488</sup> Como apresentado em capítulo anterior, por exemplo, o próprio José Oiticica defendeu, em textos publicados em 1923, o estabelecimento de grupos políticos menores, formados por militantes, cujo propósito era atuação de maneira orgânica e tendo como base princípios coletivamente deliberados.

<sup>489</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, pp. 59-60.

práticas historicamente utilizadas pelos anarquistas brasileiros para a difusão de suas concepções políticas: conferências, cursos de formação em Centros de Estudos Sociais e festas de propaganda são alguns dos exemplos. O último ponto de seus métodos destacava a intenção de preparar, para agosto do mesmo ano, “o primeiro congresso regional de jovens anarquistas”<sup>490</sup>. Ademais, a organização de jovens mantinha contatos com grupos de semelhante função no exterior, como as chamadas Juventudes Libertárias da Espanha<sup>491</sup>.

A Juventude Anarquista Brasileira não foi o único grupo criado com o propósito de aglutinação de jovens para a difusão das ideias, propostas e práticas libertárias: em julho de 1946, foi criada a União da Juventude Libertária Brasileira (UJLB), sediada no Rio de Janeiro<sup>492</sup>. Ao anunciar seus “princípios e finalidades”, a organização determinou que

5) A União tem por fim despertar, na Juventude, o interesse pelo estudo das questões sociais; mantê-la, com grande empenho, no conhecimento e debate dos problemas sociais que afligem a humanidade; conduzi-la à concepção de uma organização social em que todos trabalhem segundo suas forças e recebam segundo suas necessidades; propagar a educação, livre de quaisquer preconceitos; repudiar qualquer distinção social baseada em classes, castas, raças, cor, nacionalidade; isentar-se de qualquer crença religiosa, considerando todos absolutamente iguais como cidadãos por mais que difiram como pessoas; desenvolver a fraternidade e união da Juventude, em todos os âmbitos da atividade social<sup>493</sup>.

Uma hipótese a ser considerada é a de que a criação da UJLB tenha relação com a proposta de construção de uma “Internacional Juvenil Libertária”, aglutinando grupos de diferentes países. O debate, colocado em pauta pela AIT, foi evidenciado, no Brasil, por meio do jornal *Ação Direta*, em junho de 1946. A criação de uma organização internacional teria como objetivo fazer frente a organizações semelhantes de outras linhas políticas, como a “Federação Mundial de Juventudes Democráticas” – que seria hegemônica pelos comunistas – e a “Juventude Republicana”, criada na França – que uniria as juventudes comunistas “às socialradicais, católicas e outras”<sup>494</sup>. O estabelecimento de uma Federação Internacional das Juventudes Libertárias em França<sup>495</sup> seria um indicativo desse processo.

Em abril de 1947, foi criada a Juventude Spartacus do Rio de Janeiro, cujo estatuto foi publicado no jornal *Ação Direta*<sup>496</sup>. A julgar pelas semelhanças entre seus tópicos e os do documento da UJLB – inclusive em seu 5º artigo, acima transcrito –, podemos supor que a

---

<sup>490</sup> Ibid., pp. 59-60.

<sup>491</sup> “Atividades anarquistas pela Europa”. *Ação Direta*, n. 8, 8 jun. 1946, p. 4.

<sup>492</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 83.

<sup>493</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 83.

<sup>494</sup> “Atividades anarquistas pela Europa”. *Ação Direta*, n. 8, 8 jun. 1946, p. 4.

<sup>495</sup> “Uma declaração da Federação Internacional das Juventudes Libertárias em França”. *Ação Direta*, n. 32, 15 mar. 1947, p. 4.

<sup>496</sup> “Juventude Spartacus do Rio de Janeiro”. *Ação Direta*, n. 34, 1 mai. 1957, p. 4.



Juventude Spartacus integrou a União como filiada. A proliferação de grupos com essas características é um indicativo de que os anarquistas procuraram transcender o operariado, atraindo outros setores. A inserção de novos militantes nas fileiras libertárias também é resultante do processo de renovação, necessário para garantir a continuidade do trabalho militante<sup>497</sup>. A UJLB e a Juventude Spartacus mantiveram, respectivamente, os periódicos *Aurora* e *Spartacus*<sup>498</sup>.

Além dos grupos direcionados aos jovens militantes, os anarquistas criaram outras organizações políticas, mais abrangentes. Duas das mais destacadas foram a União Anarquista de São Paulo (UASP) e a União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ). É importante destacar que a construção dessas organizações não foi impulsionada isoladamente, tendo influência da militância anarquista no exterior. O jornal *Ação Direta*, por exemplo, publicava constantes informes e documentações de organizações anarquistas América Latina e da Europa, estabelecendo troca de informações. A retomada de práticas organizativas da militância libertária brasileira, portanto, encontrou incentivo e respaldo em organizações e grupos de outras regiões<sup>499</sup>.

De acordo com os dados disponíveis, a UASP possivelmente foi constituída no início de 1947, tendo suas atividades noticiadas no jornal *A Plebe* – seu principal veículo de divulgação. Com assembleias mensais para discutir questões pertinentes ao movimento anarquista, a UASP tinha à disposição o Centro de Cultura Social como espaço próprio para o desenvolvimento de atividades recorrentes. Apresentava um contingente mais expressivo de membros do que sua contraparte do Rio de Janeiro – com quem mantinha intenso trânsito de militantes e articulações. Nos prontuários policiais, inclusive, por vezes as duas organizações eram tratadas como uma única organização, a “União Anarquista”<sup>500</sup>.

A criação da UARJ, por sua vez, teria se concretizado em meados de 1948, influenciada tanto pela Conferência Anarquista Europeia<sup>501</sup> quanto pelo Congresso clandestino da Federación Obrera Regional Argentina (FORA), realizados em maio do mesmo ano – tendo registros documentais de ambos os eventos circulado no Brasil<sup>502</sup>. Assim como a UASP, a

---

<sup>497</sup> SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 80-81.

<sup>498</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 117.

<sup>499</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 137.

<sup>500</sup> SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 127-128.

<sup>501</sup> Ocorrido em maio de 1948 na cidade de Paris, o Congresso referendou pontos importantes para a militância libertária, como a continuidade da Internacional Anarquista de Amsterdã (criada em 1907); um convite a “todas as federações, grupos e militantes a popularizar e propagar a Internacional Anarquista”; a nomeação de “um comitê provisório para preparar a realização de um Congresso Mundial Anarquista”. RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 137.

<sup>502</sup> Ibid., pp. 137-138.

UARJ realizava assembleias mensais, tendo, como contingente de participantes, cerca de “trinta e poucos camaradas”. Contava com a sua própria “organização juvenil”: a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro (JARJ) – na prática, a “seção local” da Juventude Anarquista Brasileira. A UARJ estava constituída com base em “grupos e individualidades”, tendo um “secretariado de seis membros e uma comissão de imprensa de cinco”. O jornal *Ação Direta* era diretamente impulsionado pela organização<sup>503</sup>. José Oiticica foi um dos militantes anarquistas da “velha guarda” que compuseram a UARJ.

O estabelecimento de organizações com uma linha política explicitamente anarquista não foi uma exclusividade da conjuntura da “experiência democrática”, atendendo a uma demanda de militantes que reivindicavam uma atuação orgânica. É oportuno recordar que, já em meados da década de 1920, anarquistas como José Oiticica, ao fazerem um “balanço” da atuação militante até então, foram críticos da ênfase excessiva concedida ao sindicalismo, que possuía, como Malatesta pontuara em 1907, limitações para os propósitos libertários. Em relação ao funcionamento das organizações anarquistas brasileiras, o historiador Rafael Viana da Silva pontuou que, na prática, aproximava-se mais do modelo da chamada *síntese*, embora tenha assimilado, ainda que não integralmente, algumas críticas *plataformistas*<sup>504</sup>.

No final da década de 1940, uma das ações desenvolvidas pelos anarquistas no sentido de discutir os rumos a serem adotados e a consolidação de modelos e práticas organizativas foi o Congresso Anarquista de 1948 – o primeiro de uma série de congressos anarquistas até o fim da “experiência democrática”<sup>505</sup>. Realizado entre os dias 17 e 19 de dezembro no espaço da “Nossa Chácara”, em São Paulo, o Congresso foi constituído de representações tanto de

---

<sup>503</sup> As informações constam em ata dos preparativos para o Congresso de 1948, publicada por Edgar Rodrigues. RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 156.

<sup>504</sup> A chamada “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas” foi publicada originalmente na em 1926 pelo Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro, exilados na França após os desdobramentos da Revolução Russa. Basicamente, a *plataforma* preconizava a unidade teórica, estratégica e ideológica, além de recusar a presença de individualistas na organização. A *síntese*, por sua vez, foi um documento construído por anarquistas críticos às propostas da *plataforma*. Em sua perspectiva, seria possível agrupar anarquistas de distintas tendências em uma mesma organização, contradizendo a lógica de unidade defendida pela *plataforma*. Essa polêmica resultou em uma série de debates, sendo um deles protagonizados por Errico Malatesta e Nestor Makhno – o anarquista ucraniano foi um dos artífices da *plataforma*. Ainda segundo Rafael Viana da Silva, o debate entre a *síntese* e a *plataforma* (em pauta na Europa desde, pelo menos, 1927), ao que tudo indica, não foi expressivo entre os anarquistas brasileiros. Em sua dissertação, inclusive, entrevistou Adélcio Copelli, militante inserido na conjuntura da “experiência democrática” e que afirmou desconhecer o debate em questão. Essa discussão, portanto, no Brasil, aparentemente, ficou em segundo plano. Para mais: SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 129-131. Documentos (em português, inglês ou espanhol) referentes ao debate entre Malatesta e Makhno estão disponíveis no “Nestor Makhno Archive”, que pode ser acessado em <<https://ithanarquista.wordpress.com/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/>>. Acesso em 19 dez. 2019. Recomenda-se, também o livro CORRÊA, Felipe (org). **A Plataforma Organizacional**. São Paulo: Faísca, 2017.

<sup>505</sup> Além do Congresso de 1948, os anarquistas realizaram, no Brasil, congressos em 1953 (sediado em local contíguo à residência de Oiticica, um dos promotores do evento), em 1959 e um encontro em 1963, mais modesto. Todos eles foram analisados por SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017.

“agregações” quanto de “individualidades”. As “definições de princípios e de atitudes” colocadas em pauta foram: 1) Bases do anarquismo; 2) Método de ação; 3) Critério de militância; 4) Participação na vida pública; 5) Relações com outros elementos; 6) Colaboracionismo; 7) A Revolução Russa; 8) Ditadura do proletariado. O item que trata especificamente do colaboracionismo foi proposto por José Oiticica, que esteve no Congresso: aprovado, foi colocado em pauta<sup>506</sup>.

Entre os principais grupos que foram representados no Congresso, podemos destacar: 1) União Anarquista do Rio de Janeiro; 2) União Anarquista de São Paulo; 3) Juventude Anarquista do Rio de Janeiro; 4) Editora Germinal do Rio de Janeiro; 5) Grupo Anarquista Esperantista do Rio de Janeiro; Grupo Archote de Niterói; 7) Agrupação Imprensa e Propaganda de São Paulo; 8) A Plebe de São Paulo. Além desses, houve representações da Editora Germinal (que publicava livros com a temática libertária) e de individualidades<sup>507</sup>. Como podemos constatar, apesar de os anarquistas procurarem manter contato com grupos e militantes de outras regiões do Brasil, no Congresso de 1948 organizações de Rio de Janeiro e São Paulo foram predominantes.

Além do afinamento de discursos e práticas entre os anarquistas que referendavam o Congresso – o que se expressa na discussão dos sete tópicos supracitados –, questões vinculadas às relações internacionais mantidas pela militância brasileira também foram colocadas. Em resposta a um questionário enviado para diferentes localidades antes da realização do Congresso, a UARJ se posicionou favorável à proposta de realização de um Congresso Continental para 1949, organizado pela Associação Continental Americana de Trabalhadores (ACAT). Em relação à construção de um Congresso Mundial em Paris e as relações com a AIT, a organização se mostrou favorável, mas afirmou a impossibilidade de enviar delegados para tal, aderindo, portanto, por escrito. Definiu ainda, a importância de se organizar uma Solidariedade Anarquista Internacional, “genuinamente nossa” – possivelmente, uma alternativa à Solidariedade Internacional Antifascista (SIA), já existente e representada, no Congresso, por Manuel Landoburo e Fernando Navarro<sup>508</sup>.

Uma das propostas colocadas em pauta foi a formação de uma organização em âmbito nacional, que agregasse organizações e militantes regionais: a Federação Anarquista Brasileira. Nesse quesito, a UARJ sugeriu que se adotasse a sigla FARB com o propósito de não gerar

---

<sup>506</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, pp. 152-161.

<sup>507</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 159.

<sup>508</sup> Ibid., pp. 158-62.

confusão com a sigla da Força Aérea Brasileira, a FAB<sup>509</sup>. Apesar de os anarquistas brasileiros reconhecerem a importância da construção de uma organização específica de caráter nacional, um fator demandava consideração: uma coisa é a aprovação das deliberações congressuais; outra, por sua vez, é aplicação de tais deliberações nas práticas do cotidiano militante. O debate sobre estratégias militantes era fundamental; a “oxigenação ideológica dessas organizações dependia do sucesso de suas estratégias no interior da classe trabalhadora”. Em longo prazo, a pretendida federação nacional não se efetivou, sendo substituída por grupos mais modestos<sup>510</sup>.

José Oiticica participou ativamente do Congresso, colaborando nos debates e na redação de moções e de outros documentos. Integrou a comissão responsável pela redação de uma “declaração de princípios” com base na discussão do tópico “Bases do anarquismo”, além de redigir uma resolução relacionada aos “critérios de militância” e uma moção de caráter anticolaboracionista. Com base nos registros disponíveis em ata, podemos identificar posições que o anarquista sustentou ou apoiou no processo<sup>511</sup>. O professor libertário foi favorável à constituição de uma Internacional Anarquista, que agregasse organizações libertárias de diferentes partes do mundo. Entre os congressistas, havia o entendimento de que, embora apoiassem a AIT, ela configurava uma organização sindical, não substituindo uma organização especificamente anarquista. Para a consecução dessa proposta, defendeu que se mantivesse permanente contato com a Comissão de Relações da Internacional Anarquista (CRIA). Além disso, manifestou a importância da SIA, afirmando que as ações da seção brasileira dessa organização foram publicadas, inclusive, em jornais estrangeiros. Ao final, foi aprovada uma organização de solidariedade ampla, sem ligação direta com o anarquismo e que incorporaria a SIA, sendo nomeada “Solidariedade Social”<sup>512</sup>.

Ao ser pautado o anticlericalismo, Oiticica procurou ressaltar a eficácia das ligas anticlericais, defendendo que elas fossem criadas “em todas as localidades” possíveis. Seu entusiasmo reflete seu histórico de militância nos espaços anticlericais. Em relação à retomada do jornal *A Lanterna*, proposta por Edgard Leuenroth, o professor anarquista, em conjunto com os demais congressistas, endossou a proposta do grupo Germinal: pelo fato de o Congresso ser “nitidamente anarquista, não poderia aprovar a saída dum jornal apenas anticlerical”. Além disso, referendou moção do movimento esperantista, apoiado pelos anarquistas<sup>513</sup>.

---

<sup>509</sup> Ibid., p. 159.

<sup>510</sup> SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 131. Rafael Viana da Silva fez uma extensa análise do Congresso em questão, destacando ponto por ponto do que foi colocado em pauta pelos militantes.

<sup>511</sup> Nem todas as resoluções do Congresso foram disponibilizadas, então nos baseamos na ata publicada no livro “A Nova Aurora Libertária”, de Edgar Rodrigues, que traz alguns dos importantes registros documentais.

<sup>512</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 165.

<sup>513</sup> Ibid., pp. 166-168.

A questão do “colaboracionismo” foi uma das preocupações de Oiticica durante o Congresso. Ele argumentou que a tendência ao colaboracionismo, entre as fileiras anarquistas de distintos países, estaria evoluindo; caberia aos verdadeiros anarquistas, portanto, lutar “com vigor contra essa tendência”. Propôs que fosse tomada uma decisão unânime condenando o colaboracionismo, o que foi acatado pelos militantes presentes. Ficou a seu cargo, então, a redação de uma moção anticolaboracionista. No documento, reafirmando que o “método de ação direta” era a mais preciosa virtude do anarquismo<sup>514</sup>, pontuou que

O Congresso Anarquista de São Paulo reprovava unanimemente a tendência colaboracionista e empenha sua inteira solidariedade aos anarquistas que lutam contra esse desvirtuamento dos métodos anarquistas de ação, e tanto mais firme é essa solidariedade quanto não consta no Brasil a existência de nenhuma tendência colaboracionista<sup>515</sup>.

Segundo Rafael Viana da Silva, a rejeição enfática ao “colaboracionismo”, possivelmente, fazia referência à incomum participação de organizações anarquistas nas disputas eleitorais, como parte de setores plataformistas que compunham a Federação Comunista Libertária francesa realizou. Entretanto, historicamente, apesar das preocupações de Oiticica, tal fenômeno nunca adquiriu expressão entre os anarquistas, sempre ciosos por seu método da ação direta e críticos da participação eleitoral<sup>516</sup>. Vale assinalar que, ao considerarmos a experiência libertária brasileira, militantes que em algum momento cogitaram a adoção de outros métodos que não os consagrados pelos anarquistas aderiram, posteriormente, a outras linhas políticas, como os ex-anarquistas que construíram o PCB.

Em conjunto com Edgard Leuenroth e o “companheiro Manuel”<sup>517</sup>, José Oiticica redigiu a “Declaração de Princípios”, que ratificava algumas das principais concepções anarquistas. Os primeiros itens versam sobre a “propriedade particular”, encarada como o principal fator que desencadeia tanto a miséria quanto o sofrimento:

Somos anarquistas:

- a) porque denunciamos como causa primordial da miséria e sofrimento humano a *propriedade particular*, isto é, a propriedade individual da terra, dos meios de extração, produção, circulação e consumo das riquezas;
- b) porque denunciamos a moeda, de qualquer natureza, como o instrumento secular da realização dessa propriedade particular<sup>518</sup>;

---

<sup>514</sup> Ibid., pp. 164-168.

<sup>515</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 168.

<sup>516</sup> SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 98-99.

<sup>517</sup> Baseado na ata, constavam militantes homônimos: Manuel Fernandez (representante de Porto Alegre), Manuel Bastos (Santos), Manuel Perez (Rio de Janeiro) e Manuel Landoburo (SAI). As informações disponíveis não nos permitiram identificar precisamente quem foi o “companheiro Manuel” que participou da comissão.

<sup>518</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 168.

Em seguida, o documento abrange a crítica ao Estado, que representaria o instrumento político e policial para a manutenção da propriedade particular, além de cultivar o patriotismo, que resultaria em guerras:

- c) porque denunciemos o Estado, de qualquer feição, império, república, democracia, ditaduras, como o órgão político e policial desse mesmo regime de propriedade particular;
- d) porque denunciemos esse mesmo Estado como cultivador do sentimento anti-humano de pátria, por meio do qual organiza exércitos, esquadras e bombardeios, deflagrando guerras catastróficas<sup>519</sup>;

No quinto item, o capitalismo foi considerado como um entrave para o desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo, uma vez que se trataria de um regime econômico impeditivo à igualdade de condições sociais:

- e) porque denunciemos o regime capitalista vigente como essencialmente contrário à igualdade de condições sociais, igualdade que permita o desenvolvimento espontâneo das capacidades de cada indivíduo<sup>520</sup>;

O posicionamento crítico às igrejas também se manifestou. Importante lembrar que ao menos dois dos redatores do documento militaram ativamente em prol do anticlericalismo, como Oiticica e Leuenroth. As igrejas foram descritas como órgãos que colaboravam com o Estado, explorando, também, a maioria dos homens e das mulheres:

- f) porque denunciemos as igrejas organizadas hierárquica e capitalisticamente como órgãos colaboradores do Estado, a ele estreitamente presas para explorar a maior parte dos homens e mulheres<sup>521</sup>;

Por fim, o documento apresenta uma proposta de organização social pautada pela coletividade, sem a interferência de “autoridades e opressores”. Os trabalhadores teriam autonomia para a distribuição dos produtos, que deveria se pautar na lógica das “necessidades individuais” como determinante. Somente essa nova organização social teria possibilidade extinguir o “egoísmo e realizar o altruísmo integral”, suprimindo quaisquer “vícios” da sociedade e gerando a “felicidade”:

- g) porque propomos uma organização social onde tudo seja coletivamente de todos os que trabalham, com direção comum, sem autoridades e opressores, onde a distribuição dos produtos seja feita segundo as necessidades individuais, tendo todos os indivíduos direito a alimentação, instrução, trabalho, lar e diversões;
- h) porque vemos em tal organização o único meio de extinguir o egoísmo e realizar o altruísmo integral, sem ódios, sem fronteiras, sem guerras, sem conflitos econômicos, sem crimes, sem prostituição, feliz pela ciência, pelo auxílio mútuo, pela arte, pela beleza real da vida<sup>522</sup>.

---

<sup>519</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, pp. 168-169.

<sup>520</sup> Ibid., p. 169.

<sup>521</sup> Ibid., p. 169.

<sup>522</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, p. 169.

É fundamental destacar, no entanto, que o documento não reflete somente as concepções dos três citados, abrangendo, de maneira geral, o posicionamento dos anarquistas que o consagraram no Congresso.

## CAPÍTULO 4: A DOCTRINA ANARQUISTA AO ALCANCE DE TODOS”: O “CATECISMO ANÁRQUICO” DE JOSÉ OITICICA

### 4.1 “AÇÃO DIRETA RESSURGE”: CARACTERIZAÇÃO DE UM JORNAL ASSUMIDAMENTE ANARQUISTA

Quando da morte de José Oiticica, Manuel Perez teceu as seguintes considerações sobre a relação entre o falecido e o jornal *Ação Direta*:

Veio depois a luta para a publicação de "Ação Direta" na qual ele [Oiticica] pôs o melhor do seu entusiasmo [sic], sem poupar esforços nem sacrifícios, tanto no terreno moral como no econômico, recorde, que quando alguns queriam que o nome do jornal fosse "Ação Libertária" ou "Luta Libertária" afirmando que os anarquistas eram libertários, e essa palavra seria melhor recebida pela opinião pública êle protestou com energia, exclamando: "Eu não aceito esse critério, **o jornal deve ter o mesmo nome que teve anteriormente** [grifo nosso], "Ação Direta" com o seguinte subtítulo Jornal Anarquista, que como afirmou um grande pensador — Anárquico é o "pensamento" e para a "Anarquia" marcha a "história", e se homens como Reclus, Pietro Gori, Sebastião Faure, e outros, não vacilavam em dizer publicamente que eram anarquistas, nós devemos ter valor para enfrentar o meio ambiente e dizer em voz alta "Somos Anarquistas"...

O seu ponto de vista foi aceito por todos, em março de 1946, o sonho querido de Oiticica era uma realidade, pois "Ação Direta" reiniciava a sua publicação como órgão anarquista do Brasil<sup>523</sup>.

Para melhor compreendermos esse trecho, é pertinente realizarmos uma digressão histórica a respeito das motivações propagandísticas de Oiticica e a própria configuração do periódico. Podemos dividir a publicação do *Ação Direta* em duas fases. A primeira remonta à sua origem, no final de 1928. Ainda sob a grafia *Acção Direta*, o jornal tinha como redator o militante José Simões, contando com a colaboração frequente de José Oiticica. Efêmero, vigorou por seis edições, sendo interrompido devido, entre outros fatores, à já mencionada partida do professor anarquista rumo à Universidade de Hamburgo, na Alemanha, para ministrar aulas sobre a língua portuguesa.

Em sua primeira fase, o jornal apresentava características comuns com os periódicos militantes publicados no decorrer da Primeira República: o formato tabloide, sendo composto de quatro páginas; a diagramação dividida por colunas, dispoendo os textos nos espaços possíveis; o “caráter processual, recuperando e analisando os fatos” que fossem publicados<sup>524</sup>. Regularmente, publicava a seção “Notas administrativas”, detalhando as “importâncias” recebidas, bem como as dificuldades que o jornal sofria para sua publicação – tanto de ordem material quanto de outras razões, como o “descaso dos intelectuais”, que, na crítica dos

<sup>523</sup> PEREZ, Manuel. “Uma página de saudade”. *Ação Direta*, n. 119, p. 1.

<sup>524</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. , op. cit., 1988, p. 21.



redatores, prefeririam os jornais da burguesia<sup>525</sup>. A periodicidade era mensal, embora haja lacuna de publicação em março de 1929 – não justificada em edições posteriores. Sua última edição foi publicada em 1º de maio. Foram publicados textos referentes à realidade dos trabalhadores do Brasil e materiais de correspondentes estrangeiros, discutindo questões como a ascensão do fascismo.

O retorno de Oiticica ao Brasil, precipitado pela ascensão de Getúlio Vargas em 1930, não garantiu a retomada do periódico na década que se inaugurava. Considerando o capítulo anterior, podemos supor que tal fato remonta, entre outras coisas, à acentuada instabilidade da nova conjuntura, resultando em conflitos como a revolta em São Paulo em 1932 e o paulatino processo de consolidação de um projeto autoritário e repressivo, que culminou no Estado Novo. Além disso, os anarquistas conviveram com diversas dificuldades de organização e de restabelecimento de sua efetiva atuação em espaços anteriormente privilegiados, como o meio sindical. Houve, também, as disputas políticas com outros segmentos da esquerda. A retomada do *Ação Direta*, portanto, teria se viabilizado somente a partir do início da chamada “experiência democrática”, que contou com a deposição de Getúlio Vargas nos últimos meses de 1945 e a eleição de Eurico Gaspar Dutra.

A segunda fase do jornal se iniciou a partir de 1946, conforme ilustrou Perez no excerto textual apresentado. Conforme destacou, José Oiticica enfatizou a importância de o jornal assumir o mesmo nome que o da primeira fase, acrescentando, ainda, o subtítulo “Jornal Anarquista” – o que o insere decisivamente na imprensa anarquista, com sua prática discursiva particular<sup>526</sup>. Mais do que reivindicar explicitamente termos e expressões relacionados ao anarquismo, a opção pela manutenção do nome “Ação Direta” marca a consagração de uma prática comum dos militantes anarquistas do período: a referência a elementos do seu passado, processo característico de uma cultura política própria<sup>527</sup>.

---

<sup>525</sup> Um exemplo pode ser verificado em “Notas administrativas”. *Acção Direta*, n. 5, 10 abr. 1929, p. 4.

<sup>526</sup> É substancial apresentar as distinções entre a *imprensa anarquista* e a *imprensa operária*. Embora os anarquistas tenham participado de ambas, suas práticas discursivas são permeadas de especificidades. A *imprensa anarquista* está vinculada a indivíduos e organizações para a propaganda e difusão das perspectivas libertárias e métodos de ação. Seus editoriais “têm como características textos que tratam de temas gerais, como: questões sociais, econômicas, culturais e políticas”, com ênfase no posicionamento crítico à organização social em voga. A *imprensa operária*, por sua vez, apresenta maior amplitude, tendo, como cerne, a discussão de “questões pontuais que se relacionavam com as demandas e com os cotidianos das próprias categorias de trabalhadores”. Exemplificando com jornais mencionados nesse trabalho de pesquisa, podemos destacar que, além do *Ação Direta*, o *Spártacus* (1919-1920) integrava a *imprensa anarquista*; da *imprensa operária*, por sua vez, o periódico *A Voz do Trabalhador*, veículo informativo oficial da Confederação Operária Brasileira (COB) durante a Primeira República, é representativo. Para mais: RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. “Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República”. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, pp. 176-179.

<sup>527</sup> Além do *Ação Direta*, os jornais *A Plebe* e *O Archote* faziam referência direta a periódicos homônimos do passado. A exceção, no período, foi o jornal *Remodelações*. Além de influenciada diretamente por uma cultura

“*Ação Direta* ressurge”: assim, José Oiticica iniciou o texto que anunciou a volta do jornal, publicado em sua primeira edição, em abril de 1946. Para ilustrar a retomada do anarquismo no Brasil, fez um balanço considerando a atuação da militância em âmbito internacional, citando exemplos de como os anarquistas fortaleciam suas ações em países como Espanha, França, Itália, Inglaterra e mesmo na Escócia. Justificando o próprio título do jornal, o anarquista destacou a importância do método da “ação direta”<sup>528</sup>:

Porque a *ação direta*, mais do que nunca, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da *ação direta*, só existe um método: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder, numa palavra: *ação indireta*.

Mas tal método, desde Karl Marx, tem sido, estrondosamente, um desastre. Já o denunciara, na Primeira Internacional, Bakunin, esse denodado apóstolo da revolução proletária, destruidora do Estado e seus bastiões políticos: exércitos, polícias, tribunais, escolas, igrejas, bancos e autoridades fiscais<sup>529</sup>.

Repudiando o que considerava “ação indireta” – “o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vista ao poder” –, contrária aos princípios elementares do anarquismo, José Oiticica também foi crítico dos partidos “pseudo-revolucionários de esquerda”:

Todos os partidos pseudo-revolucionários de esquerda, por mais sinceros e competentes que sejam seus chefes, têm se atolado no brejo parlamentar e sucumbido, incapazes de solver o problema social. E por quê? Porque, em vez de dinamitarem a tremenda máquina do Estado e erguerem, no campo livre, as livres comunas, se fazem maquinistas ou foguistas da mesma máquina. Evidentemente, a gigajoga foi feita especialmente para forjar *leis*, as famosas leis trabalhistas. Mas, quem diz *leis* diz limitações, obrigações, cerceamento forçado, homens que as ditam e homens que as cumprem, o burguês autor, e o povo obedecedor.

Com tal método, os partidos vindos da Internacional, via Marx, deram todos em água de barreira. Dele golfou o bolchevismo de Lênin e Trotsky, que instituiu na Rússia a autoridade, o Estado bolchevique, tão violento, unilateral e autoritário quanto o tsarismo deposto<sup>530</sup>.

Ao finalizar o artigo, o professor procurou ilustrar o que separaria o anarquismo da atuação, em linhas gerais, dois tais “partidos pseudo-revolucionários de esquerda”: o método da “ação direta”:

O método, a *ação direta*, os distingue, separa, singulariza. São hoje os selecionados da revolução mundial. *Ação direta* designa sua convicção firme de não lutarem *por procuração*, de jamais confiarem nas blandícias do lobo Estado, por sabê-lo sempre traidor, mentiroso e cruel.

*Ação direta* é hoje, após duas guerras desenganadoras, o caminho indicado desde muito e agora confirmado, de levar os espoliados de tudo à reivindicação do que é seu.

---

autodidata, a *imprensa anarquista*, sendo militante, tinha o propósito de “incidir em questões políticas e de classe mais amplas. Num primeiro momento operar no sentido de articular os anarquistas ‘dispersos’ e num segundo, incidir nas entidades de classe”. A retomada de elementos de uma “tradição libertária”, portanto, é parte de um processo mais amplo, que se pretende de rearticulação. Para mais: SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 190-198.

<sup>528</sup> “Ação Direta”. *Ação Direta*, n. 1, 10 abr. 1946, p.1.

<sup>529</sup> “Ação Direta”. *Ação Direta*, n. 1, 10 abr. 1946, p.1.

<sup>530</sup> “Ação Direta”. *Ação Direta*, n. 1, 10 abr. 1946, p.1.

*Ação direta* é o meio certo de vencer, porque é o único meio amedrontador do capitalismo. Nenhum parlamento assusta a alta finança. Parlamento não faz greves, não sabota produção, não boicota produtos, não abre largas pupilas proletárias à noção de realidade. Parlamento é casa do Estado, assalariado seu, a máscara política inventada para fazer crer ao povo ser ele, povo, o soberano, e serem púrpuras seus andrajos de escravos.

*Ação direta* é a voz única na história das reivindicações: a de Espártaco, revoltando gladiadores; a dos servos medievais, irrompendo contra feudatários bárbaros; a da revolução francesa, assaltando bastilhas, destruindo nobrezas, apeando cleros; a dos abolicionistas brasileiros, protegendo escravos, concitando os moços, obrigando o império à lei de 13 de maio.

Só a *ação direta* abala tronos, ameaça tiaras, convolve mundos. Só ela, principalmente, educa e fortifica o povo espoliado, na sua luta milenar. *Ação direta* é a revolução. Onde ela atua, atua o espírito novo, o espírito inquieto do presente, espírito construtor do futuro, porque, feita a revolução, ela, a *ação direta*, irá criar o novo mundo, a nova humanidade, e será livre das peias estatais e religiosas, sempre ação, sempre energia, sempre ideal<sup>531</sup>.

O artigo inaugural, além de apresentar o ressurgimento do jornal, parece indicar alguns dos elementos que pautarão a propaganda no decorrer de sua trajetória, que vigorará até 1959 – mesmo após o abrupto falecimento de Oiticica, em 1957. É significativo ressaltar que a imprensa militante tem uma intencionalidade bastante específica, isto é, incidir na realidade. O grupo editor e os colaboradores do *Ação Direta*, portanto, publicaram materiais que julgaram convenientes para o propósito de divulgação das perspectivas libertárias, colocando o anarquismo como uma alternativa política factível. Nesse sentido, o jornal procurava atingir os militantes, mas não só: propunham-se a ser um instrumento de divulgação de ideias entre a classe trabalhadora. Ademais, a partir de 1948, o *Ação Direta* se tornou o jornal oficial de organizações políticas anarquistas atuantes no Rio de Janeiro, como a UARJ e JARJ – aspecto discutido e consagrado nas resoluções do Congresso de 1948<sup>532</sup>.

Considerando os aspectos materiais, o *Ação Direta*, em sua nova fase, não se diferenciava muito do seu antecessor. Em relação ao formato, por exemplo, o jornal retomou o aspecto de tabloide, contando com quatro páginas por edição. A diagramação prosseguia com divisão em colunas; os textos mais longos tinham continuidade em outras páginas ou mesmo em outras edições<sup>533</sup>. Para se manter financeiramente, o jornal contava com a adesão de colaboradores por meio de subscrições, ferramenta bastante utilizada pela imprensa anarquista durante a Primeira República. Não havia anúncios; a continuidade do periódico dependia

---

<sup>531</sup> “Ação Direta”. *Ação Direta*, n. 1, 10 abr. 1946, p.1.

<sup>532</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1992, pp. 151-169. Militantes que estiveram presentes no Congresso, inclusive, colaboraram de maneira recorrente com o jornal, como o Ideal Peres, Manuel Perez e Roberto das Neves. Edgar Rodrigues, citado diversas vezes como referência nessa dissertação, também publicou textos no *Ação Direta*.

<sup>533</sup> As dificuldades no quesito “espaço” podem ser atestadas com base num curto aviso publicado em outubro de 1946, no qual foi solicitado que os colaboradores reduzissem os artigos “o mais possível”, “dada a pequenez” do jornal. De acordo com o texto, muitas colaborações, “embora excelentes”, não podiam ser publicadas devido à sua extensão. “Aviso”. *Ação Direta*, n. 22, 10 out. 1956, p. 4.

diretamente das contribuições dos militantes<sup>534</sup>. Eventualmente, os nomes dos colaboradores eram divulgados em listas, geralmente com pseudônimos. As dificuldades financeiras, no entanto, persistiam; frequentemente, o jornal publicava apelos para que as contribuições aumentassem. Na edição de agosto de 1946, por exemplo, foi publicado que

Temos de aumentar nossa tiragem; mas, como já dissemos outro dia, a venda avulsa dá enorme déficit<sup>535</sup>. Só um meio há de arcar mos com as despesas de maior tiragem. É estender-se a lista dos contribuintes e dobrar cada qual sua contribuição. Nosso periódico não é comercial, não aceita anúncios; não é político, nem publica, a tanto por linha, notícias ou reclamos; em suma, não temos matéria paga.

Logo, apelamos para os entusiastas de **Ação Direta**<sup>536</sup>.

Em relação à periodicidade, o jornal *Ação Direta*, de início, constituía um semanário. Ao acompanharmos sua trajetória, no entanto, verificamos que, por razões, sobretudo, de ordem financeira, paulatinamente a periodicidade variou para quinzenal ou mesmo mensal. Eventualmente, não havia regularidade na publicação: o intervalo entre uma edição e outra poderia abranger mais de um mês<sup>537</sup>. Tal característica se aprofundou, principalmente, a partir do início da década de 1950.

Ao longo de sua trajetória, a estrutura de publicação do jornal foi mutável conforme as circunstâncias. No geral, o principal texto da respectiva edição era publicado na primeira página, a partir do quadrante esquerdo; nas colunas vizinhas, textos de variados formatos e tamanhos eram publicados. Havia o hábito de publicar textos de forma seriada, com

---

<sup>534</sup> Em “Uma ‘enquête’ de ‘Ação Direta’”. *Ação Direta*, n. 73, mar/abr. 1951, p. 2, após um leitor sugerir se angariasse alguns anúncios para aumentar o faturamento, o grupo editor do jornal publicou nota explicando que “nenhum jornal ou periódico anarquista do mundo aceita anúncios pagos”, pois seria uma forma de “colaborar com o capitalismo na sua obra de propaganda exploradora”. Entretanto no período, o jornal *Remodelações* rompeu com essa lógica característica da imprensa anarquista, permitindo anúncios de turfe e de outras coisas mais. Ainda no final de 1945, o jornal publicou uma nota afirmando que os anúncios constituíam um “mal necessário”, contribuindo para reparar os altos custos advindos das impressões. É interessante destacar que propagandas relacionadas ao turfe, considerado um “jogo de azar”, iam de encontro ao que podemos definir como uma “moral anarquista”, que, conforme apresentado anteriormente nessa dissertação, condenava determinadas práticas consideradas “viciosas”, como o alcoolismo, o tabagismo, a prostituição e jogos de azar. Quando publicada a nota do *Ação Direta*, o *Remodelações* já tinha interrompido suas atividades em 1947. Sobre a questão dos anúncios no *Remodelações* Consultar: SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 205-209.

<sup>535</sup> Além das subscrições, o jornal *Ação Direta* chegou a ser vendidos em outros espaços, como em bancas de jornal. Na edição de junho de 1959, por exemplo, foram divulgados alguns endereços, como: “Praça Tiradentes, esquina de Carioca”; “Av. G. Vargas, esquina de Uruguaiana”; “Av. Rio Branco, esquina de Bittencourt da Silva”. “onde comprar ‘Ação Direta’”. *Ação Direta*, n. 135, jun. 1959, p. 4.

<sup>536</sup> “Apelo”. *Ação Direta*, n. 16, 10 ago. 1946, p. 1. Além desse apelo, o jornal costumava publicar, de maneira recorrente, um aviso da “Administração” solicitando que os contribuintes não atrasassem a “remessa de suas contribuições”, pois prejudicava o andamento do jornal. Na edição em questão, essa nota se encontra na p.2.

<sup>537</sup> Segundo a historiadora Maria Nazareth Ferreira, a despeito da profusão de títulos, a imprensa operária “não conseguiu encontrar regularidade na sua distribuição”: as questões financeiras e a repressão constituem duas das principais razões da efemeridade dos periódicos. Podemos citar como exemplo de jornal de duração razoável o periódico *APlebe*, editado em São Paulo e capitaneado por Edgard Leuenroth, com quem Oiticica colaborou. Em: FERREIRA, Maria Nazareth. , op. cit., p. 19.

continuidade nas demais edições. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, de autoria de José Oiticica, seguiu essa lógica, sendo publicado entre 1946 e 1947.

Eventualmente, o periódico dispôs de seções que se propunham mais “recorrentes”, tratando de aspectos doutrinários do anarquismo, questões sindicais e mesmo anticlericais. Frequentemente, eram publicadas breves informações sobre históricos militantes do anarquismo, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Além disso, trazia algumas datas simbólicas relacionadas à ampla tradição libertária<sup>538</sup>. Nos primeiros anos, duas seções recorrentes foram “Notícias Anárquicas” e “Por um Sindicalismo Revolucionário”: a primeira não era assinada; a segunda, por sua vez, tinha autoria atribuída a um militante identificado como Quetzal. Tratando de problemáticas diretamente relacionadas ao sindicalismo, a coluna se propunha, no geral, a tecer críticas ao modelo de sindicalismo em voga e apresentar os métodos anarquistas como oportunos para o meio sindical. Era uma tentativa de recuperar maior inserção da militância anarquista nos sindicatos, espaço considerado de vital importância, sobretudo, durante a Primeira República. Na edição de agosto de 1947, por exemplo, a coluna tratou das disputas existentes no campo sindical, que opunham duas correntes: a reformista e a revolucionária

Há duas correntes beligerantes no campo sindical: reformistas e revolucionários. Os reformistas, qualquer que seja o matiz, não desejam a transformação da sociedade capitalista: amoldam-se ao meio ambiente e mendigam algumas reformas de caráter econômico, reformas que nada solucionam, dadas as possibilidades dos que, por usurpação, detêm nas mãos todas as riquezas produzidas pela classe assalariada<sup>539</sup>.

Além de caracterizar a ineficácia da corrente dos reformistas, que “não desejam a transformação da sociedade capitalista”, o texto ainda a divide em dois grupos: “políticos” e “apolíticos”, que seriam “dois galhos do mesmo tronco”. Basicamente, os políticos corresponderiam àqueles que desejam a tomada do poder. Eles se utilizariam dos sindicatos com “fins puramente partidaristas”, desviando os trabalhadores para as “pugnas eleitorais” e ensejando “greves políticas” como forma de impor condições aos que detêm o poder. Os apolíticos, por sua vez, seriam politicamente “neutros”, afirmando a finalidade do sindicato como instrumento para a obtenção exclusiva de melhorias econômicas<sup>540</sup>. A alternativa a ambos

---

<sup>538</sup> “Efemérides libertárias – mês de março”. **Ação Direta**, n. 125, mar. 1958. Nesta edição, por exemplo, foram assinalados, entre outras coisas, o início da revolta dos marinheiros de Kronstad (1921), o nascimento de Élisée Reclus (1830) e a morte do anarquista chinês Sifo (1915).

<sup>539</sup> “Por um Sindicalismo Revolucionário – políticos, apolíticos e anti-políticos”. **Ação Direta**, n. 40, 30 ago. 1947, p. 3.

<sup>540</sup> “Por um Sindicalismo Revolucionário – políticos, apolíticos e anti-políticos”. **Ação Direta**, n. 40, 30 ago. 1947, p. 3.

seriam os “anti-políticos”, diretamente relacionados à corrente revolucionária. Sintetizando, assim se definiam:

[...] Os revolucionários somos por princípio anti-políticos, ativos, beligerantes; não queremos o poder político e sim sua destruição, porque todo poder significa opressão e tirania. Não nos conformamos com simples reformas econômicas, pois sabemos perfeitamente que as reformas econômicas não solucionam a angustiada situação da classe operária<sup>541</sup>.

Considerando a lógica de procurar incidir na realidade, portanto, a militância anarquista utilizava as páginas do *Ação Direta* com a intenção de viabilizar suas propostas políticas junto à classe trabalhadora. O artigo aqui exposto, em particular, pretendia diferenciar os anarquistas de seus adversários políticos que também atuassem no campo sindical. É oportuno lembrar que, à época, os comunistas eram uma expressiva força política do campo da esquerda no meio sindical.

A disputa entre anarquistas e seus adversários políticos do campo da esquerda, como socialistas e comunistas, relacionava-se diretamente com a preocupação de apresentar a viabilidade da doutrina anarquista. Aos primeiros, os libertários direcionavam críticas ao aspecto reformista de sua proposta política; aos segundos, por sua vez, aos métodos considerados autoritários, como a instituição de uma “ditadura do proletariado”. Os anarquistas também estavam sujeitos a críticas. Exemplificando: em resposta a um artigo do jornal "Vanguarda Socialista", que qualificou o anarquismo como "radicalismo pequeno-burguês", o militante Manuel Perez afirmou que:

É um absurdo qualificar como teoria de pequeno burguês um ideal que tem como base fundamental a abolição do Estado, da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem para chegar, com métodos genuinamente revolucionários, à socialização de todas as riquezas tornando-as patrimônio comum para estabelecer, dessa forma, uma *Sociedade de Produtores Livres*<sup>542</sup>.

As disputas políticas estavam, portanto, presentes nos artigos do jornal – sejam na forma de crítica, sejam na forma de resposta. Não era incomum, ainda, que fosse publicados artigos que inicialmente contradissem suas perspectivas ou a de algum militante em particular, sendo, no entanto, na sequência, publicada uma réplica para refutar a crítica.

É fundamental destacar a interlocução mantida entre o *Ação Direta* e diversos militantes e periódicos em nível nacional e internacional. O jornal, frequentemente, pautava questões pertinentes à dinâmica dos trabalhadores nacionais (discutindo questões relacionadas a greves e a processo eleitoral, por exemplo), mas não se furtava de tecer críticas relacionadas a outros

---

<sup>541</sup> “Por um Sindicalismo Revolucionário – políticos, apolíticos e anti-políticos”. *Ação Direta*, n. 40, 30 ago. 1947, p. 3.

<sup>542</sup> “A história dirá algum dia a última palavra”. *Ação Direta*, 20 out. 1946, pp. 1; 4.

países, como a Espanha – sob o regime franquista –, a atuação das potências hegemônicas capitalistas e a URSS. Havia, ainda, divulgações relacionadas ao movimento anarquista internacional, publicando textos de militantes estrangeiros e de colaboradores<sup>543</sup>. Tratava-se, portanto, de uma lógica de atuação transnacional, com contínuo contato de militantes de nacionalidades distintas<sup>544</sup>.

Como forma de divulgação dos aspectos doutrinários e das propostas políticas dos libertários, o grupo editor do *Ação Direta* procurou implementar propostas de interação com seu público leitor. Por um breve período, foi publicada a seção “Pergunte o que quiser!”, que possibilitava ao leitor enviar suas dúvidas ao jornal. Na edição de dezembro de 1949, por exemplo, foram esclarecidas questões referentes às diferenças entre “anarquismo comunista”, “federalismo” e “sindicalismo”. Nas respostas, o grupo editor pretendeu objetividade e clareza, sintetizando os principais elementos relacionados a cada questão, além de recomendar leituras. Para definir o “anarquismo comunista”, por exemplo, publicou-se, entre outras coisas, que consistia em uma “sociedade sem governo ou outro instrumento de autoridade ou coerção, no qual todos os meios de produção – terras, minas, fábricas, meios de transporte, eletricidade – são possuídos e trabalhados em comum”<sup>545</sup>. Ademais, o jornal contou, em algumas edições, com a seção “Enquete”, na qual o leitor poderia avaliá-lo e encaminhar sugestões respondendo seis questões: “a) Que acham da apresentação?”; “b) Que acham dos artigos em geral?”; c) Que acham do curso de literatura?”; “d) Que acham de ‘Figuras do Anarquismo?’”; “e) Gostariam

---

<sup>543</sup> Na edição de junho de 1946, na seção “Informações, Imprensa e Propaganda”, foram publicados os jornais e revistas do exterior que eram recebidos “com regularidade”. Alguns exemplos valem ser mencionados. Do México, vieram, entre outros, *Tierra y Libertad* (Movimento Libertário Espanhol); *Regeneración* (Federação Anarquista Mexicana); da França: *Ruta* (Juventudes Libertárias da Espanha); *CNT* e *Solidariedad Obrera* (CNT espanhola); da África do Norte: *Solidariedad Obrera* (órgão da CNT espanhola na África); da Argentina: *La Protesta* (FORA). Ademais, o grupo editor do *Ação Direta* também comercializava jornais e outros materiais produzidos pela militância brasileira – por exemplo, o opúsculo de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, após sua publicação integral no jornal. “Informações, Imprensa e Propaganda”. *Ação Direta*, n. 7, 1 jun. 1946, p. 4.

<sup>544</sup> Os vínculos transnacionais estabelecidos por militantes libertários configuram um fenômeno recorrente desde, pelo menos, a virada do século XIX para o século XX. Em grande medida, isso se deu devido à dispersão dos militantes, que, por motivos como perseguições políticas, saíam de seus países de origem para se estabelecer em outras regiões. Um caso ilustrativo disso é o do anarquista italiano Oreste Ristori (1874-1943), que entre 1901 e 1936 se fixou em países como Argentina, Uruguai e Brasil, fundando periódicos e mantendo relações com outros militantes. Além da expressiva troca de publicações, campanhas de solidariedade e ações em conjuntos são elementos que resultaram de tais vínculos. Para se pensar alguns detalhes sobre o estudo do anarquismo em uma lógica transnacional: CUNHA, Eduardo Augusto Souza. **Para além das fronteiras: a história do anarquismo através da ótica transnacional. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos - História e Democracia.** 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502054088\\_ARQUIVO\\_Cunha,Eduardo-Paraalem dasfronteiras=ahistoriadooanarquismoatravesdaoticatransnacional.docx.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502054088_ARQUIVO_Cunha,Eduardo-Paraalem dasfronteiras=ahistoriadooanarquismoatravesdaoticatransnacional.docx.pdf)>. Acesso em 14 jan. 2020; sobre o militante Oreste Ristori, consultar: ROMANI, Carlo, op. cit., 2002.

<sup>545</sup> “Pergunte o que quiser!”. *Ação Direta*, n. 62, 17 dez. 1949, p. 3.

de ver *Ação Direta* mais doutrinária ou mais combativa?"; “f) Quais os assuntos que deveriam ser tratados para maior divulgação do nosso periódico?”<sup>546</sup>.

José Oiticica foi um dos principais articulistas do *Ação Direta*. Ao longo de 11 anos de contribuições, frequentes foram tanto as publicações de sua autoria quanto a divulgação de atividades de que fazia parte, como as habituais conferências. Entusiasta da retomada do jornal com quem colaborou por breve período no final da década de 1920, o professor anarquista foi um dos seus mais longevos diretores, ocupando essa posição desde a primeira edição. Em julho de 1947, entretanto, o jornal publicou uma breve nota esclarecendo que, embora ainda se mantivesse, para efeitos legais, como diretor responsável, ele foi substituído por Serafim Porto na direção de fato. As motivações não foram publicadas. Um descontente Oiticica, entretanto, enviou carta ao militante Pedro Catalo esclarecendo suas razões:

"Rio, 30-6-947

*Catalo:*

Escrevo-lhe para anunciar a vocês de São Paulo que, em reunião de sábado, 28, renunciei definitivamente à direção do nosso periódico *Ação Direta*. Seria longo e sem mais importância relatar o sucedido nessa reunião e ponderar os motivos que me levaram a tal procedimento. Resume-se tudo em que as censuras continuam, achando muitos, mormente os *jovens*, que o jornal não satisfaz. Como não sei fazer melhor, nem o posso ainda que soubesse, renunciei para que os que podem e sabem nos dêem uma cousa digna de nós todos.

Como aqui não é possível atuar nos sindicatos, nem achar locais para conferências ou festivais, fico na contingência de recolher-me à minha velhice e imprestabilidade, passando aos novos, dinâmicos e mais prendados que eu, a vanguarda do movimento anarquista no Brasil.

Pensava em ir aí este mês, porém, que vou eu fazer lá? É melhor que, em meu lugar, vão outros de mais préstimo.

Um abraço em cada camarada. Seu de sempre

*José Oiticica*<sup>547</sup>

Não constam, nas fontes consultadas, detalhes sobre a referida reunião do dia 28 de junho, que sacramentou a renúncia de Oiticica ao cargo de diretor do jornal. A carta evidencia, entretanto, o incômodo do professor, que sofreria contínuas “censuras” dos demais militantes, sobretudo dos mais jovens – que estariam insatisfeitos com as limitações do periódico. Como anteriormente apresentado, no processo de retomada da militância libertária no pós-Estado Novo, os mais jovens desempenharam um papel significativo, mantendo interlocução com militantes históricos – como o próprio Oiticica –, fundando suas próprias organizações e impulsionando seus periódicos. A renovação, aliás, era ponto fundamental para a que a militância se perpetuasse. A carta é indicativa, no entanto, que o processo não foi isento de

---

<sup>546</sup> “Uma ‘enquete’ de ‘Ação Direta’”. *Ação Direta*, n. 73, mar/abr. 1951, p. 2. Devido à ausência de alguns exemplares do *Ação Direta* nos arquivos consultados (Arquivo Edgard Leuenroth e o Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM), não conseguimos elencar quantas pessoas responderam as enquetes.

<sup>547</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993b, p. 176.



tensões entre as aspirações dos mais jovens e os métodos consagrados pelos militantes mais antigos ao longo de sua atuação.

O aborrecimento de Oiticica fica ainda mais patente quando afirmou que deveria passar “aos novos, dinâmicos e mais prendados” a “vanguarda do movimento anarquista no Brasil” – enquanto, ele, então com 65 anos, deveria se recolher à “velhice e imprestabilidade”. Expôs, ainda, as dificuldades com que a militância anarquista lidava no momento, não conseguindo atuar efetivamente no meio sindical ou mesmo encontrar locais para suas conferências e festas – práticas também comuns durante a Primeira República. Vale lembrar que os eventos descritos na carta remetem ao ano de 1947 e, apesar de a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro estar em funcionamento desde o ano anterior, a UARJ ainda não tinha sido fundada. Considerando que, posteriormente, a JARJ se integrou à UARJ – e ambas participaram do Congresso de 1948 com representantes próprios –, podemos considerar que, mesmo com as tensões geracionais, os anarquistas procuraram criar meios de impulsionar sua militância e incidir na realidade que estava posta.

O afastamento de José Oiticica da direção perdurou até o início de 1949; na edição de fevereiro, foi anunciado seu retorno ao posto<sup>548</sup> – ao passo que Manuel Perez, que já acompanhava Serafim Porto, seguiu como administrador do jornal. Ele permaneceu na direção até sua morte, em junho de 1957; sua substituta imediata foi Sônia Oiticica, sua filha<sup>549</sup>. Na edição de julho, que trouxe maiores detalhes sobre o falecimento e diversos textos em sua homenagem, Oiticica constava como “diretor fundador”. A menção ao seu nome enquanto fundador do *Ação Direta* permaneceu até a última edição do jornal, em 1959.

A despeito de aborrecimentos e contratempos, José Oiticica não deixou de publicar no *Ação Direta* mesmo quando esteve afastado da direção. Como de praxe em publicações das décadas anteriores, seus textos são variados, abrangendo diferentes assuntos sob uma perspectiva anarquista. Enquanto professor, sua preocupação com a divulgação de informações doutrinárias do anarquismo de maneira didática se fizeram evidente, tendo, como exemplo, a

---

<sup>548</sup> RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993a, pp. 39.

<sup>549</sup> Sônia Oiticica permaneceu como diretora do jornal até a edição de n. 129 (nov. 1958), quando foi substituída, “por motivos de força maior”, por Edgard Leuenroth, que permaneceu na direção até a derradeira edição, no ano seguinte. Edgar Rodrigues, que também colaborou com o jornal, afirmou, ao discorrer sobre a morte de José Oiticica, que a nomeação de Sônia contradizia a “praxe libertária” de nomear pessoas para a administração dos órgãos de imprensa após “reunião dos grupos responsáveis”. A preferência por Sônia, segundo Rodrigues, teria sido uma manobra de Dalmau, que contou com a avançada idade de Manuel Perez. Dalmau, de origem espanhola, foi qualificado como um “agente duplo” que teria se infiltrado nas fileiras do anarquismo brasileiro. O impasse resultou em reuniões entre militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, que decidiram afastar Dalmau e formar uma nova comissão de redação. Sobre a nota que divulga a assunção de Edgard Leuenroth ao cargo de diretor, consultar: “A direção de ‘Ação Direta’”. *Ação Direta*, n. 130, Nov. 1958, p. 1. Em relação ao relato de Edgar Rodrigues: RODRIGUES, Edgar. , op. cit., 1993a, pp. 131-133; 163-166.

publicação integral de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Além do aspecto doutrinário, se ocupou de discutir questões pertinentes ao cotidiano da classe trabalhadora, como o meio sindical. Temas como a influência da Igreja e mesmo o processo eleitoral também foram por ele analisados. As análises e críticas que desenvolveu sobre assuntos cotidianos se relacionam diretamente com os propósitos da militância anarquista de apresentar o anarquismo como alternativa política viável, interferindo de maneira concreta na realidade dos trabalhadores. Elencaremos alguns dos temas por ele debatidos nos textos assinados<sup>550</sup>.

A questão sindical foi abordada por Oiticica em edição de maio de 1946 do *Ação Direta*, em longo texto intitulado “Atuação anarquista nos sindicatos”. Iniciando-o com referências à publicação do jornal uruguaio *Solidaridad* – pertencente à Federación Obrera Regional Uruguay –, pontuou sobre a questão da organização dos anarquistas no meio sindical. Propôs que a militância latino-americana deveria criar, em todos os países da América, centrais aos moldes da Confederación Nacional del Trabajo (CNT) espanhola – um modelo para “plantar, mudar no solo da América”. Nesse sentido, defendia, portanto, a criação de uma central sindical com explícita hegemonia anarquista. Para sustentar seu argumento, utilizou como exemplo a Federação Operária Brasileira (FOB), afirmando que, antes de 1919, já possuía “tendência francamente anárquica”<sup>551</sup>. Sobre a relação entre o anarquismo e FOB, afirmou que:

Reforçando a opinião de Solidaridad afirmamos: "O Estado não pôde destruir nossa Federação. A união dos trabalhadores, com o método da ação direta, é realmente arma acima de qualquer estimação. A história minuciosa do movimento brasileiro de 1912 a 1919 o prova exuberantemente e mesmo depois, ainda sob o fascismo, após 1930"<sup>552</sup>.

Em seu balanço histórico sobre a atuação da organização entre a Primeira República e a década de 1930, Oiticica argumentou que a FOB teve importante participação nos eventos das grandes greves do final da década de 1910, fortalecendo-se. Nas décadas seguintes, no entanto, a organização teria enfrentado obstáculos que assim podem ser elencados: 1) a inserção do “bolchevismo”, tachado como “filho bastardo do socialismo, estatal, mascarado com o nome revolucionário; 2) o período de intensa repressão inaugurado pelos sucessivos estados de sítio de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes; 3) o “fascismo ministerial” de Lindolfo Collor, quando ministro do Trabalho durante a ascensão de Getúlio Vargas. Ao tratar do período getulista, inclusive, o anarquista assinalou que os comunistas teriam traído os trabalhadores ao aceitarem

---

<sup>550</sup> Devido à impossibilidade de analisar cada artigo publicado e por opção de recorte, selecionamos artigos circunscritos ao período correspondente à década de 1940, que nos serve como baliza temporal neste último capítulo. Como recorte temático, escolhemos três segmentos que marcaram sua atuação: a discussão sindical (classe), a atuação do Estado (política) e a crítica à Igreja (anticlericalismo).

<sup>551</sup> “Atuação anarquista nos sindicatos”. *Ação Direta*, n. 4, 7 mai. 1946, p. 3.

<sup>552</sup> “Atuação anarquista nos sindicatos”. *Ação Direta*, n. 4, 7 mai. 1946, p. 3.

a carteira de trabalho e a lei sindical, rejeitadas pela FOB<sup>553</sup>. A retomada de tais experiências teve, conseqüentemente, propósito de justificar a necessidade de se impulsionar, no contexto em que se inseria, a criação de novas organizações sindicais com uma linha política explicitamente anarquista, pois

De modo que, a experiência nos mostra que a luta principal há de ser, nos sindicatos, contra o [sic] partidos políticos mascarados de revolucionários. Todos eles, se os trabalhadores não lhes satisfazem as ambições, os traem com a mais objecta sem cerimônia [sic]<sup>554</sup>.

Em agosto de 1947, José Oiticica publicou o artigo “A Lei de Segurança”, que tratava da Lei então recém-aprovada por Eurico Gaspar Dutra no paulatino recrudescimento de uma concepção mais autoritária de projeto político – que redundou, entre outras coisas, na cassação do registro do PCB, relegado à clandestinidade<sup>555</sup>. Para ilustrar seu argumento, o professor libertário retomou parcialmente análises de Bakunin sobre o Estado Moderno<sup>556</sup>. Para não ser conquistado, o Estado Moderno, com tendência conquistadora, acaba por se constituir em um instrumento político dotado de poderio militar e ditatorial, cuja consequência, devido à centralização do poder, é a formação de uma burocracia. Dois Estados poderosos não poderiam existir simultaneamente; nesse sentido, a guerra se torna um processo inevitável, com ambos se fortalecendo. Como exemplo histórico, foi retomado o tema da Guerra Franco-Prussiana<sup>557</sup>.

Ainda segundo seus argumentos, a análise de Bakunin se confirmava, no período, devido ao conflito estabelecido entre os EUA e o “Estado Russo” – como definia a URSS. Na conjuntura internacional, era inaugurada a Guerra Fria; a tensão entre as duas potências hegemônicas de então se acirrava. Coerente com as definições do anarquista russo, Oiticica argumentava que:

O Estado Russo é um Estado cuja constituição já por si mesma é uma lei de exceção. Tudo ali está em função da hipertrofia estatal, cuja feição mais típica é sempre o militarismo ultracentralizador. Os Estados Unidos, para obviar as arremetidas do monstro moscovita, concentram e tumefazem suas forças e promulgam leis de segurança contra o inimigo externo infiltrado em sua própria casa<sup>558</sup>.

---

<sup>553</sup> “Atuação anarquista nos sindicatos”. **Ação Direta**, n. 4, 7 mai. 1946, p. 3.

<sup>554</sup> “Atuação anarquista nos sindicatos”. **Ação Direta**, n. 4, 7 mai. 1946, p. 3.

<sup>555</sup> SEGATTO, José Antonio. , op. cit., 2006, pp. 223.

<sup>556</sup> Segundo as concepções de Bakunin, o Estado Moderno constituía, na prática, um instrumento político de dominação de classe, estando o “Estado” e as diferentes formas de “dominação” relacionadas indissociavelmente. Essa lógica de dominação transcende as classes: com uma perspectiva expansionista, os Estados, em suas relações internacionais, são pautados pela conquista – o que fundamenta, por exemplo, o imperialismo. Existe, portanto, uma permanente necessidade do Estado aumentar sua força com dois propósitos: 1) evitar ser conquistado por outros Estados; 2) manter a ordem interna, perpetuando a dominação de classes. Ademais, tanto o Estado (poder político) quanto o capital (poder econômico) tendem à concentração e à busca de hegemonia por meio da formação de impérios. Para mais: CORRÊA, Felipe. **Teoria Bakuniniana do Estado**. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014, pp. 62-77.

<sup>557</sup> “A Lei de Segurança”. **Ação Direta**, n. 39, 8 ago. 1947, p. 1.

<sup>558</sup> “A Lei de Segurança”. **Ação Direta**, n. 39, 8 ago. 1947, p. 1.

Seguindo a lógica de combate ao “inimigo externo infiltrado em sua própria casa”, inaugurada pelo governo estadunidense, como o Brasil se inseria no conflito? Oiticica argumentou que o Brasil era um “país satélite”, girando “na órbita americana” e sem dela poder se “safar”. O estreito alinhamento brasileiro às estratégias dos EUA, que também integrava uma lógica de associação em prol de “um projeto de capitalismo” relacionado ao bloco internacional, resultou em um alinhamento político<sup>559</sup>. Oiticica pareceu não se surpreender com o estabelecimento de uma “lei de segurança”; considerava, no entanto, que, se “engatilhada aparentemente só contra a Rússia”, tinha os “requisites vivos de um fascismo em marcha acelerada”<sup>560</sup>. Em sua perspectiva, o combate a tais ações passava pelo combate aos “nobres” – as classes dominantes –, sob a perspectiva libertária:

Nossa **lei de segurança** é mero reflexo das medidas iniciais da rígida ofensiva planeada pelo estado-maior americano contra a Rússia. Brigam os nobres e apanham os pobres! — diz o rifão. Enquanto os pobres não compreenderem que as desgraças da humanidade decorrem todas de haver nobres, dos nobres pelo sangue ou pelo dinheiro. O remédio? Acabar com os nobres, como ensinamos nós, e só nós, os anarquistas<sup>561</sup>.

Assim como nas décadas anteriores, o anticlericalismo foi patente nas abordagens de Oiticica no *Ação Direta*. Assíduo frequentador de espaços anticlericais, conforme anteriormente exposto, fez da crítica à Igreja um dos instrumentos de propaganda do anarquismo. Em setembro de 1947, por exemplo, em artigo intitulado “Fala o Papa”, o militante discorreu sobre o que considerava hipocrisia do chefe da Igreja. Em discurso no mesmo mês, Pio XII teria conclamado que a chamada “Ação Católica”<sup>562</sup> agisse em defesa da “moral cristã”. Ademais, teria desejado “ardentemente a paz no mundo”<sup>563</sup>.

De maneira sarcástica – como era habitual em suas críticas ao clero –, José Oiticica procurou lembrar que as práticas históricas da Igreja estavam em evidente contradição com o discurso pacifista de Pio XII. Para tal, recorreu ao exemplo que colocou em xeque a chamada “Questão Romana”: o Tratado de Latrão, estabelecido, em 1929, por Pio XI e o Benito

---

<sup>559</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 198-199.

<sup>560</sup> “A Lei de Segurança”. **Ação Direta**, n. 39, 8 ago. 1947, p. 1.

<sup>561</sup> “A Lei de Segurança”. **Ação Direta**, n. 39, 8 ago. 1947, p. 1.

<sup>562</sup> Estabelecida durante o pontificado de Pio XI, a Ação Católica consistia em um “movimento mundial com ramificações em vários países”, tendo, como objetivo, “evangelizar as nações”. O ramo brasileiro se efetivou de fato na metade da década de 1930, organizado pelo cardeal D. Leme. Consultar: AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA (ACB). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>. Acesso em 17 jan. 2020.

<sup>563</sup> “Fala o Papa”. **Ação Direta**, n. 41, 26 set. 1947, p. 2.

Mussolini – “o homem da Providência” da Igreja, segundo o professor anarquista. Como resultado do acordo, a Igreja se tornou cúmplice dos planos expansionistas do líder fascista – não condenando as ações da Itália na Segunda Guerra Mundial:

E que fez Mussolini com aprovação irrestrita do papado? Fez a segunda grande guerra. Mussolini militarizou a pacífica Itália e, pelo tratado de Latrão, foi entregue aos padres a assistência religiosa nos quartéis, a assistência religiosa nos três graus do ensino, na direção mental e moral da juventude. Que pregava Mussolini? A supremacia italiana pela força, pela ameaça e, para isso, pela negação total da liberdade, pela ditadura mais execranda da história. E o papa com ele e a Igreja benzendo espadas, galhardetes, passeando sempre ao lado de Mussolini, rindo com Mussolini, apoiando os arreganhos canibais de Mussolini<sup>564</sup>.

Oiticica também apontou a complacência da Igreja para com as aspirações expansionistas de Mussolini na Abissínia e na Albânia. Reforçando a prática contraditória da Igreja, foi crítico ao apoio por ela dado à ascensão de Franco na Espanha. A Igreja pregaria aos católicos “obediência às autoridades legitimamente constituídas”; a revolta de Franco contra o governo republicano, portanto, configuraria um “crime”. Para o anarquista, mais do que, simplesmente, tolerar, a Igreja Católica colaborou diretamente, uma vez que a Falange espanhola depositaria suas armas nos “conventos, mosteiros, casas de ensino e sacristias”<sup>565</sup>.

No mês seguinte, José Oiticica estendeu suas críticas ao pronunciamento de Pio XII. Novamente, procurou se utilizar de um balanço histórico em seus argumentos. Em seu discurso, o papa teria reclamado da perseguição que os católicos sofriam na Iugoslávia. O anarquista, por sua vez, replicou que a Igreja, dada a aliança com Franco, Mussolini e o próprio histórico de perseguições, não teria “autoridade” para tratar do assunto. Seu incômodo maior, entretanto, voltou-se ao pedido de Pio XII para que os homens trabalhassem em prol de “uma distribuição mais justa da riqueza”<sup>566</sup>.

Oiticica retomou a crítica anarquista contra o acúmulo de riquezas “nas mãos de alguns, seja esse alguns, indivíduos, grupos, companhias ou Estados”. Nesse sentido, a própria Igreja seria um elemento de concentração de riquezas, aspecto que se evidenciaria por meio do acúmulo de ouro e de propriedades que a instituição religiosa amealhou durante séculos. Essa riqueza contrastaria com a pobreza generalizada:

[...]. Em vez disso, o anacrônico e ridículo papa ousa afrontar o pauperismo universal saindo a público no seu trono de ouro, carregado por proletários, numa ostentação de opulência e soberba revoltante. Nenhum rei ousaria hoje passear sua vanglória encarapitado numa cadeira de ouro<sup>567</sup>.

---

<sup>564</sup> “Fala o Papa”. **Ação Direta**, n. 41, 26 set. 1947, p. 2.

<sup>565</sup> “Fala o Papa”. **Ação Direta**, n. 41, 26 set. 1947, p. 2.

<sup>566</sup> “Outras cousas disse o Papa”. **Ação Direta**, n. 42, 15 out. 1947, p. 1.

<sup>567</sup> “Outras cousas disse o Papa”. **Ação Direta**, n. 42, 15 out. 1947, p. 1.

Ao retomar a lógica de “distribuição mais justa de riqueza”, proposta pelo papa, Oiticica argumentou, ainda, que tal distribuição seria com base na encíclica *Rerum Novarum*, na qual “o manhoso Leão XIII”, espantado com o crescimento do sindicalismo graças à Primeira Internacional, utilizou-se de um “meio sorrateiro de se fazer também socialista”. Segundo o anarquista, embora a Igreja considerasse a propriedade privada um “direito sagrado”, a publicação da encíclica constituiu um instrumento de relativização do e direito de propriedade<sup>568</sup>: não mais poderia ser o “poder absoluto de monopolizar riquezas”. A ação da Igreja, nesse sentido, teria sido uma tentativa de se rearranjar diante do crescimento do movimento sindical e do socialismo revolucionário:

Aceitam, contra a vontade, a afirmação básica do socialismo revolucionário. Fazem-no, repetimos, a contragosto, constringidos pelas greves, sabotagens, ocupações, revoltas contínuas dos oprimidos. Cedem à onda revolucionária, hoje levada avante exclusivamente pelos anarquistas, os revolucionários apolíticos, os únicos conscientes, conforme ensina a história de um século, de que somente a ação direta dos trabalhadores, a revolução dos explorados, poderá promover a queda total do regime de propriedade só defendido pelos ladrões, ladrões de toga ou batina<sup>569</sup>.

Assim como nas décadas anteriores, portanto, José Oiticica se utilizou da imprensa anarquista como um privilegiado instrumento de propaganda da ideologia libertária. No *Ação Direta*, ao longo de 11 anos de contribuições, tratou de diversos temas sob a perspectiva anarquista. Os artigos apresentados por ele assinados são indicativos disso. No processo de rearticulação da militância anarquista na conjuntura que se inaugurou com o fim do Estado Novo, Oiticica foi um dos mais ativos militantes. Era uma conjuntura que trazia novos desafios e possibilidades, como a renovação da militância libertária por meio do contínuo contato entre antigos e jovens militantes. Procurou incidir concretamente, participando de ações de propaganda, de congressos e de conferências. Mesmo quando afastado da direção do jornal, não deixou de colaborar. Sua atuação na propaganda libertária só foi interrompida por um fator incontornável: a morte repentina, em 1957.

---

<sup>568</sup> A encíclica *Rerum Novarum* trouxe algumas considerações sobre a propriedade privada, legitimando-a tanto com base nas leis civis quanto nas religiosas. Nesse sentido, assume uma posição frontalmente contrária à propriedade coletiva, preconizada pelo socialismo. Para a Igreja, a conversão da propriedade particular em propriedade coletiva deixaria o trabalhador em condições ainda mais precárias, uma vez não poderia fazer livre uso de seu salário e “toda esperança e toda a possibilidade de engrandecerem seu patrimônio e melhorarem a sua situação” seriam perdidas. Caberia, portanto, ao Estado defender a propriedade particular. Ademais, o documento se mostra contrário ao direito de greve, qualificando-o como uma “desordem grave e frequente”, que geraria dano não apenas aos patrões e operários, mas ao comércio e aos interesses comuns. Suas expectativas, portanto, eram totalmente opostas ao que anarquistas e outros militantes do campo da esquerda defendiam. Consultar: *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Leão XIII. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Acesso em 17 jan. 2020.

<sup>569</sup> “Outras cousas disse o Papa”. *Ação Direta*, n. 42, 15 out. 1947, p. 1.

## 4.2 “O LIVRO DO PROFESSOR OITICICA”: PROPOSIÇÕES E CONCEPÇÕES LIBERTÁRIAS DE JOSÉ OITICICA

Entre as obras de cunho político publicadas por José Oiticica no decorrer de sua trajetória militante, “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” talvez configure seu projeto mais ambicioso. A proposta, efetivamente, consiste em sistematizar alguns dos preceitos basilares do anarquismo, além de divulgar suas propostas. Seu contexto de produção, de divulgação e suas intencionalidades são passíveis de algumas considerações. A obra equivale a um extenso material que aborda questões caras à militância libertária. Podemos citar, de maneira sintética, três tópicos principais, que abrangem diferentes problemáticas: 1) os papéis desempenhados pelo Estado e pela propriedade privada enquanto estruturas de dominação; 2) os fundamentos que caracterizam a proposta anarquista, bem como os meios para atingir seus objetivos finalistas; 3) a rivalidade com outras correntes políticas do campo da esquerda, apresentando o anarquismo como uma alternativa política viável – e ideal – de transformação da estrutura social.

Ponto importante da obra, a sistematização que Oiticica realizou não consiste, simplesmente, na transcrição de discussões realizadas por expressivos militantes do anarquismo, como os russos Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin. Sem perder suas referências teóricas anárquicas do horizonte, ele apresentou, em grande medida, concepções políticas próprias a respeito do anarquismo e meios para as transformações sociais. Vale destacar que não se tratam de reflexões construídas isoladamente, tendo em conta os debates e as experiências desenvolvidas enquanto militante anarquista ao longo do tempo. Trata-se, também, do resultado de um processo de maturação teórica de suas perspectivas. No decorrer do texto, é possível constatar elementos que estiveram presentes em abordagens em pauta desde, pelo menos, o início da década de 1910, quando se inseriu de fato na militância anarquista. Conceitos desenvolvidos no artigo “O desperdício da energia feminina”, datado de 1915<sup>570</sup>, são retomados em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Propostas referentes à organização futura da sociedade e princípios que regeriam o anarquismo, publicados em panfleto quando da sua atuação no Partido Comunista do Brasil, em 1919, também se fazem presentes de maneira sistemática.

De acordo com José Oiticica, o texto foi redigido originalmente em meados de 1925, durante o período em que esteve encarcerado nas ilhas do Rio de Janeiro devido ao estado

---

<sup>570</sup> O artigo foi publicado nos cinco primeiros números da revista anarquista *A Vida*.

de sítio de Artur Bernardes<sup>571</sup>. Sua publicação efetiva, no entanto, foi adiada por duas décadas. Entre a edição de 1º de maio de 1946 e a de 1º de maio do ano seguinte<sup>572</sup>, “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” foi a público de forma capitular, graças à sua extensão<sup>573</sup>. Embora exista tamanha distância temporal entre a redação do texto e sua publicação, o autor, aparentemente, fez poucas alterações em seu conteúdo: em grande medida, o texto abrange questões e fatos relacionados, sobretudo, à década de 1910 e à parte da década de 1920. Podemos constatar, no entanto, elementos que identificam alterações posteriores ao ano de 1925 – ainda que Oiticica trate o texto, mais de uma vez, como um produto específico do referido ano. Ao abordar relação entre Estado e Igreja, por exemplo, o professor anarquista discorreu brevemente sobre a assinatura do Tratado de Latráo, de 1929:

[...] b) recentemente, o déspota italiano, Benito Mussolini, ateu confesso e escandaloso, tendo usurpado o poder, assinou com o atual papa Pio XI o vergonhosíssimo tratado de Latrao, no qual a Igreja se vendeu torpemente ao tirano por 750 milhões de liras italianas à vista e um bilhão deliras a juros anuais de 5%, afora inúmeros privilégios, muitos deles rendosíssimos<sup>574</sup>.

Considerando o uso do advérbio “recentemente” e o fato de que o pontificado de Pio XI vigorou até 1939, quando da sua morte, podemos supor que as alterações realizadas por Oiticica, nesse ponto, foram realizadas entre 1929 e os primeiros anos da década de 1930. Como possível referência, vale lembrar que, em 1933, publicou, no jornal *A Lanterna*, o artigo “E amanhã?”, sendo crítico da aliança “de cama e mesa” entre o papa e o fascista Benito Mussolini<sup>575</sup>.

Examinarmos alguns aspectos se faz necessário: supondo que as dificuldades impostas pelo Estado aos anarquistas tenham sido determinantes para que o texto não fosse publicado

---

<sup>571</sup> Na seção destinada ao texto parcial de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” do n. 11 do *Ação Direta*, consta uma breve nota de rodapé com a seguinte informação: “Não esquecer que isso foi escrito em 1925, na prisão da Ilha das Flores, em tempos de Bernardes”. Ademais, segundo texto publicado sobre a entrevista de Oiticica concedida à revista *O Cruzeiro*, em 1953, ele afirmou que a obra nasceu “dessa excursão pelas ilhas cariocas”. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 11, 29 jun. 1946, p.2; CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>572</sup> Mais precisamente, entre o n. 3 e o n. 34 do jornal.

<sup>573</sup> Segundo Cristina Aparecida Reis Figueira, o texto foi, pela primeira vez, publicado em 1926, no formato de folheto. Embora reconhecamos a plausibilidade de ao menos parte da publicação ter se concretizado no período, não encontramos nenhuma evidência desse folheto em diferentes segmentos: jornais da imprensa militante; na grande imprensa; na compilação documental realizada por Edgar Rodrigues; nos arquivos do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Vale lembrar que Figueira teve acesso, por intermédio de Sônia Oiticica, ao acervo pessoal de José Oiticica, no qual poderia ter encontrado esse documento. Não constam, porém, referências sobre esse dado. Nesse sentido, optamos por considerar a informação corroborada pela entrevista concedida à revista *O Cruzeiro*: o texto “só veio a ser impresso vinte anos depois” do período de cárcere. Consultar: FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., p. 183; CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. *Revista O Cruzeiro*, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>574</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 10, 22 jun. 1946, p.2.

<sup>575</sup> OITICICA, José. “E amanhã?”. *A Lanterna*, n. 354, 13 jul. 1933, p. 1. Esse texto foi analisado no Capítulo 3 dessa dissertação.



antes da década de 1940, qual a relevância de fazê-lo depois de tanto tempo? O texto contém muitos elementos críticos pertinentes a eventos – nacionais e internacionais – das décadas de 1910 e 1920, sobretudo em relação à Revolução Russa e à URSS. As críticas teóricas ao marxismo e a oposição aos bolcheviques, aliás, são relativamente recorrentes. Além de ponderarmos sobre as razões que impediram que fosse publicado anteriormente, importa refletirmos sobre o que, afinal, poderia ter sido decisivo para sua publicação naquele contexto em específico. Nossas hipóteses partem da necessidade de intervenção na realidade concreta dos trabalhadores e mesmo da militância em um momento no qual os anarquistas se rearticulavam de maneira organizada. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, além de apresentar a sistematização da ideologia anarquista – sobretudo sob a perspectiva de José Oiticica –, também legou o projeto de organização social e de seu funcionamento com a Revolução Social. Tratava-se de uma forma de pontuar o anarquismo como uma alternativa política viável e necessária<sup>576</sup>:

Ora, o anarquismo é a doutrina social de uma organização da produção, distribuição e consumo das riquezas sem propriedade. [...].

Os anarquistas estão convencidos da exequibilidade da sua concepção e, para realizá-la, pregam sua doutrina, sofrem toda a feroz repressão da burguesia, morrem na forca, na guilhotina ou varados dos fuzis, mas cada vez mais tenazes na luta, porque trabalham pelo bem da humanidade [sic]<sup>577</sup>.

A divulgação dos preceitos do anarquismo como ferramentas de transformação social para combater as relações de dominação historicamente impostas passava, também, pela disputa política com adversários do campo da esquerda. Como já apresentado, no período, sobretudo os comunistas – articulados no PCB – possuíam substancial força política e os embates com eles, travados pela imprensa anarquista, não foram reduzidos. Nesse sentido, o texto de José Oiticica pretendeu fazer frente principalmente a esses rivais, discorrendo suas críticas tanto à organização do bolchevismo na Rússia quanto a elementos fundamentais do marxismo. Retomando a Revolução Russa, o professor afirmou o protagonismo dos anarquistas no processo revolucionário:

118 — *O bolchevismo* — Outra experiência do marxismo temos nós com o bolchevismo. Aproveitando **a revolução russa de 1917, promovida e realizada pelos anarquistas russos**, os bolchevistas, bem organizados e comandados por Lênin e melhor por Trotzky, apossaram-se traiçoeiramente do poder e instituíram o Estado Socialista russo, passagem obrigada, segundo eles, para o comunismo integral.

---

<sup>576</sup> Para corroborar essa hipótese, é pertinente retomar que, no final de 1945, Moacir Caminha publicou as “Bases Constitucionais da República Comunista Libertária do Brasil” no jornal *Remodelações*. Ademais, José Oiticica republicou, no mesmo periódico, os “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, originalmente datado de 1919. Havia, portanto, preocupação de apresentar as propostas anarquistas como exequíveis, fornecendo, para tanto, as bases para uma possível sociedade futura. Sobre os dois documentos: RODRIGUES, Edgar. **Op Cit.**, 1992, p. 29.

<sup>577</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 10 ago. 1946, p.2.

Propunham-se realizar o plano de Marx e, para isso; 1º — proclamaram a ditadura do proletariado; 2º — decretaram as terras, as fábricas, os instrumentos de trabalho propriedade do Estado; 3º — declararam que todo o poder caberia aos soviets (assembléias) — dos operários, soldados e camponeses [grifos nossos]<sup>578</sup>.

De acordo com Oiticica, para os anarquistas, os métodos bolchevistas – e, no geral, os defendidos por Marx – inviabilizariam a realização do chamado “comunismo integral”. O anarquismo, na sua feição “anarquista comunista”, portanto, seria a única possibilidade de concretização de uma organização social comunista. Sintetizando a teoria e a prática dos comunistas – incluindo, no grupo os bolcheviques – como um tipo autoritário de socialismo, o militante libertário estendeu suas críticas à “ditadura do proletariado”, defendida pelos adeptos das concepções marxianas. Ademais, procurou combater o estigma dos anarquistas como meros idealistas<sup>579</sup>, apresentando as inconsistências que pautavam os comunistas:

Realmente, os anarquistas condenam esse socialismo e particularmente o bolchevismo pelas seguintes razões: 1º — é insensato manter o Estado, a propriedade sob a forma estatal, a moeda, a autoridade, a burocracia, todas as instituições capitalistas, como meio de passagem para o comunismo, quando nada impediria se iniciasse logo o regime comunista. Os bolchevistas se defendem dessa acusação afirmando que, na Rússia, as circunstâncias obstaram à instituição *imediate* do comunismo; que eles não são *sonhadores* como os anarquistas, mas homens práticos, observadores exatos das condições históricas e mesológicas e por isso tiveram de caminhar um pouco sem ir a fundo, logo de vez, ao comunismo integral. Essa defesa é inconsistente. Longe de se pautarem pelas circunstâncias, os bolchevistas, neste particular, não fizeram mais que, de caso pensado, impor às circunstâncias ideias preconcebidas. Com efeito, a teoria do Estado intermediário já vem desde Karl Marx e a ditadura do proletariado se acha, tal qual a exercem os bolchevistas, no *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Demais, os bolchevistas, muito de propósito, destruíram a organização essencialmente comunista que o anarquista Nestor Makhno e seus camaradas iniciaram com admiráveis resultados. 2º — É impossível e absurdo querer passar ao *comunismo integral* servindo-se do Estado como órgão transformador, por ser ele um aparelho diametralmente oposto ao comunismo e seu maior impecilho [sic].

“A Doutrina Anarquista Ao Alcance de Todos”, por conseguinte, constituiu uma das frentes de propaganda da militância libertária no sentido de divulgar suas concepções políticas e propostas organizativas e revolucionárias<sup>580</sup>. Reiterando esse esforço, quando do final da

---

<sup>578</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 28, 30 dez. 1946, p.2.

<sup>579</sup> A pecha de “idealistas” ou mesmo de “sonhadores”, frequentemente, foi atribuída aos anarquistas. Para George Woodcock, por exemplo, a defesa anarquista da utilização da violência como meio fundamental para a realização da Revolução Social configurava, após a Comuna de Paris (1871), “uma aura romântica”, integrando um “mito revolucionário” que pouco teve a ver com a realidade de muitos países. Marxistas como o russo Kolpinsky, ao compilar, no contexto da propaganda soviética, textos de Marx, Engels e Lênin sobre o anarquismo, qualificavam-no como uma ideologia “utópica”, “idealista”, “pequeno-burguesa” e “voluntarista” – em contraste com os preceitos do marxismo, o “socialismo científico”. Essas leituras, no entanto, não são únicas: para outros estudiosos do anarquismo, como Corrêa, tais conclusões são resultantes tanto de abordagens com problemas metodológicos quanto por vieses ideológicos, uma vez que o anarquismo, como parte da tradição iluminista, baseava-se em princípios racionais e até de matriz materialista. Consultar: WOODCOCK, George. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas**– v. 1: a ideia. Porto Alegre: L&PM, 2007, pp. 14-15; CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2015, pp. 98-100.

<sup>580</sup> Segundo Malatesta, a propaganda tinha como função elevar o nível moral das massas e induzi-las a conquistarem, por si próprias, sua emancipação. Os anarquistas, portanto, utilizavam a propaganda como

publicação integral no *Ação Direta*, o texto passou a ser publicado e vendido em formato de livro<sup>581</sup>. José Oiticica destacou a importância que assumia a propaganda para os anarquistas: ao mostrar os males do capitalismo e os problemas resultantes da propriedade, paulatinamente se operaria uma mudança na mentalidade no sentido de apresentar o comunismo como real solução. Um ponto interessante, nesse trecho, é que o anarquista tinha uma concepção teleológica em relação ao fim do Estado: cedo ou tarde, a humanidade prescindiria do “trambolho” mesmo sem o próprio anarquismo. A propaganda tinha o papel de contribuir com a aceleração desse processo:

72 — *A propaganda anarquista* — Compreendendo que a tendência dos homens é a associação livre, fora da ingerência governamental, os anarquistas desejam apressar o advento desse sistema associativo integral como forma única de organização humana. A humanidade, ainda sem a doutrina anarquista, chegaria, pouco a pouco, a libertar-se do trambolho - Estado; mas, tal evolução seria penosíssima e extremamente lenta.

Mostrando os males do capitalismo, analisando minuciosamente os vícios profundos decorrentes da injustiça fundamental que é a propriedade da terra, o anarquismo apresenta aos homens o comunismo como solução da perpétua crise humana, abre os olhos aos cegos ou incautos, preparando assim a mentalidade coletiva para operar rapidamente a colossal transformação redentora<sup>582</sup>.

“A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, como o próprio título prediz, possuía a pretensão de ser acessível a quem pudesse se interessar pelo anarquismo – lembrando que era destinada, primordialmente, aos trabalhadores. Enquanto professor, não é de se estranhar a preocupação de Oiticica com a didática e com as formas de exposição do conteúdo. A obra se divide em quatro partes. Na primeira parte, Oiticica se dedicou a analisar os problemas sociais como resultantes da propriedade privada, tendo o Estado, enquanto a organização política da autoridade, o papel de zelar pela manutenção da propriedade e das relações sociais em voga. Na segunda, constam argumentações no sentido de enfatizar a exequibilidade do anarquismo, os caminhos para se chegar ao “comunismo integral” e os principais adversários no campo da esquerda. A terceira parte, por sua vez, tem como foco um projeto de organização social, tendo como base o federalismo e maneiras de se organizar a produção, a distribuição dos produtos, a

---

“fermento” para impulsionar suas ideias revolucionárias junto às “massas”, partindo do princípio de que elas deveriam se libertar por si mesmas. Nesse sentido, a militância não reivindicava, para si, um papel de “vanguarda”, no sentido de dirigir o processo. Ainda de acordo com o italiano, o trabalho de propaganda deveria receber o máximo de publicidade. MALATESTA, Errico. , op. cit., 2008, p. 31.

<sup>581</sup> “O livro do prof. Oiticica”. *Ação Direta*, n. 43, 22 dez. 1947, p. 2. Além do livro publicado em 1947, constam edições posteriores: uma de 1954, publicada pela Editora Germinal (presente no acervo da Biblioteca Nacional); outra de 1983, da Editora Econômica – sendo, na verdade, um fac-símile da segunda edição; uma quarta edição com data não identificada (não localizamos o exemplar) e uma quinta edição, datada de 2006 e lançada pela Editora Achiamé. Para suprimos algumas lacunas durante a pesquisa, uma vez que nem todas as edições do jornal *Ação Direta* estão disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) ou no Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem), utilizamos a edição de 1983 como referência. A edição de 2006, por sua vez, é facilmente encontrada online e está disponível em: <<https://we.riseup.net/anarkialibraro/doutrina>>. Acesso em 12 jan. 2020.

<sup>582</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 18, 31 ago. 1946, p.2.

educação e mesmo a família. Por fim, na quarta parte, o professor libertário se propôs a indicar os métodos para a transformação social, explorando criticamente as propostas dos adversários do campo da esquerda e apresentando a solução anarquista como a ideal – utilizando, para tanto, o histórico do movimento makhnovista como exemplo concreto desse processo.

De maneira geral, o conteúdo é disposto por intermédio de tópicos numerados relacionados entre si, estabelecendo uma lógica de complementação. Oiticica partiu da apresentação de conceitos mais básicos para, pouco a pouco, introduzir os mais complexos, concatenando-os. O texto foi dividido em 123 notas, que variam de extensão. As notas ainda poderiam ser divididas em tópicos, caso houvesse necessidade explicativa. Tais métodos de exposição de conteúdo não foram uma exclusividade dessa obra, sendo uma característica que pautava José Oiticica tanto na produção de seus artigos quanto na de obras relacionadas à filologia, como o “Manual de Análise” (1919) e o “Manual de Estilo” (1926)<sup>583</sup>.

Mediante os dados apresentados, este capítulo não tem como propósito aprofundar em todos os aspectos de tão vasta obra – o que demandaria, na verdade, uma pesquisa mais detida à fonte em específico, transcendendo os limites da dissertação. Optamos, então, por explorar alguns dos principais conceitos utilizados por José Oiticica para balizar suas perspectivas anarquistas e suas propostas de organização social. Os pontos a serem analisados abrangem: 1) As ferramentas analíticas de José Oiticica; 2) A concepção de Estado; 3) Propostas para uma organização social comunista anárquica. Nosso objetivo engloba, também, identificar os elementos presentes em suas concepções que são representativos de sua maturação teórica, envolvendo pontos apresentados em períodos anteriores e aprofundados nessa obra.

#### **4.2.1 Ferramentas de análise**

No decorrer de sua trajetória, José Oiticica foi um profundo defensor da ciência. Essa defesa não se limitava à inserção dos preceitos científicos nos processos de ensino-aprendizagem enquanto professor, sendo, também, um elemento primordial de suas considerações a respeito do anarquismo. O breve período em que cursou Medicina, no começo

---

<sup>583</sup> Segundo Figueira, de forma recorrente, José Oiticica se utilizava da maiêutica na construção de seus artigos e obras, partindo do mais simples para o mais complexo. Ademais, compreendia as possibilidades do anarquismo como método educacional, tendo como cerne, entre outras coisas, o autodidatismo. O professor anarquista, além das influências de Ferrer e da École des Roches, teve, como referência, Jan Amos Comenius, autor da “Didática Magna”. Entre outras coisas, a estrutura educacional que defendia partia “das coisas mais gerais para as mais particulares”, “das mais fáceis para as mais difíceis” e levava em conta a “experiência direta”. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” e os manuais mencionados, portanto, seriam resultantes dessas concepções educacionais. FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., pp. 187-190.

do século XX, por exemplo, propiciou um incentivo para sua aproximação das ciências naturais; anteriormente, sua formação no curso de Direito lhe proporcionou contato com as ciências humanas<sup>584</sup>. Em 1919, no panfleto com os “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, o anarquista definiu que somente “pela ciência se pode reorganizar a sociedade e manter-se com proveito”<sup>585</sup>.

Como resultado dessas influências, Oiticica desenvolveu uma abordagem científicista<sup>586</sup> para explicar os fenômenos sociais. Ao desenvolver suas análises, procurou elaborar explicações sociológicas partindo de conceitos relacionados às Ciências Naturais. Nesse sentido, os preceitos da Energética foram cruciais. Os fenômenos sociais, em sua perspectiva, estariam diretamente relacionados às “energias universais”.

Conforme apresentou no início de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, o corpo humano seria um “equilíbrio de energias entre as energias universais”, que também regeriam o mundo. O corpo seria “máquina” capaz de transformar “energias cósmicas, absorvidas no alimento e no ar respirado” para lhes aproveitar de forma conveniente. A degradação corporal e a morte, conseqüentemente, seriam produto da incapacidade da “máquina” em transformar essas energias cósmicas<sup>587</sup>.

De acordo com Oiticica, as energias poderiam ser divididas em dois grupos: *favoráveis* e *desfavoráveis*. Elas poderiam variar conforme as circunstâncias: uma cachoeira, por exemplo, seria desfavorável se apenas perturbasse a navegação de um rio; no entanto, caso utilizada para geração de energia elétrica, teria seu potencial convertido à favorável. As noções de “bem” e “mal” partiriam justamente do caráter *aproveitável* das energias: seria “bem tudo quanto

---

<sup>584</sup> FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. , op. cit., p. 148.

<sup>585</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 5.

<sup>586</sup> José Oiticica foi bastante influenciado pelos geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Piotr Kropotkin, também defensores da perspectiva anarquista comunista. Em 1919, inclusive, no artigo “O que são”, afirmou que o russo foi “o escritor que mais profundamente penetrou na futura organização anárquica”. Reclus e Kropotkin, além de militantes, também foram cientistas. Foram diretamente influenciados pelas ideias de Charles Darwin, mas se opunham enfaticamente ao darwinismo social. Para Kropotkin, por exemplo, a própria “anarquia” era considerada uma “ciência”, com bases materialistas – a defesa de um “anarquismo científico”, assim como Marx defendia um “socialismo científico”. Vale pontuar, no entanto, que tais concepções não foram unanimidade entre os anarquistas. Para o italiano Errico Malatesta – também defensor da concepção anarquista comunista – o anarquismo consistia em uma “aspiração humana” que “não se funda sobre nenhuma necessidade natural verdadeira ou suposta, mas que poderá se realizar segundo a vontade humana”. Sendo uma ideologia, não deve ser confundido nem com a ciência, nem com a filosofia – ainda que possa se utilizar de ambas. Salientando a ciência como um instrumento de poder, foi crítico tanto de Kropotkin quanto do científicismo da segunda metade do século XIX – inclusive entre anarquistas e marxistas. Consultar: OITICICA, José. “O que são?”. **Spártacus**, n. 19, 6 dez. 1919, p. 1; FERRETTI, Federico. Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Piotr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, pp. 1-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/hcsm>>. Acesso em 14 jan. 2020; MALATESTA, Errico. **Pensamiento y acción revolucionários**. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007, pp. 39-43.

<sup>587</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

concorre para manter ou aumentar energias aproveitáveis, e mal tudo quanto concorre para diminuir ou estorvar o aproveitamento dessas energias”<sup>588</sup>.

Os seres humanos teriam cinco feições próprias de energias: *físicas* (vigor e saúde), *mentais* (inteligência e cultura); *morais* (vontade e caráter); *práticas* (habilidade e vocação) e *sociais* (altruísmo e sociabilidade). Elas são o resultado do processo de transformação das energias cósmicas. Com base nelas, inclusive, o sistema educacional da sociedade futura deveria ser estabelecido<sup>589</sup>. O “problema humano”, portanto, partiria desses preceitos energéticos:

7 — O problema humano consiste em *obter da terra a maior soma de felicidade geral*.

Isso consegue-se, antes de tudo, pela ciência, porque só ela estuda as energias naturais, descobre os meios de aproveitá-las, ou desviá-las se são desfavoráveis<sup>590</sup>.

Para José Oiticica, o maior desafio da humanidade seria obter uma grande soma de *felicidade geral*. Sua preocupação com a felicidade não era nova: no folheto de 1919, alguns pontos nesse sentido já haviam sido apresentados:

- I. Os homens se associam para garantir sua existência e reprodução, obter o máximo de felicidade, melhorar a espécie física, mental e moralmente.
- II. O máximo de felicidade de um depende do máximo de felicidade de todos.
- III. Não correspondendo o regimen social vigente a tais fins, achamos indispensável uma reorganização completa da sociedade<sup>591</sup>.

A subversão da ordem social vigente, portanto, seria imprescindível para a obtenção da satisfação plena do indivíduo. Seu projeto de sociedade, em 1919, parece vinculado a uma perspectiva de felicidade individual e coletiva. Para que um indivíduo obtivesse o “máximo de felicidade”, a sociedade também deveria ter acesso a ela, isto é, a felicidade isolada/individualizada, por si só, seria incompleta, uma vez que não haveria reciprocidade com o grupo social, a coletividade. A proposta do anarquista, portanto, não se baseava em um individualismo absoluto em detrimento da sociedade. A felicidade individual seria interdependente da felicidade coletiva<sup>592</sup>. Retomando o excerto de “A Doutrina Anarquista ao

---

<sup>588</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

<sup>589</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

<sup>590</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

<sup>591</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 5.

<sup>592</sup> Interessante notar a possibilidade de se traçar um paralelo com a concepção de liberdade de Mikhail Bakunin. Para o russo, o indivíduo só seria livre quando todos que o cercassem fossem “igualmente livres”, sendo “a liberdade do outro” não um limite, mas uma “condição necessária” e “confirmação” da própria liberdade. A liberdade, portanto, transcenderia o individualismo, sendo um bem coletivo, socialmente legitimado. Oiticica, por sua vez, utilizou a “felicidade” num sentido semelhante, uma vez que o indivíduo só teria “máxima felicidade” se todos os outros também a tivessem. Em outro texto, Bakunin, ao tratar do “amor humano”, afirmou que ele consistia em uma “imensa solidariedade natural” que religaria todos os povos, tornando “a felicidade e a liberdade de cada um dependentes da liberdade e da felicidade de todos os outros”. As referências, respectivamente, estão em: BAKUNIN, Mikhail. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 42;

Alcance de Todos”, a obtenção da felicidade passaria pelo aproveitamento das energias, que melhor se faria pelos auspícios da ciência.

A partir da preocupação com a obtenção da felicidade, José Oiticica discorreu sobre as causas primordiais da *infelicidade* humana. Ela poderia ser de duas ordens: naturais e artificiais. No primeiro caso, seriam as energias cósmicas desfavoráveis que escapam ao controle humano: erupções, terremotos, fenômenos climáticos etc. As artificiais, entretanto, teriam relação direta com a organização social. A escravidão, o militarismo, a miséria e a prostituição seriam exemplos ilustrativos da infelicidade artificial. Suas causas, entretanto, partiriam de um único fator: a *propriedade*<sup>593</sup>.

A *propriedade* teria relação direta com o *trabalho*. Sendo este compreendido como a síntese das atividades de retirada, da terra, das riquezas necessárias ao sustento – a agricultura, a manufatura de objetos para a produção e afins –, o trabalho só se desenvolveria de maneira plena por meio da associação entre os trabalhadores, uma vez que o indivíduo, isolado, não conseguiria prover todo o sustento necessário. A opulência deveria ser o resultado natural da associação entre os indivíduos. Alguns, entretanto, teriam optado por se apoderar de “toda a terra”, tornando-se o “proprietário, o dono, o senhor”. No entanto, sendo a terra um “dom natural” – tal qual o sol, o ar, o mar e as chuvas –, ela não poderia ser apropriada, tampouco comercializada. Nesse sentido, portanto, para José Oiticica, a propriedade seria a verdadeira causadora das injustiças sociais, configurando um “roubo”<sup>594</sup>:

Essa é a *injustiça fundamental* da organização vigente e contra a qual os anarquistas se rebelam, demonstrando que, dessa injustiça, derivam todas as outras injustiças. O anarquismo declara que a apropriação das terras por um indivíduo, como a apropriação das águas, do ar ou da luz, é um *roubo* feito aos outros homens, uma extorsão criminosa, o erro inicial de todas as desordens sociais<sup>595</sup>.

A complexa abordagem científicista de José Oiticica para explicar fenômenos sociais como um processo interligado às energias não se restringe, simplesmente, ao período de redação de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, remontando a um processo de elaboração de um arcabouço teórico que já vinha em processo de maturação desde a década de 1910. Parte significativa dos conceitos aqui apresentados, como as características favoráveis e

---

\_\_\_\_\_. **Federalismo, Socialismo, Antiteologismo**. Texto online – UNIPA, 2012, p. 59. Disponível em: <[https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie\\_ba-fsat.pdf](https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie_ba-fsat.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2020.

<sup>593</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

<sup>594</sup> Podemos inferir que a escolha da palavra “roubo” não foi mero acaso, mas sim uma referência direta à obra do francês Pierre-Joseph Proudhon, que, na obra “O que é a propriedade?” (1840), iniciou sua reflexão pontuando que a propriedade era um “roubo”, isto é, não se tratava nem de um “direito civil nascido da ocupação e sancionado por lei”, tampouco de “direito natural” direcionado a um grupo restrito. Oiticica, conforme o excerto apresentado, demonstrou seguir lógica parecida. PROUDHON, Piere-Joseph. **O que é a propriedade?**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975, p. 11.

<sup>595</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

desfavoráveis das energias e os problemas de seu “desperdício” foi desenvolvida com maior profundidade no ensaio “O Desperdício da Energia Feminina”, publicado, ao longo de cinco edições, em 1915 na revista anarquista *A Vida*<sup>596</sup>. No ensaio, o anarquista explicou exatamente o que constituiria cada tipo de energia humana. A partir desse texto, podemos verificar como Oiticica ressignificou sua teoria ao longo do tempo. Em 1915, ele defendia que existiam três formas de se desperdiçar a energia: pelo não aproveitamento, pelo mau aproveitamento e pela destruição<sup>597</sup>. Em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, por sua vez, o desperdício de energia, amplamente relacionado com os males do capitalismo, seria produto de não apenas três, mas de sete fatores:

O desperdício de energias pode dar-se de sete modos: a — por não aproveitamento, quando esse aproveitamento é possível e necessário; b — por aplicação do trabalho em obras mal projetadas, que se têm de desfazer para refazer; c — por improdutividade do serviço mal organizado; d — por emprego de braços em serviços inúteis; e — por serviços destrutivos; f — por inatividade ou ócio; g — pelas crises comerciais<sup>598</sup>.

Os elementos que balizam a análise social de Oiticica, portanto, são produto de um processo de maturação teórica a partir de abordagens que já vinha desenvolvendo desde a década anterior à da redação de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, considerando suas experiências e influências. Suas análises e conceitos partem de uma perspectiva científicista, tendo o a propriedade como cerne dos problemas sociais que afligem a humanidade. Veremos que outros fatores relacionados à complexidade da organização social, como o Estado, estão diretamente relacionados à lógica de aproveitamento ou desperdício de energias, bem como vinculados ao regime da propriedade privada.

#### 4.2.2 A concepção de Estado

No decorrer de sua trajetória, o Estado foi um dos temas centrais de discussão para José Oiticica – assim como para a militância anarquista em geral. Seu papel repressivo em prol dos interesses das classes dominantes, a ineficácia do processo eleitoral, a relação entre o poder político e a Igreja, por exemplo, foram alguns dos temas abordados pelo professor anarquista e apresentados nesta dissertação. No capítulo 1, inclusive, discorreremos sobre como Oiticica,

---

<sup>596</sup> Além do ensaio mencionado, foi publicado, entre as edições de n. 2 e 7 da revista *A Vida*, o texto intitulado “O Catecismo Anarquista”, que, embora não assinado, possivelmente foi elaborado por Oiticica devido à utilização dos argumentos de cunho energético para estabelecer a explicação dos fenômenos sociais. Outro indicativo é o recurso da maiêutica: o autor complexificava progressivamente os argumentos a partir de questões simples, em uma espécie de questionário imaginado.

<sup>597</sup> OITICICA, José. “O Desperdício da energia feminina”. *A Vida*, n. 1, 30 nov. 1914, p. 7.

<sup>598</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 11, 29 jun. 1946, p. 2.



oriundo de uma tradição liberal, paulatinamente se aproximou do anarquismo por intermédio de suas posições críticas ao papel desempenhado pelo Estado. Como afirmou em entrevista concedida à revista *O Cruzeiro* em 1953, no começo da década de 1910 havia uma “nova Teoria do Estado” em sua mente – que, pouco depois, constatou ser coerente com o que era defendido pelo anarquismo<sup>599</sup>.

Em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, José Oiticica desenvolveu de maneira pormenorizada suas concepções a respeito do Estado. Se determinados posicionamentos foram anteriormente apresentados em artigos e em conferências de maneira mais esparsa, na obra publicada em 1946 ocorreu a sistematização de suas ideias. O Estado configuraria um instrumento político dotado de grande complexidade, sendo, na prática, a “organização da autoridade”. Há uma relação direta com a propriedade privada<sup>600</sup>. Afinal, como se delinear a relação entre Estado, autoridade e propriedade privada?

A *autoridade* consistiria na organização da chamada “força compressiva”, fator que garante a manutenção da propriedade. Os não-proprietários se revoltariam contra o “regime da propriedade” se os “possuidores de terras” não se defendessem “usando da força, da violência, de todos os meios de coação, física e moral”. A força compressiva representaria a manifestação dessa defesa da propriedade; de maneira organizada, estabeleceria a autoridade. Oiticica, no entanto, atribuiu à existência dessa autoridade uma função que transcenderia a proteção da propriedade ante a revolta dos despossuídos: a regulação da *concorrência* entre os possuidores<sup>601</sup>.

Segundo Oiticica, se o grande problema da humanidade seria “lutar contra as energias naturais desfavoráveis para anulá-las ou evitá-las, transformando-as, quando possível, em favoráveis e aproveitáveis”, tal processo melhor se conduziria com base na *colaboração*. A *concorrência*<sup>602</sup>, por sua vez, proporcionaria o resultado inverso:

Porém, o vício mais essencial da concorrência é ser ela o deturpador feroz e constante da natureza humana. Com efeito, ela cultiva e afia os instintos egoístas e abafa ou embota os altruístas. O homem torna-se lobo, ou, na frase latina, *homo lupus*. O povo, na sua sabedoria, diz: – amigos, amigos, negócios aparte [sic]. — Nos

<sup>599</sup> CAMARINHA, Mario. "Confissões de um anarquista emérito". **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>600</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

<sup>601</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

<sup>602</sup> A *concorrência* foi mais bem definida por Oiticica na revista *A Vida*, em 1915. Para defini-la, estabeleceu um paralelo com a Mecânica; a combinação de energias tendentes a um mesmo fim produtivo constituiria um "concurso". O *choque de interesses* representaria o desperdício dessas energias, uma vez que, em Mecânica, *atrito* e *choque* são dois coeficientes negativos na soma dos trabalhos, sendo imprescindível reduzi-los ao mínimo no intuito de torná-los positivos. A *máquina social*, por sua vez, baseia-se no atrito dos serviços e no choque de interesses: segundo Oiticica, os teóricos da Economia Política definiriam tal "absurdo" como *concorrência* (ou seja, o *atrito* e o *choque*). A *concorrência* seria, inclusive, o "maior fator de desperdício da energia humana". OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 4, 28 fev. 1915, p. 33.

negócios, quer dizer, na luta comercial, na concorrência econômica desaparecem os amigos, todos somos, uns dos outros, inimigos. Brigam irmãos por causa das heranças e rios de dinheiro se gastam com processos, falências e o mais.

O anarquismo propõe, em vez da concorrência a *colaboração*, a harmonia no trabalho, pois só essa harmonia, multiplicando as forças humanas contra a natureza, dará fartura e bem-estar a todos<sup>603</sup>.

Oiticica acrescentou que a *concorrência* não se limitaria aos indivíduos de um mesmo território ou país, tendo uma amplitude internacional. Nesse sentido, a *autoridade* assumiria o papel necessário de “regular a concorrência econômica, estabelecendo normas na competição, impedindo, normalmente, que se transforme em saque ou morticínio”. Eis o papel, portanto, que o Estado desempenharia: enquanto “organização da autoridade”, sua função é evitar que a *concorrência* descambe na barbárie.

Por esse aspecto, José Oiticica pareceu retomar o “Leviatã” de Thomas Hobbes<sup>604</sup>: sendo a natureza humana essencialmente “egoísta” e voltada à autopreservação, um contrato social, representado pelo Estado, seria o instrumento necessário para evitar que a barbárie se manifestasse – em síntese, que o homem se torne “lobo”. O anarquista, entretanto, diferente de Hobbes, não considerava que a sociedade estivesse em contínuo conflito, mas sim que isso seria resultante da *concorrência*, relacionada diretamente à propriedade privada. O fator de deturpação da “natureza humana”, conseqüentemente, seria o “regime da propriedade”. A ausência da propriedade implicaria na falta de funcionalidade da “organização da autoridade” – ou seja, do Estado. A substituição da *concorrência* pela *colaboração*, a “harmonia no trabalho”, seria tanto viável quanto necessária<sup>605</sup>.

Sendo o Estado o “órgão da defesa dos proprietários contra os proletários e de regularização da concorrência entre possuidores”, Oiticica a ele conferiu sete feições: econômica, financeira, política, militar, jurídica, pedagógica e religiosa.

Ao discorrer sobre a *feição econômica*, José Oiticica introduziu sua definição de *capital*: “toda energia acionada para captar energia útil”. A terra lavrada, o corpo humano e os instrumentos de produção seriam exemplos de *capital*, uma vez que a energia, captada, tem determinado fim produtivo. A *feição econômica* do Estado, por sua vez, remeteria a garantia do *capital* enquanto algo *particular*, isto é, “detido por um indivíduo, um grupo de indivíduos ou pelo próprio Estado, com exclusão dos demais”. A partir do *capital*, seria possível identificar um modelo de sociedade. A sociedade capitalista seria caracterizada pelo “capital particular”, ou seja, restrito a uma minoria dominante. A sociedade comunista, defendida pelos anarquistas,

---

<sup>603</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

<sup>604</sup> HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

<sup>605</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

por sua vez, seria pautada pelo “capital comum a todos”<sup>606</sup>. A partir dessa distinção, o *capital* pode assumir duas facetas: ser transmissível ou intransmissível:

Desse característico geral decorrem outros caracteres do capital. Primeiro, ele é *transmissível*. Nesse regime, sendo o indivíduo dono do capital, pode vendê-lo, trocá-lo, dá-lo. Em regime anárquico, o capital é *social*, pertence à sociedade e é, por isso, *intransmissível*.

A transmissibilidade do capital gera a sua *acumulabilidade*. Qualquer indivíduo pode acumular, *para seu uso e abuso exclusivo*, todo o capital por ele adquirido pela concorrência, dentro do *direito*, quer dizer, sem ir de encontro às leis, ou fugindo às leis, mas evitando a polícia e os tribunais (roubos, furtos, estelionatos etc, impunes). Em regime anárquico, o capital é *inacumulável*, pois indivíduos, como veremos, têm somente o usufruto dos bens<sup>607</sup>.

Em uma sociedade comunista, portanto, o capital não seria acumulável, uma vez que os indivíduos não deteriam a propriedade dos bens, apenas seu usufruto. No capitalismo, por sua vez, o capital, transmissível, poderia ser acumulado por qualquer indivíduo “para seu uso e abuso exclusivo”, desde que não vá de encontro a elementos garantidos pelo Estado e pelo pacto social (cometer crimes, por exemplo). Oiticica reforçou, posteriormente, que o processo de transmissibilidade e de acumulação de capital constituiria o fato que gera a manutenção do “regime da exploração organizada”, no qual restritos segmentos – “parasitas e agiotas, comerciantes espertos, banqueiros, usurários” – enriquecem<sup>608</sup>.

Segundo Oiticica, para garantir a transmissibilidade e o acúmulo do capital, o Estado estabeleceu alguns elementos que podemos caracterizar como representativos das “bases econômicas” do capital. São eles: a moeda e a moeda-papel (cédulas). Para desempenhar essa função, ou o próprio Estado ou particulares a ele associados criariam os bancos – que transferem “ordens de pagamento, cheques ou cambiais”. Os bancos constituiriam um elemento facilitador das “grandes transmissões ou transmissões entre países”. Como função básica, teriam a responsabilidade de disponibilizar “capital móvel” por empréstimo, recebendo-o de volta com garantias e com uma porção de juros<sup>609</sup>. Os bancos têm relação direta com a segunda feição do Estado: a *financeira*.

A *feição financeira* constituiria a mais recente do Estado, surgida graças à crescente importância que os bancos adquiriram no processo de desenvolvimento do capitalismo. Ainda que Oiticica reconheça que os bancos sejam um elemento facilitador do enriquecimento de um “pequeno possuidor” devido à transmissibilidade do capital, sua principal missão seria, na verdade, servir “aos grandes proprietários, os banqueiros, de poderosa máquina de rapinagem

---

<sup>606</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

<sup>607</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

<sup>608</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 4, 7 mai. 1946, p. 2.

<sup>609</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 5, 16 mai. 1946, p. 2.

e agiotagem internacional”. A partir disso, delineou duas considerações sobre a “agiotagem”: de maneira ampla, “todo ganho obtido sem trabalho ou por trabalho não produtivo”. Foram identificados dois tipos de agiotas: o “prestamista”, ou “onzeneiro”, que vive da *especulação* do capital; e os indivíduos “verdadeiramente agiotas que nunca especularam com dinheiro”<sup>610</sup>:

São todos aqueles que, embora não especulem, servem aos especuladores e cuja profissão só existe por ser útil aos grandes possuidores agiotas. Assim, os advogados, tabeliães, juízes, soldados, deputados e senadores, padres e prostitutas, todos quanto não concorrem para a produção, cuja atividade serve apenas para manter a agiotagem dos possuidores, são igualmente agiotas. Seu ganho é, na realidade, um ágio [aumento, majoração] à produção; seus lucros, em última análise, vão encarecer, *aumentar o preço* dos produtos.

Onde há propriedade particular, há agiotagem.

O regime social em que vivemos, a *arquua*<sup>611</sup>, é o regime da agiotagem. A *anarquia* é o regime social sem agiotagem. E como todo agiota é *parasita*, a anarquia é o regime social sem parasitas<sup>612</sup>.

De acordo com Oiticica, portanto, os indivíduos que poderiam ser caracterizados como “agiotas” transcendem a relação direta com a *feição financeira*, podendo ser todos aqueles que possuem utilidade aos “grandes possuidores agiotas”. Nesse grupo, ele elencou, sobretudo, indivíduos que possuem alguma relação direta com o Estado, como os burocratas (deputados, senadores, juízes e, de maneira ampla, advogados e tabeliães) e os militares. Os padres, por sua vez, seriam “agiotas” devido à relação próxima entre o clero e o Estado, com os religiosos, conforme críticas anteriores do anarquista, zelando pela manutenção do regime social em voga. As prostitutas, por fim, integrariam a problemática dos “vícios sociais” que o anarquista denunciou em outras ocasiões<sup>613</sup>. A agiotagem, ademais, teria uma relação direta com a propriedade privada – e subsistiria enquanto a propriedade subsistir. Ademais, posteriormente,

---

<sup>610</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 5, 16 mai. 1946, p. 2.

<sup>611</sup> Cabe uma digressão de ordem etimológica. Embora consideremos que a análise, por si só, do significado das palavras seja incapaz de abranger de maneira plena o significado de um fenômeno histórico, político, social, ideológico e afins, a utilização desse recurso tanto pela militância anarquista quanto por alguns estudiosos do anarquismo não foi incomum. Sendo a origem da palavra “anarquia” sua correlata grega “anarkhia”, na qual o prefixo “an” estabelece uma relação de dominação à “arkhia” – governo, chefes, autoridade –, a “arquua” mencionada por Oiticica representaria a organização social em voga, composto pela propriedade privada, pelo Estado e por uma relação de dominação entre as classes dominantes e dominadas. George Woodcock, por exemplo, em sua tentativa de analisar o anarquismo, recorre, de início, ao expediente da análise etimológica. Segundo Corrêa, as análises etimológicas, caso tomadas isoladamente, “podem levar a crer que o anarquismo constitui apenas uma negação” da autoridade ou do próprio Estado, por exemplo, sem levar em conta seus aspectos constitutivos de transformação social. Consultar: WOODCOCK, George. , op. cit., 2007, p. 8; CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2015, pp. 70-71.

<sup>612</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 5, 16 mai. 1946, p. 2.

<sup>613</sup> Para Oiticica, inclusive, a prostituição consistiria em um dos principais elementos do “desperdício da energia feminina”. Em 1915, o anarquista defendeu que a prostituição constituiria um produto da miséria, que compelia a mulher a comercializar o próprio corpo para sobreviver. Afirmou que a sociedade burguesa não teria “remédios” contra a prostituição – pelo contrário, tratando-a como um “mal necessário”. Em uma sociedade baseada na *concorrência*, a extinção da prostituição seria impossível; importa, portanto, realizar a transformação para uma nova organização social. OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 4, 28 fev. 1915, pp. 24-25.

Oiticica citou elementos relacionados à *feição financeira*: a bolsa; o encilhamento e a inflação; os impostos. Os impostos, aliás, seria produto da extorsão dos “não possuidores” para “custear as despesas da vasta máquina compressora de defesa e regularização”. Para o anarquista, os próprios trabalhadores sustentavam a “máquina do Estado”, que se volta contra os próprios trabalhadores<sup>614</sup>:

Aparentemente, os grandes possuidores pagam ao Estado somas respeitáveis, mas, na realidade, eles recobram esse dinheiro dos trabalhadores, dos pobres, elevando o preço dos produtos vendidos. Basta que o governo agrave as tabelas de impostos, imediatamente o preço dos produtos gravados sobre nos mercados. E o comerciante, em desculpa aos freguezes [sic], alega sempre o aumento das taxas. **Logo, em definitiva, quem sustenta a máquina do Estado, montada contra os trabalhadores, são os mesmos trabalhadores** [grifo nosso]<sup>615</sup>.

A terceira feição da “máquina compressora” que caracterizava o Estado, para José Oiticica, era a *política*. O Estado seria “arquitetado sobre aparelhos especiais, todos calcados num princípio único: a *centralização*”. Independente da forma de governo, o poder e a administração do Estado estariam concentrados em uma única figura: “rei, imperador, tzar, presidente etc.”. O “soberano”, por sua vez, escolhia sujeitos para que o auxiliassem nas tarefas administrativas, abarcando dos ministros aos funcionários subordinados. Segundo Oiticica, portanto, o Estado assumia uma forma de pirâmide: “na base, o povo; no vértice, o rei, imperador, presidente, o chefe de Estado, em suma”<sup>616</sup>.

Embora variáveis, as formas de governo teriam duplo propósito: defender os possuidores dos não possuidores e regularizar a *concorrência* que se estabelece entre os proprietários. Oiticica se atentou para três formas: a autocracia, a monarquia e a república. Além da crítica às formas mais autoritárias, o que se destaca é sua análise em relação ao sufrágio e à democracia. Ressaltando que a democracia constituiria “mais um engodo dos possuidores à massa trabalhadora”, argumentou que mesmo com os esforços para tornar o voto secreto e obrigatório<sup>617</sup> – estendendo tal direito às mulheres após a Primeira Guerra Mundial –, todos os problemas prosseguiriam “como dantes”. Eis o motivo: as “desgraças sociais” não derivariam

---

<sup>614</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 5, 16 mai. 1946, p. 2; “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 6, 25 mai. 1946, p. 2.

<sup>615</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 6, 25 mai. 1946, p. 2.

<sup>616</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 6, 25 mai. 1946, p. 2.

<sup>617</sup> Ao tratar de maneira mais detida sobre o voto obrigatório, José Oiticica sustentou que não passaria de “um meio sugerido por espertos políticos aos donos da terra para forçarem o trabalhador e os homens livres à tutela dos mesmos políticos”. Essa menção parece fazer referência ao caráter fraudulento das eleições durante a Primeira República, que apresentavam práticas como o chamado “coronelismo”. Além disso, segundo o anarquista, o “hábito de votar” viciaria o trabalhador, desviando sua “atenção e atividade dos problemas sociais e das reivindicações mais urgentes”. Concluiu argumentando que “*a máxima fundamental, na luta contra os exploradores do trabalho, é que: a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos mesmos trabalhadores*”, ou seja, pelo método da ação direta. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 7, 1 jun. 1946, p. 2.

propriamente da ausência do sufrágio, mas sim “do regime da propriedade” e “da fúria da concorrência”<sup>618</sup>. O anarquista, então, se propôs a analisar o sufrágio:

28 — *Males do voto* — Para os partidários do sufrágio universal possui o voto as seguintes virtudes:

a — é uma livre delegação da vontade do eleitor a indivíduos que reputa capazes de exercer por ele cargos políticos; b — faz surgirem, no país, partidos políticos com programas claros, partidos que fiscalizam os atos uns dos outros impedindo escândalos administrativos, denunciando os responsáveis, etc.

A isso respondemos: a - que os votos raramente serão *livres*, porque 1º — não são *conscientes*, por não conhecerem a maioria dos cidadãos os problemas nacionais, sempre complexos e vários, não votando eles em determinado candidato por ser este competente, mas por empenhos, por partidarismo, pelos reclamos feitos do seu nome, por dinheiro ou por amizade; 2º — o voto cria os partidos e os partidos têm um duplo inconveniente: levam os homens a esquecerem os problemas capitais, de interesse coletivo e se esfalfarem, anos e anos, em questões do partido, em brigas eleitorais; só se mantêm pela *disciplina* partidária, segundo a qual todo cidadão do partido há de cumprir à risca e aceitar, sem protestos, as decisões do chefe ou do *conselho diretor*, conselho esse formado sempre de *elementos da classe possuidora*<sup>619</sup>;

Para Oiticica, portanto, as virtudes alegadas pelos defensores do sufrágio universal são falaciosas, uma vez que a “maioria dos cidadãos”, alijada do debate político, não possuiria conhecimento dos complexos “problemas nacionais”, direcionando seu voto por questões outras. Ademais, o partido político teria o demérito de “levar os homens a esquecerem os problemas capitais, de interesse coletivo” e impeli-los a agir em prol dos interesses partidários, como as “brigas eleitorais”. A organização partidária<sup>620</sup>, nos moldes estabelecidos, ao manter uma disciplina própria, também reproduziria as relações de desigualdade presentes na sociedade, uma vez que os indivíduos em posição de poder seriam “elementos da classe possuidora”. O anarquista prosseguiu:

3º — o voto, sendo uma **ilusão** [grifo nosso], desvia a atenção dos não possuidores e dá-lhes uma esperança fictícia, impedindo-os de procurarem noutras doutrinas a solução exata do problema social, solução forçosamente contrária aos possuidores; 4º — o voto cria o *político profissional*. Enfim, basta considerar na insistência com que os possuidores, os políticos profissionais, os exploradores do voto concitam o mesmo povo a votar, apresentando-lhes o voto como a chave do problema social, para que desconfiemos dele, pois não iriam os donos da terra despojar-se dos seus privilégios por vontade própria<sup>621</sup>.

<sup>618</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 6, 25 mai. 1946, p. 2.

<sup>619</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 7, 1 jun. 1946, p. 2.

<sup>620</sup> Retomando o que foi abordado em capítulos anteriores dessa pesquisa, é pertinente destacar que, ao se referir aos partidos políticos nesse ponto, José Oiticica limita sua crítica às organizações que disputavam a via parlamentar por meio do processo eleitoral. Os anarquistas, por princípio, rejeitam a disputa pelo aparelho do Estado, mas, em grande medida, como o próprio Oiticica, não se opunham ao estabelecimento de organizações políticas no sentido de arregimentar a militância, conferindo uma linha mais coesa. Vale lembrar que, em 1919, ele integrou o Partido Comunista do Brasil.

<sup>621</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 7, 1 jun. 1946, p. 2.

O voto desviaria “a atenção dos não possuidores” e lhes daria uma esperança fictícia, não vislumbrando a “solução exata do problema social” em outras doutrinas opostas à lógica dos possuidores. Em outras palavras, seria uma “ilusão”. A opção por essa palavra em particular não nos parece casual, mas sim uma possível referência ao texto “A Ilusão do Sufrágio Universal”, de autoria de Mikhail Bakunin. Segundo o anarquista russo, o sufrágio era uma “ilusão”: por mais “democráticos” que fossem “os sentimentos e as intenções” dos governantes, ao atingirem “certa elevação de posto”, passariam a encarar a sociedade com o “sentimento de superioridade”. Isso independeria do exercício do poder executivo ou do legislativo: o poder político seria sinônimo de dominação – e a existência desta implicaria em uma “grande parcela da sociedade” dominada por uma minoria<sup>622</sup>. Além disso,

Toda decepção com o sistema representativo está na ilusão de que um governo e uma legislação surgidos de uma eleição popular deve e pode representar a verdadeira vontade do povo. Instintiva e inevitavelmente, o povo espera duas coisas: a maior prosperidade possível combinada com a maior liberdade de movimento e de ação. Isto significa a melhor organização dos interesses econômicos populares e a completa ausência de qualquer organização política ou de poder, já que toda organização política se destina à negação da liberdade. Estes são os desejos básicos do povo. Os instintos dos governantes, sejam legisladores ou executores das leis, são diametricamente opostos por estarem numa posição excepcional<sup>623</sup>.

Antes de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, José Oiticica já havia publicado, no ano eleitoral de 1918, artigo crítico ao sufrágio universal e à “politicalha” – mais precisamente, os políticos profissionais mencionados anteriormente:

O suffragio universal foi um recurso hábil da *politicalha* velha como as eras. É a garantia da **dominação** [grifo nosso] dos menos tolos sobre os mais tolos, dos parasitas sobre os parasitados, com o aniquilamento certo, pressuposto, previsto, precalculado, de todos os perturbadores do disfarce.

As almas insubmissas não de ser apeadas: os subordinados às chefias não de ser desaprumados, alijados, depurados.

Quer-se a mediocridade ou menos que a mediocridade, de inteligência, de capacidade, de caráter<sup>624</sup>.

É interessante pontuar que Oiticica parecia compreender o poder político, expresso por meio do sufrágio universal, na mesma chave que Bakunin: a das relações de dominação. A dominação “dos parasitas sobre os parasitados”; aos que perturbassem o “disfarce” da lógica da democracia representativa, restaria o “aniquilamento”. Retomando sua análise de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, o professor libertário qualificou o “político profissional” como “um dos grandes inimigos das classes proletárias”, uma vez que constituiriam “os únicos verdadeiros eleitores, a guarda avançada e os testas-de-ferro dos

---

<sup>622</sup> BAKUNIN, Mikhail. A Ilusão do Sufrágio Universal. In: WOODCOCK, George (org). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1998, pp. 100-101.

<sup>623</sup> Ibid., p. 100.

<sup>624</sup> OITICICA, José. “O Suffragio Universal”. **Correio da Manhã**, n. 7123, 28 ago. 1918, p. 2.

possuidores”<sup>625</sup>. Na prática, portanto, os “políticos profissionais”, além de se sustentarem por meio do “parasitismo” – uma vez que não desempenham nenhuma atividade produtiva, entrando no rol de “agiotas” anteriormente elencados por Oiticica –, teriam, como propósito, zelar pelos interesses dos proprietários na esfera parlamentar. Representariam, assim, um grupo privilegiado, sendo constituintes da classe dominante na esfera política e favorecendo a manutenção das relações de dominação em prol dos proprietários – representantes da esfera econômica.

O Estado configura uma das formas de representação das relações de dominação dos “possuidores” sobre os “não-possuidores”. A manutenção dessas relações e da organização social em voga, segundo Oiticica, seria garantida pela utilização da “força bruta”, da “*violência organizada*” – caracterizada como “*defesa da ordem*”<sup>626</sup>. A quarta feição do Estado, a *militar*, portanto, constituiria a expressão do exercício da violência pelo aparelho estatal<sup>627</sup> com o propósito de assegurar os interesses dos grupos dominantes, incluindo a continuidade das relações de dominação.

A manutenção da “ordem” passaria pela permissão de reclamações pontuais. Os “não-possuidores” poderiam manifestar “reclamações pontuais”, desde que não ameaçassem diretamente a “espoliação metódica” por parte dos “possuidores”. O Estado, aproveitando-se da “ignorância e miséria proletária”, arregimentava os soldados entre os próprios despossuídos para efetuar a repressão, atuando “na polícia, no exército, na marinha de guerra”<sup>628</sup>. Para Oiticica:

Se os trabalhadores chegassem um dia à compreensão desse fato, não se alistariam jamais como soldados, e, se os soldados se compenstrassem da verdadeira traição que praticam contra seus irmãos de miséria, deixariam as armas ou voltá-las iam contra os ricos, contra os governos<sup>629</sup>.

---

<sup>625</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 7, 1 jun. 1946, p. 2.

<sup>626</sup> Na conferência “Política como vocação”, ministrada em 1919, Max Weber teceu considerações a respeito da relação entre o Estado e a violência. Segundo o sociólogo, o Estado comporta “o monopólio do uso legítimo da violência física dentro de um determinado território” – sendo o território uma das características do Estado. Assim como as instituições políticas historicamente precedentes, o Estado implica “uma relação de homens dominando homens”, relação que se perpetua por meio do uso da violência “considerada legítima”. A existência do Estado dependeria diretamente da obediência, por parte dos dominados, “à autoridade alegada pelos detentores do poder”. Não há, nas fontes consultadas, registros de leituras de Oiticica a respeito das concepções weberianas sobre o Estado, mas, na análise do anarquista, parece existir uma “aproximação conceitual” por reflexões que englobam, por exemplo, a perspectiva da dominação e a utilização da violência organizada – a *feição militar* – como instrumento necessário de garantia dos interesses dos grupos dominantes – como os “possuidores”. WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (org). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editoras AS, 1982, pp. 98-99.

<sup>627</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 8, 8 jun. 1946, p. 2.

<sup>628</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 8, 8 jun. 1946, p. 2.

<sup>629</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 8, 8 jun. 1946, p. 2.



A “disciplina” configuraria o principal instrumento do Estado no sentido de inculcar uma “mentalidade de escravo” nos soldados. A instrução militar teria como pilar a cultura da “obediência”, na qual o soldado deve se submeter aos desígnios de seu superior sem proferir quaisquer questionamentos. A obediência seria garantida por meio de recursos, como a “noção da honra militar”. O Estado, ainda, perverteria o patriotismo, “sentimento natural”, em um “elemento psicológico de obediência para fins egoístas”, destinando-se à manutenção da ordem e à repressão “brutal e violenta”. Oiticica citou três exemplos históricos que ilustrariam os aspectos problemáticos da disciplina.

No primeiro exemplo, relacionado ao final do período imperial, os militares reunidos no Clube Militar, com inclinações republicanas e abolicionistas, recusaram-se ao exercício da captura dos escravizados fugidos da fazenda<sup>630</sup>; de acordo com o anarquista, tratou-se de um flagrante exemplo de “indisciplina”, valorizado na história do Brasil devido à “nobreza humana”. No segundo, mencionou a “guerra Civil de Canudos”<sup>631</sup>, uma “rebelião de sertanejos ignorantes e fanáticos, poucos, e quase desarmados”. O governo brasileiro, em vez de negociar com os sertanejos e lhes oferecer instrução, optou pelo massacre, concretizado em nome da disciplina. Por fim, o terceiro exemplo remonta à “Revolta da Chibata”, em 1910, na qual “os marinheiros de guerra” se insurgiram contra os castigos físicos. Apesar do “ato grave de indisciplina”, o objetivo foi alcançado; Oiticica destacou, entretanto, que “os instigadores do

---

<sup>630</sup> Fundado nos últimos anos do Império, o Clube Militar teria aderido prontamente às perspectivas abolicionistas e ao ideal republicano. O episódio mencionado por Oiticica remete ao posicionamento manifestado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, então presidente do Clube Militar, em 1887: na ocasião, por meio de uma carta destinada à Princesa Isabel (então regente), os militares firmaram uma posição antiescravocrata, afirmando que o Exército não se prestava ao papel de “capitão-do-mato” para capturar os escravizados fugitivos. Para mais: CLUBE MILITAR. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/clube-militar>>. Acesso em 16 jan. 2020.

<sup>631</sup> O movimento de cunho religioso, liderado por Antonio Conselheiro, inicialmente foi ignorado pelo Império, mais preocupado com as questões abolicionista e republicana. Conselheiro, apesar de reunir fiéis, era encarado como um personagem “excêntrico”, sujeito à internação manicomial. A partir da proclamação da República, no entanto, o movimento religioso passou a ser encarado como uma ameaça à ordem instituída. 1893, Conselheiro e seus seguidores se estabeleceram em Canudos, fundando o arraial do Belo Monte. Estima-se que 30 mil pessoas – entre andarilhos, ex-escravos, jagunços, vítimas da seca – viveram no local. Com suspeitas de o movimento religioso ser patrocinado por pessoas interessadas na restauração monárquica, o governo republicano empreendeu quatro campanhas militares. Apesar das sucessivas vitórias nas três primeiras, o arraial do Belo Monte foi destruído na quarta expedição, comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães – a quem Oiticica atribuiu, no texto, a ordem de degolar os últimos prisioneiros. Ao final, cerca de 20 mil pessoas foram mortas. Para mais: GUERRA DE CANUDOS. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA\\_DE\\_CANUDOS.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA_DE_CANUDOS.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2020.

movimento justo” foram posteriormente presos e fuzilados sem piedade<sup>632</sup> – ações praticadas por “soldados e marinheiros, em nome da disciplina”<sup>633</sup>.

Ao concluir suas considerações sobre a *feição militar*, José Oiticica ressaltou que a disciplina fora inventada pelos “donos da terra” para manter a opressão sobre os trabalhadores. Lembrando a oposição dos anarquistas em relação à sujeição, fez um apelo para que os soldados se rebelassem contra as ordens recebidas pelos seus superiores, pois a sujeição à disciplina seria sinônimo de escravidão<sup>634</sup>. É pertinente destacar que, conforme mencionado em capítulo anterior, em 1918, os anarquistas – entre eles, o próprio Oiticica –, inspirados pelos eventos revolucionários na Rússia, organizaram um plano insurrecional no Rio de Janeiro, cujo propósito era a formação de um “soviète” – unindo trabalhadores e soldados de baixa patente<sup>635</sup>. A militância libertária, portanto, pretendia obter apoio especificamente desse segmento militar.

A manutenção de uma organização social que tem como pilar a propriedade privada e atende aos interesses dos “possuidores” não se bastaria pela coerção com base na violência organizada: dependeria, também, de um respaldo legal. A sexta feição do Estado, de acordo com José Oiticica, seria a *jurídica*: o estabelecimento de “teorias e leis defensivas da propriedade e regularizadoras da concorrência”, sintetizado no que pode ser chamado de *direito*<sup>636</sup>.

Segundo o anarquista, existiam “duas espécies bem caracterizadas de leis: as conquistadas pelos pequenos contra os fortes e as decretadas pelos fortes contra os pequenos, para garantia da sua exploração”. A primeira espécie, portanto, representaria instrumentos legais conquistados pelos explorados em conflito com os grupos dominantes. Citou a “Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), elaborada durante a Revolução Francesa, como exemplo histórico – vale lembrar que, no período anterior ao processo revolucionário, a burguesia estava alijada do poder político. A segunda espécie, por sua vez,

---

<sup>632</sup> Conforme pontuado por José Oiticica, a “Revolta da Chibata” teve seu objetivo alcançado – as punições físicas destinadas aos militares de baixa patente, representadas pela chibata, cessaram. O movimento, liderado pelo marinheiro João Cândido Felisberto – que foi apelidado pela imprensa, à época, de “Almirante Negro” – foi uma reação a uma punição considerada degradante pelos marinheiros, em sua maioria negros. Os revoltosos, em posse dos encouraçados, chegaram a bombardear instalações da Marinha na Ilha das Cobras e mesmo o Palácio do Catete. Atendidas, pelo então presidente Hermes da Fonseca, as reivindicações de fim dos castigos físicos e concessão de anistia os revoltosos, os marinheiros encerraram o movimento. Poucos dias depois, no entanto, muitos foram expulsos da Marinha, presos, fuzilados ou degredados para a Amazônia. Para mais: REVOLTA DA CHIBATA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA\\_DA\\_CHIBATA.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA_DA_CHIBATA.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2020.

<sup>633</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 8, 8 jun. 1946, p. 2.

<sup>634</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 8, 8 jun. 1946, p. 2.

<sup>635</sup> ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda, 1986.

<sup>636</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 9, 15 jun. 1946, p. 2.

teria como propósito garantir a perpetuação das relações de dominação estabelecidas pelos possuidores. Os anseios destes seriam representados pelos parlamentos, responsáveis pela elaboração das leis. Para Oiticica:

A função desse parlamento é fazer as *leis*; mas, na realidade, quem faz as leis são os grandes possuidores ou seus apadrinhados, metidos por eles nos parlamentos. Durante as sessões parlamentares, discutem-se as nugas partidárias, questiúnculas de aldeia e província, ambições eleitorais, etc, etc. Ninguém se preocupa com os problemas nacionais urgentes. Eles vêm prontos ou encomendados pelos mandões, pelos homens de dinheiro. Se, por ventura, um deputado novo, não enfrornado ainda em todas as artimanhas da política, resolve quebrar a norma e assumir ares independentes, logo recebe o anátema dos poderosos e, na primeira eleição, é facilmente depurado. Eis aí porque todos os parlamentos modernos são subservientes, e, longe de representarem o povo, representam os exploradores do povo. Dos parlamentos lucram somente os eleitores mais cotados; porém, seus lucros são vantagens ilícitas, administrativamente obtidas pelo senador ou deputado, promoções indevidas, contagens de tempo, concessões leoninas e o mais: Os parlamentos desmoralizaram-se em toda a parte. Ninguém confia neles e devem ser, a todo o transe, combatidos por imprestáveis<sup>637</sup>.

Os parlamentos, conseqüentemente, teriam como finalidade a feitura de leis que atendam aos interesses dos “grandes possuidores”<sup>638</sup>. Na prática, as casas legislativas estariam dominadas tanto pelos “possuidores” quanto por seus “apadrinhados”, o que as torna subservientes à representação dos interesses dos exploradores. Por suas características próprias, a ideia de representação popular, contida no parlamento, seria falaciosa. A elaboração de leis destinadas à proteção dos interesses dos grupos dominantes, no entanto, de nada adiantaria, conforme Oiticica, se não existisse um processo de doutrinação a respeito da validade dessas medidas. Para se legitimar, manter “o povo ignorante na obediência e impedir as revoluções”, o Estado ensina “nas escolas, nos quartéis, nas igrejas”, o “respeito à lei”. Cria-se, assim, uma “superstição” da sacralidade da lei, dificultando que os explorados reconheçam-na como um instrumento “tradicional de sua escravidão” e que concebam “a possibilidade de suprimi-la num regime social sem propriedade”<sup>639</sup>.

Para a aplicação dos “vários códigos” e das “inúmeras leis”, o Estado mantém “um corpo dispendiosíssimo de homens profundamente versados em direito, *magistrados* ou *juízes*”, que impõem suas “decisões aos contendores e à sociedade pela **força armada** [grifo nosso]. Ademais, há “advogados, tabeliães, escrivães, escreventes, meirinhos, etc” desempenhando

<sup>637</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 9, 15 jun. 1946, p. 2.

<sup>638</sup> José Oiticica criticou, por exemplo, a “instituição legal da herança”, julgando absurdo que a propriedade da terra seja transmitida a outra pessoa, simplesmente, por herdar de um falecido. O herdeiro obtém terras “só pelo fato de ser o pai o proprietário, sem nenhum esforço ou trabalho seu, sem concorrer com o seu contingente físico ou intelectual”. Os “demais homens necessitados”, por sua vez, “não têm o direito de lavrar essas terras sem o consentimento do herdeiro”. Trata-se, portanto, de instrumento de perpetuação do regime da propriedade privada, respaldado por lei. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

<sup>639</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 9, 15 jun. 1946, p. 2.

atividades burocráticas e agindo em conformidade com os preceitos legais. De acordo com Oiticica, trata-se de uma “máquina de opressão” que resulta em “despesa formidável e absolutamente improdutiva”<sup>640</sup>. Oportuno destacar que, conforme apresentado em capítulo anterior, José Oiticica, formado bacharel em Direito, tentou seguir carreira no segmento, mas teve sua “sagrada crença” nas leis abalada de maneira indelével<sup>641</sup>.

Em relação à análise empreendida por Oiticica a respeito da *feição jurídica*, é fundamental destacar alguns elementos. Ao elencar o “corpo dispendiosíssimo” custeado pelo Estado para aplicar as leis, ele destacou que a imposição das decisões se concretizaria pelo uso da violência – a “força armada”. Ocorre, portanto, o estabelecimento de uma relação entre as feições *jurídica* e *militar*, tratada anteriormente. O vínculo fica explícito, também, ao analisarmos a distribuição textual de sua crítica ao Estado: as duas feições em questão estão agrupadas em uma parte comum, identificada pelo número romano V. Essa associação entre o *corpus* burocrático e militar do Estado não era uma reflexão inédita entre os anarquistas.

Bakunin afirmou, ao tratar da relação entre Estado e violência, que a existência do exército, da polícia e de uma “burocracia gigantesca” teria como objetivo, por meios que poderiam ser mais ou menos violentos, garantir que não fossem ameaçados os aspectos fundamentais da “estrutura social”. Além de se precaver de ameaças externas – como a submissão a outros Estados –, o Estado Moderno necessita investir para assegurar a ordem interna. Internamente, em situações de “normalidade”, a “ordem” poderia ser preservada pelos “mecanismos de legitimação produzidos e reforçados, dentre outros agentes, pelo próprio Estado”; caso essas medidas sejam insuficientes, o Estado desencadearia um processo de violenta repressão com o intuito de preservar o *status quo*, ratificando os privilégios das classes dominantes. Essa repressão seria desempenhada por seus agentes: militares, policiais e burocratas<sup>642</sup>. Em 1919, de forma sucinta, José Oiticica já havia publicado algumas considerações sobre o Estado, seu *corpus* burocrático, intencionalidade e exercício da violência:

XVII. Para manter esse regimen [da propriedade privada] os possuidores garantem sua posse por meio do Estado.

XVIII. O Estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se em *leis* impostas aos não-possuidores ou aos pequenos possuidores.

XIX. A classe dos grandes possuidores, constitutiva do Estado, sempre criou para seus membros inúmeros privilégios que os eximiam das leis. Somente as contínuas revoltas dos não-possuidores tem conseguido cercear tais privilégios.

XX. O Estado garante a execução de leis protetoras da sociedade por meio da violência (força armada)<sup>643</sup>.

<sup>640</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 9, 15 jun. 1946, p. 2.

<sup>641</sup> CAMARINHA, Mario. “Confissões de um anarquista emérito”. **Revista O Cruzeiro**, n. 32, 23 mai 1953, p. 42.

<sup>642</sup> CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2014, pp. 79-80.

<sup>643</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 7.

A persistência do “regime social vigente” em benefício dos “possuidores” não se consolida apenas por imposições legais e pela violência organizada. Segundo Oiticica, outro processo fundamental é a construção de uma mentalidade que incentive os “cidadãos, mormente os trabalhadores proletários” a aceitarem, sem revolta, o modelo social que está posto. O Estado, então, assumiria também uma *feição pedagógica* com um duplo objetivo: incutir a defesa do regime baseado na propriedade privada na mentalidade da classe; qualificar suficientemente o operariado para trabalhar na “complicada indústria moderna”<sup>644</sup>. A “educação burguesa” funcionaria nos seguintes moldes:

42 — *A educação idólatra* — A chave dessa educação burguesa é o *preconceito*. O Estado, exatamente pelo mesmo processo usado com os soldados, vai gravando, a força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas ideias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos. Essas ideias, *preconceitos*, vão-se tornando, pouco a pouco, verdadeiros dogmas indiscutíveis, perfeitos *ídolos subjetivos*. A idolatria política, na verdade, é um processo tradicional de deformação da mentalidade humana em favor do capitalismo. Essa idolatria embute no espírito infantil os chamados *deveres cívicos*: obediência às instituições, obediência às leis, obediência aos superiores hierárquicos, reconhecimento da propriedade particular, intangibilidade dos direitos adquiridos, amor da pátria até o sacrifício da vida, culto à bandeira, exercício do voto, necessidade dos parlamentos, tribunais, força armada, etc, etc<sup>645</sup>.

Estando o ensino infantil afeito aos desígnios do Estado, a instrução ofertada às crianças teria como mote o “preconceito”, isto é, “ideais capitais” que são favoráveis ao regime da burguesia. Esse processo de ensino resultaria na “deformação da mentalidade humana em favor do capitalismo”, estabelecendo dogmas inquestionáveis e “ídolos subjetivos”. O modelo pedagógico estatal reforçaria, de maneira ampla, a lógica da “obediência”, que pautaria os chamados “deveres cívicos”. Nota-se, portanto, uma semelhança, ainda que com suas particularidades, em relação ao processo de instrução dos soldados, cujo propósito era o fomento da disciplina<sup>646</sup>.

José Oiticica argumentou, ainda, que a “educação da infância” teria “importância real” para o “Estado burguês”, uma vez, na “primeira fase educativa”, a criança estaria mais suscetível à absorção dos dogmas da “educação idólatra”. O Estado, conseqüentemente, ao ofertar a instrução primária de forma gratuita, dificulta, no entanto, que indivíduos anticapitalistas ou contrários à sua “pedagogia tendenciosa e unilateral” participem do processo educacional. Ele não se dedica apenas à instrução infantil, formando, também, o “mestre-escola” (o professor primário), cuja atribuição seria inculcar, nas crianças, as “ideias favoráveis

---

<sup>644</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 9, 15 jun. 1946, p. 2.

<sup>645</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>646</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

à **dominação** dos capitalistas [grifo nosso]”. Na prática, o “mestre-escola” constituiria o “embutidor do código moral forjado pelos possuidores para manter na obediência inconsciente o povo produtor”<sup>647</sup>.

O posicionamento de Oiticica em relação à instrução oficial parece encontrar eco nas reflexões de Piotr Kropotkin. Para o anarquista russo, a educação recebida na “escola do Estado” resulta na perversão da “noção de liberdade”, convertendo-se em “servidão”. O “espírito da servidão voluntária” teria sido “sempre cultivado habilmente nos cérebros juvenis”, perpetuando a submissão ao Estado. A história estaria “totalmente viciada”, exaltando figuras da realeza, o jacobinismo e “esquecendo o povo na sua verdadeira obra criadora das instituições”; as ciências naturais, por sua vez, seriam “alteradas para as colocarem ao serviço do duplo ídolo – a Igreja e o Estado”. A educação “oficial”, portanto, teria como papel reforçar as relações de dominação<sup>648</sup>.

Segundo José Oiticica, instrução oferecida pelo Estado, apesar de ter como objetivo perpetuar a mentalidade de submissão em prol das relações de dominação em benefício dos capitalistas, também forneceria “armas” para sua própria derrocada:

Essa instrução, aliás, embora tendenciosa, vigiada, tem sido a verdadeira arma contrária ao capitalismo, porque facilita a propaganda libertária, podendo os proletários ler os folhetos, livros e jornais anarquistas, compreender os fatos reais da vida e a escravidão do salariado<sup>649</sup>.

A propaganda libertária seria facilitada pela instrução fornecida pelo Estado, que possibilitaria aos trabalhadores lerem os materiais dos anarquistas e, acima de tudo, compreenderem os fatos à sua volta. É importante lembrar que, historicamente, os anarquistas atuantes no Brasil valorizavam a educação como um meio capaz de possibilitar o a construção de uma “consciência revolucionária”<sup>650</sup>. Nesse processo, incentivaram tanto uma cultura autodidata<sup>651</sup> quanto a criação de escolas com base nas propostas de pedagogos como o espanhol Francisco Ferrer y Guardia e mesmo de “coeducação de ambos os sexos”<sup>652</sup>. Tratavam-se, portanto, de alternativas no sentido de minar a “educação idólatra” oferecida pelo Estado, possibilitando, pouco a pouco, a construção de uma mentalidade transformadora.

---

<sup>647</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>648</sup> KROPOTKIN, Piotr. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Editora Imaginário, pp. 84-85.

<sup>649</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>650</sup> TOLEDO, Edilene. , op. cit., 2007. v. 1., p. 71.

<sup>651</sup> A cultura autodidata seria parte constitutiva de uma “cultura política específica conservada e transmitida pelos anarquistas e inclusive estimulada por seus jornais”, com os próprios militantes, no início do século XX, adquirindo livros, jornais, formando suas pequenas bibliotecas como forma de ampliação de um processo educacional próprio. SILVA, Rafael Viana da. , op. cit., 2017, pp. 193-194.

<sup>652</sup> ALVIANO JR, Wilson. Educação anarquista no Brasil: contexto histórico-social. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 26, n. 86, jul./dez. 2011, p. 174. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2011.86.163-181>>. Acesso em 16 jan. 2020.

No processo de convencimento dos “não-possuídos” sobre a legitimidade da estrutura social de dominação vigente, a educação não seria a única ferramenta utilizada pelo Estado. Nessa empreitada, a “casta sacerdotal” também desempenharia seu papel. Qualificados, do ponto de vista histórico, como uma “classe privilegiada, dirigente, com direito de vida e morte, e à qual se reservavam proveitos materiais e sociais sem nenhum trabalho além de zelar pela *religião*”, os religiosos contribuiriam com a instituição da lógica da obediência e da submissão<sup>653</sup>. A própria religião, de modo geral, foi assim definida por Oiticica:

45 —*A religião*— Religião é o processo de subjugar o povo fazendo-o crer num ser onipotente, invisível, dono do universo, castigador dos maus, premiador dos bons. Os maus, naturalmente, são os que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes e atribuídas à divindade. Os bons são os que a elas se conformam sem nenhum protesto<sup>654</sup>.

Apesar de se posicionar criticamente à religião em sentido amplo, o professor anarquista mencionou que, na realidade ocidental, a predominante é a cristã — “quer romana, quer protestante, quer ortodoxa”. Tratando de maneira mais específica sobre o catolicismo, mencionou que os indivíduos, para escaparem do sofrimento eterno no inferno, são instigados a “observar os mandamentos da lei de Deus e aos dogmas da Igreja”. Os mandamentos e os dogmas fomentariam o “respeito à propriedade e à obediência aos superiores, considerados representantes de Deus na terra”<sup>655</sup>. A relação entre a Igreja e o capitalismo foi analisada pelo anarquista:

Onde melhor podemos ver esse caráter protetor do capitalismo é nas exceções escandalosamente abertas pela Igreja aos mandamentos mais taxativos. Exemplo: um dos mandamentos ordena peremptoriamente: *não matarás*. Se, porém, os trabalhadores se revoltam contra os patrões, os cidadãos contra o governo, ou se a nação declara guerra a [sic] outra, por mais injusta que seja, a polícia pode matar e os exércitos se estraçalharem sem pecado. A Igreja, em muitos casos, abençoa, nos templos, as espadas dos oficiais, os exércitos para defender as suas terras e bens, ela própria já teve exércitos para defender as suas terras e bens. Demais, a Igreja é essencialmente capitalista e seu papa, seus cardeais, seus arcebispos, bispos, cônegos, monsenhores, vigários, padres, sacristãos vivem parasitariamente, sem trabalho útil, da contribuição dos fiéis.

Tal religião é inimiga dos trabalhadores, porque lhes peia a mentalidade, lhes ensina absurdos e mentiras mediante as quais lhes vai sugando uma porção dos seus já minguados recursos<sup>656</sup>.

A “casta sacerdotal”, portanto, representava um grupo “parasitário”, sendo inimiga dos trabalhadores e explorando os seus já poucos recursos por meio da disseminação de “absurdos”, “mentiras” e incentivando a submissão. Válido destacar a trajetória de militância anticlerical de José Oiticica, que, ao longo do tempo, por meio da imprensa e de conferências, teceu diversas

<sup>653</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>654</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>655</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>656</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

críticas, sobretudo, à Igreja. Além do “parasitismo”, a relação da instituição religiosa com o capitalismo se expressava por endossar a manutenção da estrutura social em voga – como a defesa de “terras e bens”, a propriedade<sup>657</sup>. A relação entre o Estado e a Igreja, segundo o anarquista, constitui uma construção histórica. Ainda que os religiosos possam ter perdido poder político com o tempo, tiveram reconhecimento oficial do Estado, que apoiou suas “imposturas, adotando-as e mandando ensiná-las nas escolas”. Dois exemplos seriam ilustrativos da aliança: a Concordata de 1801, assinada entre Napoleão Bonaparte e Pio VII e o já mencionado Tratado de Latrão (1929). *A feição religiosa*, inclusive, permanece mesmo com a existência do Estado laico, que, apesar de não adotar uma religião oficial – e se beneficiar da existência de todas – não dispensa a “morfina religiosa”. A contribuição dos sacerdotes prosseguiria crucial no processo de “escravização popular pelo temor do inferno”<sup>658</sup>.

José Oiticica concluiu afirmando que os indivíduos estariam submetidos, portanto, a uma “dupla idolatria estupidificante”: a *cívica*, sob os auspícios do Estado, e a *religiosa*, dirigida tanto pela Igreja quanto pelas demais instituições religiosas. Ambas teriam o mesmo propósito: fomentar a submissão dos “não-possuídos” ao regime da propriedade privada. Possuíam, portanto, o papel de legitimar as relações de dominação. Argumentou, ainda, que os industriais, compreendendo as “vantagens” da idolatria a seu favor, promovem “movimentos de toda sorte com tais tendências”, como o “escotismo” – cujo credo seria um “programa essencialmente capitalista”, em defesa do “regime burguês”. Aos que se opusessem a essa idolatria e propusessem alternativas, no entanto, o Estado interviria de forma violenta. Citou, como exemplo, a execução de Francisco Ferrer y Guardia por sua tentativa de expandir “escolas racionalistas” na Espanha, “país assenhoreado pelos jesuítas”<sup>659</sup>.

\*\*\*

José Oiticica desenvolveu uma crítica complexa sobre o Estado. Sintetizando-o como a “organização da autoridade”, o Estado configuraria uma “força de compressão”, com um duplo

---

<sup>657</sup> O papel desempenhado pela Igreja enquanto atuante na manutenção da estrutura social também foi analisado por Bakunin: “Não há necessidade de discutir o problema da salvação eterna, já que não acreditamos na imortalidade da alma. Estamos convencidos de que o pior mal, tanto para a humanidade quanto para a verdade e o progresso, é a Igreja. Poderia ser de outra forma? Pois não cabe à Igreja a tarefa de perverter as gerações mais novas e especialmente as mulheres? Não é ela que através de seus dogmas, suas mentiras, sua estupidez e sua ignomínia tenta destruir o pensamento lógico e a ciência? Não é ela que ameaça a dignidade do homem, pervertendo suas ideias sobre o que é bom e o que é justo? Não é ela que transforma os vivos em cadáveres, despreza a liberdade e prega a eterna escravidão das massas em benefício dos tiranos e dos exploradores? Não é essa mesma Igreja implacável que procura perpetuar o reino das sombras, da ignorância, da pobreza e do crime? Se não quisermos que o progresso seja, em nosso século [XIX], um sonho mentiroso, devemos acabar com a Igreja”. BAKUNIN, Mikhail. *A Igreja e o Estado*. In: WOODCOCK, George (org). , op. cit., 1998, p. 81.

<sup>658</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 10, 22 jun. 1946, p. 2.

<sup>659</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 11, 29 jun. 1946, p. 2.



propósito: submeter os “não-possuidores” à lógica da propriedade privada e regulamentar a “concorrência”, que seria um processo inerente à sociedade capitalista. Trata-se de um instrumento político cujo propósito é a perpetuação das relações de dominação em voga, beneficiando uma minoria dominante por meio da exploração da maioria dominada – os “não-possuidores”, os “proletários”, o “povo”, retomando expressões utilizadas no decorrer do texto. “Dominação”, elencada mais de uma vez, é uma palavra-chave para compreendermos seu entendimento a respeito de tal instrumento político. A manutenção dessas relações, inclusive, dependeria da atuação de diferentes agentes, relacionados com as distintas *feições* por ele apresentadas.

Conforme as concepções apresentadas, o Estado desempenha um papel crucial no sentido de zelar pela perpetuação da propriedade privada. No entanto, por si só, é um “ser abstrato”; sua “encarnação concreta” são os “governos”, nos quais participam os distintos agentes<sup>660</sup>. Políticos, juízes, advogados e outros membros do corpus burocrático; militares; “mestres-escolas” e religiosos: cada qual com as especificidades de sua atuação, todos concorreriam pelo mesmo propósito: a manutenção das relações de dominação que pautam a estrutura social. O entendimento de Oiticica parece ter alinhamento com a reflexão de Kropotkin: Estado e governo são distintas entidades: o segundo abrange não apenas a existência de um “poder colocado muito acima da sociedade”, englobando, também, “concentração territorial e uma concentração de muitas funções da vida das sociedades nas mãos de alguns indivíduos”<sup>661</sup>.

Segundo Bakunin, os indivíduos que desempenham as mais altas funções do Estado, como alguns dos agentes acima mencionados – o corpus burocrático e militares de alta patente, por exemplo –, são, assim como os proprietários, expoentes das classes dominantes. Ainda de acordo com o russo, a burocracia poderia se relacionar com os demais segmentos das classes dominantes de duas maneiras: 1) quando age em defesa dos interesses de uma delas; 2) quando a elas se soma para estabelecer uma dominação concentrada sobre as classes oprimidas em geral<sup>662</sup>. A julgar por suas análises, Oiticica parece ter mais em conta a primeira opção, uma vez que ressaltou frequentemente as ações do Estado em benefício dos proprietários.

---

<sup>660</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 17, 20 ago. 1946, p. 2. Bakunin também apontou que o Estado existe “de forma tão abstrata e ao mesmo tempo violenta”, impedindo a liberdade individual em nome de uma “mentira chamada bem comum” que, na verdade, representa os interesses exclusivos das classes dominantes. BAKUNIN, Mikhail. A Igreja e o Estado. In: WOODCOCK, George. , op. cit., 1998, p. 77.

<sup>661</sup> KROPOTKIN, Piotr. , op. cit., pp. 9-10.

<sup>662</sup> CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2014, pp. 108-109.

Tratando especificamente do corpo burocrático, José Oiticica retomou os preceitos do economista francês Leroy-Beaulieu (1843-1916), cuja crítica ao Estado, pautava, entre outras coisas, a formação de uma “enorme burocracia dispendiosa, desleixada e autoritária”. Com a característica de organização por “casta”, a burocracia, paulatinamente, é induzida à preferência por cuidar dos próprios interesses do que zelar pelo serviço público, sua função. Ademais, sua tendência é a busca de privilégios. Como exemplo, citou o “desenvolvimento da burocracia bolchevista”, que teria sido “instantâneo e formidável, assumindo proporções jamais vistas”<sup>663</sup>.

A menção à organização política promovida pelos bolcheviques teve um propósito claro: Oiticica procurou enfatizar que, para os anarquistas, mesmo após a “revolução expropriadora”, a manutenção do Estado – “qualquer que ele seja” – teria “por consequência a formação da nova casta de possuidores. O Estado bolchevique apresentaria a maioria das feições anteriormente mencionadas: os soviets e o poder executivo representariam a *feição política*; os juízes, escolhidos pelos soviets locais, a *feição judiciária*. O Exército Vermelho e o Diretório Político do Estado (GPU, em russo), que representa a polícia secreta, constituiriam a *feição militar*; as feições *econômica* e *financeira* seriam contempladas pelo monopólio financeiro do Estado, incluindo a fundação de um banco estatal, a persistência da moeda e a existência da propriedade – mesmo que sob administração do Estado. Por fim, a *feição pedagógica* se relacionaria à imposição de uma instrução sob os princípios exclusivos dos “detentores do poder”. Apenas a *feição religiosa* não foi mencionada<sup>664</sup>.

Munidos de tais elementos, José Oiticica, ao utilizar o exemplo bolchevique, assinalou o ponto irreconciliável entre anarquistas e marxistas – também por ele qualificados como “socialistas autoritários” ou “socialistas de Estado”: a persistência do Estado após a consumação do processo revolucionário. Se ambos possuem aproximações no que concerne à análise do papel desempenhado pelo Estado na sociedade capitalista e a necessidade de suprimi-lo<sup>665</sup>, as divergências se acentuam em relação à proposta de formação de uma sociedade com

---

<sup>663</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 20, 20 set. 1946, p. 2.

<sup>664</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 20, 20 set. 1946, p. 2.

<sup>665</sup> Conforme ilustrado por Engels, “o primeiro ato por virtude do qual o Estado” efetivamente se torna representante da sociedade – assumindo a “propriedade dos meios de produção em nome da sociedade” – configuraria, ao mesmo tempo, “seu último ato independente como Estado. A interferência do Estado nas relações sociais torna-se, em uma esfera após a outra, supérflua, e, em seguida, desaparece por si mesma”. O Estado, portanto, não seria “abolido”: ele “desaparece”. Nesse sentido, o marxismo clássico teria aproximação com anarquismo, divergindo, no entanto, a respeito do momento da supressão do Estado: os primeiros reivindicam uma etapa transitória, a “ditadura do proletariado”; os segundos, por sua vez, a supressão imediata. Estado. In: BOTTOMORE, Tom (ed). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [versão online], s. p. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537806111/cfi/6/18!/4/160/10@0:100>>. Acesso em 16 jan. 2020.

base no comunismo. A “ditadura do proletariado”<sup>666</sup>, que, segundo os preceitos de Marx, faria a transição entre a sociedade capitalista e a comunista, não é admitida pelos libertários, que defendem a supressão imediata do Estado. Ao analisar mais detidamente as proposições de Marx, Oiticica destacou que:

Fazer a revolução proletária é alijar do poder a classe dos altos financistas e industriais, tomar-lhe todas as armas — exército, marinha, aviação, polícias, etc.; expropriar as terras, como aconselha Marx, é arrancar aos burgueses e pequenos burgueses todo o seu instrumento de exploração. Sendo assim, como estabelecer uma *ditadura* do proletariado? Sobre quem se exerceria essa ditadura, se a alta e a baixa burguesia nenhuma arma possuem, nem terras, nem meios de obter armas, nem situação política, nem a força do número, pois são minoria, sem os recursos de luta sindical? Seria inventar a pirâmide e admitir o vértice desarmado. Ditadura, pois, de uma grande maioria armada sobre uma pequena minoria inerte é teoricamente absurda e praticamente ridícula<sup>667</sup>.

Uma vez consumada a revolução, não faria sentido a manutenção do Estado em nome da “ditadura do proletariado”, uma vez que a burguesia, sendo minoritária, não teria condições de combater a maioria explorada, que assumiria todos os recursos anteriormente pertencentes às classes dominantes. Oiticica ainda argumentou que, se Marx defendia a expropriação das terras, mas que a renda fosse utilizada para custear o Estado, a propriedade, conseqüentemente, não seria abolida, mas transferida para um novo proprietário. O Estado marxista constituiria um “Estado patrão”, pois seria “dono do dinheiro, concentrado num banco, dono das terras, dono das manufaturas, dono dos transportes”. Ademais, impor “trabalhos obrigatórios com severas punições”, também instituindo salários por ele mesmo regulados. Há, ainda, a crítica ao direito de herança: se Marx teria defendido que a herança precisava ser “abolida”, subentende-se, para Oiticica, que a propriedade ainda persiste – apenas não mais poderá ser transferida aos herdeiros. A abolição da herança “num regime em que toda a propriedade passou para o Estado” seria, na prática, um contrassenso. A existência de imposto progressivo constituiria mais um indício de permanência da propriedade<sup>668</sup>.

Segundo Oiticica, os eventuais equívocos de Marx têm relação com o fato de que o alemão, “coisa gravíssima num pregador do comunismo”, não teria legado um “esboço da

---

<sup>666</sup> Segundo o “Dicionário do Pensamento Marxista”, Marx compreendia a ditadura do proletariado “não apenas uma forma de regime no qual o proletariado exerceria o tipo de hegemonia até então exercido pela burguesia, ficando a tarefa concreta do governo por conta de outros”, mas também como um tipo de governo, com a classe operária governando efetivamente e se desobrigando de algumas das tarefas até então executadas pelo Estado. Ditadura do Proletariado. In: BOTTOMORE, Tom (ed)., op. cit., 2013 [versão online], s. p. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537806111/cfi/6/18!/4/160/10@0:100>>. Acesso em 16 jan. 2020.

<sup>667</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 27, 10 nov. 1946, p. 2.

<sup>668</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 28, 30 nov. 1946, p. 2.

sociedade comunista definitiva”<sup>669</sup>. O anarquista também foi crítico do caráter paulatino da proposta marxiana: a manutenção do Estado e de seus alicerces representaria, na prática, a permanência de uma “organização capitalista”. A indefinição temporal da supressão do Estado, a ser feita “pouco a pouco”, também era preocupante, uma vez que manteria as antigas estruturas e formaria uma nova classe privilegiada – a burocracia, como anteriormente apontado. Ademais, em sua concepção, Marx teria se equivocado estrategicamente ao admitir a “luta parlamentar” no combate à burguesia. A “luta eleitoral” teria “viciado o proletariado, desviando-o da luta direta contra os patrões nos sindicatos, nas fábricas, nas ruas, fazendo-o esperar nos seus representantes”. Os discursos e os “cambalachos parlamentares” teriam responsabilidade por tornarem as “massas inativas e, portanto, irrevolucionárias”<sup>670</sup>.

Ao apresentar suas reflexões a respeito do Estado e do papel por ele desempenhado na manutenção do regime da propriedade privada, José Oiticica demonstrou um evidente afinamento com a crítica geral desenvolvida por anarquistas, como os russos Bakunin e Kropotkin – que se dedicaram, também à crítica ao Estado. A análise com base em sete feições distintas, embora coerente com o defendido pelos libertários, parece representar, também, uma contribuição para se pensar tal “instrumento de compressão”, além de fazê-lo de maneira didática – que é, também, a proposta contida no texto. O Estado teria duas funções básicas: garantir a perpetuação da propriedade privada e regular a concorrência entre os possuidores – na prática, os detentores dos meios de produção. Configura, então, um instrumento político de manutenção das relações de dominação, que mantêm uma maioria explorada submetida a uma minoria exploradora, privilegiada. Para tal, diversos agentes atuariam em prol dessa finalidade – e também dela se beneficiariam. O Estado, conseqüentemente, qualquer que fosse sua forma, não representaria os anseios da maioria explorada, atendendo apenas aos interesses específicos das classes dominantes.

A leitura que José Oiticica fez da consolidação do governo bolchevique na Rússia e das próprias proposições de Karl Marx constituem significativos exemplos que ilustrariam que o problema central, do ponto de vista político, não estaria diretamente relacionado a quem controla o Estado, mas sim à própria função exercida pelo Estado independente de quem ele possa representar. A defesa da “ditadura do proletariado” tanto na teoria de Marx quanto na Rússia, para o anarquista – em consonância com seus pares – estaria inevitavelmente fadada ao

---

<sup>669</sup> Esse argumento, possivelmente, tem relação com o fato de que José Oiticica, em seu texto, procurou delinear, posteriormente, um modelo de organização social com base no comunismo anárquico. Esse modelo será por nós analisado em seguida.

<sup>670</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 28, 30 nov. 1946, p. 2.

fracasso, uma vez que resultaria na formação de uma nova classe privilegiada, que não mais estaria vinculada aos anseios dos “não-possuidores” e perpetuaria, portanto, as relações de dominação. Podemos considerar, aliás, que a ênfase na crítica ao marxismo, além da disputa teórica, estaria inserida numa chave de disputa pela inserção nas mesmas bases, ou seja, entre os trabalhadores. José Oiticica, portanto, procurou, simultaneamente, apresentar tanto uma crítica, em perspectiva anarquista, minuciosa sobre o Estado quanto procurou identificar, entre os comunistas, os elementos que reforçariam a estrutura de dominação. Constituiria, possivelmente, uma estratégia propagandística tanto no momento de sua elaboração – na década de 1920, marcada pelas sucessivas disputas entre anarquistas e comunistas – quanto no momento de sua publicação, entre 1946 e 1947, quando a militância anarquista retomava sua militância.

#### 4.2.3 Propostas para uma organização social comunista anárquica

José Oiticica, além de apresentar pormenores que embasariam a ideologia anarquista e a crítica a elementos políticos, econômicos e sociais que pautam a estrutura social em voga, também estabeleceu algumas bases que poderiam nortear a futura sociedade pautada no “comunismo integral”. Seu texto, portanto, mais do que analítico, era propositivo, no sentido de publicizar a plausibilidade das concepções anárquicas para a organização social. Pertinente salientar que as proposições não surgiram exclusivamente em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, tampouco foram produto exclusivo de suas reflexões. Em 1919, publicou o já citado documento “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, no qual, a despeito da concisão dos tópicos, é pautado por alguns dos elementos presentes na obra em análise. Além disso, o próprio documento publicado em 1919 parece ter sofrido influências da publicação “O que é maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista”, de autoria de Edgard Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo de Antonio Candeias Duarte<sup>671</sup>), publicado para o evento do 1º de maio do referido ano<sup>672</sup>.

---

<sup>671</sup> Antonio Candeias Duarte (1881-s/d) foi um militante português radicado no Brasil. Em 1917, participou ativamente da Greve Geral de 1917, integrando o Comitê de Defesa Proletária (CDP) de São Paulo. Foi redator do jornal *A Plebe*. Foi um dos fundadores do partido comunista-anarquista de 1919. Na década de 1920, aderiu ao comunismo, sendo um dos quadros do PCB. Na década de 1930, foi preso duas vezes: em 1931 e 1935, por integrar a organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1947, foi preso novamente devido à cassação do PCB. HECKER, Alexandre. O português António Candeias Duarte: desconhecido protagonista da História política brasileira. In: SARGES, Maria de Nazaré [et. al.] (org). **Entre mares: o Brasil dos portugueses**. Belém: Paka-Tatu, 2010, pp. 263-264.

<sup>672</sup> Produzido durante o afã gerado pelo processo revolucionário em curso na Rússia e com razoável circulação na imprensa anarquista e sindical, o documento defendia, na prática, a instauração de uma *Confederação de Comunas*

Conforme anteriormente abordado, José Oiticica considerava a propriedade privada a raiz dos males sociais, tendo, como alicerces, o Estado e o próprio capitalismo – que incorria no desperdício das energias aproveitáveis pelos trabalhadores. Com a Revolução Social, as relações de dominação oriundas do regime da propriedade privada devem ser suprimidas, findando a exploração dos “não-possuidores” – ou seja, a exploração entre classes, uma vez que os trabalhadores estão alijados da posse dos meios de produção. Mas como se organizaria a sociedade comunista sob a ótica dos anarquistas?

A organização social do “comunismo integral”, de acordo com Oiticica, deverá ter como base a perspectiva do *federalismo*<sup>673</sup>. Detalhando a proposta:

Nosso sistema é o seguinte: nas numerosas zonas agrícolas ou industriais, os trabalhadores agrupam-se em sindicatos conforme as suas profissões ou ofícios. Esses sindicatos *federam-se* em certas regiões, mantendo entre si as ligações necessárias e todos dentro das mesmas ideias e com a mesma finalidade. Essas ligações são mantidas por delegados dos sindicatos em assembleias frequentes, sendo as decisões dessas assembleias sancionadas ou não pelos sindicatos.

Por sua vez, as federações dos diversos países ou das diferentes zonas formam entre si uma *confederação* sob os mesmos princípios com seus *congressos* anuais<sup>674</sup>.

A organização social com base no *federalismo* resultaria em três fatores: 1) “autonomia do sindicato”, célula importante da “organização comunista futura”; 2) a prática do “livre acordo e da disciplina moral”, rompendo com a lógica de subserviência aos chefes; 3) “absoluta abstenção da politiquice interna”, que incitaria “ambições de mando, ressentimentos perniciosos e intrigas de partidos”<sup>675</sup>. A partir disso, a organização social estaria pautada na seguinte divisão: *comuna*; *município*; *federação* e *confederação*.

A *comuna* corresponderia ao conjunto de associações profissionais que pautariam os trabalhadores. A relação por eles estabelecida teria, como base, os “acordos mútuos e deliberações de cada sindicato”, uma vez que a propriedade dos meios de produção e mesmo o salário foram abolidos, sendo portanto, comum a todos. Trata-se da parte da organização voltada para o atendimento das demandas de produção e de consumo. Segundo Oiticica, as modalidades possíveis de comunas variariam conforme o “ecúmeno geográfico”, isto é, a

---

*Livres*. Repudiava enfaticamente o socialismo de Estado e o coletivismo como antagonistas da proposta comunista libertária, uma vez que incorreriam “inevitavelmente” na criação de privilégios burocratas. O texto do programa admitia a vigência de um “regime de transição” devido à necessidade de defesa (a ser executada pelos próprios trabalhadores), mas não menciona a expressão “ditadura do proletariado”. Ainda que o texto não focasse a Revolução Russa, os autores libertários destacaram que o país vivia um período de “transição social” sob tutela dos soviets. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. , op. cit., pp. 134-135.

<sup>673</sup>O *federalismo* libertário, pautado na AIT e na Comuna de Paris, (1971) foi um dos “pilares centrais da ideologia anarquista”. A proposta federalista foi uma constante, por exemplo, em autores como Bakunin, Kropotkin e mesmo Proudhon, que desenvolveu o conceito “a partir de suas experiências das lutas operárias que o influenciaram”. CORREA, Felipe. , op. cit., 2015, pp. 163-165.

<sup>674</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 21, 30 set. 1946, p. 2.

<sup>675</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 21, 30 set. 1946, p. 2.

“região habitada”<sup>676</sup>. A realidade local, portanto, teria de ser levada em conta para a sua organização<sup>677</sup>.

O *município* seria composto de um agrupamento de comunas, uma vez que, nos “ecúmenos vastos ou densos”, uma comuna não seria suficiente para suprir todas as necessidades. Oiticica comparou os elementos que distinguiriam o município na sociedade capitalista e no comunismo anárquico:

Em sociedade capitalista, é exatamente a circunscrição administrativa menor do Estado, a ventosa dos tentáculos sugadores. Em comunismo anárquico, o município é um centro coordenador da atividade comunal, quer para a produção, quer para a distribuição, quer para o auxílio mútuo. Com efeito, o regime anarquista é um regime de cooperação geral, que necessita de um centro organizador de tal cooperação<sup>678</sup>.

A *federação* teria o propósito de correlacionar, política e economicamente, os municípios em um organismo independente do *ecúmeno*. Trata-se de um instrumento organizativo para promover o “entreauxílio de todos”, coordenando zonas e ecúmenos distintos. Territorialmente, poderia abranger um país inteiro, tendo sua sede ou capital. A *confederação*, por sua vez, seria um organismo internacional de articulação dessas federações<sup>679</sup>. O funcionamento de todas as instâncias organizativas apresentadas demanda representações, por meio de delegados eleitos. Estes, no entanto, não gozariam de nenhum privilégio, tampouco seriam dispensados de seus respectivos trabalhos – podendo, inclusive, serem destituídos a qualquer momento<sup>680</sup>.

O modelo de organização social apresentado por Oiticica representa, na prática, uma inversão do que está estabelecido na estrutura social vigente. O poder, na “organização burguesa”, parte de cima para baixo, no respectivo sistema que dispomos: nação → províncias → municípios. O Estado, constituindo o poder central e representando a “nação”, “centralizada a administração”, impõe leis às províncias e aos municípios. A organização comunista anárquica, assentada não na propriedade privada ou na centralização do poder, mas sob a lógica do “*acordo mútuo*”, estabelece uma inversão total, de baixo para cima: comuna(s) → município(s) → federação (ões) → confederação. A lógica da organização social, portanto, parte da comuna, que constitui, como mencionado anteriormente, no agrupamento dos trabalhadores<sup>681</sup>.

---

<sup>676</sup> Esses critérios já haviam sido esboçados no documento “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista” (1919). Consultar as pp. 11-12.

<sup>677</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 22, 10 out. 1946, p. 2.

<sup>678</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 22, 10 out. 1946, p. 2.

<sup>679</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 22, 10 out. 1946, p. 2.

<sup>680</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, pp. 12-13.

<sup>681</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 22, 10 out. 1946, p. 2.

As bases dessa proposta não são uma novidade de “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”: no documento “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, José Oiticica já havia apresentado seu esboço. Além disso, em “O que é maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista”, Edgard Leuenroth e Hélio Negrão propuseram uma organização social com critérios semelhantes, tendo em conta a questão geográfica e a criação de órgãos que abrangessem os interesses *locais, distritais, regionais e federal*, sendo este representado pelo Conselho Geral dos Comissariados<sup>682</sup>. Podemos constatar a coerência de um modelo de organização social historicamente reivindicado pelos libertários, uma vez que as propostas dos brasileiros se assemelham, por exemplo, a de Bakunin, no século XIX:

A futura organização da sociedade deveria ser realizada de baixo para cima, pela livre associação e união dos operários; primeiro, em associações depois em comunas, em regiões, em países e, finalmente, numa grande federação internacional e universal. Só assim poderá ser estabelecida a liberdade e a felicidade geral da nova ordem, uma ordem que, longe de querer negar, garante e tenta harmonizar os interesses dos indivíduos e da sociedade<sup>683</sup>.

\*\*\*

Sendo a comuna a menor unidade da organização social comunista anárquica e baseada na associação de trabalhadores – “homens e mulheres que procuram aproveitar as energias cósmicas para realizar a vida mais feliz possível” –, ela possui papel fundamental. Oiticica indicou alguns dos princípios que norteariam sua organização interna. O primeiro deles é a *liberdade*. A liberdade, para os anarquistas, não é um ente absoluto, ilimitado: “pressupõe o acordo mútuo e quem diz acordo diz limitação da vontade, compromisso moral de executar fielmente as cláusulas do acordo”. Demanda, conseqüentemente, responsabilidade entre os agentes envolvidos. Outro princípio é a *igualdade social*. Cientes de que os indivíduos são desiguais por natureza (fisicamente, psicologicamente, em suas aptidões etc.), os anarquistas defendem a “igualdade de *condições sociais* para o desenvolvimento livre das desigualdades naturais”. Não existem autoridades na comuna: as relações são construídas com bases em acordos, sejam tácitos ou explícitos. O rompimento é admitido, embora Oiticica advirta que seja quase impossível: uma vez que o indivíduo depende da sociedade para sobreviver, necessitará cumprir as demandas do acordo em benefício comum<sup>684</sup>.

Nas comunas, os trabalhadores poderiam se agrupar em *classes profissionais*, o que possibilitaria “melhor planejamento, distribuição e execução dos serviços”. As questões de

---

<sup>682</sup> HECKER, Alexandre. , op. cit., p. 269. A convergência das propostas de Oiticica e dos militantes de São Paulo constitui um indicativo da possibilidade de intercâmbio entre eles, uma vez que os três integravam, inclusive, na mesma época, o Partido Comunista do Brasil (1919).

<sup>683</sup> BAKUNIN, Mikhail. A Igreja e o Estado. In: WOODCOCK, George. , op. cit., 1998, p. 77.

<sup>684</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 22, 10 out. 1946, p. 2.



ensino, por exemplo, estariam necessariamente afeitas aos educadores, as de “saúde geral”, aos médicos. Para discutir e planejar os serviços, os trabalhadores devem organizar as *assembleias de classe*, especializadas por categoria. As assembleias não seriam hierarquizadas: qualquer trabalhador poderia conduzir as discussões. Oiticica considerava a existência de três “classes, bem distintas, de trabalhadores”: *rurais* (plantadores, cortadores, limpadores, por exemplo), *urbanos* (maquinistas, foguistas, mecânicos, ferreiros e afins) e *anexos* (ou seja, que não participam diretamente da produção: professores, artistas, médicos, dentistas etc.) – sendo a última classe numericamente reduzida se comparada às demais<sup>685</sup>.

A execução dos trabalhos poderia ser dirigida pelo trabalhador com conhecimento mais aprofundado a respeito das funções atribuídas. Trata-se de um ponto importante que ele destacou: os anarquistas se opunham, de forma veemente, à “*hierarquia e disciplinas autoritárias*”, mas consideravam “absolutamente indispensáveis *ao máximo de rendimento econômico, a hierarquia funcional*”. Sua função, na prática, remete à coordenação dos serviços, distribuindo-os conforme a “*capacidade de superintendência*” de cada trabalhador. Seria, portanto, uma “hierarquia lógica, racional e espontaneamente aceita em qualquer associação tipicamente anarquista”. Nesse processo, a formação de *juntas diretoras*, com trabalhadores de diferentes categorias, seria fomentada para coordenar os trabalhos de maneira conjunta. Os diretores não teriam nenhuma autoridade além da “confiança dos trabalhadores”, podendo ser destituídos a qualquer momento, caso não desempenhem devidamente suas atribuições<sup>686</sup>.

As propostas indicam que José Oiticica defendia a racionalização da organização dos trabalhadores em sua atuação cotidiana. Essa prática também deveria pautar tanto a “organização da produção” como a “distribuição dos produtos”. Os segmentos teriam como base o princípio fundamental que regeria a sociedade comunista anárquica: “de cada um conforme suas forças e a cada um conforme suas necessidades”<sup>687</sup> – ou seja, os trabalhadores

---

<sup>685</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 23, 20 out. 1946, p. 2. Vale destacar que a organização funcional dos trabalhadores que Oiticica propõe parece ter semelhanças com as propostas corporativistas, ainda que inexistam o patronato na sociedade comunista anárquica. Embora não encontremos, nas fontes, alguma menção propriamente relacionada ao corporativismo, podemos cogitar que, em algum momento de sua vida, Oiticica teve contato com alguma publicação desse teor – como a Constituição de Fiume, de 1920.

<sup>686</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 23, 20 out. 1946, p. 2. Para destacar que a hierarquia funcional não reproduziria relações de dominação, Oiticica utilizou, como exemplo, um clube dramático amador, no qual, escolhido o diretor geral – “mais entendido em arte cênica” –, os demais teriam de seguir os seus “conselhos, distribuição de papéis, marcação” com o propósito de garantir o êxito da apresentação. O diretor, no entanto, não teria o direito de punir, suspender ou expulsar os sócios; estes, por sua vez, deveriam ter em conta a disciplina funcional, focando no desempenho das funções que lhes foram atribuídas. Esse exemplo é interessante, entre outras coisas, porque parece partir da própria realidade de Oiticica, uma vez que ele foi docente, também, da já mencionada Escola Dramática do Rio de Janeiro.

<sup>687</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 23, 20 out. 1946, p. 2. A frase em questão (com suas variações a depender do autor) constitui um princípio básico para nortear tantos os anarquistas comunistas quanto os comunistas ligados a Marx. Basicamente, numa sociedade comunista, a produção deveria ser o suficiente

contribuiriam socialmente conforme suas condições e consumiriam segundo suas necessidades diárias, sem necessariamente haver correlação<sup>688</sup>. Segundo Oiticica:

Nesse lema, estão consignados os pontos essenciais de toda a vida humana e a solução do problema de organização social. Com efeito, a primeira parte — de cada um conforme suas forças — reconhece a desigualdade natural dos homens sem os responsabilizar por suas fraquezas congênicas, nem os recompensar por suas qualidades inatas, como atualmente sucede. [...]<sup>689</sup>

Apesar de reconhecer que nem todos os anarquistas concordam nesse quesito, José Oiticica defendeu que o “regime ideal” para produzir o máximo possível com o menor esforço seria o “*trust* racionalizado”, isto é, “a produção em grande escala, com máquinas aperfeiçoadas e trabalhadores especializados, a trabalhar pelo sistema Taylor”<sup>690</sup>. O taylorismo<sup>691</sup>, portanto, seria uma das estratégias para racionalizar a produção na sociedade anarquista comunista, na

---

para atender as necessidades de todos, e cada trabalhador, socialmente, em troca, deveria produzir conforme suas aptidões. Esse princípio é abordado, por exemplo, por anarquistas como Carlo Cafiero, Piotr Kropotkin e mesmo pelo comunista Karl Marx. Bakunin e James Guillaume, por sua vez, defendiam o coletivismo, preconizando um “sistema de remuneração baseado no trabalho realizado” – ou seja, “a cada um segundo o seu trabalho”. Referiam-se a distintas posições para se pensar a produção e a distribuição dos produtos em uma sociedade futura. Em relação especificamente à militância anarquista, a posição coletivista foi hegemônica, pelo menos, até o falecimento de Bakunin (1876), com a perspectiva comunista ganhando força na década de 1880. Consultar: KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007, p. 47; MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, pp. 22-30. Disponível em: <<http://www.foiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Marx,%20Karl/Critica%20do%20Programa%20de%20Gotha.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2020. ; CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2015, pp. 208-210; CAFIERO, Carlo. “Anarquia e Comunismo”. **Le Révolté**, 1880. Tradução: humanasfera. Disponível em: <<http://humanaesfera.blogspot.com/p/anarquia-e-comunismo-1880-carlo-cafiero.html>>. Acesso em 17 jan. 2020.

<sup>688</sup> Ao discorrer sobre esse ponto nos “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, Oiticica destacou que somente teriam “direito aos produtos sociais quem trabalha, salvo os naturalmente incapazes”. Elencou os incapazes: “os interditos, os menores de vinte e um anos, as mulheres nos três últimos meses de gestação e no parto [sic], os velhos de mais de sessenta anos”. OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 10.

<sup>689</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 23, 20 out. 1946, p. 2.

<sup>690</sup> No artigo “O desperdício da energia feminina”, José Oiticica já havia indicado que considerava a divisão do trabalho do liberal Adam Smith, pois ela poderia resultar na multiplicação da força produtiva – mesclando-a com a perspectiva anarquista. No seu entendimento, a especialização dos trabalhadores representaria uma vantagem produtiva. Essa visão, no entanto, não era compartilhada por Kropotkin. Para o anarquista russo, a divisão do trabalho, nos moldes de Adam Smith, era um “princípio horrível, nocivo à sociedade e embrutecedor do indivíduo”. Afirmando ser a sociedade dividida entre produtores (trabalhadores) e consumidores (privilegiados), a especialização extrema do trabalhador possibilitaria a sujeição a um trabalho extenuante e à escassez de tempo e de condições para refletir, conservando o “cérebro inativo”. OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 1, 30 nov. 1914, p. 6; KROPOTKIN, Piotr. **A Conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011, p. 126.

<sup>691</sup> Frederick Winslow Taylor, no final do século XIX, “desenvolveu a ideia de gerência científica”. A gerência deveria se incumbir de “planejar e calcular tempo-movimento”, além de “expropriar o saber do trabalhador, porque a expropriação desse saber permitirá um maior controle sobre o processo de trabalho”. A execução e a concepção, portanto, seriam esferas separadas de trabalho: a gerência planejava, enquanto aos trabalhadores ficaria reservada a operação. Retomando a nota anterior sobre o apreço de Oiticica pela divisão de trabalho de Adam Smith, possivelmente ele valorizava o “sistema Taylor” tanto pela possibilidade de racionalização da produção – que ele defende – quanto o suposto caráter científico que manifestaria. RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, 2005, pp. 65-67. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/26678/pdf>>. Acesso em 17 jan. 2020.

qual a superprodução seria entusiasmada. O anarquista traçou comparação entre as vantagens da superprodução no “regime anárquico” e no capitalismo:

Por que isso? Porque a superprodução, coisa excelente em regime anárquico, é desastre certo em regime capitalista. Em regime anárquico, bastaria para corrigi-la, trabalhar menos. Como nada se compra nem vende, mas *tudo se distribui* universalmente com quem precise, o excesso não prejudica. Em regime capitalista, estando satisfeitas as necessidades do consumidor ou não podendo este comprar, os produtos sobram e *encalham*, como se diz no comércio. Esse encalhe é a ruína do capitalista e, para os consumidores pobres, misérias e privações.

O regime do *trust*, com a racionalização, permite grande economia de pessoal, tempo e matéria prima. Dá pois, ao trabalhador mais folga para estudos ou divertimentos<sup>692</sup>.

Segundo Oiticica, a concentração dos trabalhadores em “núcleos de população” – centros municipais de onde os trabalhadores irradiariam para as comunas – seria vantajosa para a produção e para a vida social. Tanto os instrumentos de trabalho (comunal e municipal) quanto os produtos estariam em armazéns ou armazéns gerais para que os trabalhadores os requisitassem conforme as necessidades. A federação, por sua vez, coordenaria os serviços dos municípios e, por meio de conferências periódicas, traçaria um “plano de produção e distribuição”. A confederação assumiria papel semelhante, relacionando as federações<sup>693</sup>.

Estando os produtos concentrados em armazéns, eles seriam distribuídos conforme as necessidades das comunas e dos municípios. Uma comuna açucareira, por exemplo, armazenaria parte do contingente de sua produção em um armazém próprio, enviando o restante para o armazém geral município. As demais comunas não-açucareiras poderiam requisitar o produto para suprir suas necessidades. Caso os municípios não fossem autossuficientes, poderiam solicitar os produtos à federação e assim por diante. Por meio desse exemplo, Oiticica salientou que dois serviços teriam grande importância: o de estatística, que zelaria pela situação diária dos armazéns, e o de transporte. O transporte seria isento de tarifas e “confiado a uma comuna especial, cujo ecúmeno são estradas de rodagem, as de ferro, as fluviais, as aéreas e subterrâneas”, tendo sedes nos municípios, nas federações e confederações<sup>694</sup>.

No que tange ao consumo, ele seria pautado pela máxima “a cada um conforme as suas necessidades”. Pertencendo à comuna, o indivíduo teria o direito de “retirar, do armazém geral, quanto lhe falte”. Oiticica argumentou de que, por mais que fosse “lícito” o indivíduo retirar mais do que lhe bastasse, muito em breve se convenceria da inutilidade disso, uma vez que os produtos estariam à sua disposição quando necessitasse. É importante salientar que ele não teria

---

<sup>692</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 23, 20 out. 1946, p. 2.

<sup>693</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 24, 10 nov. 1946, p. 2.

<sup>694</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 24, 10 nov. 1946, p. 2.

a “propriedade das coisas”, mas sim o “usufruto” – ou seja, a posse<sup>695</sup>. Existia apenas uma exigência para que o indivíduo acessasse o consumo: que executasse “os serviços a que se comprometeu”<sup>696</sup>.

\*\*\*

José Oiticica apresentou, em distintos momentos, uma perspectiva científicista e um apreço pela lógica tecnocrata para a racionalização da organização social. Uma de suas preocupações, na sociedade comunista anárquica, recaiu sobre o “progresso”, por ele definido como “a propagação de uma ideia favorável”<sup>697</sup>. Podemos entender, no sentido atribuído pelo anarquista, como uma constante evolução tecnológica, da qual os trabalhadores se beneficiariam – “na adoção de novas máquinas ou processos valorizadores, dispensadores ou amenizadores do trabalho braçal”. Ele estipulou a existência, nos municípios, de “laboratórios completos de pesquisas”, que estudariam, experimentariam e desenvolveriam as invenções – garantindo ao inventor, “o que raramente sucede hoje, a glória do seu invento ou da sua ideia”. A coordenação das pesquisas se consumiria tanto pela organização de congressos científicos periódicos quanto por “revistas e jornais técnicos”<sup>698</sup>.

Aparentemente valendo-se de sua autoridade e conhecimento enquanto professor, Oiticica dispensou especial atenção à educação<sup>699</sup> na futura organização social. Em seu entendimento, no capitalismo, a “educação integral” seria inviável: a miséria, o “regime de coação”, as “religiões” e os “preconceitos sociais” (de “família, raça, classe, casta”) corresponderiam a impeditivos para uma “educação racional”. A família, com a supremacia paterna, também contribuiria negativamente, uma vez que, pelos “direitos e deveres paternos”, as crianças ficam com os pais, mesmo “quando sífilíticos, alcoólicos, jogadores, etc.”<sup>700</sup>.

---

<sup>695</sup> Pierre Joseph-Proudhon teceu algumas considerações a respeito da distinção entre “propriedade” e “posse” em PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

<sup>696</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 24, 10 nov. 1946, p. 2. A necessidade de contribuir socialmente, segundo Oiticica, não impactaria apenas no consumo, mas em outras questões da vida cotidiana, como as viagens. Conforme suas propostas, o indivíduo teria o direito de viajar, mas precisaria contribuir trabalhando “nos navios, nos comboios” ou mesmo “nas comunas por onde andar”. Intercâmbios entre os “comuneiros”, inclusive, seriam aceitos. Na prática, a “faculdade” de viajar seria “limitada pelas obrigações diárias dos indivíduos”. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

<sup>697</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 24, 10 nov. 1946, p. 2.

<sup>698</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 25, 20 nov. 1946, p. 2.

<sup>699</sup> Para Oiticica, educar seria “tornar o homem o mais capaz possível de aproveitar, do melhor modo, as energias física, mental, moral, prática e social. A educação física, por exemplo, corresponderia ao cultivo da “robustez – não da força –, da saúde e da agilidade”. A educação mental estaria relacionada à formação da inteligência, da erudição. A educação moral teria a preocupação com o “cultivo da vontade, sua direção na realização do bem-estar comum”. A educação prática focaria no “treino da habilidade técnica ou vocação profissional”. Por fim, a educação social remontaria ao “aperfeiçoamento da solidariedade como multiplicador de energias”. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 25, 20 nov. 1946, p. 2.

<sup>700</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 25, 20 nov. 1946, p. 2.

Destacou, portanto, como os “vícios sociais”, criticados pelos anarquistas como produtos do regime do capital<sup>701</sup>, constituiriam um obstáculo ao ensino adequado.

Em sua proposta educacional, Oiticica considerava o papel dos “técnicos especializados” fundamental. As crianças, desde o nascimento, teriam acompanhamento da “associação de educadores” – que agregaria tanto “pedagogos especializados”<sup>702</sup> quanto “médicos higienistas”. Para o anarquista, inclusive, a vida em comum e o “desenvolvimento do individualismo em oposição à vida doméstica” – sintetizada como a “família” – resultariam na paulatina diluição das relações familiares e, por volta dos sete anos, as crianças ficariam sob os cuidados do “educandário comunal”. Esse organismo seria composto por profissionais que cuidariam “da saúde, da inteligência, dos sentimentos, da vontade”, das crianças, além de nortear suas vocações e gostos “com todos os recursos da psicologia moderna”. Estipulou, ainda, as bases que regeriam a educação:

105 —*Critério da educação*— A educação, conforme entendo, deverá ter por critério a divisão natural, fisiológica e psicológica, das três fases septenais.

Até os sete anos, a criança tem apenas percepções — correlacionamento de sensações. — Aos sete anos, vem a segunda dentição e com ela o empiricamento [sic] chamado *uso da razão*, isto é, a criança começa a ter *noções*, a correlacionar *percepções*. Aos quatorze anos, com a puberdade, vem o *raciocínio*, o correlacionamento das *noções*. Aos vinte e um, completa-se o crescimento e a educação preparatória. Pode então o homem escolher a *profissão*.

Esse critério educacional guiará os pedagogos da anarquia na organização dos métodos e programas.

Acho isso de relevante importância<sup>703</sup>.

Analisando suas convicções, conseqüentemente, esses critérios eram de vital importância e os ideais a serem aplicados na questão educacional da futura organização social. Além das escolas, as universidades seriam organizadas por meio dos “congressos dos profissionais do ensino”. Oiticica considerava, ainda, que os educadores deveriam atuar em outros segmentos que transcendiam o escolar. Ao discorrer sobre o lazer na sociedade comunista anárquica – incluindo, no quesito, a apreciação da “arte” –, ponderou sobre a

---

<sup>701</sup> Em 1919, Oiticica estipulou, em seu programa, que “XXVI. Todos os vícios humanos (fumo, alcoolismo, morfinismo, jogo, prostituição, caftenismo, etc.) originam-se da concorrência econômica, são por ela mantidos e garantidos pelo Estado”. OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 10.

<sup>702</sup> Um ponto que Oiticica apresentou no programa de 1919, mas não retomou em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, consistia em destacar que toda “mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destine-se ou não a professora”. Essa concepção não era nova, tendo sido inicialmente desenvolvida na revista *A Vida*. Para o anarquista, era fundamental que a mulher tivesse acesso à educação intelectual, visto que exerceria influência na educação dos filhos – em outras palavras, bastaria “considerar a educação do filho para medir o alcance da educação intelectual da mulher”. Independente de enveredar ou não para a docência, portanto, a formação enquanto pedagoga a ela seria compulsória. Consultar: OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 9; \_\_\_\_\_. “O desperdício da energia feminina”. *A Vida*, n. 2, 31 dez. 1914, p. 7.

<sup>703</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 25, 20 nov. 1946, p. 2.

“cinematografia”, que, na sociedade capitalista, está sujeita à exploração “dos sentimentos das massas”, visando o lucro. Se, no capitalismo, o “gosto da massa dirige as empresas cinematográficas”, na “sociedade anárquica” os educadores “dirigirão a composição dos filmes”. O cinema teria “saliente papel cultural”, desenvolvendo tanto “filmes científicos” quanto reproduzindo, de forma rigorosa, “romances célebres”. Seria um recurso adicional ao ensino prático nos espaços educacionais<sup>704</sup>. Conclui-se que sua concepção em relação ao cinema era de viés utilitarista, tendo sua função mais voltada à educação do que propriamente ao lazer de forma mais ampla. Não seria o “gosto das massas” que pautaria a criação dos filmes.

Além do cinema, José Oiticica considerou os esportes e as demais “diversões sociais” como fundamentais – tendo a última, sempre, “base artística”. Sua defesa da especialização novamente se manifestou: os “técnicos” cuidariam das danças; as “construções”, obedecendo “rigorosa estética” ficariam a cargo “dos sindicatos de arquitetos”; os pintores, decoradores e escultores, por sua vez, teriam a função de ornamentar as casas dos indivíduos. Ele salientou que os artistas seriam trabalhadores<sup>705</sup> como quaisquer outros e tudo receberiam da “comuna desde que lhe dê o trabalho artístico”. Com a atuação dos “mais perfeitos artistas”, seriam facilitadas as realizações de orquestras, peças teatrais e mesmo exposições itinerantes de obras de arte – a cargo do respectivo sindicato da categoria. O desenvolvimento da televisão, inclusive, seria um fator positivo para “exposições à distância”<sup>706</sup>.

É interessante constatar que o modelo de lazer ideal de Oiticica, com significativa ênfase na questão cultural, parece possuir relação direta com o que estava inserido em seu cotidiano durante sua trajetória. Erudito, teve acesso a espaços, educação e segmentos culturais diferenciados, uma vez que era oriundo de uma família pertencente à elite política e econômica de Alagoas – realidade impensável para significativa parcela dos militantes libertários. Além de professor, filólogo, poeta e dramaturgo, foi um poliglota, lecionando “o francês, o latim e o grego” – além de ter relativo conhecimento da língua alemã<sup>707</sup>. O seu padrão cultural, a julgar por suas propostas, seria o mais indicado para a futura sociedade comunista anárquica, com todos os indivíduos tendo acesso a esse padrão. Conforme pontuou no programa de 1919: “XXXV. O fim mais alto do comunismo é a elevação da plebe a sentimentos e gostos aristocráticos, substituindo, assim, a democracia atual grosseira por uma aristocracia humana

---

<sup>704</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

<sup>705</sup> Pelo nosso entendimento do texto, esses segmentos, em sua maioria, pertenceriam à mencionada “terceira classe” de trabalhadores, que Oiticica denominou por “anexos”.

<sup>706</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

<sup>707</sup> PRADO, Antonio Arnoni. , op. cit., p. 267.

geral<sup>708</sup>”. Em seu ideal, a difusão de bens culturais antes restritos a espaços mais associados às classes dominantes era fundamental.

Retomando a questão da *família*, José Oiticica considerava que, no comunismo anárquico, o modelo familiar inspirado no “direito romano” – com a supremacia do “pater-famílias” – seria remodelado. Não haveria hierarquia entre os casais: o marido seria mero companheiro da mulher, nada além. Os filhos, mesmo que naturalmente afeiçoados aos pais, seriam “sustentados e guiados” pela comuna, sendo seus “associados”. A instituição do casamento seria extinta, uma vez que nem leis civis, nem religiões poderiam exercer influência sobre os laços alheios. A família constituiria, nesse modelo, “um produto natural da associação humana”. O anarquista pontuou que “a união dos sexos seria livre e livre seria a sua separação, regulada tão somente pelos preceitos da *eugenia*<sup>709</sup> com o fim de aperfeiçoar os produtos”<sup>710</sup>. Sintetizou da seguinte maneira: pensava “que a união seria livre, mas a concepção talvez não”<sup>711</sup>.

Há dois aspectos fundamentais a se ponderar. Primeiramente, embora assinalasse a primazia da livre união na nova sociedade, Oiticica a restringiu aos “sexos”, ou seja, validou apenas a relação heterossexual. Em 1915, em debate com Silva Marques, o anarquista argumentou que “amor-propriedade”, que pautaria a lógica capitalista, era responsável tanto pelas formas “ominosas de crime” (como incesto, infanticídio e aborto) quanto pelos “vícios detestáveis (prostituição, onanismo, saphismo, etc.)”<sup>712</sup>. Considerando que o safismo era um sinônimo para o relacionamento amoroso entre mulheres, podemos inferir que ele era um crítico da homossexualidade no geral, que seria mais um produto da lógica do capital.

No que tange à eugenia, Oiticica já havia externado esse posicionamento nos “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, afirmando que tal prática seria “necessária e moral” para “melhorar a espécie humana e evitar maior degenerescência [sic]”<sup>713</sup>. Quando da realização da abertura do Primeiro Congresso Comunista (1919), em discurso, teria defendido,

---

<sup>708</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 9.

<sup>709</sup> Segundo Eric Hobsbawm, a *eugenia* era um movimento político surgido no final do século XIX, composto majoritariamente por membros da classe média e pela burguesia, “que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana”. Teria se tornado “científica” após 1900, com o surgimento da *genética* – que aparentava sugerir a exclusão das influências ambientais na hereditariedade, sendo o protagonismo dos genes. Setores da esquerda também foram entusiastas da *eugenia*, embora, geralmente, pudessem negar a sobreposição da hereditariedade em relação ao meio ambiente. O apoio Oiticica, portanto, não era incomum, estando ainda mais tangível se considerarmos suas concepções científicas. HOBBSAWN, Eric J. , op. cit., pp. 351-353

<sup>710</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 25, 20 nov. 1946, p. 2.

<sup>711</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

<sup>712</sup> LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. , op. cit., p. 61.

<sup>713</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 9.

além do “amor livre”, novamente a eugenia como instrumento de “reabilitação da espécie humana”<sup>714</sup>. Entretanto, com base nas fontes, não há nenhum indicativo do que ele exatamente considerava como degenerescência, tampouco o que deveria ser aperfeiçoado. Como anteriormente apresentado, Oiticica se mostrava crítico do “preconceito”, inclusive o racial – que seria um dos entraves para o desenvolvimento educacional. Considerando o fato de que muitos dos militantes libertários com quem Oiticica mantinha relações, como Manuel Perez, eram imigrantes, também não nos parece ser contrário à imigração. Podemos supor que sua lógica de “aperfeiçoamento”<sup>715</sup>, além de seu expressivo afã cientificista, possa ter relação, entre outras coisas, com questões relacionadas à saúde e a doenças – no programa de 1919, por exemplo, sugere que os “loucos serão internados em quintais especiais onde serão tratados cientificamente, pelos processos mais brandos”<sup>716</sup>.

Seguindo a lógica higienista, José Oiticica elencou que os “serviços de conservação e higiene” possuíam importante papel na sociedade comunista anárquica. A higiene pessoal poderia “ser perfeita”, uma vez que profissionais da saúde e instalações hospitalares e farmacêuticas estariam à disposição dos “comuneiros”. Para comparar com a sociedade capitalista, abordou a problemática da dentição: muitas crianças tinham problemas dentários porque os pais não conseguiam arcar com os custos dos dentistas. Na nova sociedade, “o cuidado com os dentes” seria de “interesse coletivo”, constituindo “serviço especial”. Em relação à limpeza dos ambientes, estipulou que, possivelmente, não seriam os moradores os responsáveis pelas limpezas das próprias casas, mas sim os “sindicatos técnicos, com aparelhos aperfeiçoados”. Tal ponto se estenderia para o “asseio e conservação das roupas” – a ponto de, possivelmente, se chegar a uma padronização dos tecidos e demais produtos, dispondo os “tipos melhores e mais belos” a todos<sup>717</sup>.

José Oiticica também se ocupou de refletir a respeito da comunicação entre os diferentes segmentos que comporiam a sociedade comunista anárquica. Reconhecendo a existência das

---

<sup>714</sup> “O Congresso Comunista”. **Correio da Manhã**, n. 7419, 22 jun. 1919, p. 3.

<sup>715</sup> No Brasil, a eugenia engendrou uma miríade de discussões. Em 1918, por exemplo, foi criada a Sociedade Eugênica de São Paulo, que desenvolvia estudos sobre questões hereditárias e “a educação moral, higiênica e sexual”. Havia a preocupação com a regulamentação dos casamentos, bem como a regulamentação da imigração e dos “indesejáveis (prostitutas, loucos, sífilíticos, tuberculosos, entre outros)”. Na década de 1920, a instituição familiar ganha importância no projeto eugênico, uma vez que seria “a fonte da primeira formação que a criança recebe”. A educação sexual, com significativo peso sobre a mulher, também teve bastante ênfase. Para mais: GERALDO, Endrica. Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. 2001. 143p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, pp. 8; 27-31. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281857>>. Acesso em 17 jan. 2020.

<sup>716</sup> OITICICA, José. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919, p. 15.

<sup>717</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. **Ação Direta**, n. 25, 20 nov. 1946, p. 2.



desigualdades entre os indivíduos – reivindicando, como anteriormente mencionado, a *igualdade social* –, particularidades culturais, como os idiomas, também seriam uma constante. Para facilitar a comunicação, o anarquista propôs que fosse ensinado nas escolas, além da língua materna, o esperanto<sup>718</sup>. Porém, vislumbrando as dificuldades na pronúncia, ele sugeriu a adoção de um “sistema” relativamente engenhoso, que vinha “experimentando” com “pasmosos resultados”: a “língua mímica internacional”, isto é, “uma linguagem de mudos rigorosamente sistematizada, apoiando-nos gestos naturais”<sup>719</sup>.

Por fim, o professor anarquista também discorreu sobre “um dos pontos de mais difícil compreensão para os estudiosos do anarquismo”: afinal, como “reprimir” crimes em uma sociedade que não conta com juízes ou prisões? Sua resposta seguiu a seguinte perspectiva: não se reprimem crimes na sociedade comunista anárquica: eles são evitados. Essa lógica tem relação direta com o desmonte do regime capitalista: se não mais haveria a propriedade privada, a “maldita concorrência” e o dinheiro, a maior parte dos crimes relacionados a esses tópicos desapareceriam. A ausência de bebidas alcoólicas resultaria na cessação das infrações relacionadas ao alcoolismo. Os crimes passionais também não teriam razão de ser: “sendo muito fácil a satisfação dos desejos sexuais, extingue-se a irritação romântica”. A educação anárquica teria papel crucial nesse processo, uma vez que combateria, no indivíduo, “todos os preconceitos, inclusive os de família e de sexo”. Oiticica considerou, no entanto, a naturalidade da persistência de alguns crimes – exceto as “taras”, que, caso comprovado se tratar de “desvio mental” seriam questão de saúde e resultariam em internação em sanatórios<sup>720</sup>. Para os demais crimes, sugeriu a seguinte procedência:

[...] O crime é o rompimento de um acordo tácito de vida em comum, de auxílio mútuo. Se um indivíduo rompe esse acordo, cumpre à coletividade julgar se deve ou não relevar a falta. No primeiro caso, tais sejam as desculpas e promessas do faltoso, ele permanecerá na comunhão. No segundo, a comunhão negar-lhe-á tudo quanto ele dela exige e o faltoso será forçado a isolar-se ou retirar-se. Naturalmente, indo para outra comuna, esta indagará de onde vem e requisitar-lhe-á sua identificação. Aceitá-lo-á ou não, caso lhe satisfaçam, ou não, as explicações. O mesmo sucederá nas reincidências<sup>721</sup>.

---

<sup>718</sup> A língua internacional do esperanto teve adeptos entre a militância anarquista brasileira, que a encarava como um instrumento de aproximação. Jornais como *A Lanterna*, por exemplo, na década de 1910, noticiavam “atividades de grupos esperantistas”, como o Quarto Congresso Brasileiro de Esperanto. Havia articulação entre anarquistas e esperantistas. PERES, Fernando Antonio. Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República. 2004. 213 p. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, pp. 88; 149-150. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082011-083637/publico/FERNANDO\\_ANTONIO\\_PERES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082011-083637/publico/FERNANDO_ANTONIO_PERES.pdf)>. Acesso em 17 jan. 2020.

<sup>719</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

<sup>720</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

<sup>721</sup> “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 26, 30 nov. 1946, p. 2.

Sendo o crime “um rompimento de um acordo tácito de vida em comum”, caberia à coletividade julgar como proceder em relação ao faltoso. O poder de avaliação e de decisão, portanto, em contraposição ao da sociedade capitalista, não ficaria restrito a um juiz; a punição não seria o confinamento. Trata-se de uma lógica distinta da que permeia a organização social em voga, uma vez que não se pauta pela repressão. Esse ponto reforça, ainda, que a sociedade comunista anárquica idealizada por Oiticica, o compromisso com a coletividade, para o bem-estar comum, deverá ser sujeito à disciplina.

\*\*\*

A proposta de organização social elaborada por José Oiticica em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” evidencia, entre outras coisas, uma preocupação de cunho propagandístico no sentido de apresentar o anarquismo como uma ideologia viável. Ao analisar o que considerava os pormenores dos males da sociedade capitalista – como a existência da propriedade privada e do Estado –, ele procurou apresentar, de maneira crível, novas possibilidades organizativas, que romperiam com uma estrutura social cuja base remonta às relações de dominação e a opressão dos “não-possuidores”. Um dos pontos significativos de sua proposta se relaciona à concepção de liberdade defendida pelos anarquistas: longe de ser uma ideia absoluta, ela demandava responsabilidade, uma vez que teria relação direta com os acordos coletivos. Constituía, conseqüentemente, uma perspectiva de “liberdade coletiva”, transcendendo a perspectiva da liberdade individual como sobreposta ao bem comum. Ademais, trata-se do projeto de uma sociedade na qual não haveria proprietários, apenas produtores – sendo que cada indivíduo deveria assumir suas funções em benefício da coletividade. O princípio que a nortearia é o comunista: as necessidades de todos devem ser atendidas, mas o trabalho, dentro do que cada um pode oferecer, é um compromisso coletivo que deve ser cumprido.

Verificamos, no decorrer da análise, que suas propostas têm coerência com o que historicamente anarquistas defendiam ao discorrerem sobre a organização social após a Revolução Social, como Bakunin e Kropotkin. A organização de baixo para cima, a partir de comunas, por exemplo, não foi uma novidade apresentada nem por Oiticica, nem pela militância a ele coeva. Tal fato é sintomático tanto do seu conhecimento quanto do alinhamento à tradição anarquista – sobretudo a anarquista comunista, a qual Kropotkin também integrava. Simultaneamente, ele não realizou mera transposição das ideias de “anarquistas clássicos”, inserindo, no projeto de sociedade ideal, suas próprias concepções e leituras de mundo. A análise das relações de dominação a partir de uma matriz energética, por exemplo, é uma

perspectiva singular: a propriedade privada e a concorrência seriam obstáculos para que os seres humanos pudessem aproveitar as “energias favoráveis” de maneira plena.

As perspectivas científicas e “tecnocráticas” também ensejaram algumas das propostas, como o papel preponderante que a especialização do trabalho deveria desempenhar na nova organização social – inclusive na racionalização da produção, com o *trust* e o taylorismo. Seu cientificismo não era, simplesmente, manifestação individual, sendo parte de um complexo contexto. A crença na ciência, inclusive, o fazia cogitar como viáveis e necessárias medidas controversas, como a eugenia – mesmo que, aparentemente, não tenha explicitado devidamente a quem essa “regeneração” se destinava. Não podemos desconsiderar, por fim, que seu tipo ideal de sociedade parece partir, entre outras coisas, de suas próprias experiências e vivências, como seu projeto que nortearia a educação a ser oferecida a todos os membros da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]. Esse professor, meu caro irmão, não é parasita. Nem todos os funcionários do Estado são parasitas; muitos até são proletários. Esse professor conquistou, por concurso, a cadeira oferecida ao que melhores provas desse de sua competência. Esse professor dá nove aulas por semana a turmas de quarenta alunos, recebendo por isso quinhentos mil réis, ordenado que teria lecionando fora a turmas muito menores. Esse professor, desde que exerce o cargo jamais faltou, embora a lei abone três faltas mensais. Esse professor corrige diariamente, em casa, dezenas de exercícios, gastando sempre uma a duas horas diárias. Esse professor se orgulha de manter sua numerosa família exclusivamente com o seu trabalho, um trabalho exaustivo de dez, onze e doze horas quotidianas. Esse professor pode documentar sua receita e sua despesa e não tem um centil em bancos ou em giro; é pobre como qualquer pobre. Não arranjou fortuna, não vive de rendimentos, não explora a imbecilidade alheia<sup>722</sup>.

Em polêmica travada com o racionalista cristão Luiz de Mattos<sup>723</sup>, José Oiticica enunciou algumas das características que o tornariam pertencente à classe daqueles que, durante

---

<sup>722</sup> OITICICA, José. “Astralizando”. *Spártacus*, n. 7, 13 set. 1919, p. 1.

<sup>723</sup> O comendador Luiz José de Mattos foi um comerciante de origem portuguesa que, enriquecido com a exportação do café no porto de Santos, passou a se dedicar, a partir de 1910, à doutrina espírita. Criou, em 1916, o jornal *A Razão*, com o propósito de divulgação do “racionalismo cristão”. Segundo sua doutrina, a crise pela qual o Brasil passava, mais do que de ordem política ou econômica, teria origem moral. Defendia a melhoria das condições materiais de existência da classe trabalhadora, opondo-se, no entanto, a métodos como as greves – fato que se chocava com anarquistas como Oiticica. *A RAZÃO*. In: *Verbetes CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação

sua trajetória militante, dedicou sua propaganda: a classe trabalhadora. Era mais um explorado: um proletário a serviço de um Estado, que combatia insistentemente. Enquanto professor, trabalhava de maneira exaustiva, recebendo um ordenado módico. Compromissado, evitava faltar ao serviço – o que, convenhamos, era inevitável quando preso. Crítico das relações de dominação oriundas da sociedade capitalista, não “arranjou fortuna”, tampouco viveu de rendimentos ou explorou outrem.

Na introdução dessa pesquisa, ao apresentarmos a repercussão da sua morte, questionamos: por que Oiticica adquiriu importância entre a militância anarquista? Como se configurou sua adesão ao anarquismo? Quais as contribuições que ele trouxe nos círculos e espaços em que atuou?

No decorrer de sua trajetória, José Oiticica se mostrou um ativo militante. Não podemos limitar seu papel, simplesmente, à propaganda – obviamente importante. Foi, também, um sujeito de ação, procurando incidir, por outros meios, de maneira concreta na realidade dos trabalhadores para atingir seus objetivos políticos – um elemento bastante ilustrativo foi seu envolvimento no planejamento da fracassada insurreição de 1918, que lhe custou alguns meses na prisão.

Diferente de muitos dos militantes que com ele colaboraram politicamente, José Oiticica não se aproximou do anarquismo devido à tradição das lutas operárias: sua formação política inicialmente liberal e as experiências vivenciadas na primeira década do século XX foram determinantes. Para o jovem Oiticica, em 1901, os problemas sociais não eram resultantes, propriamente, da propriedade privada, mas sim de um Estado interventor e patrimonialista<sup>724</sup>. No início da década seguinte, suas convicções políticas amadureceram e sua crítica ao Estado, conforme sugestão do próprio primo, possuía conotações anárquicas.

No primeiro capítulo, pudemos constatar que após sua “adesão formal” ao anarquismo, em 1912, José Oiticica pouco a pouco se tornou um dos mais destacados militantes libertários. Características próprias de sua formação enquanto sujeito, sem dúvidas, colaboraram nesse processo: proveniente de uma família da elite política e econômica alagoana, teve uma infância relativamente confortável se comparada a dos operários. Concluiu a faculdade de direito, embora tenha desenvolvido asco pela lei; chegou a cursar medicina, que abandonou logo

---

Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/razao-a-rio-de-janeiro>>. Acesso em 25 jan. 2020.

<sup>724</sup>OITICICA, José. “Iniciativa particular”. **Cidade do Rio**, 1901. Apud \_\_\_\_\_ **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, pp. 42-43.

depois. Exerceu, desde então, a atividade docente, fundando, inclusive, seu próprio colégio, em 1906. Erudito, era poliglota e articulado. Sua constante presença ministrando conferências com os mais diversos temas e as diversas publicações políticas e jornais e revistas – mesmo da grande imprensa – são indicativos do prestígio que amealhou por diferentes razões. Além de militante, também foi intelectual e até artista.

Já na década de 1910, Oiticica explicitou a corrente anarquista que reivindicava: a “anarquista comunista”. Alinhava-se, portanto, a expoentes dessa corrente, como Élisée Reclus, Errico Malatesta e Piotr Kropotkin. No entanto, não se tratava de um alinhamento automático, acrítico: conforme apresentado no capítulo final, Oiticica e Kropotkin, por exemplo, possuíam posições distintas em relação à “divisão do trabalho” proposta por Adam Smith – ao contrário do russo, o brasileiro a considerava promissora, capaz de expandir a produção de maneira “justa” entre os trabalhadores<sup>725</sup>. Ademais, em relação às estratégias que deveriam pautar a militância anarquista, Oiticica, aparentemente, amadureceu algumas questões ao longo do tempo. Se, inicialmente, durante o período das grandes greves (1917-1919), considerava que o sindicato possuía um papel essencial, no começo da década de 1920 passou a questionar a efetividade de se apostar tão alto nesse espaço de atuação. Concordando com as posições historicamente defendidas por Malatesta em relação aos limites do sindicalismo, José Oiticica se tornou adepto de uma perspectiva *organizacionista*: reiterava a necessidade de os anarquistas formarem grupos específicos para atuar politicamente de maneira coesa. Uma organização política que reivindicava o modelo que ele defendia, por exemplo, era a União Anarquista do Rio de Janeiro (UARJ), a qual integrou a partir de 1948.

Para divulgar seus posicionamentos políticos, José Oiticica se valeu de diferentes estratégias de propaganda social. A imprensa militante foi meio privilegiado de sua expressão política, mas não o único: as conferências, palestras e mesmo o teatro configuraram possibilidades propagandísticas. Do ponto de vista estratégico, o anarquista ocupou, ainda, diferentes espaços, como os círculos anticlericais. Seu anticlericalismo público e notório se tornou ainda mais propício durante a conjuntura repressiva da década de 1930, na qual os anarquistas, pela repressão e pelas alterações políticas que impactavam diretamente seus espaços privilegiados de atuação, como os sindicatos, enfraqueceram.

No seu histórico militante, a polêmica e os debates foram constantes elementos de sua atuação, como a apresentada no início desse tópico. Oiticica não deixou de debater temas com seus adversários, sobretudo os do campo político. Os comunistas do PCB, por exemplo,

---

<sup>725</sup>OITICICA, José. “O desperdício da energia feminina”. **A Vida**, n. 1, 30 nov. 1914, p. 6.

conforme apresentamos, foram constantes alvos de suas críticas, além da reiterada associação aos bolcheviques. Tratava-se, além da rivalidade de grupos políticos do campo da esquerda, de uma atuação estratégica no sentido de apresentar o anarquismo como uma ideologia mais coerente e viável do que a dos “vermelhos”. Não podemos ignorar, conforme indicam as fontes, as constantes disputas entre ambos por espaços de atuação e por “corações e mentes” dos trabalhadores, resultando em práticas frequentemente incompatíveis – materializando as divergências no plano teórico.

O professor libertário não restringiu sua propaganda à divulgação de ideias e propostas consolidadas por históricos militantes do anarquismo: a partir de suas convicções, procurou colaborar tanto de maneira teórica quanto de forma prática como círculo anarquista brasileiro. Em 1919, por exemplo, enquanto ativo militante de um partido dito comunista e de forte presença anárquica, publicou os “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, que apresentava itens que esboçavam tanto os princípios que deveriam reger uma sociedade comunista anárquica quanto suas possibilidades de organização. Nesse sentido, sua obra mais significativa politicamente, “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, parcialmente elaborada durante a temporada nos presídios insulares de Artur Bernardes, apresenta uma pluralidade de elementos a serem considerados: se, por um lado, trouxe novidades em relação ao seu pensamento, por outro culminou, também, com a maturação de reflexões inicialmente desenvolvidas em períodos anteriores. Críticas ao matrimônio e à prostituição como fatores nocivos à mulher e relacionados ao capitalismo, por exemplo, foram publicadas entre 1914 e 1915 na revista *A Vida*.

A exposição de suas ideias no decorrer de sua trajetória foi reveladora de elementos interessantes. Apesar do afã cientificista e tecnocrático que o pautava – bastante explícito em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos” –, Oiticica se valia de singulares reflexões na tentativa de explicar as relações de dominação a que a maior parte da sociedade, “não-possuidora”, estava submetida. A dominação do ponto de vista material, relacionada à propriedade privada dos meios de produção, por exemplo, foi analisada com base em uma perspectiva relacionada aos preceitos da Energética, de cunho metafísico. A humanidade absorveria “energias cósmicas”, que poderiam ser ou não aproveitáveis. Seu desperdício, aliás, poderia ser de duas ordens: natural e artificial. O princípio de sua complexa equação, a obtenção da “maior soma de felicidade geral”<sup>726</sup>, estava diretamente relacionada à superação das “perdas artificiais” de energia, diretamente resultantes da organização social em voga.

---

<sup>726</sup>“A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. *Ação Direta*, n. 3, 1 mai. 1946, p. 2.

Em sua perspectiva, no entanto, havia uma única causa que explicava todos os males: a propriedade privada. O anarquista parecia considerar a existência da relação entre o material e o metafísico, com questões ditadas pelo primeiro influenciando diretamente no segundo – que, por fim, impactaria na obtenção de “felicidade” dos seres humanos. Configura-se, portanto, uma explicação diferenciada se comparada a de anarquistas assumidamente materialistas, como Mikhail Bakunin<sup>727</sup>.

Ao analisar as bases da sociedade de seu tempo, José Oiticica não deixou de desenvolver críticas profundas. Consideremos as explicações sobre o Estado em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Por um lado, ele reforçou conclusões comuns à tradição anarquista no tocante ao papel do Estado como um instrumento político de manutenção das relações de dominação. Em contrapartida, procurou “dissecar” os elementos do Estado que contribuiriam diretamente com a sustentação da dominação. Foram sete feições elencadas: econômica, financeira, política, militar, jurídica, pedagógica e religiosa. Se o direito à propriedade privada era a raiz dos males da humanidade, o Estado, por meio de sua sétupla feição, tinha o propósito de perpetuar essa estrutura social. Os agentes atuantes na esfera estatal, por sua vez, além de zelarem pela manutenção das relações de dominação – palavra que, vale lembrar, ele constantemente utilizou na obra –, diretamente delas se beneficiavam, integrando, assim, como os “proprietários”, o grupo das classes dominantes – os “políticos profissionais” e os burocratas do judiciário são ilustrativos dessa relação.

O Estado era uma “força de compressão”, a “organização da autoridade” para impedir a revolta dos explorados e para regulamentar a concorrência entre os “possuidores”. A violência era uma marca distintiva dessa autoridade: se o judiciário era cioso das leis, o corpo militar as aplicava de maneira repressiva aos demais. Para Oiticica, conforme ilustrado no capítulo final, o Estado não configurava um “mal necessário” para impedir a barbárie: esta, sendo um dos produtos da propriedade privada, na prática era mantida pelo Estado em benefício da minoria dominante. Ao desenvolver sua “Teoria de Estado”, ele, além de suas contribuições, demonstrou alinhamento com posicionamentos de militantes “clássicos”, como a rejeição ao sufrágio universal, que, assim como Bakunin, caracterizou como uma “ilusão”.

No entanto, mais do que analisar os malefícios da organização social em voga, José Oiticica assumiu uma postura propositiva ao legar um esboço das bases da organização social comunista anárquica, também presente em “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. A publicação dessas considerações décadas depois do seu contexto de produção, importante

---

<sup>727</sup> CORRÊA, Felipe. , op. cit., 2014, p. 10.

lembrar, parece conter a intencionalidade propagandística, apresentando o anarquismo como uma ideologia plausível. Quando de sua publicação, entre 1946 e 1947, a militância anarquista paulatinamente procurava consolidar a retomada de suas atividades políticas após a ditadura getulista do Estado Novo.

O modelo de organização social que esboçou em sua obra se propunha a ser o inverso da estrutura relacionada ao sistema capitalista: sem propriedade privada, sem a “força de compressão” estatal e sem o dinheiro. Na prática, portanto, em sua perspectiva, uma sociedade na qual os indivíduos poderiam desenvolver suas potencialidades. A liberdade que reivindicou não era um ente absoluto, egoísta: não poderia prescindir, em suma, da coletividade, estabelecendo os acordos mútuos em benefício comum. Invertendo o capitalismo, a sociedade não mais se pautaria por um poder centralizado, de cima para baixo: em vez de autoridade, a construção de acordos mútuos; a organização se daria de baixo para cima. Tal proposta, como apresentado, não era uma novidade sua, fazendo parte de reflexões de libertários a respeito de uma sociedade futura.

Se parte da estrutura que propunha não era exatamente original, não podemos deixar de constatar, no entanto, a ênfase concedida por Oiticica a elementos que pareciam diretamente relacionados às suas convicções e experiências. Os educadores, por exemplo, teriam papel preponderante não apenas na educação das crianças das comunas, mas mesmo na organização de atividades relacionadas ao lazer e a formas de expressão cultural – como o cinema. A construção do “novo sujeito”, na “nova sociedade”, teria como base a ciência e a tecnocracia. Nesse processo, no entanto, sua ânsia cientificista não deixou de evidenciar fatores aparentemente contraditórios: Oiticica era defensor da eugenia. Fez alusão a tal fato no texto de 1919, retomou na obra elaborada em 1925 e a manteve como proposta necessária mesmo quando da sua publicação, duas décadas depois. Mas a que parcela da sociedade Oiticica queria regenerar? Não é uma pergunta que nos possibilita uma resposta fácil, mas podemos levantar hipóteses: ao “preconceito de raça”, manifestou-se contrariamente; aos imigrantes, não parecia ter ojeriza, uma vez que significativa parcela da militância anarquista não era nacional. Adepto da monogamia e da união heterossexual entre casais, a eugenia de Oiticica, possivelmente, parece ter relação, entre outras coisas, com a sexualidade, ponto sensível para os entusiastas das propostas de “regeneração”<sup>728</sup> Podemos supor, também, uma preocupação relacionada a questões de saúde.

---

<sup>728</sup>GERALDO, Endrica. , op. cit. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281857>>. Acesso em 17 jan. 2020.



José Oiticica, portanto, como todo sujeito histórico, era permeado de contradições de distintas ordens. Ao discorrer sobre sua trajetória, o propósito desse trabalho não foi torná-la coerente em todas as suas práticas – incorrendo no risco de “essencializá-lo” –, mas explorar algumas das facetas que constituíam suas concepções políticas. Desde sua adesão ao anarquismo em 1912, o professor se manteve um militante ativo até a sua abrupta morte, em 1957. Nesse intervalo, colaborou com a imprensa militante, fundou jornais, ministrou aulas e conferências reiteradamente para divulgar a ideologia que reivindicava. Seu anarquismo tinha uma feição declarada: era comunista, contrapondo-se aos que se reivindicavam “individualistas” – por ele considerados nocivos<sup>729</sup>. Em suas proposições políticas, reivindicou o que considerava o verdadeiro comunismo: o anárquico, não o de Marx. Ainda que com pretensões didáticas, desenvolveu uma Teoria do Estado relativamente complexa.

Este trabalho de pesquisa procurou explorar algumas das possibilidades relacionadas ao referido militante. Certamente, não esgotou o tema e ainda há outras questões a serem analisadas.

---

<sup>729</sup>OITICICA, José. “Terceira carta ao Dr. Silva Marques”. Na **Barricada**, 23 set. 1915, p. 1; OITICICA, José. “Quarta carta ao Dr. Silva Marques”. Na **Barricada**, 07 out. 1915, p. 01.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Opúsculos

OITICICA, José. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos**. Rio de Janeiro, 1946-1947 [inicialmente publicada de forma capitular no jornal *Ação Direta*].

\_\_\_\_\_. **Princípios e fins do Programa Comunista-Anarquista**. Rio de Janeiro, 1919.

#### Periódicos

A Batalha (RJ)  
A Época (RJ)  
A Gazeta (SP)  
A Lanterna (SP)  
A Pátria (RJ)  
A Vida (RJ)  
Ação Direta (RJ)  
Cidade do Rio (RJ)  
Correio da Manhã (RJ)  
Diário Carioca (RJ)  
Folha do Povo (MA)  
Gazeta de Notícias (RJ)  
Jornal do Brasil (RJ)  
Na Barricada (RJ)  
O Cruzeiro (RJ)  
O Estado de São Paulo (SP)  
O Jornal (RJ)  
O Paiz (RJ)  
Spártacus (RJ)  
Voz do Povo (RJ)

#### Prontuários

SÃO PAULO. Prontuário n. 0860. Departamento de Ordem Política e Social, s./d. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

BRASIL. Prontuário n. 9897. Departamento Estadual de Segurança Pública, s./d. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

#### Epístolas

Carta a Bueno Brandão (1925)  
Carta a Jackson de Figueiredo (1925)  
Carta de Zeferino Oliva (1927)  
Correspondências entre José Oiticica e Francisca Bulhões (1924-1925)

## Encíclica

*Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII

## Legislação

BRASIL. Constituição Federal de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 979, de 6 jan. 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e industrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1903. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1637, de 5 jan. 1907. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1907. Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/norma/599819/publicacao/15799449>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1641, de 7 jan. 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1907. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4269, de 17 jan. 1921. Regula a Repressão do Anarchismo. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1921. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4269-17-janeiro-1921-776402-publicacaooriginal-140313-pl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5221, de 12 ago. 1927. Determina que no crime definido no decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890, a pena será de prisão celular e o crime inafiançável, e dá outras providencias. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1927. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562987-publicacaooriginal-87102-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 7474, de 18 abr. 1945. Concede anistia. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1945. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 7582, de 25 mai. 1945. Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del9788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9788.htm)>. Acesso em: 27 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n. 38, de 4 abr. 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1935. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

## LINKOGRAFIA

NESTOR Makhno Archive. **Instituto de Teoria e História Anarquista**, s./d. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/nestor-makhno-archive/nestor-makhno-archive-portugues/>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

## BIBLIOGRAFIA

ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda, 1986.

\_\_\_\_\_. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ALVES, Pedro Henrique Teixeira. **O regime divino: batistas brasileiros entre a autonomia e a centralização (1881-1935)**. 2019. 149 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado acadêmico em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27412/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_PedroHenriqueAlves\\_corrigida.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27412/Disserta%C3%A7%C3%A3o_PedroHenriqueAlves_corrigida.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 17 nov. 2019.

ALVIANO JR, Wilson. Educação anarquista no Brasil: contexto histórico-social. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 26, n. 86, jul./dez. 2011, pp. 163-181. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2011.86.163-181>>. Acesso em 16 jan. 2020.

ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A Nova História Política e a questão das fontes históricas. **Revista Cippus - Unisalle**, v. 1, n. 2, nov/2012, pp. 112-129. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/324>>. Acesso em 25 jan. 2020

ARSHINOV, Piotr. **História do Movimento Makhnovista (1918-1921)**. São Paulo: Entremares; Faísca, 2017.

BAKUNIN, Mikhail. A Igreja e o Estado. In: WOODCOCK, George (org). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1998.

\_\_\_\_\_. A Ilusão do Sufrágio Universal. In: WOODCOCK, George (org). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 1998.

\_\_\_\_\_. **Federalismo, Socialismo, Antiteologismo**. Série Biblioteca Anarquista, vol. 2. União Popular Anarquista (UNIPA), 2012. Disponível em: <[https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie\\_ba-fsat.pdf](https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie_ba-fsat.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Textos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

BARTZ, Frederico Duarte. Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922. 2014. 300 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107948/000946465.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Partido Comunista do Brasil (1919): lutas, divergências e esquecimentos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, nov. 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10936/7492>>. Acesso em 16 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves. In: **IX Encontro Estadual de História**, 2008, Porto Alegre. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. Porto Alegre, Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul, 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF: Mauad, 2006.

BORGES, Rilton Ferreira. Émile Zola: a formação de um militante. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 3, n. 1, pp. 253-275, 2014.

BOTTOMORE, Tom (ed). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537806111/cfi/6/18!/4/160/10@0:100>>. Acesso em 16 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAFIERO, Carlo. Anarquia e Comunismo. In: **Le Révolté**, 1880. Tradução: Humanasfera. Disponível em: <<http://humanaesfera.blogspot.com/p/anarquia-e-comunismo-1880-carlo-cafiero.html>>. Acesso em 17 jan. 2020.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O Sonhar Libertário: o movimento operário nos anos de 1917 a 1920**. 1983. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017648&fd=y>>. Acesso em 09 jun. 2019.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, pp. 77-99, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/06.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2019.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.** Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 14 (26), 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558>>. Acesso em 25 jan. 2020.

CINELLI, Carlos Leonardo Kulnig; ARTHMAR, Rogério. Quando o liberal e o socialista se defrontam: Bastiat, Proudhon e a renda do capital. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 509-541, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512010000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000300005)>. Acesso em 15 dez. 2019.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra: discutindo o anarquismo.** Curitiba: Editora Prismas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Liberdade ou morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin.** São Paulo: Faísca Publicações, 2019.

\_\_\_\_\_. (org). **A Plataforma Organizacional.** São Paulo: Faísca, 2017.

\_\_\_\_\_. **Teoria Bakuniniana do Estado.** São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 29, 1990, p. 5. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-29/412-estruturas-versus-experiencia-novas-tendencias-da-historia-do-movimento-operario-edas-classes-trabalhadoras-na-america-latina-o-que-se-perde-e-o-que-se-ganha/file>>. Acesso em 25 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural. **Anos 90**, v. 6, n. 10, 1998. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6211/3702>>. Acesso em 25 jan. 2020.

CUNHA, Eduardo Augusto Souza. Para além das fronteiras: a história do anarquismo através da ótica transnacional. **XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos - História e Democracia. Anais...** 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502054088\\_ARQUIVO\\_Cunha,Eduardo-Paraalem dasfronteiras=ahistoriadooanarquismoatravesdaoticatransnacional.docx.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502054088_ARQUIVO_Cunha,Eduardo-Paraalem dasfronteiras=ahistoriadooanarquismoatravesdaoticatransnacional.docx.pdf)>. Acesso em 14 jan. 2020.

DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-1929). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1890-1945).** Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DULLES, J. W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da**

experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Coleção Brasil Republicano, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERRETTI, Federico. Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Élisée Reclus e Piotr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, pp. 1-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/hcsm>>. Acesso em 14 jan. 2020.

FERRO, Marc. **O Ocidente diante da Revolução Soviética: a História e seus mitos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira**. 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=7264](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7264)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

GALLO, Sílvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Pró-posições**, v. 24, n. 2 (71), mai/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n2/v24n2a15.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2019.

GERALDO, Endrica. **Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930**. 2001. 143 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281857>>. Acesso em 17 jan. 2020.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Clayton Peron Franco. **Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)**. 2013, 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31102013-113021/publico/2013\\_ClaytonPeronFrancoDeGodoy\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31102013-113021/publico/2013_ClaytonPeronFrancoDeGodoy_VCorr.pdf)>. Acesso em 12 jan. 2020.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Libertários e Bolcheviques: A repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. 2012. 242 f. Dissertação (Mestrado em

História e Sociedade) - Universidade Estadual de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/94089?show=full>>. Acesso em 15 jun. 2019.

GOMES, Rafael Nascimento. A importância da biografia histórica para a História Política: as relações Brasil-Uruguai por meio das biografias de Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938). **Revista Latino-Americana de História - UNISINOS**, v. 4. n. 14, jan/jul. 2015, pp. 87-100. Disponível em: <<http://projeto.unisinios.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/640>>. Acesso em 25 jan. 2020.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão**: vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense S/A, 1984.

HECKER, Alexandre. O português António Candeias Duarte: desconhecido protagonista da História política brasileira. In: SARGES, Maria de Nazaré [et. al.] (org). **Entre mares**: o Brasil dos portugueses. Belém: Paka-Tatu, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOBBS, Eric. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

\_\_\_\_\_. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005.

LAMOIGNIER, Aden Assunção. **José Oiticica: Itinerários de um militante anarquista (1912-1919)**. 2011. 24 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000166673>>. Acesso em 31 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. José Oiticica como colunista do Correio da Manhã (1921-1927): o anarquismo e seus possíveis caminhos para manutenção da ideologia nos campos de luta. Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: Histórias e Parcerias. **Anais...** 2017. Disponível em:

<[https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529340188\\_ARQUIVO\\_AdenAnpuh-RJ2018.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529340188_ARQUIVO_AdenAnpuh-RJ2018.pdf)>. Acesso em 17 jun. 2019.

LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. **José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93380/laurisjunior\\_rl\\_me\\_assis.pdf](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93380/laurisjunior_rl_me_assis.pdf)> Acesso em 12 jun. 2019.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



MALATESTA, Errico. **Escritos revolucionários**. Edição on-line de LCC Publicações Eletrônicas. [S.I.:s.n.], [20--].

\_\_\_\_\_. **Ideologia Anarquista**. Aragão: Editorial Recortes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pensamiento y acción revolucionários**. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.

MARCELINO, Danillo Rosa. **Ação direta**: a via para a transformação social, São Paulo (1906-1919). 2018. 167 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia Letras e Ciências e Humanas. Disponível em: <<http://www.ppghistoria.sites.unifesp.br/images/dissertacoes/2018/Danillo%20Rosa%20Marc%20elino%20disserta%20C3%A7%20C3%A3o%20final.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIRANDA, Cássia Ferreira. A voz contra a guerra na obra do operário anarquista Santos Barbosa. **Cena**, Porto Alegre, n. 17, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cena/article/viewFile/50826/35348>>. Acesso em 11 jun. 2019.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NEVES, Roberto das. José Oiticica – um anarquista exemplar e uma figura ímpar na História do Brasil. In: OITICICA, José. **Ação Direta** (meio século de pregação libertária). Antologiadados melhores artigos publicados na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (org). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil**: novas perspectivas. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 226.

\_\_\_\_\_. **Anarquismos, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1142.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 jun. 2019.

PERES, Fernando Antonio. **Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República**. 2004. 213 p. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082011-083637/publico/FERNANDO\\_ANTONIO\\_PERES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082011-083637/publico/FERNANDO_ANTONIO_PERES.pdf)>. Acesso em 17 jan. 2020.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares na Paraíba**. 2001. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000218787&fd=y>>. Acesso em 1 jun. 2019.

PRADO, Antonio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 40, v. 14, pp. 267-297, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a21.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2020.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998, pp. 71-92. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>>. Acesso em 17 dez. 2019.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, 2005, pp. 65-79. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/26678/pdf>>. Acesso em 17 jan. 2020.

ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história malcontada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil – volume II**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

\_\_\_\_\_. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**. 1998. 208f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281157>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

RODRIGUES, Edgar. **A Nova Aurora Libertária**. São Paulo: Achiamé, 1992.

\_\_\_\_\_. **Entre ditaduras (1948-1962)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993a.

\_\_\_\_\_. Figuras exemplares do anarquismo e/ou "escritos" pouco convencionais. **Verve**, São Paulo, n. 5, p. 107, 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/4981/3528>>. Acesso em 9 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. José Oiticica: sua vida, suas obras, suas ideias. In: OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Econômica Ed., 1983.

\_\_\_\_\_. **Os Libertários**: ideias e experiências anárquicas. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os libertários**: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco e Fábio Luz. Rio de Janeiro: VJR Editores associados, 1993b.

\_\_\_\_\_. Os pedreiros da anarquia. **Verve**, São Paulo, n. 7, pp. 178-193, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5025>> Acesso em 05 mai. 2019.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

SAMIS, Alexandre. A greve de 1917 no Rio de Janeiro. In: GODOY, Clayton Peron Franco de; MARCHEZIN, Lucas Tadeu; SILVA, Rodrigo Rosa da. **A greve geral de 1917**: perspectivas anarquistas. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

\_\_\_\_\_. Anarquismo, 'bolchevismo' e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil** – volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

\_\_\_\_\_. **Clevelândia**: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Minha pátria é o mundo inteiro”**: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: SAMIS, Alexandre; COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

\_\_\_\_\_. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Kauan Willian. **“Paz entre nós, guerra aos senhores”**: anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, André Santoro. A bandeira vermelha e negra: posições políticas e estratégias anarquistas frente à Revolução Russa no Brasil. **Revista Latino-Americana de**

**História- UNISINOS**, v. 7. n. 19, jan/jul. 2018, pp. 63-85. Disponível em:  
<<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/rlah.v7i19.895/386439>>. Acesso em 15 jun. 2019.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Scipione, 1993.

\_\_\_\_\_. **Orfeu Extático na Metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Rafael Viana da. A Pedra e a Alavanca: organizações anarquistas e o sindicalismo no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 196, set 2017, pp. 28-40. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39313>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Elementos Inflamáveis:** organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). Curitiba: Editora Prismas, 2017.

STADNICK, Maria Margareth. **O sentimento de respeito na moral kantiana.** 2007. 118f. Dissertação de mestrado em Filosofia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90130/243828.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Exéquias dos séculos XVIII e XIX, a celebração solene da Missa de Requiem e outras práticas rituais católicas em honra aos mortos. **Revista Labirinto**, ano XVIII, v. 29 (jul.-dez.), 2018, pp. 306-328. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/3655>>. Acesso em 7 dez. 2019.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1890-1945).** Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Imigração, sindicalismo revolucionário e fascismo na trajetória de Edmondo Rossoni. In: **Cadernos AEL**, Campinas, v. 15, n. 29, 2009. Disponível em:  
<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2574>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

VAN DER LINDEN, Marcelo. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, pp. 11-26. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p11>>. Acesso em 14 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1890-1945). Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WOODCOCK, George. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas**. Volume 1: a ideia. Porto Alegre: L&PM, 2007.

## VERBETES

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA (ACB). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>. Acesso em 17 jan. 2020.

ALVARO LINS (Alvaro de Barros Lins). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-de-barros-lins>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

A RAZÃO. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/razao-a-rio-de-janeiro>>. Acesso em 25 jan. 2020.

ASTROJILDO PEREIRA (Astrojildo Pereira Duarte da Silva). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Astrojildo.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

AURELINO LEAL (Aurelino de Araújo Leal). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Aurelino.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

AZEVEDO LIMA (João Batista de Azevedo Lima). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEVEDO,%20Joao%20Batista%20de%20Azevedo%20Lima.pdf>>.

[republica/LIMA,%20Jo%C3%A3o%20Batista%20de%20Azevedo.pdf](#)>. Acesso em 17 jun. 2019.

BARBOSA DE LIMA (Alexandre José Barbosa de Lima). In: Verbetes Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1375>>. Acesso em 16 dez. 2019.

BUENO BRANDÃO (Júlio Bueno Brandão). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRAND%C3%83O,%20J%C3%BAlio%20Bueno.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2019.

CARLOS MAXIMILIANO (Carlos Maximiliano Pereira dos Santos) In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/carlos-maximiliano-pereira-dos-santos>>. Acesso em 2 jun. 2019.

CLUBE MILITAR. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar>>. Acesso em 16 jan. 2020.

COELHO NETO (Henrique Maximiano Coelho Neto). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2019.

COLIGAÇÃO NACIONAL PRÓ-ESTADO LEIGO (CNPEL), In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coligacao-nacional-pro-estado-leigo>>. Acesso em 20 jun. 2019.

ELÍSIO DE CARVALHO. In: Literatura Brasileira. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=7880>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

GUERRA DE CANUDOS. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA DE CANUDOS.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA%20DE%20CANUDOS.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2020.

JACKSON DE FIGUEIREDO (Jackson de Figueiredo Martins). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIGUEIREDO,%20Jackson%20de>>. Acesso em 16 dez. 2019.

JOÃO MANGABEIRA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao\\_mangabeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao_mangabeira)>. Acesso em 13 mai. 2019.

LEGIÃO CINCO DE JULHO (Legião Cívica Cinco de Julho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/legiao-civica-5-de-julho>>. Acesso em 11 dez. 2019.

LEVI CARNEIRO (Levi Fernandes Carneiro). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbetes-biografico/levi-fernandes-carneiro>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

MARIA LACERDA DE MOURA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA,%20Maria.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2019.

MANUEL BANDEIRA (Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/manuel\\_bandeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/manuel_bandeira)>. Acesso em 05 mai. 2019.

MAURÍCIO DE LACERDA (Mauricio Paiva de Lacerda). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-biografico/mauricio-paiva-de-lacerda>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MENAGEM. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/menagem/>>. Acesso em 16 dez. 2019.

MONIZ SODRÉ (Antonio Muniz Sodré de Aragão). In: Verbetes Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1457>>. Acesso em 16 dez. 2019.

OSÓRIO BORBA (José Osório de Moraes Borba). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-osorio-de-morais-borba>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

OTÁVIO BRANDÃO (Otávio Brandão Rego). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/otavio\\_brandao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/otavio_brandao)>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PEREGRINO JÚNIOR (João Peregrino Júnior da Rocha Fagundes). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/peregrino-junior/biografia>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

PRIMEIRO CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->

[republica/PRIMEIRO%20CONGRESSO%20OPER%C3%81RIO%20BRASILEIRO.pdf](#)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

REVOLTA DA CHIBATA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA DA CHIBATA.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DA%20CHIBATA.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2020.

SEBASTIÃO LEME DE SILVEIRA CINTRA. In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-leme-de-silveira-cintra>>. Acesso em 16 dez. 2019.

TEOPHILO DE ANDRADE (Teophilo Ribeiro de Andrade Filho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/teofilo-ribeiro-de-andrade-filho>>. Acesso em: 15 mai 2019.

TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. Anarchism (LatinAmerica). In: 1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War. Disponível em: <[https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/anarchism\\_latin\\_america?version=1.0](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/anarchism_latin_america?version=1.0)>. Acesso em 14 jan. 2020.

VIRIATO CORREIA (Manuel Viriato Correia Bayma do Lago Filho). In: Verbetes CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Viriato.pdf>>. Acesso em 5 mai. 2019.